



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 160 - QUINTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 185ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Considerações sobre a crise nas bolsas do mundo e seus reflexos para o Brasil. 39110

SENADOR GERSON CAMATA – Registro da realização, hoje, na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, de audiência pública sobre o petróleo do pré-sal..... 39113

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Impressões sobre as eleições municipais do último domingo em todo o País e, especialmente, no Estado de Rondônia..... 39115

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR, como Líder – Questionamento sobre os dados apresentados neste Plenário acerca das eleições no Estado de Rondônia. Avaliação da audiência pública, na Comissão de Agricultura, realizada com os Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc..... 39119

SENADOR PAPALÉO PAES – Referência ao processo eleitoral tranqüilo ocorrido no Estado do Amapá, à exceção de episódio no município de Santana. Justificação pela apresentação de proposição que altera o Código Penal, punindo o crime de induzir menores de 14 anos a presenciar atos de libidinagem..... 39120

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Apelo às autoridades para que deflagrem uma campanha pública, a fim de esclarecer o povo brasileiro sobre o combate severo e definitivo contra os pedófilos..... 39121

SENADORA MARISA SERRANO – Manifestação sobre o combate à pedofilia. Defesa da reforma política. Manifestação sobre a crise econômica mundial. 39123

SENADOR ALVARO DIAS – Realização em Curitiba, no próximo dia 14, de inspeção pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, Abdib, para definir as subsedes da Copa do Mundo de 2014. Sugestão de criação da Subcomis-

são do Esporte, vinculada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, para acompanhar todas as ações desenvolvidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com vistas à realização, no País, da Copa do Mundo de 2014. 39127

SENADOR MÃO SANTA – Reflexão sobre as eleições em todo o País. 39128

SENADOR TASSO JEREISSATI, como Líder – Questionamento sobre o posicionamento do Presidente Lula sobre a crise econômica mundial. 39129

1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente

Nº 654/2008, de 25 de setembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 292, de 2008, do Senador Arthur Virgílio..... 39132

1.2.3 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.074/2008, de 2 do corrente, colocando à disposição dos gestores e da sociedade a cartilha “Convênios e outros Repasses”, com o objetivo de esclarecer o tema e contribuir para o aperfeiçoamento da atuação da Administração Pública. 39132

Nº 1.441/2008, de 1º do corrente, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 020.718/2008-6, bem como do Acórdão 1.276/2008-TCU-Plenário. 39132

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido. 39133

Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com prótese auditiva da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física..... 39134

Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o caput do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para dois anos..... 39136

Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que <i>altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.</i>	39137	Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.</i>	39193
Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que <i>institui o Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea.</i>	39138	Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas-FFMPME.</i>	39198
Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que <i>dá nova redação ao art.38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece.</i>	39138	Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, que <i>autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba.</i>	39202
Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que <i>veda a realização de concurso público exclusivo para a formação de cadastro de reserva.</i>	39140	Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cícero Lucena, que <i>altera a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à estrutura institucional da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais.</i>	39202
Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, que <i>altera o Código Penal, para incluir o crime de induzir pessoa não maior de quatorze anos a presenciar ato de libidinagem.</i>	39141	Projeto de Resolução nº 54, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que <i>altera o art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para prever a concessão de 30 dias de repouso remunerado à Senadora gestante, em caso de natimorto ou de abortamento, e de 5 dias ao Senador cujo cônjuge ou companheira se encontre na referida situação.</i>	39203
Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Praia, que <i>altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.</i>	39143	1.2.5 – Comunicação da Presidência Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 54, de 2008, lido anteriormente.	39205
Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que <i>altera o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, 'que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona', de forma a excluir a estipulação de prazo para a formulação do requerimento a que o dispositivo se refere e dá outras providências.</i>	39169	1.2.6 – Leitura de requerimentos Nº 1.162, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 49 e 140, de 2008.</i>	39205
Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, que <i>acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento.</i>	39178	Nº 1.163, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2008.</i>	39205
Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que <i>altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho compreendido entre as localidades de Ibirairas e Nova Araçá, no Estado do Rio Grande do Sul.</i>	39179	Nº 1.164, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, <i>solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2006, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais, além daquela constante do despacho inicial de distribuição.</i>	39205
		Nº 1.165, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, no período de 7 a 12 do corrente.</i>	39205
		Nº 1.166, de 2008, de autoria do Senador José Maranhão, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003.</i>	39205

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 6 de outubro de 2008, e publicação, na mesma data, da Medida Provisória nº 442, de 2008, que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e fixação do calendário para a tramitação da matéria. 39206

1.2.8 – Parecer

Nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na origem), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Cartei-
ras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007. 39206

1.2.9 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuações)

Nº 35, de 2008-CN (nº 1.349/2008, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2029, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao levantamento de auditoria realizada nas obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000ha, entre as cidades de Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins, no Estado do Tocantins – PT nº 20.607.0379.5932.0017 (TC 007.059/2007-7). 39209

Nº 36, de 2008-CN (nº 1.385/2008, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2080, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento a cargo da Secex – AM, de várias deliberações do TCU acerca das obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Amazonas – Boca do Acre-Divisa AM/AC (trecho localizado entre o Km 416 e Km 516 – (TC 005.261/2004-2). 39209

Nº 37, de 2008-CN (nº 1.415/2008, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2111, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado no âmbito do Fiscobras 2007, nas obras integrantes do projeto de Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar/Petrobrás – PT nº 25.753.0288.3161.0041 (TC 015.638/2007-4). 39209

Nº 38, de 2008-CN (nº 1.417/2008, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2162, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada na execução das obras e serviços de engenharia de construção do novo terminal de passageiros, do sistema viário, edificações, am-

pliação do pátio de aeronaves do novo Aeroporto de Macapá/AP – PT nº 26781999999999999999 – (TC 008.884/2006-0). 39209

Nº 39, de 2008-CN (nº 1.455/2008, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao exame do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008, dos órgãos que menciona – (TC 014.165/2008-8). 39209

1.2.10 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 124/2008, de 8 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, e sua inclusão na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar. 39210

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Recebimento de emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007. 39210

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 7 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias) (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)**

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B. **Aprovado o Substitutivo.** À Comissão Diretora para a redação para o segundo turno. 39210

Item 8 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias)

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. **Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno.** 39211

Item 15 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias)

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família. **Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a matéria é adotada definitivamente.** À Câmara dos Deputados. 39211

Item 17 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias)

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da Programação Monetária Trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais. **Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a matéria é adotada definitivamente.** À Câmara dos Deputados. 39212

Item 21 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias)

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). **Ao reexame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura**, nos termos do Requerimento nº 1.167, de 2008. 39213

Item 32 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias)

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos. **Aprovado.** À sanção. 39213

Item 33 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias)

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro. **Aprovado.** À sanção. 39213

Item 39 (Inversão da pauta, conforme acordo das Lideranças Partidárias)

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 39214

Item extrapauta

Parecer nº 987, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, sobre a Mensagem nº 175, de 2008 (nº 672/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Aprovado.** 39214

1.3.1 – Pronunciamento

SENADOR FLÁVIO ARNS – Registro da realização do 6º Congresso Brasileiro de Queimaduras, em Curitiba. 39216

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)**Item extrapauta**

Parecer nº 1.028, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, sobre a Mensagem nº 172, de 2008 (nº 626/2008, na origem), pela qual o Presidente da

República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor César Costa Alves de Mattos para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cadê, do Ministério da Justiça. **Aprovado.** 39219

Item extrapauta

Parecer nº 1.029, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko, sobre a Mensagem nº 181, de 2008 (nº 683/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Eliseu Martins para, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos, exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Aprovado.** 39221

Item extrapauta

Mensagem nº 178, de 2008 (nº 675/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria. **Aprovado o Parecer nº 1.040, de 2008.** 39222

Item extrapauta

Mensagem nº 179, de 2008 (nº 676/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano. **Aprovada o Parecer nº 1.041, de 2008.** 39225

Item extrapauta

Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (nº 5.800/2005, na Casa de origem), que altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Aprovado com emendas.** À Comissão Diretora para redação final. 39227

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (**Parecer nº 1.042, de 2008-CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 1.168, de 2008. À Câmara dos Deputados. 39227

Item extrapauta (Referente à conclusão da apreciação do Item 39)

Parecer nº 1.043, de 2008 – CDIR, oferecendo a redação final do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil. **Aprovado**, nos termos do Requerimento nº 1.169, de 2008. À promulgação. 39228

Item extrapauta (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 1.170, de 2008, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008 (nº 284/2007, naquela Casa), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que *dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, revoga a Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências. Aprovado*, após leitura do Parecer nº 1.044, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À sanção. 39231

1.3.3 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.165, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. 39237

1.3.4 – ORDEM DO DIA (continuação)

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 9:

Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003*. 39237

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*. 39238

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*. 39238

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. 39238

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*. 39238

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*. .. 39238

Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 39239

Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*. 39239

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 39239

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*. .. 39239

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*. 39239

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*. 39239

Item 16

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*. 39239

Item 18

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências*. 39240

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*. 39240

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*. 39240

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. 39240

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*. 39240

Item 24 Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*. 39240

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*. 39241

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*. 39241

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*. 39241

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*. 39241

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*. 39241

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*. 39241

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*. 39241

Item 34 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta*

artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.....

39241

Item 35 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.....

39242

Item 36 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

39242

Item 37

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

39242

Item 38 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

39242

Item 40

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....

39242

Item 41

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ...

39243

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

39243

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica.

39243

Item 44

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.....

39243

Item 45

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

39243

Item 46

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

39243

Item 47

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.....

39243

Item 48 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de

junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC... 39244

Item 49

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão. 39244

1.3.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.171, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 6 de novembro de 2008, destinada a homenagear os 10 anos de atuação da Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE. 39244

Nº 1.172, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008. 39244

Nº 1.173, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de louvor ao Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira”, pelo transcurso do seu 215º aniversário, em 12/10/2008. 39245

1.3.6 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR TASSO JEREISSATI – Considerações sobre a crise financeira global e a postura do Governo Lula, bem como sobre a edição da Medida Provisória que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil.... 39245

SENADOR RENATO CASAGRANDE, como Líder – O desempenho do PSB nas eleições municipais. Sugestão de que a Casa possa dar início à discussão da reforma política, a fim de fortalecer a democracia e os partidos na sociedade. 39264

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Preocupação com a atitude do Presidente Lula diante da crise econômica mundial. 39266

SENADOR JOÃO PEDRO – Satisfação pelo resultado eleitoral do PT no Estado do Amazonas. Insatisfação com alguns discursos acerca da crise econômica mundial proferidos na presente sessão. 39268

SENADOR CASILDO MALDANER – Preocupação com a insegurança e a desconfiança que rondam o mercado econômico internacional, e destaque para a necessidade de que o Governo fique mais atento a seus gastos e tenha cautela na análise da proposta orçamentária. 39270

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Homenagem e reverência a Nossa Senhora de Nazaré, Santa Padroeira do Círio de Nazaré, pelo transcurso do seu 215º aniversário, na próxima semana. 39272

1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAULO PAIM – Comemoração pela aprovação da PEC nº 24/03, do PLS nº 58/03, do PL nº 3.299/08 e do PL nº 6.930/06, da autoria de S. Ex^a. 39274

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Comemoração pela outorga à Prefeitura de Boa Vista, capital de Roraima, do Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia. 39274

1.3.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 9, com Ordem do Dia anteriormente designada. 39275

1.4 – ENCERAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.081 a 2.084, de 2008. 39282

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 185ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 8 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Papaléo Paes, Antonio Carlos Valadares
e Jefferson Praia*

(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encerra-se às 20 horas e 42 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14.00 HORAS

Período : 8/10/2008 07:24:35 até 8/10/2008 20:49:32

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	X
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PT	AC	MARINA SILVA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	X

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a, nos termos do art. 14, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o primeiro inscrito.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, solicito também a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o segundo.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então eu fico, em terceiro lugar, inscrito nas comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a, então, fará uso da palavra para uma comunicação inadiável em terceiro lugar.

E o Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quarto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não. São só três.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Então, peço minha inscrição pela Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Então V. Ex^a pede pela Liderança do PR? O Senador Expedito Júnior falará pela Liderança do PR.

E, por conseguinte, o Senador Mão Santa, com muita honra, fará uso da palavra como terceiro inscrito para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares por permuta com o Senador Valter Pereira.

A Senadora Fátima Cleide deverá fazer permuta com o Senador João Pedro, que é o segundo inscrito.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais, nesses últimos dias, destacam um despencar das bolsas pelo mundo afora, incluindo o Brasil. A Bolsa de Paris teve o maior tombo de toda a sua história e, pela terceira vez, em poucas semanas, uma segunda-feira foi de pânico nos mercados mundiais. A Bolsa de Valores de São Paulo parou por duas vezes, pelo dispositivo defensivo do **circuit breaker**, influenciada que foi pela queda generalizada das cotações por todo o mundo. O dólar disparou novamente aqui no Brasil, chegando à sua maior alta desde janeiro de 1999, valendo acima de R\$2,30. E os canais de crédito estão fechando. As operações de crédito do Brasil estão travadas, especialmente em moeda estrangeira, um problema que – todos sabemos – pode trazer prejuízos para o comércio exterior brasileiro.

Portanto, a crise existe, a crise nos ataca. Nós não estamos assim, como jamais estivemos, isolados da crise do **subprime**, da crise dos papéis podres do gigantesco e globalizado mercado de papéis norte-americanos. Como sempre disse: o cassino é global, e nosso País, infelizmente, dele faz parte. Basta ver os juros que oferece aos credores internos e internacionais da dívida pública.

Não podemos continuar pensando na crise como um fenômeno externo. Entendo a necessidade de não alimentar o pânico dos mercados, mas nosso planeta capitalista é um só, foi globalizado pelo capital financeiro, pela divisão mundial do trabalho, e o Brasil faz parte do capitalismo, da globalização financeira, da economia real internacional – aliás, como esquecer que sua bonança recente apoiou-se nas exportações e, portanto, no mercado mundial?

Por isso mesmo, considero importante a posição ligeiramente mais realista de parte do Ministro Mantega quando assumiu, anteontem, que a crise se tornou aguda porque começaram a aparecer os ativos podres dos bancos e que os mercados vivem um momento de irracionalidade – quem disse isso foi o Ministro Guido Mantega. Naturalmente, ele continua afirmando que a crise é passageira, coisa que não me parece muito realista. Infelizmente.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite V. Ex^a?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Um momento, Senador Camata.

Mas, de qualquer forma, o Governo põe os pés no chão, o que é importante para que se possa pensar realisticamente nas medidas a serem tomadas daqui para a frente. Sempre acho que é bem melhor ver a realidade com toda a sua força, com sua turbulência e

seus riscos se quisermos reduzir o estrago, e adotar-mos agenda positiva em favor do nosso povo.

E foi por essa razão que venho há tempos chamando atenção para os riscos internacionais. As Sr^{as} e os Srs. Senadores sabem muito bem que chamei atenção para esse risco antes e que, inclusive, no primeiro semestre deste ano, alertei claramente, em pronunciamento nesta Casa, que a bonança brasileira não era permanente. Eu também argumentei ali que “não estamos isolados do mundo nem da economia internacional” e insisti que “era preciso usar a bonança, os superávits fiscais, os ganhos das exportações para saldarmos a nossa profunda dívida social”.

O meu argumento era claro quando dizia que “essa bonança e esses recordes fiscais têm que significar para nós um alerta, têm que funcionar para nós, políticos, como um despertador. A dívida social inaceitável não parou de crescer em que pesem os esforços do Governo. Nem vou me referir a outros pontos da economia que merecem total reparo, como é o caso dos juros altos da supercarga tributária que irrita profundamente os brasileiros ou do pesadíssimo endividamento público interno e externo; ou que nos juros reais altos o Brasil detém a liderança mundial há mais de dez anos. E no item transações correntes não se pode esquecer que há um enorme déficit (que alcançou US\$14 bilhões até abril), empurrado pelas importações e remessas de lucros crescentes”.

Senador Gerson Camata, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Gostaria de lembrar, ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que eu presidia a sessão quando V. Ex^a fez esse discurso no início do ano, nas primeiras sessões, exatamente advertindo o Governo brasileiro sobre como direcionar aqueles momentos que continuam, em meu entender, auspiciosos para a economia do Brasil. Lembro a V. Ex^a que há um provérbio popular, pelo menos no Espírito Santo, mas certamente em Sergipe também, que diz assim: “Quem tem olho fundo começa a chorar cedo”. E o Governador Paulo Hartung foi o primeiro Governador do Brasil a perceber, há um mês, o que estava acontecendo e reuniu o secretariado, deu uma freada nas despesas do Espírito Santo, suspendeu as licitações e começou a entesourar recursos, vendo que o mundo marchava para um problema como esse. Foi até criticado e usou a seguinte expressão: “Não estou com um pé atrás não; estou com os dois pés atrás”. E hoje a gente percebe que o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento do Brasil estão começando a colocar o pé atrás. É claro que o Brasil está em uma situação muito melhor do que em outros tempos para enfrentar esta crise que está na nossa frente. É claro

que ela será muito menor aqui – tenho absoluta certeza – do que na Europa e nos Estados Unidos, onde a banca não fiscalizada e irresponsável, em vez de usar os capitais para financiar a produção, usou os capitais que não são deles – são dos depositantes – para especular no mercado, e deu no que deu. Se esses países não colocarem regras claras e transparentes, fiscalização sobre as atitudes e o trabalho da banca internacional e desses bancos que estão agora falindo, no sentido de que eles usem os recursos para financiar a produção em atividades rentáveis para os capitais envolvidos na criação de empregos e desenvolvimento do consumo, nós vamos enfrentar crises como esta freqüentemente. Aliás, até o Alan Greenspan disse, há pouco tempo, que esta crise será boa se aprendermos com ela que dinheiro não aceita brincadeira, embora o dólar esteja aceitando brincadeira, abuso, o diabo a quatro, e esteja subindo muito artificialmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a o seu depoimento.

Como eu me referia a um discurso que fiz desta tribuna, que V. Ex^a relembra, naquela ocasião eu disse o seguinte: “Nunca nos esqueçamos que existe uma crise mundial do capitalismo em marcha, surda, lenta, subterrânea, mas bastante ameaçadora, e da qual a explosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos e a alta mundial do preço dos alimentos são uma pequena parte. Nós não estamos isolados do mundo, não estamos blindados da economia internacional”.

Foi isso o que falei, no mês de abril.

Agora vejo, como mostrei acima, que o Governo acaba de tomar medidas antiturbulência, medidas que visam aumentar a liquidez do mercado brasileiro e por meio das quais o Governo pensa em acalmar bancos, empresários e mercados.

Dentre outras coisas, por intermédio do pacote de anteontem, o Governo se propõe, via Banco Central, a comprar carteira de crédito de bancos pequenos e médios, garantindo-lhes, dessa forma, capital de giro para que assim não quebrem, já que seus caixas não estavam fechando, e grandes bancos já rondavam suas carteiras.

Por meio das demais medidas, como aquela da utilização das reservas internacionais para financiar o comércio exterior, o Governo evidentemente pretende minimizar o efeito da turbulência internacional sobre o Brasil. Tomou também medidas antes, como a da retomada dos leilões de dólares no mercado à vista, para ampliar a oferta da moeda; reduziu o recolhimento compulsório que os bancos fazem ao Banco Central; ampliou empréstimo, via Banco do Brasil, para o setor agrícola, em R\$5 bilhões; vai repassar R\$5 bilhões do BNDES como crédito aos exportadores; e se propõe

a conceder empréstimos em moeda estrangeira diretamente aos bancos nacionais privados. Além disso, está se propondo a utilizar as reservas internacionais do País para financiar as exportações; colocou à disposição do BNDES, R\$7 bilhões do Fundo de Garantia e liberou alguns milhões, R\$350 milhões, do Fundo de Amparo ao Trabalhador para a agricultura familiar. Então, o Governo está agindo.

É neste ponto que quero fazer uma nova ponderação. Não vou entrar no mérito dessas medidas que alguns dizem ser antipânico ou para acalmar o mercado, principalmente porque, há tempos, como procurei demonstrar acima, já alertei que a crise estava aí e, uma vez instalada, iria impactar a nossa economia. Alertei para a irresponsabilidade e mesmo a farra do capital especulativo. E hoje já se sabe que, nos Estados Unidos, tinha gente sem dinheiro e sem fundos adquirindo casas...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...de US\$200 mil. Há pessoas que não tinham um tostão no bolso e que compraram casa de US\$200 mil, como se dinheiro crescesse em árvores; casas, portanto, financiadas por papéis podres. A sociedade norte-americana está sentindo os efeitos desta crise, e US\$700 bilhões foram injetados para tentar minimizá-la.

Portanto, já esperava pela crise, e acho que é preciso continuar reagindo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Um minuto, Senador.

É preciso ouvir democraticamente a sociedade e tomar medidas frente à tempestade.

Na minha opinião, por outro lado, a crise está pondo os pés na economia real, sem dúvida alguma. O consumidor está evitando financiamento a longo prazo e já está havendo impacto nas vendas de produtos como carros, eletrodomésticos, eletrônicos e casas. Está mais difícil...

Posso terminar?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Quero conceder tempo suficiente para V. Ex^a encerrar seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me dará o tempo suficiente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em questão de dois minutos, já estou encerrado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E inclua o aparte solicitado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E eu gostaria que V. Ex^a incluísse o aparte do Senador no final do meu pronunciamento.

Está mais difícil conseguir empréstimo pessoal e, segundo levantamento feito pelo Jornal Nacional, algumas financeiras informaram que suspenderam o crédito e anunciaram aumento da taxa de juros. A Petrobras já anunciou mudanças no seu planejamento estratégico. Ao mesmo tempo, já há sinais de desaquecimento nas vendas, o que cedo ou tarde impactará a produção e, por consequência, o emprego e a renda, criando uma bola de neve.

Sr. Presidente, não estou pregando pânico; infelizmente, é isso que está acontecendo.

No setor automobilístico, Fiat e General Motors acabam de anunciar férias coletivas a seus empregados, e a Anfavea anunciou que o prazo médio para financiamento de compra de automóveis, que chegava a 60 e até a 90 meses, foi reduzido para 42 meses. Então, as cartas da crise estão sendo lançadas à mesa e é importante que o Governo, o nosso Governo, conte com coragem e senso de justiça social ao reagir a esse jogo sério e perigoso da macroeconomia. No entanto, quero aqui propor o debate de uma questão que vem sendo raramente posta ou que nunca é lançada na agenda por aqueles que estão solicitados a dar respostas macroeconômicas a esta crise global. E a questão, embora simples, é crucial: não podemos seguir o exemplo do Governo Bush diante da crise. Como ele reagiu? Reagiu fazendo com que sua administração econômica lançasse um pacote – pacote que certamente vai ultrapassar em muito US\$1 trilhão, mas apenas com o estrito objetivo de salvar o setor financeiro –, justamente o grande responsável pela situação que hoje atinge a todos – os que faziam e os que não faziam parte do jogo. Hoje é fácil prever que toda a economia, seja a economia cassino, seja a economia real, está sendo ou será impactada por essa crise com epicentro em **Wall Street**.

Por isso mesmo é que proponho ao debate que os nossos pacotes a serem programados, a nossa política econômica, as nossas medidas antiturbulência precisam se preocupar muito mais em cuidar do mais fraco, precisam proteger aquela grande massa que não viu sua dívida social ser resolvida antes da crise e que agora, com certeza, teme de ter que pagar a conta maior da crise global.

Se a equipe econômica do Governo brasileiro toma medidas, como está tomando, medidas pró-mercado financeiro, para acalmar ganhos financeiros ou salvar pequenos bancos, não vou entrar no mérito

dessas medidas, porque elas têm procedência. Mas o que considero pertinente e urgente – e é meu dever aqui alertar nesse sentido – é a necessidade crucial de que na resposta do Estado à crise sejam incluídas medidas a favor do mais fraco, medidas ao encontro de quem não tem gordura para se proteger da crise capitalista. Proponho que o Governo se ocupe de costurar um pacote não-financeiro, um pacote social em favor do pequeno e médio produtor do campo e da cidade e das pequenas classes, em favor daquele que vive do seu trabalho e não têm ações em bolsas de valores nem trabalham com derivativos, *swaps*, nem produtos financeiros sofisticados.

Concedo um aparte do Senador Mão Santa antes de encerrar meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Antonio Carlos Valadares, aumenta a nossa admiração a V. Ex^a, que se constitui no melhor legislador. Agora o estou vendo como um economista firme. Eu queria também aplaudir o Camata. Senador Camata, V. Ex^a deu uma esperança. A maior estupidez é perder a esperança. V. Ex^a é do PMDB, nosso Partido. Exijo que o nosso Partido tenha candidatura própria no Brasil e no meu Estado. É assim que eu entendo. V. Ex^a acabou de citar Paulo Hartung. Está aí um nome puro, de visão, de responsabilidade na economia. Mas V. Ex^a tem que aprender. Olhe, eu sou pelo País. Estamos aqui para ensinar. Aliás, se o Sr. Paulo Hartung não aceitar a candidatura, tem o Jarbas e tem eu. O PMDB vai ter convenção. O PMDB não vai continuar sendo o rabo do cachorrinho, não. Enquanto nós estivermos aqui representando a história...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Paulo Hartung é do PSDB ou do PMDB?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Do PMDB. Então é o seguinte: eu queria dizer a V. Ex^a que eu tenho ensinado aqui. Eles é que são de aprendizado fraco, com todo o respeito ao carisma de Luiz Inácio e à generosidade. Ele é o homem, o líder mais popular da História do Brasil, mas eu tenho dito que é preciso ter sabedoria. Quantas vezes eu citei Abraham Lincoln, Papaléo? “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”. Quantas vezes citei Franklin Delano Roosevelt? Na maior crise internacional de recessão norte-americana, ele disse: “Procure um trabalho, um emprego, uma forma de criar; se não der certo, procure outro”. O que é que está ensinando? A vadiagem, a malandragem, a compra de voto, a venda, a preguiça, a inércia. Eu acredito é no estudo e no trabalho. As minhas crenças não são dessa gente. E V. Ex^a diz que nos Estados Unidos, vendeu-se uma casa de 200 mil dólares para quem não tem um centavo.

Aqui estão vendendo carro em dez anos para quem não tem nada. Estão iludindo os pobres aposentados com uns empréstimos consignados. Abraham Lincoln ensinou – atentai bem: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”. Não venha culpar os Estados Unidos, não. A irresponsabilidade aqui está maior. Para atender os banqueiros, para atender os grandes industriais, vende-se carro em dez anos para quem não tem. Que irresponsabilidade! Os empréstimos consignados. Então V. Ex^a hoje se engrandece, porque era um grandioso jurista. V. Ex^a aqui, o grande legislador, jurista, comparável ali ao Rui, ao Geraldo Mesquita. E hoje V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exageros à parte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... ensina ao Governo princípios de economia: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado. E está bem aí o susto. Não vamos porque já tem a inflação, está aí, vamos ter a coragem de enfrentar a realidade e não enganar, mentir, mentir, mentir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Encerro, portanto, o meu pronunciamento com as palavras do eminente Senador pelo Estado do Piauí, Mão Santa, que disse muita coisa boa no final deste meu pronunciamento. Agradeço a V. Ex^a as palavras generosas. Agora, Rui é incomparável, é insuperável. Se eu chegasse a 5% do Rui, eu seria um grande jurista neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Papaléo Paes, eu peço a V. Ex^a, nobre Presidente neste dia, que me inscreva no horário destinado a Lideranças, pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito. O primeiro inscrito pela Liderança é do PTB, Senadora Ada Mello; depois, Senador Expedito Júnior; em seguida, com muita honra, V. Ex^a está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu aguardo, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós tivemos hoje, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, uma audiência pública muito interessante sobre o petróleo do pré-sal.

Esteve presente ali o Diretor de Exploração da Petrobras, que fez uma explicação técnica muito interessante e muito acessível, até a quem não é geólogo e não trabalha na área de petróleo, sobre as condições do pré-sal, aonde nós podemos chegar, os custos que vão representar, mas, acima de tudo, sobre o grande impulso que o pré-sal vai dar na indústria brasileira, na indústria pesada, na indústria eletrônica, para a construção das plataformas e dos equipamentos destinados a retirar aquele petróleo.

Debateu-se – estava presente o Sr. German Eframovich, que é um dos diretores de uma das empresas que, junto com a Petrobras, constroem plataformas e exploram petróleo – e observou-se também o que fazer com os recursos que advirão dali, a sua aplicação no sentido de que os seus benefícios se perpetuem por gerações e gerações de brasileiros.

Colocou-se a criação do fundo soberano e também a criação de um fundo de garantia de futuro, para quando o petróleo – que é um recurso finito – acabar, servir para implementar, ajudar e desenvolver as futuras gerações de brasileiros na área da educação e na área de infra-estrutura.

No momento de fazer perguntas, eu fiz um prelúdio da minha fala dizendo que a competência técnica impressionante da Petrobras para alcançar o fundo do mar, a competência impressionante da Petrobras, que é uma das empresas mais avançadas do mundo na área de prospecção, na área de antevisão das possibilidades de petróleo por meio de satélites, por meio de sistemas de ultrassom, essa capacidade técnica reconhecida mundialmente não é acompanhada da capacidade política de antevisão de negócios e aplicação de recursos por parte da área financeira, principalmente da área internacional da Petrobras.

Nessas relações internacionais do Brasil, principalmente com a América do Sul, tenho feito algumas profecias. Em 1976, quando eu era Deputado Federal – a maioria dos jovens aqui não tinham nascido ainda –, começaram a falar da construção de Itaipu. Na época, eu disse várias vezes, e alguns outros parlamentares, até por uma sugestão do então Ministro da Educação do Presidente Geisel, Ney Braga, que o Brasil estava arranjando um Canal do Panamá, um pepino para administrar no futuro. Disse ainda que, se fizessemos vinte quilômetros acima, teríamos uma usina brasileira, unicamente brasileira, sem os atropelos que Itaipu poderia trazer ao Brasil. Está lá o Presidente Lugo querendo intervir na usina, querendo colocar tropas

ali dentro, querendo revender a energia da usina, querendo impor direitos que o Paraguai, que não gastou um centavo para construir a usina, efetivamente e à luz do direito internacional, não tem.

Pois bem, eu fiz outra profecia. O Presidente era Fernando Henrique. Falou-se no gasoduto Brasil/Bolívia. Por três ou quatro vezes, eu vim aqui profetizar dizendo o seguinte: estamos arranjando um terceiro Canal do Panamá, pior do que Itaipu. A Bolívia não tem estabilidade política para o Brasil investir US\$30 bilhões para construir um gasoduto e não sabe nem se ela tem gás suficiente para alimentar esse gasoduto.

Gastamos o dinheiro, fizemos o gasoduto. O Presidente Evo Morales invadiu as refinarias da Petrobras, meteu tropa lá dentro, prendeu os funcionários brasileiros da Petrobras e não aconteceu nada. A Petrobras ainda pagou 500 milhões a ele. Eu não consigo entender como pôde acontecer isso!

Mas a Petrobras continuou fazendo bobagens. Investimentos na Argentina. A Presidente da Argentina estabelece o dia que pode vender óleo *diesel*, o dia que não pode, tabela o óleo *diesel* e proibiu agora a Petrobras de ampliar os seus negócios no País.

Essa Presidente é recebida aqui no Brasil – e merece – com toda cortesia, com todas as honras de Chefe de Estado que ela realmente é, mas não tem tratado os investimentos brasileiros naquele país com o cuidado que os brasileiros têm com os investimentos argentinos aqui no Brasil.

Equador. Quem foi o conselheiro da Petrobras que admitiu, aconselhou e aprovou investir dinheiro no Equador, um país instável politicamente, instável economicamente? Pois agora, para fazer média com seu eleitorado, o Presidente do Equador também ameaça intervir nas refinarias, intervir nos poços onde a Petrobras produz petróleo, prender os funcionários da Petrobras, e vai ficar por isso mesmo.

É impressionante o que está acontecendo com os investimentos brasileiros!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, milhões de dólares investidos... Quem foi o diretor da Petrobras, quem eram os membros do Conselho da Petrobras que jogaram dinheiro do contribuinte brasileiro na lata de lixo, em outro país? No lugar de perfurar poços aqui, de recolher petróleo aqui, de retirar gás daqui!

E, na época, eu fiz um alerta. O Espírito Santo não produzia um metro cúbico de gás. Hoje está produzindo quinze milhões de metros cúbicos de gás por dia, metade do que a Bolívia manda, por um custo mil vezes mais barato. Como disse o Governador Paulo Hartung, a boa Bolívia é aqui, o Espírito Santo. Era só investir esse dinheiro do gasoduto lá, e nós teríamos gás

sobrando. Mas, a média de fazer o tal do americanismo, de intervir, levou a Petrobras a esses desastres.

Nós temos de chamar essas pessoas aqui e pedir ao Tribunal de Contas para fazer auditorias. Quem foi que jogou o dinheiro do Brasil na lata de lixo desses países vizinhos nossos, para fazer média internacional ou atrás de outros interesses escusos, que, às vezes, a gente não pode provar? Temos de fazer com que eles venham prestar contas à Nação, pois jogaram dinheiro do contribuinte brasileiro na lata de lixo, fora do Brasil. E eles estão fazendo média com a gente.

É necessário que o Governo brasileiro passe a cuidar também um pouco dos investimentos brasileiros, que são de contribuintes brasileiros, de cidadãos brasileiros, feitos nesses países. Existem tribunais internacionais que podem muito bem funcionar como organismos destinados a mediar essas discussões, e não submeter os brasileiros a situações como essas.

Eu desafio: duvido que, se um governo como este do Sr. Evo Morales e um governo como este do Equador, prendessem americanos e os proibissem de sair de lá, se ficaria por isso mesmo. Então, temos o Brasil, as Forças Armadas mais cara, mais bem equipada, mais numerosa da América Latina, mas que não permite que o Brasil defenda seus interesses nem que fale um pouco mais grosso quando é necessário, para defender empregos de brasileiros, capitais de brasileiros investidos no exterior. Não podemos admitir que o Brasil continue sendo desrespeitado e que cidadãos brasileiros continuem sendo presos por ditadorezinhos situados aqui, vizinhos nossos, que recebem todo apoio e toda condescendência diante desses atos praticados contra o Brasil. Vou fazer um ofício ao Tribunal de Contas, pedindo que apure quem mandou investir, quanto investiu e quem é o responsável por essa enorme perda de recursos de cidadãos brasileiros fora do Brasil. Como eu disse, jogando dinheiro do cidadão brasileiro na lata de lixo de alguns países da América Latina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Camata.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que após a Senadora Fátima devo ser o próximo orador. Mas eu gostaria de registrar a presença do nosso Senador Rubens Moreira Mendes, hoje Deputado Federal que representa o Estado de Rondônia e que, com muito orgulho, o defendeu. E eu digo sempre para ele

que tenho suado, e muito, para tentar fazer aquilo que ele fez por Rondônia aqui nesta Casa. Então, eu não poderia deixar de registrar aqui a visita desta ilustre figura, deste ilustre Deputado Federal hoje pelo nosso Estado, Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Também queremos agradecer a presença de V. Ex^a na Casa e dizer que V. Ex^a já fez muito, o Senador Expedito está fazendo também, e que V. Ex^a continue, na Câmara dos Deputados, com o seu belo trabalho aqui nesta Casa.

Obrigado pela sua presença.

Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, por permuta com o Senador João Pedro.

V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com a mesma complacência de todos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com todo o direito que V. Ex^a tiver de prorrogação.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero iniciar também fazendo uma saudação ao Deputado Moreira Mendes ao tempo em que agradeço o Senador João Pedro pela permuta do seu tempo.

Venho nesta tarde à tribuna fazer o que muitos de nossos colegas já fizeram nesta Casa: registrar o balanço e as impressões sobre mais um evento democrático, sobre mais um encontro entre eleitores e candidatos, por meio do voto, ocorrido no domingo passado, dia 5 de outubro. Desta feita, Sr. Presidente, quero eu também registrar aqui minhas impressões.

Estive, por determinação e convicção partidária, envolvida na campanha e pude testemunhar fatos; alguns deles que considero positivos, outros, infelizmente, ainda negativos no processo eleitoral deste ano, em meu Estado de Rondônia, embora tenha também tido a oportunidade de fazer campanha em vários outros Estados brasileiros.

Sr. Presidente, das impressões positivas que tive, uma delas faço questão de registrar aqui. Diferentemente do que se dizia, de que, com o fim dos showmícios, as pessoas não participariam do debate nas campanhas eleitorais, vi que o eleitor está, sim, bastante atento ao que o prefeito ou prefeita podem fazer ou deixar de fazer por sua cidade, e que não fez falta alguma, na campanha, showmícios, *outdoors*, brindes, permitidos de forma desregrada antes das eleições de 2006.

Testemunhei encontros diversos com milhares de pessoas interessadas em discutir a solução dos

problemas no seu município. Um exemplo dessa belíssima manifestação democrática se deu na cidade de São Francisco do Guaporé, Município com apenas 10.389 eleitores. Ali, num só encontro, 3 mil eleitores se dispuseram a deixar seus afazeres para ouvir o nosso candidato numa noite de segunda-feira.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que tenho como uma impressão positiva é a consciência sobre o valor do voto. Percebo que essa consciência cresce, amplia-se entre setores da sociedade que imaginávamos apáticos e desatentos à política. Uma clara demonstração disso é a enorme renovação na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Velho. Apenas dois Vereadores dos 16 se reelegeram. Essa consciência posso destacar também no trabalho cidadão feito, desde o início de agosto, por 38 jovens patrulheiros eleitorais, uma iniciativa inovadora de juízes e funcionários da Justiça em meu Estado comprometidos com a cidadania.

Em Machadinho d'Oeste, por exemplo, eles receberam treinamento do chefe do cartório eleitoral, Bruno dos Anjos, e, posteriormente, da juíza eleitoral Márcia Cristina Masioli, para atuar como fiscais das campanhas da região, combatendo os abusos e atos que contrariam a Lei Eleitoral.

Eu não vi iniciativa semelhante em outro lugar do Brasil e considero muito positiva a proposta, pois envolve mais diretamente nossos jovens no processo político eleitoral, conhecendo a legislação e valorizando a democracia. Por isso, parablenzo o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a Justiça do meu Estado.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, em Rondônia, estamos felizes, Sr. Presidente. Quero registrar aqui a reeleição do Prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, que obteve 59,51% dos votos válidos. Porto Velho é uma das seis capitais em que o Partido dos Trabalhadores ganhou já no primeiro turno.

Festejamos também a eleição do Padre Franco, no Município de Cacoal, que, coligado com o PMDB, teve 60,75% dos votos válidos. É um importante Município na região central de Rondônia, responsável por parcela importante do PIB do Estado.

Reelegemos, ainda, os prefeitos de Alto Alegre dos Parecis, Padre Tom, e de Teixerópolis, Toninho Zotesso, a quem parablenzo também. Cumprimento ainda os 62 Vereadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores.

Mas não podemos deixar de registrar também, Sr. Presidente, os fatos negativos ocorridos na campanha. Fazemos isso com a única intenção de que eles não se repitam nos próximos pleitos. Fatos que atingiram imediatamente dois de nossos candidatos eleitos e alguns outros que não lograram êxito na campanha.

Registro aqui que Padre Franco, de Cacoal, nos últimos dias da campanha, recebeu carta ameaçadora, com o seguinte ultimato: ou deixava a campanha ou morria, a exemplo do acontecera, décadas atrás, com o também Padre Ezequiel Ramin, pessoa lutadora pela causa agrícola, sempre defensora dos trabalhadores rurais do meu Estado. Padre Franco foi intimidado nas ruas nos momentos finais da campanha, feita, aliás, com pouquíssimos recursos e que foi vitoriosa, como ele mesmo diz, na canela e na goela.

Outro Prefeito nosso reeleito Toninho Zotesso, em Teixerópolis, foi constrangido nas ruas. Eu mesma fui testemunha, no dia em que estive em Teixerópolis, de uma bandeira preta colocada na antena mais alta da cidade como ameaça de morte ao nosso Prefeito, que, por conta dessas ameaças, teve que limitar sua presença nos eventos noturnos de campanha nos últimos 30 dias. Na noite da eleição, no dia 5 de outubro, após o anúncio da sua reeleição, teve a casa cercada por motoqueiros fortemente armados, fato, Sr. Presidente, que já foi, inclusive, denunciado a todos os órgãos de segurança no Estado. E esperamos que isso não se torne a repetir.

Outra face negativa do processo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a compra de votos, verificada em diversos municípios. É cada vez maior o número de cidadãos que repudiam a prática, que, infelizmente, persiste, devido ao fato de o poder econômico tornar cruelmente desiguais as candidaturas. Há abundância de recursos para uns e quase nada para outros. Diversos candidatos foram vítimas de abuso do poder econômico praticado durante toda a campanha pelos adversários. Esses também foram denunciados, e esperamos que a Justiça haja com rapidez.

Por isso, Sr. Presidente, há que se aprovar neste Congresso a reforma política com urgência e garantir o financiamento público de campanha. Não acredito que vá desmobilizar estruturas privadas de captação de recursos, mas, com certeza, vai oferecer tratamento mais equânime aos candidatos e candidatas. Nós do Partido dos Trabalhadores esperamos que a Justiça Eleitoral de Rondônia, que tem sido exemplar e atuante, possa punir com rigor os desmandos ocorridos.

Quero saudar nossos 26 destemidos candidatos petistas em Rondônia, que com vontade e coragem enfrentaram obstáculos diversos, promovendo uma eleição limpa e transparente.

Registro ainda que o nosso Partido teve o maior número de candidaturas femininas do Estado, seis ao todo. Isso demonstra, mais uma vez, o valor dado pelo PT à política de afirmação da mulher na política.

Apesar dos pontos negativos registrados e da efusiva manifestação de nossos adversários a res-

peito do resultado das eleições em Rondônia, quero demonstrar que os números não mentem.

O PT politicamente foi o Partido que mais ganhou em Rondônia. Vai administrar quatro cidades que totalizam 319.250 eleitores. Foi o Partido mais votado no Estado e o que elegeu a maior Bancada de Vereadores. Sessenta e dois Vereadores foram eleitos pelo Partido dos Trabalhadores.

O PT ficou ainda em segundo lugar em 13 Municípios, o que comprova efetivamente a disputa em 17 Municípios dos 52 do Estado de Rondônia. Aumentamos em 5% o número de votos. O PMDB, nosso aliado em diversos Municípios, vai governar cidades que somam 224.199 eleitores.

Pelos números, a verdade simples e fácil de constatar é uma só: a população de Rondônia rejeitou a política praticada pelo atual Governo do Estado. PT e PMDB conquistaram quase dois terços do eleitorado rondoniense, o que é muito significativo e sinaliza mudança a passos largos.

Estive, Sr. Presidente, durante a campanha, em 50 Municípios do meu Estado e constatei grande descontentamento com o atual Governo e uma esperança, uma satisfação sincera de saber que o PT tem boa acolhida e respeito em nosso Estado.

O encerramento das apurações no Brasil mostra ainda que o Partido dos Trabalhadores elegeu 545 Prefeitos, o que representa um crescimento de 33% em relação ao...

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – ...total de eleitos em 2004, que foram 411, e um crescimento de 43% sobre o número atual de administrações do Partido – 382.

Com isso, conforme levantamento feito pelo Partido, passamos da sexta para a quarta posição no *ranking* de prefeituras, o que mostra um crescimento sustentável. O PT também aumentou o número de Vereadores no País, saltando de 3.679, em 2004, para 4.166 – um crescimento de 13%.

Acredito, Sr. Presidente, que, ao contrário da descrença na democracia, a população brasileira nessas eleições demonstrou vivamente o espírito desejoso de participação, de presença na vida política nacional, uma participação coincidentemente casada com o vigésimo aniversário da nossa Constituição.

Naquele momento, houve, digamos assim, uma catarse nacional. Saíamos da ditadura, ávidos por participação. A Constituinte recebeu 120 propostas de emendas à Constituição populares, com um total de 12 milhões de assinaturas.

Nessas eleições, houve o comparecimento de 110.045.000 eleitores às urnas do Brasil, do total de 128.806.000 eleitores aptos a votar.

É número expressivo o bastante para que eu não tenha dúvida em afirmar que o Presidente Lula, com 80% de fantástica popularidade, e seu Governo têm parcela significativa nesse *boom* de participação.

Isso porque o nosso Presidente tem tido a capacidade incontestada de injetar na alma brasileira, conciliando interesses divergentes e posições antagônicas, o sentimento de esperança sempre, de ânimo, de otimismo, de solidariedade, para a construção de um Brasil melhor para todos os brasileiros e brasileiras.

Por fim, Sr. Presidente, quero parabenizar todos os militantes do PT em Rondônia e no Brasil pela campanha que empreenderam a favor de nossos candidatos, mostrando à sociedade, com suas camisetas e bandeiras vermelhas, o grande Partido que é o PT. Um Partido que deixa frutos de cidadania, inovação e dignidade nas cidades que administra, e, por isso, só faz crescer o número de prefeituras nas eleições das quais participa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pelo tempo concedido.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como tenho outro compromisso, gostaria de saber a ordem dos futuros oradores, porque estou inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a é o próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável, depois do... Senador, estou sendo informado de que o próximo a usar da palavra é o Senador Expedito Júnior, pela Liderança, depois o orador e logo após V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero estabelecer a verdade. Acabei de ouvir um pronunciamento que não condiz com a verdade do meu Estado.

O Governador Ivo Cassol demonstrou liderança absoluta nas eleições em que foram escolhidos prefeitos e vereadores no meu Estado. Há 52 Municípios no Estado de Rondônia, e o Governador Ivo Cassol está comemorando a vitória em praticamente mais de 33 prefeituras. Então, não é verdadeira a afirmação de que a população não aprova a administração do Governador do Estado de Rondônia. Perdemos a Capital, é verdade, em uma briga desigual, mas fizemos a maioria das prefeituras.

Meu Líder João Ribeiro, o PR saiu de uma prefeitura, que obteve nas eleições passadas – e nós tivemos só onze candidatos, no Estado de Rondônia –, e elegeu sete prefeituras nestas eleições agora. O PR elegeu as Prefeituras de Cabixi, de Alvorada, de São Francisco, de Buritis, de Costa Marques, de Nova União e de Guajará-Mirim. Se fizermos aqui uma comparação das alianças, então teremos que somar, assim como se somaram os do PT e os do PMDB, os aliados do Senador Ivo Cassol, que são PPS, PTN, PTB, Democratas, PSDC, PP, do meu querido Ministro Dornelles – e fizemos dois prefeitos no Estado de Rondônia, sob a nossa liderança –, e PV – fizemos três prefeituras.

Então, se somarmos todas as vitórias conquistadas em Rondônia, não haverá dúvida de que o Governador Ivo Cassol exerce grande liderança em nosso Estado e que a aprovação clara do Governo dele, depositada nas urnas, levou à vitória esmagadora dos aliados de S. Ex^a.

Eu não pretendia vir à tribuna hoje, meu Líder, para falar sobre o resultado positivo das eleições no meu Estado. Eu tenho um assunto que agrada muito mais à população de Rondônia. Hoje houve uma audiência pública na Comissão de Agricultura, Senador Geraldo Mesquita – há muito tempo nós tentávamos fazer isso nesta Casa –, com a presença de dois Ministros muito importantes, principalmente para a nossa região amazônica: o Ministro Carlos Minc e o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Discutimos a proibição do plantio da cana-de-açúcar no bioma amazônico e nos foi dito pelo Ministro Minc e pelo Ministro Reinhold Stephanes que todos os projetos aprovados, que já estão em andamento, inclusive com financiamento do BNDES, têm garantida a conclusão da obra. Assim, estaremos gerando emprego e renda para a população de Rondônia. Inclusive, o Ministro Carlos Minc

me disse: “Senador, você comemorou muito quando eu anunciei isso aqui”.

Jefferson Praia, há poucos dias, antes das eleições, acompanhei um pronunciamento que V. Ex^a fazia, preocupado com os pequenos produtores do Amazonas. Peguei uma carona no seu pronunciamento e falei sobre a questão do Bom Futuro, sobre as famílias que lá estão – não sei, acho que algumas foram assentadas inclusive pelo próprio Incra e outras invadiram, a área é de invasão.

Vou ler aqui o que disse o Ministro hoje sobre a Floresta Bom Futuro, sobre a reserva do Bom Futuro:

A Floresta Bom Futuro é uma floresta nacional de ocupação muito antiga, com diversas ações transitadas em julgado para a sua desocupação, inclusive como réu o Governo do Estado e o Governo Federal. O sul da floresta está totalmente ocupado e consolidado.

Ele vai além. Fala que tem dez escolas, fala do número de igrejas que existem, onze ou doze no total.

No norte da floresta há áreas preservadas, mas sabemos que há extração de madeira ilegal escoada por um caminho alternativo e que precisamos buscar um acordo para que isso não aconteça mais.

E o que é mais importante – e para isto chamo a atenção, Senador Jefferson Praia: Chamamos o Governador Ivo Cassol e o Incra para a elaboração de um plano de consolidação da área sul e de preservação da área norte. Tirar a população, que está lá há mais de quinze anos, seria promover um desastre ambiental e social. Inclusive, quando relata essa decisão que anunciou hoje de que irá manter o pessoal na área e de que vai buscar o entendimento com o Governo do Estado para que se providencie ou se busque uma outra área de preservação em Rondônia, ele fala no entendimento que se buscou com o Ministério Público Estadual e Federal. É isso que estávamos defendendo, é isso que estávamos buscando e é isso o que entendo que é prevalecer o bom senso.

Eu disse aqui, em vários pronunciamentos que fiz nesta tribuna, que, se fosse para desalojar o pessoal da área do Bom Futuro, iria haver o maior derramamento de sangue já visto na história do meu Estado. Hoje existem lá mais de 100 mil cabeças de rês, existem mais de cinco mil famílias assentadas nessa área. Como é que se vai tirar da noite para o dia? Então está prevalecendo o bom senso.

E hoje, nessa audiência pública, eu disse ao Ministro:

– Ministro...

Ele falou: – Você comemorou?

Falei: – Não, eu não estou comemorando nada. Quem deve comemorar é o povo lá do meu Estado, principalmente o que vive nessa região do Bom Futuro. Mas, certamente, quem vai comemorar muito mais é o próprio Governo Federal, porque, se há um responsável por essas áreas de invasões é o próprio Incra, é o próprio Ibama, que não deveria ter deixado que isso acontecesse. Eles é que deveriam ter exercido a fiscalização nessas áreas. Como isso não aconteceu, infelizmente, hoje nós vivemos com o problema: já estamos em torno de cinco mil famílias assentadas na região.

Mas, enfim, essa é uma boa notícia para a população que vive angustiada, agoniada e sem saber qual será o futuro dos seus filhos, qual será o seu próprio futuro.

Agora nós estamos dando aqui uma certa tranquilidade à população, que já nos conhece há muito tempo, sabe da nossa luta, sabe da nossa defesa, nesta Casa, dos pequenos produtores, com essa boa resposta, essa boa notícia do Ministro Minc na audiência pública promovida, a nosso pedido, com a presença dele e do Ministro Reinhold Stephanes.

Mas eu finalizo, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade, mais uma vez, e cumprimentando a todos os Senadores que estão chegando, comemorando os resultados das eleições nos seus Estados. E quero dizer que, enfim, quem venceu, no dia 05 de outubro, mais uma vez, foi a democracia brasileira.

Eu tenho certeza de que, na maioria dos Estados... Assim foi no meu Estado de Rondônia: além de comemorarmos a maioria das prefeituras do nosso Estado, sob a Liderança do Governador Ivo Cassol, nós teremos que comemorar também a arte da democracia no nosso Estado e em todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Marco Maciel.

V. Ex^a, Senador, terá 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para solicitar a V. Ex^a para falar pela Liderança, pois ainda não há ninguém inscrito pelo PSDB e o Líder Arthur Virgílio não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não, não há nenhum inscrito pelo PSDB. V. Ex^a está inscrito para falar pela Liderança do seu Partido.

Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, posso e devo dizer que é meu primeiro pronunciamento após as eleições de domingo, Senador Jefferson Praia.

Vivemos nos Estados nortistas, que têm peculiaridades nas eleições. E quero usar como referência o Estado do Amapá, onde o processo eleitoral transcorreu com tranqüilidade. Não tivemos nenhum tipo de anormalidade que pudesse comprometer a democracia, a não ser ações isoladas de alguns candidatos. Inclusive, Senador, no Município de Santana houve algo realmente muito astucioso.

Temos um jornal, **A Gazeta**, que transita no meio político com muita credibilidade. Com relação ao segundo maior Município do Estado, Santana, ele sempre trouxe notícias, dentro da correção jurídica, sobre um processo que estava correndo contra três candidatos. Um dos candidatos, com oito dias da votação, foi liberado para concorrer às eleições. Foi o candidato Rosemiro Rocha, do PTB, coligado ao PSDB. Em praticamente oito dias, o Rosemiro fez uma campanha que apresentou um crescimento, Senador Geraldo Mesquita, nunca visto.

Anunciaram que ele havia sido cassado para ser candidato, e ele perdeu praticamente todos os votos. E, quando conseguiu que a justiça fosse feita, em oito dias, ele teve um crescimento avassalador. Mas, no sábado, chega um jornal como se fosse aquele sempre bem visto por todos nós, sempre visto com credibilidade, metendo o malho no Rosemiro, dizendo que ele tinha sido cassado de novo. Havia feito uma cópia fiel do jornal – fiel, sabe o que é fiel? –, com tudo certinho, como se fosse **A Gazeta**. Um negócio impressionante! Rapaz, nunca vi coisa igual; só com a astúcia mesmo daquelas pessoas mal intencionadas. Imaginem: Município pequeno, pouca comunicação de imprensa, em cima da hora, sábado à noite, sai uma notícia dessas, o que é que acontece? Houve um prejuízo muito grande à candidatura do nosso querido Rosemiro, que é uma liderança. E por ser uma liderança nata e confiável, ainda conseguiu 34% dos votos, Senador Flávio Arns, 34%! E o povo comentando: “Olha, ele foi cassado de novo, foi cassado”. E foram ver: tinham falsificado o jornal. Que coisa terrível!

Isso aconteceu lá no Município de Santana. Mas, nos outros Municípios, tudo tranqüilo. Em termos de

Justiça Eleitoral, tudo transcorreu com a maior tranquilidade. Aí nós vamos para o lado de corrupção eleitoral, de dinheiro público. Nós, realmente – e eu sou atencioso e muito crítico diante dessas situações –, não vimos a máquina dos governos, das prefeituras funcionar de maneira agressiva. Não digo nem agressiva; não vimos máquina do governo funcionar de maneira perceptível. Não deu para nós percebermos a máquina do Estado.

Então, quero parabenizar o povo amapaense, que votou. Pela primeira vez, o Município de Macapá vai ter um segundo turno, porque só agora alcançamos mais de 200 mil habitantes; e o segundo turno será entre dois Partidos, duas coligações que vão realmente definir a Prefeitura do Município de Macapá, onde moram 60% dos eleitores. E nesse segundo Município de que falei, no Município de Santana, 17%, que já elegeu o seu Prefeito.

Parabenizo o Prefeito do PT, Nogueira, que foi reeleito, e também o PTB, mais precisamente o Rosmiro Rocha, que foi o segundo colocado – com 5% ou 6% atrás do primeiro – e que, apesar de toda essa jogada, da falta de recursos, das mentiras, ele conseguiu alcançar a confiança do seu eleitorado, que é um eleitorado cativo, em 34%, 35%. E lá é decidido só em um turno mesmo. Então, parabéns ao santanense, ao macapaense, a todos os Municípios do Estado do Amapá.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje apresentei um projeto de lei que entendo de extrema relevância. O projeto altera o Código Penal, para incluir o crime de induzir menores de 14 anos a presenciar atos de libidinagem.

Esclareço que, apesar de todo o relacionamento sexual com pessoa não maior de 14 anos ser classificado como estupro – art. 213 do Código Penal – ou atentado violento ao pudor, não se tipifica o crime quando o agente induz pessoa menor de 14 anos a presenciar atos de libidinagem. Então, este é o objetivo da proposta: preencher essa lacuna do Código Penal.

A proposta vem ao encontro do que prevê o art. 227 da Constituição Federal, que determina: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além disso, o § 4º desse artigo determina que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Vale trazer à baila a opinião de Magalhães Noronha, citando Heleno Fragoso, grande estudioso de Direito Penal, que explana que, sem dúvida, a prática de atos de libidinagem com menor de 14 anos será atentado violento ao pudor, em face da presunção de violência; todavia, na forma de induzir o menor a presenciar atos de libidinagem, a conduta será impunível, se se tratar de menor de 14 anos.

Assim, torna-se necessário que nós, legisladores, estejamos sempre atentos às lacunas do Direito. Assim sendo, não poderíamos deixar de preencher essa brecha no Código Penal, deixando impunes aqueles que praticam esse tipo de ação danosa contra nossas crianças.

Ademais, é de se destacar que a pena de 6 a 10 anos de reclusão constante no projeto visa a estabelecer isonomia e proporcionalidade com a gravidade do crime de atentado violento ao pudor.

Saliento, pois, que a proposição corrige a citada lacuna do Código Penal e não apresenta vícios de antijuridicidade nem de constitucionalidade, tendo em vista que é competência do Congresso Nacional legislar sobre Direito Penal, por força dos arts. 22, § 1º, e 48, ambos da Constituição Federal.

Não só na condição de Parlamentar, mas também como pai e cidadão comum, estou convencido de que a alteração prevista nesse projeto contribuirá efetivamente para a redução desse grave problema de violência que se tem praticado contra pessoas ingênuas e indefesas, pois tornará esse abominável ato como crime punível com pena de 6 a 10 anos de reclusão.

Dessa forma, Sr. Presidente, conto com o apoio dos nobres Parlamentares das duas Casas Legislativas, para que o projeto seja rapidamente aprovado. Assim, passamos a ter mais um mecanismo jurídico de prevenção à violência contra nossas crianças.

Agradeço a V. Ex^a e peço, mais uma vez, o apoio dos meus Pares para um projeto extremamente importante, que venha a preencher uma lacuna realmente importante e necessária de ser preenchida do Código Penal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Papa-léo Paes.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Marisa Serrano, por permuta com o Senador

Neuto de Conto e, posteriormente, o Senador Mário Couto, que vai falar pela Minoria.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, não aparteei V. Ex^a porque, por uma feliz coincidência, me propus hoje a falar de um tema que V. Ex^a abordou aqui, com muita propriedade. Parabênz, desde logo, V. Ex^a pelo projeto que protocola nesta Casa a respeito do assunto que trata de extrema importância.

Vim hoje, aqui, Senador Papaléo, clamar às autoridades deste País.

V.Ex^a, que é médico, quando temos um surto de dengue, de rubéola, de poliomielite, em nosso País, quais são as providências que se toma no País? Primeiro, faz-se uma campanha pública de esclarecimento, seguida de uma campanha de vacinação. E na maioria das vezes, Senador Flávio Arns, conseguimos debelar a crise, reduzindo drasticamente o número de atingidos por aquele mal.

Senador Papaléo Paes, o que me traz hoje à tribuna é um pedido às autoridades deste País no sentido de que deflagrem uma campanha pública de esclarecimento e de alguma forma de orientação ao povo brasileiro. Estou alarmado. Estou simplesmente alarmado, desde a suspensão das atividades da nossa CPI, em relação ao combate à pedofilia. Nesse espaço de cerca de um mês, em que estivemos envolvidos na campanha, praticamente todos os dias – todos os dias –, por intermédio dos meios de comunicação, colhi informações aterradoras, assustadoras, de prática de pedofilia, de crime sexual contra as crianças, avô que estupra netas, pai de 15 filhos que se vicia as filhas. Ontem, a televisão mostrou um cidadão de uma população de um determinado município brasileiro que depredou uma delegacia na tentativa de tirar um cidadão que havia estuprado e assassinado uma criança de 5 anos, Senadora Marina Silva!

O Correio Braziliense, no mês de setembro, publicou uma reportagem, muito bem fundamentada, dando conta de que aqui, a um quilômetro do Palácio do Planalto, crianças, meninas estão sendo alvo da prostituição infantil na rodoviária de Brasília, por dois reais! Por dois reais!

Percebo que há um recrudescimento dessa prática criminosa, dessa agressão violenta contra as crianças do nosso País.

Eu dizia que a CPI da Pedofilia se prestaria a dois grandes objetivos: o primeiro era elaborar uma reforma da legislação que tornasse duro o combate a esses criminosos e, em grande parte, assassinos. E isso a CPI está fazendo. Elaborou proposições alterando o Estatuto da Criança, alterando a legislação, para tornar

duro o combate aos pedófilos deste País, aos criminosos deste nosso País. Agora, isso leva tempo. O Congresso terá que apreciar, o Senado terá que apreciar, isso terá que ir para a Câmara. Isso leva tempo!

O outro objetivo que eu imaginava que a CPI pudesse cumprir, Senadora Marisa, era o de funcionar como uma espécie de sirene de carro de polícia. Uma vez, questionei a um policial por que, quando são chamados para a cena de um crime ou para a iminência do cometimento de determinado crime, eles vão com a sirene ligada. Perguntei por que não chegam com a sirene desligada para pegar o pessoal em flagrante. O policial me explicou, Senadora Marisa, que a sirene é ligada exatamente para inibir o cometimento do crime.

A tentativa é de, em última instância, inibir o cometimento do crime, assustar quem está na iminência de cometer um crime. Eu achava que a CPI da Pedofilia cumpriria também esse papel, Senador Mão Santa.

Tão logo retomemos os nossos trabalhos – estamos aqui aguardando nosso Presidente, que é incansável, junto com o Senador Romeu Tuma, junto com outros Parlamentares que fazem parte dessa CPI, incansáveis Parlamentares –, vou propor, numa reunião administrativa da CPI, que reexaminemos essa questão, porque a CPI teve uma divulgação que ninguém pode reclamar. A Imprensa cobriu essa CPI, que teve seus trabalhos bastante divulgados, mas, mesmo assim, Senadora Marisa, a prática de pedofilia neste País, os crimes sexuais perpetrados contra as crianças neste País só tem aumentado, drasticamente, violentamente.

Portanto, além do que podemos fazer no âmbito da CPI – e acho que ainda podemos fazer muita coisa –, estou aqui clamando às autoridades deste País, Senador Papaléo, que deflagrem uma campanha de esclarecimento à população mais humilde. Muita coisa pode ser dita. Pode ser uma campanha que, por exemplo, oriente as pessoas, as mães, os pais, os familiares, para os sinais de violência e de sevícias que crianças sofrem e que passam, muitas vezes, despercebidos.

Uma campanha pública de esclarecimento pode tirar dúvidas e pode induzir as pessoas a terem esse tipo de comportamento preventivo, observando sinais de sevícias, de violência contra as crianças, que, muitas vezes, passam despercebidos. Uma campanha pública! Acho que é hora! Não podemos mais fechar os olhos. Não podemos mais conviver com essa prática absurda. Pedófilos, criminosos que atentam contra as crianças do nosso País não podem mais ficar impunes. E além de não poderem mais ficar impunes, não podem mais continuar agindo como agem, livremente,

no nosso país tão querido, com as nossas crianças tão queridas, Senador Mão Santa. É um absurdo o que está acontecendo no nosso País!

Estamos envolvidos em crise financeira, acabamos de sair de uma eleição, temos assuntos da maior relevância aqui... O Senador Mário Couto está propondo uma verdadeira mobilização neste Congresso em nome dos aposentados, em nome dos nossos velhinhos, o nosso querido Senador Paulo Paim está envolvido aqui em uma operação de solidariedade com relação à extinção do fator previdenciário, mas este assunto se sobrepõe a tudo isso, Senador. Este assunto se sobrepõe a tudo isso. Este assunto requer nossa máxima atenção, nossa mobilização, nosso envolvimento em uma grande campanha pública de esclarecimento às pessoas mais humildes deste País. Esses crimes são perpetrados, são cometidos, Senador Papaléo, normalmente, nas famílias mais humildes, nas famílias mais pobres deste País, aquelas que, pela dramaticidade da vida, não têm tempo de observar o que está acontecendo com as crianças, com as crianças do nosso País, em grande número.

Esta Casa não pode ficar silente com relação a um assunto deste. Não podemos deixar este assunto só por conta da CPI da Pedofilia, Senador Valadares. Esta Casa, a partir da Mesa Diretora, tem que se envolver nesta campanha, ou seja lá o que possamos fazer, mas não podemos mais ficar tratando aqui de outros assuntos sem nos envolvermos de corpo e alma no combate severo e definitivo a essa prática odienta de pedófilos e criminosos que assediam e matam nossas crianças em nosso País.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Meu querido Senador Gerson Camata, com todo prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Com a permissão do Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a que quero, em gênero, número e grau, me solidarizar com a revolta e até com a veemência com que V. Ex^a toca no tema. Tenho um projeto que tramita aqui há uns dois anos e vejo que agora vários países adotaram essa mesma lei da castração química do pedófilo. Ele é irrecuperável.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Conheço o projeto.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Agora, a Polônia, que é um país democrático, que veio daquele problema do comunismo, mas é democrático, acabou de adotá-la. A Itália, a França, a Inglaterra e quatro Estados norte-americanos, países democráticos, já adotam essa castração. Veja V. Ex^a o que ocorre: o

pedófilo é condenado a quinze ou vinte anos. O juiz, então, pergunta a ele: você prefere ficar 15 anos na cadeia ou prefere...

(Interrupção do som.)

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – ... ser submetido à castração química? Ele que escolhe, é voluntário. E eles são irrecuperáveis. Li, há poucos dias, que, na USP, há um médico que está praticando a castração química a pedido dos pedófilos. Eles procuram o médico e dizem: “doutor, estou tendo um problema, vou acabar na polícia, não estou me controlando e peço...” Então, o médico, a pedido, por escrito, pratica a castração química desses anormais, que são irrecuperáveis, a não ser, infelizmente, pela castração química, que, além de impossibilitá-los do ato, inibe também a libido.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Geraldo Mesquita...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Geraldo Mesquita, primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. Quero dizer a V. Ex^a que hoje me encontro num dos piores dias da minha vida, com o sentimento muito abalado. Eu queria poder ir à tribuna hoje para falar sobre o que aconteceu no meu Estado ontem. Já não é a primeira...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – ... mas essa, Senador, dói muito no sentimento de qualquer ser humano. Uma menina de dez anos de idade, Senador, foi arrancada de dentro da sua casa, assassinada, estupro, violentada, teve suas vísceras colocadas para fora, Senador, por causa de brigas de gangue de um bairro contra o outro. Para se vingar de outro bairro, por causa de venda de drogas, o assassino fez exatamente isso com essa criança. Belém, o Pará hoje é uma terra sem lei. Hoje, eu precisava falar sobre isto neste Senado, mas, infelizmente, acho que não terei horário para isso. Vou lutar até às dezoito horas para falar sobre isso. Mas eu escutava...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Eu escutava a sua fala com o sentimento abalado. Eu escutava a sua fala vendo que no meu Pará a coisa é bem pior do que em todo o Brasil. Eu não sei mais o que faço, a não ser que eu coloque uma bota nos meus pés e saia procurando parceiros para fazer justiça no Estado do Pará, porque, a cada dia que passa, o paraense chora mais. E eu, hoje, estou com o sentimento muito abalado em relação ao que eu vejo nos jornais – ao que eu

vi no Jornal Nacional, ontem, na Globo – e ao que eu vejo e leio nos jornais paraenses. Parabéns por sua postura tão digna neste Senado, por falar de temas tão importantes, que sensibilizam a sociedade brasileira. A criança neste País, como os velhinhos deste País, sofrem bastante e precisam do apoio de cada um de nós. Por isso, Senador, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento desta tarde.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. Espero, inclusive, que V. Ex^a tenha a oportunidade de se pronunciar ainda hoje nesta tribuna.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Se o Senador Valadares permitir, concedo a V. Ex^a o aparte ainda.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Eu quero parabenizar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Mas eu pedi o aparte para solicitar ao Sr. Presidente em exercício que envie ao Presidente Garibaldi Alves Filho o pronunciamento completo do Senador Geraldo Mesquita, para que o Presidente da Casa o envie tanto ao Poder Executivo quanto ao Poder Judiciário, para que realmente considere esse pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita como um pronunciamento extremamente importante para a Nação, abordando essa questão que ele bem frisou: a pedofilia. Peço a V. Ex^a que seja encaminhado, repito, o pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita, na íntegra, ao nosso Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves Filho, e que a Casa, o Presidente, o envie aos Poderes Judiciário e Executivo e ao Senhor Presidente da República para que sejam tomadas as providências cabíveis aos demais Poderes e para que nós não deixemos de tomar as nossas providências.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço o aparte ao Senador Papaléo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Peço desculpas pela extensão do tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não havendo objeção do Senador Geraldo Mesquita, atenderemos ao requerimento do Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, por permuta com o Senador Neuto de Conto.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Depois de ouvirmos aqui o Senador Geraldo Mesquita falar daquilo que abala os sentimentos de qualquer povo e principalmente do povo brasileiro, um

povo tão acolhedor, tão familiar, que convive sempre em grupos, é difícil a gente ouvir as palavras do Senador Geraldo Mesquita e ficar imune. Mais ainda: o pedido que ele faz ou o apelo que ele faz para que todos se envolvam, não só alguns, não só uma Comissão que trabalha na área de combate à pedofilia, mas que todos se envolvam, este Congresso, o povo brasileiro, todas as ONGs, a sociedade civil, o Governo, na fiscalização, no acompanhamento daquilo que se passa no País. Que estejam todos de olhos bem abertos; que todos possam perceber os problemas da sociedade brasileira e que, de alguma forma, ajudem a resolvê-los.

Acho que a verificação, a denúncia, exigir respostas, isso tudo faz parte de todo o mundo, não só do Governo, não só dos políticos, mas de toda a sociedade. Além disso, gritar por moralidade, por decência, por combate à violência, por combate à corrupção é sintoma de cidadania. É garantia e obrigação de cada brasileiro fazê-lo.

Portanto, quero aqui me solidarizar com o Senador Geraldo Mesquita, pelas suas palavras, com o Senador Papaléo, que falou antes dele, e com todos aqueles que estão lutando neste Plenário e em todo o País para que tenhamos uma população mais correta, para que os abusos que são praticados sejam violentamente combatidos. Acho que, aí, nós vamos melhorar a nossa conduta.

Quero dizer que isso não se aplica somente às questões morais que, às vezes, abalam o povo – como estão sendo abalados aqui por questões como essas levantadas – mas, em todas as áreas.

Nós acabamos de sair de uma eleição e vimos, nessa eleição também, casos que abalaram a nossa confiança, às vezes, numa democracia que nós estamos perseguindo tanto e queremos cada vez melhor.

Se nós queremos uma democracia melhor neste País, isso passa muito por termos eleições melhores, mais sérias, mais comprometidas com a moralidade. E isso envolve todos os Partidos políticos. Isso fala muito das questões morais de cada candidato, da forma como cada Partido, cada candidato, cada grupo político vê uma eleição. E eleição não pode ser brincadeira. Eleição deve ser vista com muita seriedade porque dela depende o futuro da democracia do nosso País.

E, aí, nós vimos casos incríveis, casos de a Justiça, em cada Estado, em cada Município, tomar rumos diferentes. Eu nunca vi isso. Cada juiz tinha uma sentença e uma idéia de como fazer a eleição caminhar.

A legislação foi analisada, em diferentes momentos, individualmente, por quem faz a Justiça no seu Município. Isso nós vimos em todo o País. E isso foi algo que me abalou e que, acredito, tenha que ser regulamentado com muito mais certeza e caridade por

todos nós, para que a Justiça não precise, em cada Município, tomar rumo diferente, para que cada um saiba o que está acontecendo, para que não haja nem abusos, nem desserviços à Nação. Mais do que isso: vimos pesquisas serem usadas e abusadas neste País de forma completamente inequívoca e impecunioso, que penalizaram inúmeros candidatos. Isso não pode acontecer. Esta Casa também tem que acompanhar e se pronunciar sobre isso.

Existe também o problema da comunicação. É um problema sério no nosso País. Um jornal de uma cidade não pode ser usado visando ao interesse de um ou de outro Partido político. Aqui não excetuo nenhum. Todos os Partidos, todos os interesses são usados na hora em que alguém se sente minimizado ou com necessidade de usar qualquer meio para atingir o fim.

É por isso que eu quero aqui levantar o problema da reforma política, uma reforma política que deve ser vista, sim, com muita rapidez por esta Casa. Não é o Governo fazer uma proposta de reforma política para os políticos que estão nesta Casa analisarem. Devia ser justamente o contrário: esta Casa tem que oferecer, tem obrigação de oferecer proposta política exequível ao País, para que todos possam discutir; e não ficarmos atrelados àquilo que o Executivo pensa.

Aí, Senador Alvaro Dias, temos que discutir aqui a PEC do Senador Jarbas Vasconcelos que dispõe sobre o fim das coligações para eleições proporcionais. Temos que discutir isso, votar logo nesta Casa e saber o que pensamos.

Se um político, Senador Marco Maciel, não tem idéia do que quer para a política do seu país; se esta Casa, que é a casa maior de todas as casas políticas, sem menosprezar as outras, não pode perceber se ela quer ou não que nós tenhamos coligações nas proporcionais; se isso é bom para o País ou não, se é cláusula de barreira, é especial que nós possamos ter aqui menos partidos, partidos mais representativos ou não. Nós temos que ter realmente condições de poder discutir casos como esses e outros tantos. Tem aqui uma PEC do ex-Senador Sibá Machado, do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre a cláusula de barreira – do Senador Marco Maciel há várias propostas aqui a esse respeito.

Mas eu queria muito que a gente começasse a discutir celeremente a esse respeito. Isso é fundamental, pois estamos acabando de sair de uma eleição com tantos problemas e não podemos ficar só reclamando.

Eu ouvi aqui ontem todos reclamarem, mas não é só reclamar; nós temos que partir para a ação. E o povo brasileiro espera que a gente tenha ação. E quero propor que a gente comece a discutir.

O Senador Alvaro e depois o Senador Casagrande.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Marisa, quero cumprimentá-la porque nós estamos devendo em matéria de reforma política. O nosso modelo político está condenado. A cada eleição nós aprendemos uma lição que se renova. Nesta, a lição é sobretudo que o eleitor está muito mais à frente do que a classe política. O eleitor demonstrou independência. O eleitor compareceu às praças públicas sem *showmício* e compareceu maciçamente, demonstrando interesse. Quando há motivação, há, sem dúvida nenhuma, a presença do eleitor no processo eleitoral. Enfim, nós tivemos avanços no processo eleitoral, mas estamos a dever novas alterações, novas mudanças, e o aprimoramento da legislação, um modelo compatível com a nossa realidade. E agora que o Presidente da República fez esse aceno, encaminhou um projeto ao Congresso, nós temos de exigir que esse projeto seja debatido e votado, é claro – porque é um projeto insuficiente –, com as alterações que serão propostas aqui no Congresso Nacional. V. Ex^a faz muito bem em levar esse tema à tribuna no dia de hoje.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Alvaro.

Senador Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senadora Marisa Serrano, na mesma direção do Senador Alvaro Dias, quero parabenizá-la pelo debate sobre reforma política. Eu me inscrevi como Líder da Bancada do PSB para fazer também esse debate. Dizem que a reforma política é igual a um analgésico: a gente só se lembra dele quando está com dor de cabeça. E muita gente só se lembra da reforma política depois da eleição, porque vê o desvio, vê o erro, vê o equívoco na hora da eleição e, logo depois, quer debater reforma política. Então, acho que o momento é este mesmo, até porque, de fato, nós estamos já debatendo esse assunto há algum tempo. O Governo encaminhou como sugestão; e eu acho que foi bom o Governo ter encaminhado como sugestão, porque esse é um assunto do Congresso, dos partidos políticos, e nós devemos fazer o debate aqui dentro. Eu já propus ao Congresso Nacional, propus ao Senador Garibaldi Alves, propus ao...

(Interrupção do som.)

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – ... Deputado Arlindo Chinaglia até a constituição de uma comissão especial, composta pelas duas Casas, porque já votamos a reforma política aqui, e chega na Câmara e não avança. Lá, votou-se pouco. Mas quando se vota lá, chega aqui e também há dificuldade de

avancar. Acho que o debate poderia ser feito já numa comissão das duas Casas, para que pudéssemos aproveitar as propostas que estão tramitando aqui no Senado e na Câmara, as sugestões do Poder Executivo, e tentarmos encontrar um caminho. Mais uma vez, abuso de poder econômico, publicação de pesquisas na reta final, o que interfere no espírito, no ânimo do eleitor e do candidato, problemas diversos que temos nas eleições e que precisamos diminuir. E a reforma política é de fato o remédio que temos. Quero então concordar com o pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Casagrande.

Senador Valter.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senadora Marisa, V. Ex^a mais uma vez fere um assunto de vital importância. Saímos de uma eleição no dia 5 de outubro e sentimos na pele todos os obstáculos que ainda é preciso remover para que a gente possa ter uma eleição mais representativa, mais legítima. E veja, por exemplo, uma questão que ainda ontem eu estava comentando nesta Casa, desta tribuna: a reeleição. Nós que acompanhamos o processo eleitoral não podemos hoje deixar de reconhecer que, se, por um lado, a reeleição permite um julgamento daquele que exerceu um mandato executivo, por outro cria uma situação de privilégio para quem está nessa disputa, nessa condição, tentando renovar o seu mandato, em relação aos outros postulantes. Ademais, a reeleição tem mostrado que é um caminho muito favorável à prática de abusos no Poder Executivo. Isto também é preciso ser discutido, o tamanho do mandato, que também é uma discussão intrinsecamente ligada à questão da reeleição. Então, efetivamente, é preciso que o Congresso,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – ...ainda no início do próximo ano, quando estaremos distantes quase dois anos do próximo pleito, se debruce sobre essas questões. A coincidência de mandatos. Eu, no passado, condenei a coincidência de mandatos, em razão principalmente da dificuldade que se criava para o eleitor, que era compelido a votar em Prefeito, Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Presidente da República. Tudo isso criava uma dificuldade enorme. Todavia, hoje estamos diante de uma tecnologia que permite uma votação tranqüila. E o eleitor brasileiro aprendeu a votar na urna eletrônica. Está se dando bem. E, com toda essa tecnologia, acho que teremos de voltar a discutir a coincidência de mandatos, sim. Enfim, Senadora Marisa, há uma gama de matérias eleitorais que precisam ser revistas,

e V. Ex^a está instigando para que seja deflagrada essa discussão. E eu acho que merece aplauso a intervenção de V. Ex^a, porque realmente está na hora de se fazer essa discussão.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Valter.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Marisa Serrano, quero de pronto cumprimentar V. Ex^a pela intervenção que faz na tarde de hoje, alusiva às chamadas reformas políticas, a grande questão ainda não resolvida. Tenho a lamentar o fato, pelas circunstâncias de havermos celebrado dias atrás os 20 anos da nossa Constituição e não conseguido avançar nesse campo, a meu ver, essencial para melhorar as condições de governabilidade. Norberto Bobbio, falecido em 2004, num de seus últimos trabalhos, disse que, durante muito tempo, houve uma discussão entre Estado Máximo, Estado Mínimo, de formas de administrar o Estado, mas hoje o grande debate não está mais nessas questões. Está em governabilidade X ingovernabilidade. Os países que conseguem melhorar os seus níveis de governabilidade não somente consolidam suas instituições, mas também as transformam consistentes. Se não fizermos essas reformas políticas, que eu preferiria denominá-las de reformas institucionais, não vamos conseguir reduzir a insegurança jurídica que ainda marca o nosso País. Enfim, essa é uma questão essencial. Lamento que o Congresso não se tenha dado conta da importância de priorizar essas reformas, que são, na minha opinião, gênero de primeira necessidade. Como alertou V. Ex^a, cabe fortalecer os partidos políticos, uma vez que são instrumento de interlocução entre o Governo e a sociedade. Isso levou, certa feita, o grande pensador austríaco Hans Kelsen – aliás, ele morou muito tempo nos Estados Unidos – a afirmar que o Estado democrático é o Estado partidário, porque, na realidade, o Estado democrático não funciona bem se não se alicerça em partidos fortes, bem estruturados. Não basta fazer partidos fortes; é necessário dar-lhes as condições de sustentação, como lembrou V. Ex^a, por meio da chamada cláusula de desempenho. A cláusula de desempenho já vigora em mais de quarenta países do mundo. Tenho um levantamento de 42 países que dispõem de cláusula de desempenho. Outros já a adotaram, e isso tem permitido que esses países melhorem, conseqüentemente, suas condições de governabilidade. Precisamos discutir a Federação, que é também uma questão política. O Brasil é uma Nação quase continental, que tem uma enorme população; é o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental. Infelizmente, ainda há uma grande centralização

de poder da União, em detrimento dos Estados e Municípios. Vejo os Municípios cada vez mais carentes, enquanto a União concentra cada vez mais recursos. E isso devemos corrigir porque tem muito a ver com a governabilidade. A Constituição de 1988, disse Ulysses Guimarães certa feita, seria a Constituição cidadã. Cidadania rima com descentralização. Se não descentralizarmos o ato de governar, vamos continuar a conviver com enormes desigualdades sociais que ainda marcam o espaço político brasileiro. Encerro minha manifestação, cumprimentando V. Ex^a e dizendo que é fundamental que nos conscientizemos, no Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal –, da necessidade de fazermos essas reformas, até como maneira de criar condições para que o País realize o seu projeto de ser uma grande nação. Acho que o século XXI vai certamente assegurar ao Brasil um espaço de grande presença na comunidade internacional. Mas isso só ocorrerá se fizermos essas reformas que V. Ex^a lucidamente está preconizando. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Marco Maciel. Agradeço a todos os companheiros que me apartearam.

Sr. Presidente, quero dizer que a sociedade brasileira e esta Casa viram hoje aqui a discussão de grandes temas que acredito que têm de pontuar a nossa agenda neste final de ano.

Uma delas é a questão da violência que grasa em nosso País e, por conseqüência, a segurança. Essa é uma questão que tem que ficar sempre na ordem do dia porque dela depende a vida tranqüila do cidadão brasileiro.

Discutimos aqui a parte da governança, da reforma política, de como o País pode avançar tendo uma estrutura política efetiva que dê suporte às ações que os governos queiram empreender em benefício da população. O Senador Marco Maciel lembrou aqui outro tema fundamental, que é o tema federativo, a discussão da federação brasileira, para que Estados e Municípios tenham, sim, seus papéis determinados muito claramente, podendo cada um assumir as suas responsabilidades e dar respostas à sociedade também...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – ... e não só depender das ações e dos recursos nas mãos da União. E também há uma questão que ficou de fora da minha fala e que aqui tem sido tratada com muita pertinência por vários colegas nossos, mas tenho certeza de que poderemos falar a respeito em outro momento. Trata-se da crise econômica mundial por que passamos, uma crise bancária e fiscal que está

realmente impactando todo o mundo, da qual não há como o Brasil ficar de fora.

Não é falar em uma pequena gripe, não é falar em marola, não é falar em pequena onda. Não. O que queremos é seriedade, compromisso do Governo em uma questão tão séria, que afeta bilhões de pessoas em todo o mundo, mas que afeta principalmente milhões de pessoas em nosso País.

Portanto, quero aqui agradecer o tempo que o Presidente me concedeu.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – E quero dizer a todos que estão nos ouvindo neste momento que vale a pena vermos um Congresso como este, de cabeça erguida, lutando por aquilo que acredita e discutindo as grandes propostas nacionais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Marisa Serrano, quero felicitar V. Ex^a por este pronunciamento oportuno. Na realidade, não existe uma democracia forte, um país desenvolvido, sem instituições fortes. E dentre as instituições que dão balizamento, fundamentação à democracia, estão os partidos políticos. Na medida em que eles estejam fortes, podemos ficar tranqüilos de que não haverá nenhuma solução de continuidade com referência ao funcionamento das nossas instituições.

Por isso, parablenizo V. Ex^a, e esperamos que o Congresso Nacional venha cumprir a sua parte que está faltando, que é a reforma política e, ao lado dela, a reforma tributária.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agora, o próximo orador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mário Couto, pela ordem...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Seria eu, seria eu...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a está como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Seria eu. Cedi ao Senador Tasso Jereissati. Então, V. Ex^a pode dar prosseguimento normal, deixando o espaço, obviamente, da fala do Senador Tasso Jereissati. Vou falar agora, pela ordem, na vez do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Já está tudo anotado aqui, Senador. V. Ex^a terá a palavra no momento adequado. Por

enquanto, o próximo orador é o Senador Alvaro Dias; em seguida, o Senador Valter Pereira, e depois o Senador Mão Santa.

Estamos ansiosos, mais uma vez...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Resguardando logicamente o direito do Senador Tasso Jereissati, que é sua hora de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Tasso Jereissati também; está garantido o nosso Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, eu falo no lugar do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E V. Ex^a vai falar como orador inscrito. Já está tudo resolvido.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CBF prossegue realizando negociações para definir as subsedes da Copa do Mundo de 2014. Na próxima semana, no dia 14, uma comissão de inspeção visitará Curitiba. A inspeção será realizada pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, Abdib. O pente fino será mais uma etapa para a definição das subsedes da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago à tribuna este tema porque os investimentos serão gigantescos. O projeto Copa do Mundo 2014 é algo de importância financeira, econômica, excepcional. Fala-se em investimentos de R\$100 bilhões, e é evidente que o Poder Público investirá. Por essa razão, recomenda-se uma presença atuante do Governo, especialmente por intermédio do Ministério dos Esportes, que deve monitorar as ações da CBF, já que o Governo, o Poder Público, será parceiro da entidade representativa do futebol no nosso País.

Trago aqui uma especulação provinciana que, além de irritante, chega ao absurdo, chega à raia da mediocridade. Especulou-se, em Curitiba, que o Presidente da CBF dissera a uma comissão de políticos e de desportistas do Paraná que Curitiba não poderia sediar Copa do Mundo, já que, como Presidente da CPI do Futebol, criei problemas para a CBF.

Ora, Sr. Presidente, eu tive dificuldades de acreditar. Depois, houve uma alteração na informação: acabaram dizendo que o Presidente Ricardo Teixeira apenas havia feito uma brincadeira, fazendo referência a meu nome com bom humor. Mas trata-se de uma especulação provinciana ridícula.

Ora, isso não é critério para definir se uma capital da importância de Curitiba vai sediar ou não a Copa do Mundo, em 2014. Esse é o critério do revanchismo,

da mágoa, do ressentimento, do rancor; e os critérios que devem prevalecer para definir as subsedes da Copa do Mundo no País são os critérios da eficiência, da competência. O que vale é a infra-estrutura, estrutura, organização, estádios modernos, segurança, posição geográfica estratégica. Tudo isso deve ser levado em conta. São critérios técnicos definidos, inclusive, pela entidade máxima do futebol mundial: a Fifa. A Fifa recomenda obediência a critérios eminentemente técnicos.

Portanto, Sr. Presidente, que se calem os capatazes do Sr. Ricardo Teixeira, que imaginam administrar nosso futebol como se fosse uma fazenda. É evidente que o Sr. Ricardo Teixeira tem de responder a ações judiciais na Justiça Federal e que foram trancadas, mas que prosseguirão um dia, como consequência da CPI do Futebol que apontou irregularidades, que sugeriu o indiciamento do Presidente da entidade. Essa sugestão foi acolhida pelo Ministério Público que promoveu a denúncia, e os procedimentos judiciais foram instaurados.

Mas o Presidente Ricardo Teixeira não pode levar em conta essas questões – e não as levará! Ele deixou isso claro, sobretudo quando conversou com representantes do Paraná. Aqui está uma declaração do Sr. Mário Celso Petraglia, que é o Presidente do Conselho Deliberativo do Atlético do Paraná. Ele disse que o Presidente Ricardo Teixeira afirmou que os critérios serão eminentemente técnicos.

Portanto, essas questiúnculas de natureza política, essa exploração política são absolutamente desnecessárias, inconvenientes e não têm sentido. Não há grandeza nisso. Aliás, só há mediocridade nesse tipo de comportamento.

E repito: o futebol brasileiro é um patrimônio cultural do nosso povo. Tem que ser administrado com honestidade, com eficiência, com competência e respeito à sociedade.

Aqui está parte da entrevista de Mario Celso Petraglia. Ele fala da possibilidade de o Governo Federal criar um “pacto da copa”, prevendo investimentos especiais para as cidades que receberão os jogos do Mundial de 2014. Ele diz: “Têm Estados que estão recebendo verbas para ampliação de seus aeroportos, mas nós não ganhamos absolutamente nada”.

Aliás, as obras estavam se realizando no aeroporto...

(Interrupção no som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

As obras se realizavam no aeroporto de Curitiba e, por determinação do Tribunal de Contas da União,

foram paralisadas, já que houve superfaturamento em obras de todos os aeroportos brasileiros. Essas obras estão paralisadas. Houve um gigantesco superfaturamento de mais de R\$3 bilhões. Portanto, é preciso que o Governo agilize providências administrativas para que os nossos aeroportos estejam em condições quando nós estivermos próximos da realização da Copa do Mundo.

Disse ainda o dirigente atleticano:

Há a possibilidade de o governo federal receber os governadores e prefeitos das cidades envolvidas no projeto para criação do Pacto da Copa, que o governo pôs à disposição, estamos falando em investimento de 100 bilhões de reais.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, Sr. Presidente, não é algo para brincadeiras. É um assunto muito sério. O Governo está envolvido, recursos públicos estão envolvidos, e o que se exige é que falem alto o bom senso, o respeito à sociedade brasileira, a correção dos procedimentos e a justiça na definição de critérios técnicos para a escolha das capitais brasileiras ou das cidades brasileiras que serão sub-sedes da Copa do Mundo em 2014.

Aproveito para sugerir que, na Comissão de Educação do Senado Federal, se constitua uma subcomissão de esportes para acompanhar todas as ações desenvolvidas pela CBF relativamente ao projeto Copa do Mundo 2014.

Essa sugestão, creio, pode ser aceita pela Comissão de Educação. Eu próprio estaria disposto a colaborar no próximo ano, se possível integrando essa Comissão, para participar ativamente dessa fiscalização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira. (Pausa.)

Estando ausente S. Ex^a, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, seria agora a vez – é porque V. Ex^a chegou agora – do Senador Tasso, mas o Senador Mão Santa já está na tribuna. Não há problema; o Senador Tasso fala logo após.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência pede desculpas. Eu não tinha essa informação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não há problema, Presidente. Logo em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A seguir, falará o Senador Tasso Jereissati e entraremos na Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, acabamos de viver o momento maior de uma democracia, que é o chamamento do povo, já que ela nasceu pelo povo nas ruas gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”. Com esse grito, caíram todos os reis e surgiu esse regime.

Agora, Senador Papaléo, atentai, nós não vamos falar da democracia do mundo, porque o tempo é pouco, nem do Brasil todo, mas da República Velha. A República Velha caiu por corrupção eleitoral. Getúlio foi contra. E aí passaram, em homenagem a Pedro Simon e aos gaúchos, quinze anos. Era um homem bom, mas foi um ditador. Aí voltou a República a que assistimos e vivemos, Tião. E para V. Ex^a e o seu Partido aprenderem.

Então, o mundo quis voltar à democracia. Winston Churchill reuniu as forças democráticas do mundo e fez sucumbir Hitler, Mussolini, e o Japão. Pedro Simon, aqui, então, voltou ao Rio Grande do Sul o honrado Getúlio, estadista. Mas olha a seqüência – ô Tião, o Senado é para isso, e V. Ex^a tem por obrigação ensinar o Executivo – V. Ex^a. Aí vem o Dutra. A eleição do Dutra foi presidida pelo Presidente do STF com neutralidade. Eu já tinha nascido, os mais jovens não, mas Dutra ganhou – eu nasci na guerra – de Eduardo Gomes numa eleição presidida pelo STF. Dutra era aquela pessoa imparcial, incorruptível, honrada, honesta. Quando saiu da Presidência, mandou um sobrinho, Tião Viana, ajeitar uma casa, ao adentrar recuou porque achou que a casa era grande e que não teria condições de pagar por ela. Que exemplo de honestidade de Dutra! O genro explicou que era um amigo que havia cedido a casa. Ele não podia pagar pelo aluguel da casa, que era um sobrado – o ex-Presidente Dutra.

Mas ele presidiu com toda lisura o processo democrático. Getúlio Vargas ganha, pela segunda vez, do líder oposicionista da Revolta do Forte de Copacabana, Eduardo Gomes.

Com o suicídio de Vargas, houve um período conturbado vivido pelo Congresso. Toma posse Café Filho, Carlos Luz. E Nereu Ramos preside imparcialmente, Marco Maciel, V. Ex^a se lembra, a eleição de Juscelino Kubitschek. E Juscelino, esse aqui, cassado e humilhado ali, deu um exemplo: ele presidiu as eleições e passou a presidência ao seu adversário, Jânio Quadros. Que beleza de exemplo de Juscelino!

Jânio renunciou, assumiu João Goulart, e veio o período militar.

Ô Marco Maciel, quero dar um testemunho. No período militar, os militares fizeram aqueles Ais, do AI 2 até o AI 5, mas as eleições eram mais honradas do que as de hoje, ó Presidente do TSE! Elas não vieram... ninguém podia votar em Presidente e Governador, mas as eleições municipais eram puras.

Ô Pedro Simon, em 1972, antes Ulysses, nós tiramos do Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –..., dos militares, da ditadura, a maior prefeitura do Estado do Piauí – antes Ulysses. Eram limpas, eram puras. Eu conheci pessoalmente, ô Marco Maciel, V. Ex^a pode ter conhecido tudo, mas eu conheci pessoalmente Carlos Castello Branco, homem honrado! Eu estudei em Fortaleza e o conheci de lá. Não conheci Costa e Silva, não conheci Médici, mas conheci Geisel, ô homem honesto, honrado e austero. E conheci João Baptista Figueiredo. Ô Tião, tomei dois porres com ele. Eu era Deputado Estadual, o Governador não gostava de beber, e me chamava. Tomei, tomei. O Dr. Lucídio Portella, no Piauí, não bebia, e o Figueiredo quis, e eu fiz companhia. Mas vou lhe dizer o seguinte: ô homem honrado, ele, o Figueiredo. Não, você tem de aprender e dar o recado ao Presidente da República. Olha, eu vi o Figueiredo, e a gente sabe *In vino veritas*. Eles deram uma missão para ele, como se dissessem “Vá para o Iraque”, e ele ia; e cumpriu e fez a abertura. Vamos ser justos: homem honrado. As eleições que ele presidiu foram honradas. Esse, eu conheci.

Aí veio o Presidente Sarney. Que belo comportamento nas eleições que ele presidiu. Passou – não foram os seus que foram eleitos – para o seu adversário, Fernando Collor. O comportamento do Presidente Sarney, ô Marco Maciel, foi de uma austeridade, de uma imparcialidade, de uma dignidade, tanto que o seu adversário ganhou, o Collor. Depois, entrou o Itamar. O Itamar tinha uma popularidade igual ao Presidente Luiz Inácio, quando presidia...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou concluir. É para V. Ex^a aprender História do Brasil. É necessário todos nós aprendermos, está entendendo?

Então, aí vem o Fernando Henrique. Olha o comportamento de Itamar. Fernando Henrique Cardoso, quero, ninguém vai me tirar para dar esse ensinamento. Ô Pedro Simon, Fernando Henrique Cardoso... Eu fui eleito, não votei nele, votei em Quércia, sou do PMDB, 98, reeleito. Ô Tião, presta atenção o estadista que era Fernando Henrique. Por que eu ganhei? Eu sou o bom? Não. O candidato ele tinha, do PSDB. Eu ganhei porque ele foi justo, correto, imparcial, ético e decente. Teve um segundo turno? Foi o do PFL para mim. Perdeu porque Fernando Henrique foi digno juiz e árbitro-presidente. Não teria ganhado. Ele tinha os candidatos do Piauí, como estamos vendo agora. Não basta não. Está imoral o negócio. Eu nunca vi tanta corrupção.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais um minuto para V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o suficiente para eu lembrar o que Ulysses disse. Ulysses, Tião, atentai bem, disse que a corrupção é o cupim que corrói a democracia. Eu nunca vi na minha vida e na história do Brasil eleições tão corruptas.

Presidente Luiz Inácio, eu quero ajudá-lo. Será que todos esses que representam a história estão errados? Foi por isso, Tião. Aprenda! Está ali Rui Barbosa, porque na Primeira República quiseram fazer essas eleições, facciosas, um militar entregando para o outro, e Rui Barbosa, quiseram lhe dar a chave do cofre, e ele disse: “Não troco as trouxas de minhas convicções por um Ministério”.

Então, as eleições no Brasil voltaram a ser as mais corruptas da história do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, como Líder da Minoria.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Tião Viana, Srs. Senadores, não estava programado, mas o Senador Mário Couto gentilmente me cedeu o seu espaço para que eu viesse a esta tribuna.

Não pude resistir à vontade de fazer um pronunciamento, neste momento, sobre a questão econômica, principalmente depois que vi, hoje de manhã, se não me engano no Bom Dia Brasil, um pronunciamento do Presidente Lula em que ele parecia não estar entendendo ainda a gravidade do problema que está acontecendo hoje neste País. Ou o Presidente Lula não está entendendo a gravidade do problema, ou simplesmente

te está levando com uma certa irresponsabilidade as questões que envolvem a economia brasileira e que podem refletir sobre ela nos próximos anos.

O Presidente Lula, nos primeiros momentos, falou que aquilo era problema do Bush; que perguntasse ao Bush porque nós não tínhamos nada a ver com isso. Depois disse que os palpites que falaram tanto quebraram e agora nós estamos ensinando a eles, etc. Parece que o Presidente não tem noção da complexidade da economia mundial, nem que estamos inseridos nela. Se de certa maneira em determinado momento, nós fomos beneficiados pela prosperidade da economia mundial, neste momento, nós poderemos vir a ser arrastados também para baixo em função dos problemas da economia mundial.

Agora já não se trata de discutir se isso vai acontecer ou não, pois já está acontecendo. A crise definitivamente chegou ao Brasil, Senador Mário Couto. Não há mais momento para discussões, para fantasias, para ficar na televisão levando na brincadeira, fazendo gaiatice, porque a crise, que é muito grave, chegou ao Brasil.

Hoje, ainda há pouco, o dólar chegou a R\$2,50! Essa cotação é insustentável para muitas empresas, para muitos bancos. É insustentável para o consumo e para a capacidade de pagamento da maioria da população brasileira.

O crédito secou, Senador Tião Viana! O crédito absolutamente secou! Não existe mais crédito na praça, simplesmente não existe. Não existe dinheiro para ser emprestado. Sem crédito, a economia não funciona. Sem crédito, o motor da economia não anda. E, hoje, literalmente, o crédito secou. Neste momento, nós estamos vivendo uma situação de impasse que pode levar a economia brasileira a uma situação muito grave.

Por outro lado, queria alertar e parece-me que o Presidente Lula não percebeu nada disso ou não estão contando a ele. Dificilmente, no momento em função do que aconteceu com o crédito, a receita, no ano que vem, não vai despencar. É quase certa uma queda da receita federal no próximo ano, gerando efeitos e consequências graves para o problema fiscal brasileiro, sem que tenha havido, até agora, uma palavra da Liderança do Governo à Nação, falando do problema que estamos vivendo, falando da realidade em que estamos vivendo e chamando atenção da população para a crise. Eu não usaria a palavra irresponsável porque considero muito forte, mas o Presidente estava conclamando a população ao consumo. Não façam isso, brasileiros, porque, em nome de uma fantasia, estarão desequilibrando o orçamento caseiro, porque a possibilidade de o crédito continuar subido

por algum tempo é verdadeira, e consequências para a economia vão acontecer!

Paradoxalmente – isso me chama a atenção – está chegando ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, Senador Antonio Carlos Júnior, o Proer do Lula. Depois ele virá para o Senado Federal e será discutido. Evidentemente, alguém do Governo já se preocupou, porque do contrário não mandariam o Proer do Lula. Senador Eduardo Suplicy, Senador Tião Viana, figuras por quem tenho tanto respeito, tanto criticaram no passado o Proer do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que era um Proer para os banqueiros, o programa do Lula é um Proer piorado. O Proer do Lula é o Proer do Fernando Henrique piorado, porque ele não exige transparência, ele não exige a troca do banqueiro, ele não exige que o banco que necessite desses recursos caia fora do mercado; ele simplesmente autoriza que recursos sejam destinados aos bancos que venham a ter problema sem nenhuma regra e sem nenhum programa definido.

Então, Senador Jarbas, o Proer do Lula é muito pior. Está chegando aqui sem discussão. E chega envergonhado, chega simplesmente envergonhado e disfarçado, porque, ao mesmo tempo em que ele chega, o Presidente Lula vai à televisão dizer que não está acontecendo nada e que a população brasileira pode consumir mais, pode gastar mais e comprar mais.

Concedo um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, a Presidência faz um apelo a V. Ex^a e lembra que regimentalmente não cabe aparte em comunicação de liderança. Ainda temos a Ordem do Dia, com uma solicitação do Plenário para que ocorra...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há um orador na tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero fazer um apelo a V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero entender. Quero só entender! Quero fazer uma questão de ordem a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para formular uma questão de ordem, V. Ex^a teria que citar o artigo envolvido, Senador Mário Couto. Então a Presidência vai fazer a devida consideração pela intenção.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não. Só quero alertar uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Após o Senador Tasso Jereissati...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, não. Eu quero fazer a questão de ordem com o Senador na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a vai fazer...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com o orador na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O que a Presidência pode conciliar com os Senadores, pela importância do tema, que é de interesse do País, é que, após o Senador Tasso Jereissati fazer a sua comunicação de Líder, votamos com objetividade essas matérias da Ordem do Dia e, a seguir, concedemos a palavra para ele promover o debate extenso, pela importância do assunto. É a colaboração que peço ao Plenário em razão de termos uma obrigação a cumprir, que é apreciar a Ordem do Dia, já anunciada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a concede a palavra, e o orador volta a tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Posso conceder excepcionalmente, pela importância do tema, após a Ordem do Dia. É o pedido que faço a todos.

V. Ex^a colaborou com a Mesa nesse sentido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a cortou o som daqui?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, ontem mesmo o Presidente que dirigia a Mesa consultou o Plenário para que pudéssemos fazer um debate com o orador que estava falando no horário de liderança. E o Plenário liberou. Então, consulte o Plenário! Faça a mesma coisa que fizeram ontem!

Aqui é o seguinte: em um dia é uma coisa; em outro dia é outra. É assim que funciona?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Ontem a Presidência contou com a exemplar colaboração de V. Ex^a na tribuna, que disse que infelizmente não podia conceder aparte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não foi na minha hora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Foi quando V. Ex^a estava da tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Foi na hora em que havia um orador na tribuna fazendo um questionamento grave e não queria ser aparteado. Então, o Presidente consultou o Plenário e o Plenário que liberou a Presidência para que o orador pudesse perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a se refere a um momento em que o Presidente Garibaldi estava presidindo a sessão e o Senador Agripino estava na tribuna no dia de ontem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não foi, não. Quem presidia esta Casa ontem era o Senador Geraldo Mesquita, que consultou o Plenário e o Plenário liberou. Ele ainda disse que o Plenário estava acima do Regimento, que se o Plenário concordasse ele podia fazer qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não. Senador Mário Couto, eu vou seguir o Regimento da Casa e com a maior sensibilidade convido o Senador Tasso Jereissati a voltar à tribuna após a Ordem do Dia para encaminharmos a matéria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero registrar o absurdo que é um dia a Presidência tomar uma decisão e em outro dia tomar outra decisão.

Quero deixar o meu protesto registrado nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

Senador Flexa Ribeiro, há um orador na tribuna e peço a devida consideração de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero fazer um apelo ao Presidente Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu não vou mudar a posição da Presidência, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a termina, e eu faço um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Regimentalmente, V. Ex^a não tem a palavra, mas lhe darei um minuto para proceder ao seu apelo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Som, por favor.

V. Ex^a disse há pouco que dará em seguida a palavra ao Senador Tasso Jereissati, após aprovar rapidamente quatro projetos que estão na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais de quatro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Cinco projetos, seis, sete projetos, quantos forem. Quero pedir a V. Ex^a que, em atenção ao Senador Tasso Jereissati, deixe que ele conclua o pronunciamento e, depois, entremos na Ordem do Dia. Ontem iniciamos a Ordem do Dia às 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro, a decisão da Presidência está tomada.

O Senador Tasso Jereissati tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Monocrática e autoritária.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Vou acatar, então, a decisão da Mesa. Eu só queria dizer que é preciso esta Casa colocar em discussão ime-

diatamente, Senador Viana, uma questão tão grave. Parece que as autoridades brasileiras estão fora do mundo, porque a questão está sendo discutida no mundo inteiro, e o Presidente da República não está levando a crise a sério até agora e aqui estamos ausentes desse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

– Nº 654/2008, de 25 de setembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 292, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.074-GP/TCU

Brasília, 2 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

O Tribunal de Contas da União, ciente do seu papel de indutor da correta atuação estatal, coloca à disposição dos gestores e da sociedade a cartilha “Convênios e outros Repasses”, com o objetivo de esclarecer o tema e contribuir para o aperfeiçoamento da atuação da Administração Pública.

Com mais essa iniciativa, pretende o TCU reforçar sua ação pedagógica e preventiva, no desempenho da missão institucional de assegurar a efetiva e regular aplicação dos recursos públicos em benefício de toda a população brasileira.

Com esse objetivo, encaminho a Vossa Excelência exemplares da referida cartilha.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.441-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 1º de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 020.718/2008-6, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 1º-10-2008, bem como do Acórdão 1.276/2008-TCU-Plenário.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 2.147/2008 – TCU – PLENÁRIO

1. Processo nº: TC– TC-020.718/2008-6.

2. Grupo I – Classe II – Solicitação do Congresso Nacional (Recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, formulada ao TCU no item VIII – 4 do Relatório Final nº 1, do Congresso Nacional).

3. Interessado: Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Congresso Nacional.

4. Órgão: Congresso Nacional.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG.

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional (Recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, formulada ao TCU no item VIII – 4 do Relatório Final nº 1, do Congresso Nacional).

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar que a recomendação formulada ao TCU pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instituída com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, constante do item VIII – 4 do Relatório Final nº 1, de 2008, do Congresso Nacional, foi atendida mediante a auditoria de conformidade de que trata o Acórdão nº 1.276/2008-TCU-Plenário (TC-002.824/2008-0);

9.2. esclarecer ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, digno Presidente do Congresso Nacional, que a efe-

tividade da auditoria a que se reporta o item anterior será maximizada na oportunidade da fiscalização de monitoramento destinada a verificar o cumprimento das determinações/recomendações expedidas naquela deliberação, programada para o primeiro semestre de 2009, bem assim em razão da sistemática prevista na Decisão Normativa-TCU nº 85, de 19 de setembro de 2007, de avaliação das despesas efetuadas com cartão corporativo, quando do exame das contas anuais dos órgãos e entidades jurisdicionados;

9.3. encaminhar ao ilustre Presidente do Congresso Nacional, eminente Senador Garibaldi Alves Filho, cópia do Acórdão nº 1.276/2008-TCU-Plenário e da presente deliberação, bem como dos relatórios e votos que os fundamentam;

9.4. determinar o arquivamento deste processo.

10. Ata nº 40/2008 – Plenário

11. Data da Sessão: 10-10-2008 – Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2147-40/08-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Assinou o original

Walton Alencar Rodrigues, Presidente.

Assinou o original

Valmir Campelo, Relator.

Fui presente:

Assinou o original

Maria Alzira Ferreira, Procuradora-Geral, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Requerimento nº 2, de 2008–CN, e vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2008

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 7º

.....

§ 2º Se o investigado ou acusado estiver foragido, o juiz pode, de ofício ou a pedido do Ministério Público, determinar a indisponibilidade de seus bens, comunicando a decisão a entidades bancárias ou aos órgãos que promovem registros de transferência de bens, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A disposição do vigente art. 7º da Lei nº 8.429, de 2 junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, não, tem alcançado alguns casos de enriquecimento ilícito, notadamente quando há fuga do agente.

Os juízes não têm encontrado elementos seguros para comprovar os indícios de lesão ao erário público ou enriquecimento ilícito, haja vista que em vários casos trazidos pela mídia, muitos investigados ou acusados fogem, dando sumiço a altas somas de bens, ainda que em contas bancárias, sem deixar pistas.

A medida cautelar de indisponibilidade de bens e direitos vem apoiada na ação civil pública de improbidade administrativa, obedecendo aos requisitos conexos de **fumus boni juris** e **periculum in mora**. A fumaça do bom direito consiste na plausibilidade do direito alegado, consubstanciado na idoneidade das provas, gravidade da conduta proibida. O “perigo da demora” vem demonstrado no risco de lesão irreparável ao patrimônio público.

Reduzir essa discricionariedade da referida Lei nº 8.429, de 1992, é o que visa o presente projeto, ao indicar a hipótese de fuga do agente, para interpor a medida acautelatória de indisponibilidade, coibindo a dissipação de bens e evitando óbices futuros na reposição de prejuízos ao erário público, caso constados na ação principal.

O projeto contribuirá, também, com a atividade de investigação policial, em que muitas pessoas foragidas da justiça, com alto poder aquisitivo, têm a sua prisão decretada, mas não são localizadas. A medida de indisponibilidade sufocará o foragido, impedindo-o

de desvirtuar os recursos financeiros em seu poder e impelindo-o a se entregar à justiça.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres Pares para aprovação do presente projeto, que, transformado em lei, contribuirá com o resultado eficaz do processo principal.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o **caput** deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2008

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com prótese auditiva da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

II –

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses

ortopédicas e dentárias e aparelhos e próteses auditivas;

§ 2º

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses de que trata a alínea **a** do inciso II do **caput** deste artigo, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário e, no caso de aparelhos e próteses auditivas, a dedução restringe-se à correção de danos à saúde causados por doença profissional ou acidente em serviço.

..... (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implantado o disposto no art. 2º

Justificação

A atual legislação do imposto de renda das pessoas físicas é injusta e incoerente na parte em que permite a dedução, da base de cálculo, de despesas com próteses. Com efeito, somente geram direito ao benefício fiscal as próteses ortopédicas e dentárias.

No entanto, a medicina dispõe de inúmeras outras formas de suprir deficiências do corpo humano, as quais escapam desse campo restrito. Não há o menor sentido em dar proteção fiscal a alguns tipos de prótese, deixando outras ao desabrigo. As consequências de uma disfunção orgânica são sentidas qualquer que seja o mal.

Esse projeto tem o objetivo de corrigir parcialmente o problema, incluindo as próteses auditivas ao lado das ortopédicas e dentárias, as únicas que hoje possibilitam a diminuição do imposto. As deficiências auditivas trazem inúmeros problemas à vida das pessoas, principalmente dificultando sobremaneira sua integração ao processo produtivo – e, portanto, ao exercício profissional. Quando caracterizadas por alto grau de severidade e ocorrentes desde a infância, têm como consequência a própria dificuldade de desenvolvimento integral da pessoa. Sem dúvida, a sur-

dez conduz a uma necessidade tão especial quanto qualquer outra.

Nesse projeto, propomos a dedução, para fins do imposto de renda, das despesas com aparelhos auditivos. Contudo, nessa primeira etapa, parece-nos que já seria um grande avanço se o benefício fiscal fosse restrito aos que tenham adquirido a deficiência em virtude de doença profissional ou de acidente em serviço.

É o que se coloca ao estudo e deliberação.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....
§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

.....
Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta lei complementar:

.....
II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....
Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

.....
Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício

em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

.....
Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e

de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de:

1. R\$2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007;

2. R\$2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008;

3. R\$2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009;

4. R\$2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2010;

5. (revogado);

c) à quantia, por dependente, de:

1. R\$1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007;

2. R\$1.655,88 (mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008;

3. R\$1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009;

4. R\$1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2010;

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

§ 1º A quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, representada

pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

§ 2º O disposto na alínea **a** do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea **b** do inciso II deste artigo.

.....
(*Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2008

Altera o caput do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para dois anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Os prêmios prescrevem em dois anos a contar da data da respectiva extração.

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, o direito dos felizardos ganhadores de prêmios de loteria só pode ser exercido dentro do prazo noventa dias, a contar da data do sorteio.

Contudo, o sorteio atribui ao ganhador o direito de receber o prêmio, e é difícil compreender prazo tão exíguo para o exercício desse direito. Não é razoável que alguém seja privado de bens de valor tão expressivo simplesmente porque, por desinformação ou por equívoco, não foi buscar, nos curtos noventa dias previstos pela lei, o que é seu por direito.

Quando a situação é inversa, ou seja, quando é o cidadão a dever ao Poder Público, jamais se cogita de prazo tão pequeno. Desequilíbrio tão grande é inaceitável.

Por isso, contamos com o apoio dos dignos Pares para aprovar o presente projeto, que visa a evitar que a sorte e a alegria de ganhar na loteria possam facilmente se converter em decepção, frustração e tristeza.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008.— Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 204,
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

.....
Art 17. Os prêmios prescrevem em 90 (noventa) dias a contar da data da respectiva extração.

Parágrafo único. Interrompem a prescrição:

I) citação válida, no caso do procedimento judicial em se tratando de furto, roubo ou extravio;

II) a entrega do bilhete para o recebimento de prêmio dentro do prazo de 90 (noventa) dias da data da extração na sede da Administração do Serviço de Loteria Federal ou nas Agências das Caixas Econômicas Federais.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos
— decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2008

Altera o § 3º do art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas am-

bientais entre os critérios de desempate nas licitações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

Art. 3º

.....

§ 2º

.....

V – produzidos ou prestados por empresa certificada pela adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei de Licitações estabelece, no § 2º de seu art. 3º, os critérios para o desempate, na contratação de serviços ou aquisição de bens por entes estatais, quando empresas se encontram em igualdade de condições. Consta desse dispositivo, por exemplo, a prioridade para empresa brasileira de capital nacional, para os bens produzidos no Brasil, ou para aqueles bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Proponho, com o projeto ora apresentado, o acréscimo de mais um critério de desempate nesses processos licitatórios realizados por ente estatal, com o objetivo de prestigiar as empresas que demonstram responsabilidade com a qualidade de vida das pessoas, ao contribuir para a preservação do meio ambiente.

O novo critério para tanto seria a certificação dessa empresa pelo ente estatal competente, na condição de “empresa que adota práticas ambientalmente sustentáveis”.

Solicito a devida atenção e o apoio dos eminentes Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação do projeto de lei que ora apresento.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 1º DE MAIO DE 1943

.....
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instru-

mento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

.....
§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

I – produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

II – produzidos no País;

III – produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

IV – produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

.....
(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania – cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, DE 2008

Institui o Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea, a ser celebrado, anualmente, em 6 de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Existem hoje, no Brasil, mais de mil pessoas na fila de transplantes de medula óssea, aguardando pela solidariedade de doadores que poderão acabar com o sofrimento de pacientes de leucemia e de pais e mães que buscam a cura para seus filhos.

As chances de se encontrar um doador compatível é de uma em cada um milhão de pessoas, por isso é muito importante aumentar o número de doadores cadastrados.

Nesse sentido, a informação e a solidariedade constituem elementos imprescindíveis para essas milhares de pessoas que dependem do transplante de medula óssea para sobreviver.

Assim, são fundamentais todas as iniciativas com o intuito de promover a conscientização da sociedade sobre a importância da doação de medula óssea.

Quando não há um doador aparentado, a alternativa é procurar um doador compatível entre os grupos étnicos semelhantes.

Uma das mais importantes iniciativas na ajuda aos pacientes foi a criação do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), que reúne as informações das pessoas que se dispõem a doar medula para o transplante. Atualmente o Redome conta com mais de 760 mil doadores cadastrados. Esse número é crescente, mas não atende todas as necessidades. Existem, em média, mil e quinhentos pacientes que aguardam um doador compatível. São pacientes que ainda esperam pela ação solidária dos doadores voluntários.

Para minimizar o problema, as entidades civis, juntamente com o Poder Público, começaram a realizar campanhas, ações e eventos buscando mobilizar a sociedade em torno da questão.

Em tais iniciativas, a data de 6 de outubro passou a ser informalmente adotada como um dia nacional para conscientizar a sociedade sobre a doação de medula óssea. Nessa data, no ano de 1995, ocorreu no Brasil o primeiro transplante realizado com um doador não aparentado e identificado por meio do Redome, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Todavia, apesar de já consagrada, a referida data não é formalmente instituída por meio de lei.

Por essa razão, é pertinente e oportuna a instituição do dia 6 de outubro como “Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea”. Tal iniciativa, além de oficializar a data já consagrada, também colaborará para disseminar em todo o território nacional as ações necessárias para o aumento do número de doadores.

Dessa forma, espero contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares a este projeto de lei, que ora apresento em prol da melhoria das condições de saúde do nosso povo.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2008

Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

“Art. 38.

.....
§ 2º As rádios Senado, Câmara e Justiça, na divulgação ao vivo de sessões plenárias das três Casas, ou de Comissão Parlamentar de Inquérito, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ou Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, não veicularão o programa oficial de informações dos Poderes da República no horário fixado na alínea e deste artigo, obrigando-se, no entanto, a veicular gravação daquele programa imediatamente após o término da transmissão ao vivo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com a obrigação instituída pelo art. 38, alínea e, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19h às 20h, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, conhecido como A Voz do Brasil.

Em respeito a esse dispositivo legal, milhares de radiodifusores têm dedicado uma hora de sua programação à transmissão das informações dos Poderes da República.

Entendemos que a disponibilização de uma programação oficial de informações dos Poderes da República ajude a desenvolver o senso cívico e o acesso a informações que podem ser de grande interesse a determinada parcela da população.

Mas a liberdade de informação se desdobra na liberdade de informar (que coincide com a própria liberdade de manifestação do pensamento) e na liberdade de ser informado ou de ter acesso à informação (que revela o interesse da coletividade para que tanto o indivíduo como a comunidade estejam informados para melhor exercício das liberdades públicas).

Ocorre que uma situação específica de cerceamento da liberdade de informação acontece quando A Voz do Brasil interrompe abruptamente a transmissão ao vivo de importantes depoimentos em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) ou Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMI); do Con-

selho de Ética e Decoro Parlamentar; de julgamentos históricos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou de debates de interesse da sociedade nos plenários da Câmara ou do Senado, impossibilitando que a sociedade continue a acompanhar tais transmissões, no momento em que estão ocorrendo.

O presente projeto de lei propõe que as rádios Senado, Câmara e Justiça sejam autorizadas a prosseguir com essas transmissões ao vivo, ao tempo em que gravam A Voz do Brasil para retransmissão após o encerramento da respectiva sessão, não trazendo portanto prejuízo à informação, pois A Voz do Brasil terá sua divulgação assegurada.

Salientamos, por oportuno, que serão alvos desta medida rádios que não visam o lucro. O deslocamento do programa A Voz do Brasil não lhes causará, portanto, prejuízo financeiro.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

.....
Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

a) os administradores ou gerentes que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato;

b) as alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário deverão ser informadas ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;

c) a alteração dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário das empresas e a transferência da concessão, da permissão ou da autorização dependem, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País;

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;

f) as empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei;

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade;

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso;

i) as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República e aos órgãos de registro comercial ou de registro civil de pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.

.....
(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2008

Veda a realização de concurso público exclusivo para a formação de cadastro de reserva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O edital de cada concurso público de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá deixar de prever a especificação do número de cargos a serem providos.

Parágrafo único. A formação de cadastro de reserva nos concursos de que trata o **caput** deste artigo somente será permitida para candidatos aprovados em número excedente ao de cargos a serem providos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Têm proliferado na Administração Pública os concursos públicos específicos para formação de “cadastros de reserva”. O edital regulador de tais concursos não indica o número de cargos a serem providos. Nessas circunstâncias, é possível a realização de concursos mesmo quando não haja qualquer cargo vago.

Pensamos que tais concursos podem constituir, muitas vezes, um verdadeiro atentado aos princípios da moralidade, da impessoalidade e da eficiência, ludibriando os candidatos, ao criar-lhes falsas expectativas de nomeação. Nessas situações, o certame finda por beneficiar apenas a chamada “indústria dos concursos”.

Não faz o menor sentido, a nosso ver, a realização de concursos apenas para a formação de tais cadastros. Ou a Administração carece de novos quadros, e por isso promove o concurso, ou, não estando necessitada de mais servidores, falta-lhe interesse legítimo para deflagrar o processo seletivo.

Recentemente, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 227.480, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, evoluindo em relação a entendimento anterior da Corte, concluiu que, se o Estado anuncia em edital de concurso público a existência de vagas, ele se obriga ao provimento dos cargos, se houver candidato aprovado.

A decisão presta homenagem aos princípios da moralidade e da impessoalidade, que devem presidir a conduta dos agentes públicos. Com efeito, se for dado à Administração deixar de nomear os aprovados em concursos dentro do número de vagas estipulado pelo edital, tal faculdade poderá ser utilizada pelo mau

administrador, quando alguém de sua predileção não tenha logrado aprovação, ou mesmo para perseguir aprovado que eventualmente seja desafeto seu. Ademais, como ressaltou o Ministro Marco Aurélio, “a Administração Pública não pode brincar com o cidadão, convocando-o para um certame e depois, simplesmente, deixando esgotar o prazo de validade do concurso sem proceder às nomeações” (voto na ADI nº 2.931).

Ora, as mesmas razões que presidiram a decisão da Corte Suprema no RE nº 227.480 são válidas quanto aos concursos para a formação de cadastro de reserva. Podemos até supor que, a partir da recente decisão do STF, aumente o número de concursos com tais características, exatamente para se fugir ao dever de nomear reconhecido pelo Tribunal.

Assim como o Estado não pode brincar com a boa-fé dos candidatos, deixando de nomear os aprovados dentro de número de vagas, também não pode deflagrar concursos nos quais sequer há a estimativa de vagas a serem preenchidas. Tal conduta não causa prejuízos apenas aos candidatos, mas também ao próprio Poder Público, pois é razoável imaginar que muitas pessoas capazes deixem de prestar concursos com tais características, exatamente por não terem segurança alguma de que, mesmo sendo aprovadas nas primeiras colocações, venham a ser convocadas.

Importa ressaltar que a proposição não trata exclusivamente de disciplinar os concursos públicos no âmbito da União. Trata-se de uma lei nacional em que ela – a União – como personificadora dos interesses nacionais, estabelece regras para todos os entes federados, inclusive a própria União.

A esse respeito, o Senado Federal já firmou entendimento conforme precedente no Parecer nº 1.266/2002, do eminente ex-Senador Bello Parga, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, segundo o qual, em seu item 19, decidiu-se que a proposição, tendo caráter de lei nacional (incidência sobre a União, Estados e Municípios), como norma geral que vincula todos os entes federados – inclusive ela própria, a União – não recai sobre ela vício de iniciativa.

Solicitamos, pois, o apoio de nossos pares, para a aprovação do presente projeto de lei que, em nosso entendimento, muito contribuirá para a concretização dos elevados princípios regedores da Administração Pública.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Exedito Júnior**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2008

Altera o Código Penal, para incluir o crime de induzir pessoa não maior de quatorze anos a presenciar ato de libidinagem.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O art. 218 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 218.

Parágrafo único. Induzir pessoa não maior de 14 (catorze) anos a presenciar ato de libidinagem:

Pena – reclusão, 6 (seis) a 10 (dez) anos. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 227 da Constituição Federal assim determina: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Ademais, o § 4º desse artigo determina que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Portanto, é preciso que o legislador esteja sempre atento a lacunas do direito penal, que deve buscar punir adequadamente a exploração contra criança e adolescente.

O crime de corrupção de menores tipificado no art. 218 do Código Penal é desclassificado para crime de atentado violento ao pudor, quando a vítima for não maior de 14 (catorze) anos, haja vista a presunção de violência, constante do art. 224, do mesmo Código.

Contudo, a tipificação do referido art. 218 não tem alcançado a conduta de induzir a pessoa não maior de quatorze anos a presenciar ato de libidinagem, porque não possui elementos do crime de atentado violento ao pudor.

Cumpramos trazer à baila a opinião de Heleno Fragoço que, citando Magalhães Noronha, explana que, sem dúvida, a prática de atos de libidinagem com menor de 14 anos será atentado violento ao pudor, em face da

presunção de violência; todavia, na forma de induzir o menor a presenciar atos de libidinagem, a conduta será impunível, se se tratar de menor de 14 anos.

Ademais, saliente-se que a pena de seis a dez anos de reclusão proposta vem guardar isonomia e proporcionalidade com a gravidade do crime de atentado de violento ao pudor.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres Pares, para aprovação deste projeto de lei, que, transformado em lei, permitirá a punição adequada da conduta de induzir pessoa não maior de quatorze anos a presenciar ato de libidinagem.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Papaléo Paes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Presunção de violência

Art. 224. Presume-se a violência, se a vítima: Vide Lei nº 8.072, de 25-7-90

- a) não é maior de catorze anos;
- b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância;
- c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

Corrupção de menores

Art. 218. Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I – aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração

social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI – estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371 , DE 2008

Altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil e da Amazônia.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A educação, como fenômeno universal, no tempo e no espaço, abrange todos os aspectos formativos dos processos de desenvolvimento humano e social. Já a educação escolar surge e evolui em sociedades de linguagem gráfica e de crescente conteúdo científico e tecnológico, que supõe a existência de agências e de profissionais específicos.

Se a totalidade da cultura é objeto dos processos e projetos educativos da sociedade como um todo, nas escolas se restringe o conteúdo para atender a aspectos julgados formativos de personalidade e de identidades políticas. Assim, a educação escolar em Roma difere da de Atenas, e, na mesma Grécia, a de Atenas é diferente da de Esparta. As culturas locais e os ideais políticos moldam currículos diferenciados em espaços geográficos e em tempos históricos distintos.

No Brasil, até pouco tempo, era importante o aprendizado das línguas latina e grega, porque caracterizavam a cultura retórica da elite dominante que freqüentava as escolas. Hoje são privilegiados os conhecimentos matemáticos e de outras ciências exatas que fundamentam a cultura contemporânea; o inglês, o espanhol e outras línguas de uso mais universal passaram a ser obrigatórias, mas eletivas por cada instituição escolar, como preceitua o § 5º do art. 26 da Lei

nº 9.394, de 1996, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional.

O § 1º do mesmo artigo, que oferece as diretrizes gerais curriculares para o ensino público e privado no País, descreve em poucas palavras o núcleo comum de conteúdos obrigatórios: português, matemática, ciências e, em lugar de “geografia e história”, a “realidade social e política, especialmente do Brasil”.

Tudo que ultrapasse ou enriqueça este núcleo é considerado “pane diversificada”, a critério de cada sistema de ensino e estabelecimento escolar. Assim, os paulistas estudam mais a realidade de São Paulo; os fluminenses, a do Rio de Janeiro; os gaúchos, a do Rio Grande do Sul; os paraenses, a do Pará; e os amazonenses, a do Amazonas.

O que pretendo com este projeto de lei é chamar a atenção para uma parte central e distante da realidade brasileira – nossa imensa e rica Amazônia – de forma a incluí-la com ênfase no aprendizado obrigatório dos estudantes. Aprovado este projeto, o paulista e o fluminense, o gaúcho e o potiguar, o paraense e o acreano teriam como conteúdo curricular obrigatório o estudo intensivo desta região do Brasil tão desconhecida pela maioria dos brasileiros. Vejo que, desta forma, os 180 milhões de cidadãos brasileiros estariam conquistando a imensa área povoada por aproximadamente 25 milhões de conterrâneos, incorporando não somente em seu imaginário mítico e opinativo, mas em seu núcleo de afetividade e de conhecimento, a posse efetiva da Amazônia para todos os brasileiros, desde os seis anos de idade até os umbrais da universidade.

Todos sabemos que, na atualidade, o colonialismo, como forma de dominação das nações mais fortes, foi substituído por um certo tipo de globalização que insinua a pertença de certas áreas do planeta – como a Amazônia – ao patrimônio internacional, o que feriria os direitos soberanos do Brasil. Daí a importância de nossa Amazônia ser objeto do maior conhecimento possível de todos os brasileiros, o que se faz pela educação básica formal.

Aprovada a inserção proposta neste projeto, caberá ao Conselho Nacional de Educação fixar objetivos e dosar a quantidade e qualidade dos conteúdos em suas diretrizes curriculares do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos, para que a Amazônia seja redescoberta e ocupada pelos corações e mentes de toda nossa infância e juventude.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Jefferson Praia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005
Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II**Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.~~

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.9.2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (Regulamento)

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

~~II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 11.183, de 2005)

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008)

~~Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Seção III

Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2006)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~
~~II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV - serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

~~III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008)~~

~~§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Regulamento) (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)~~

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

~~§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)~~

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

~~DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL~~

Da Educação Profissional e Tecnológica (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento)~~

~~Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.~~

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

~~Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento)~~

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)~~

~~Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Regulamento)~~

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

~~I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (Regulamento)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: (Regulamento)

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
- II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
- IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
- V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

~~Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.~~

~~Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (Revogado pela nº 11.788, de 2008)~~

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

~~§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.~~

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

~~§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:~~
~~I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;~~
~~I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~
~~e) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~
~~— b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a quatorze anos, no caso das redes escolares públicas; e (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~
~~— c) não redução média de recursos por aluno de ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

a) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

b) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

c) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. (Regulamento)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e, ainda, as Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.12.1996

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008

Altera o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, de forma a excluir a estipulação de prazo para a formulação do requerimento a que o dispositivo se refere e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente, sem limite de prazo, assegurando-se prioridade de análise aos que já tenham encaminhado documentação à Comissão Especial constituída pelo decreto de 23 de junho de 1993 e à Comissão Especial Interministerial constituída pelo Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, que, por qualquer motivo, não tenha sido analisada. (NR)”

Art. 2º Caso já tenham sido extintas a Comissão Especial de Anistia e as Subcomissões Setoriais a que se refere o art. 5º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, o Poder Executivo constituirá novas comissão e subcomissões equivalentes, no prazo de até trinta dias, com estrutura e competência definidas em regulamento.

Parágrafo único. No caso da constituição de novas comissão e subcomissões, conforme prevê o **caput**, ser-lhes-ão aplicadas as disposições legais atinentes à Comissão Especial de Anistia e às Subcomissões Setoriais do art. 5º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Inúmeros servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União foram injustamente demitidos entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, durante o Governo Collor de Mello, em uma atitude, no mínimo, reprovável, despótica e dissociada do Estado de Direito.

De uma hora para outra, muitos pais de família perderam seus empregos, sendo que se tratava de gente humilde e trabalhadora que, em muitos dos casos, não tinham como permanecer onde estavam para ganhar a vida e migraram para o campo, cidades do interior ou, em alguns casos, até para o exterior em busca de meios dignos para sustentar suas famílias.

A Lei nº 8.878, de 1994, convertida da Medida Provisória nº 473, de 1994, deu a possibilidade de anistia aos demitidos que quisessem retomar o seu trabalho. No entanto, essa lei estipulou prazo inexplicavelmente exíguo para que os interessados no retorno apresentassem o requerimento a ser analisado pela Administração, além de não ter sido promovida a adequada publicidade, limitada à publicação no **Diário Oficial da União (DOU)**. Ora, sabe-se que o **DOU** não é lido pela grande maioria dos brasileiros. A combinação da parca divulgação com o lapso temporal mínimo para apresentação dos requerimentos fez com que a imensa maioria dos que poderiam se beneficiar com o retorno às atividades profissionais de que foram aliados sequer tivesse tomado conhecimento dessa possibilidade.

Desde então, foram criadas comissões e subcomissões para analisar os requerimentos interpostos. Na maioria dos casos as anistias eram deferidas, vez que se reconhecia evidente motivação política. Contudo novas comissões foram criadas com o intuito de

rever anistias já concedidas, tendo havido anulação de algumas delas.

A lei previu o reingresso dos injustamente demitidos, mas a critério da Administração. Considerado todo o exposto e a realidade que se viveu, afirmo, sem medo de errar, que somente uma pequena parcela dos demitidos logrou retornar à ativa.

Apenas recentemente, já no atual Governo, tornou-se viável o regresso dos trabalhadores aos postos dos quais foram abruptamente retirados em 1990. Em 2004, foram publicados os Decretos nºs 5.115 e 5.215, instituindo nova comissão para análise das anistias, dessa feita nominada Comissão Especial de Anistia (CEI), que teria o encargo de reavaliar os processos de anistia interpostos em 1994.

Não obstante o ato memorável do atual Presidente da República, os mencionados decretos estabeleciam prazo para interposição do requerimento. Prazo este novamente exíguo e, mais uma vez, não divulgado da forma adequada.

Repetiu-se o infortúnio de a maioria da população de demitidos, que estava lutando para conseguir seguir com a vida, alguns trabalhando e vários sem trabalho. Arrisco dizer que estes últimos constituíam e continuam a representar a grande maioria. Mais uma vez, cristalizou-se a perversa realidade de saírem prejudicados os mais carentes – a maior parte deles, que não têm acesso às notícias veiculadas no **Diário Oficial**.

Dessa maneira, a norma beneficiou apenas uma pequena parcela da população. Em grande monta, os que já estavam novamente integrados ao mercado de trabalho. Não é razoável que a lei beneficie poucos em detrimento dos muitos outros que se encontram na mesma situação. Tal procedimento feriu de morte o princípio da isonomia, pois os iguais devem ser tratados de forma igual, e os desiguais de forma desigual respeitando-se esta desigualdade.

Assim, muitos cidadãos deixaram de interpor o requerimento no prazo estipulado, ficando inteiramente prejudicados, pois, nos procedimentos levados a cabo pela CEI, a análise dos requerimentos está surtindo resultados e muitos dos que tiveram a anistia declarada ou ratificada pela Comissão já retomaram seus postos nas empresas e órgãos dos quais foram demitidos. E há, ainda, o plano de publicação de grande lista de servidores que já tiveram a anistia deferida para retomarem seus postos.

Trago esta proposição, sem estipular limite temporal para a apresentação dos requerimentos, pois o direito de requerer a anistia e obter o seu deferimento, quando cabível, não pode ser recusado ao cidadão que teve a vida alterada em função de ato irresponsável dos representantes do Estado.

Trata-se apenas de uma reparação parcial do dano que lhes foi causado, vez que a devolução dos seus trabalhos não apagará os sofrimentos e privações por que passaram. Friso que se impõe a garantia da possibilidade do exercício desse direito a qualquer tempo. Inúmeras circunstâncias podem ter ocorrido na vida dos prejudicados, e não é justo que, quase vinte anos depois do mal sofrido, ainda se lhes impinjam prazos para requerer o que lhes é de direito.

Ilustres colegas Parlamentares, estamos falando de ANISTIA!

Convicto da justiça, da relevância e do alcance social da proposição que apresento, bem como de seu elevado espírito cívico, peço o apoio dos nobres Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Lobão Filho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI 8878/94

Art. 2º O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de sessenta dias, contado da instalação da comissão a que se refere o art. 5º, assegurando-se prioridade de análise aos que já tenham encaminhado documentação à Comissão Especial constituída pelo Decreto de 23 de junho de 1993. (Vide decreto nº 3.363, de 2000)

Art. 5º Para os fins previstos nesta lei, o Poder Executivo, no prazo de até trinta dias, constituirá Comissão Especial de Anistia e Subcomissões Setoriais, com estrutura e competência definidas em regulamento. (Vide Decretos nºs 1.153, de 1994, 1.498, de 1994, 1.499, de 1995 e 5.115, de 2004)

§ 1º Das decisões das Subcomissões Setoriais caberá recurso para a Comissão Especial de Anistia, que poderá avocar processos em casos de indeferimento, omissão ou retardamento injustificado.

§ 2º O prazo para conclusão dos trabalhos dessas comissões será fixado no ato que as instituir. (Vide Decreto nº 1.344, de 1994)

DECRETO Nº 5.115, DE 24 DE JUNHO DE 2004.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 53 e 54 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial Interministerial - CEI para revisão dos atos administrativos praticados pelas comissões criadas pelos Decretos nºs 1.498 e 1.499, de 24 de maio de 1995, e 3.363, de 11 de fevereiro de 2000, referentes a processos de anistia de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, a ser composta pelos representantes e respectivos suplentes dos seguintes órgãos e entidade:

I - dois do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II - um da Casa Civil da Presidência da República;

III - um do Ministério da Fazenda;

IV - um da Advocacia-Geral da União; e

~~V - um dos anistiados, escolhido em assembléia da respectiva entidade representativa, e por ela indicado.~~

V - dois dos anistiados, escolhidos em assembléia das respectivas entidades representativas e por elas indicados, sendo um originário de órgãos e entidades da administração pública federal, abrangidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e outro de empresas públicas e sociedades de economia mista da União, cujas relações de trabalho subordinam-se à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (Redação dada pelo Decreto nº 5.215, de 2004)

§ 1º Os integrantes da CEI, inclusive seu Presidente, serão designados em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante indicação dos respectivos Ministros de Estado, e, no caso do inciso V, pela correspondente entidade representativa.

§ 2º A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, prestará o apoio administrativo aos trabalhos da CEI.

§ 3º Durante o período em que integrarem a CEI, os representantes de que tratam os incisos I a IV ficarão dispensados do exercício das atribuições inerentes aos respectivos cargos efetivos ou em comissão, dedicando-se integralmente às atividades a cargo da CEI. (Incluído pelo Decreto nº 6.335, de 2007).

Art. 1º-A. Ficam instituídas, no âmbito de cada órgão e entidade da administração federal direta e indireta que tenham servidores ou empregados exonerados, demitidos ou dispensados no período a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, Subcomissões Setoriais da CEI, com as atribuições de: (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

I - analisar as razões da defesa e a instrução probatória; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

II - emitir parecer quanto à ocorrência das hipóteses que justifiquem a revisão dos atos de que trata o art. 1º; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

III - notificar os interessados para apresentação de defesa, quando concluir pela ocorrência da situação referida no art. 2º, inciso I, alínea "b"; e (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

IV - instruir, revisar e submeter os processos à consideração da CEI. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 1º As Subcomissões Setoriais da CEI a que se refere o **caput** também serão constituídas no âmbito de órgãos ou entidades que tenham absorvido as funções, ou estejam executando as atividades de órgãos ou entidades extintos, liquidados ou privatizados após o período indicado no art. 1º da Lei no 8.878, de 1994, e ainda que as respectivas atividades estejam em processo de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da administração pública federal. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 2º As Subcomissões Setoriais serão constituídas no prazo de dez dias a contar de 8 de novembro de 2006, com até cinco servidores públicos federais, ocupantes de cargo ou emprego efetivo no órgão ou entidade, mediante designação pelos respectivos Ministros de Estado, indicados, no caso de entidades vinculadas, pelos respectivos titulares. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 3º Os agentes públicos que tiverem participado de processo decisório que tenha resultado em demissão de que trata a Lei nº 8.878, de 1994, não poderão integrar as Subcomissões Setoriais. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 4º Constatada que não houve notificação pessoal, ou que não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a que alude a alínea "b" do inciso I do art. 2º, o requerente será notificado pela respectiva Subcomissão Setorial para, no prazo de dez dias, aduzir as razões de defesa relativas ao ato de anulação e requerer a instrução probatória que entender de direito. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 5º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de fato e de direito alegadas, facultando-se às Subcomissões Setoriais requisitar processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais no intuito de lhes propiciar o convencimento e a instrução do processo de revisão, para efeito de deliberação. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 6º As Subcomissões Setoriais encaminharão à CEI, para consideração, juntamente com os respectivos processos, relatório detalhado da situação de cada interessado que apresentou requerimento tempestivo, nos termos do art. 2º, no prazo de trinta dias contado da data de recebimento do processo encaminhado pela CEI, prorrogável uma única vez por igual período. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

Art. 1º-B. Poderão atuar, junto à CEI e Subcomissões Setoriais de que trata este Decreto, representantes do Ministério Público Federal, designados pelo Procurador-Geral da República. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

Art. 1º-C. A Coordenação Nacional dos Demitidos e Anistiados das Estatais e Serviços Públicos indicará até dois representantes, para efeito de acompanhamento e controle dos processos junto a cada Subcomissão Setorial de que trata o art. 1º-A. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 1º O interessado poderá suscitar dúvida quanto à isenção de membro da Subcomissão Setorial aos representantes referidos no **caput**. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 2º Reputando fundada a dúvida quanto à isenção de membro da Subcomissão Setorial, os representantes referidos no **caput** submeterão a questão à CEI, que, decidindo quanto à ausência de isenção nos termos do art. 18 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, poderá avocar o processo, ou oficiar ao Ministro de Estado propondo a substituição do membro da Subcomissão. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

§ 3º Na ausência de representante da Coordenação Nacional dos Demitidos e Anistiados das Estatais e Serviços Públicos junto à Subcomissão Setorial a que o interessado tiver o seu pleito submetido, este poderá formular requerimento diretamente à CEI, para que avoque o processo. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

~~Art. 2º A CEI analisará os requerimentos, formulados no prazo máximo de noventa dias contado do início de vigência deste Decreto, respeitados os termos dos arts. 6º e 54 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, cabendo-lhe considerar em relação aos atos administrativos referidos no art. 1º:~~

~~Art. 2º A CEI analisará os requerimentos desde que formulados até 30 de novembro de 2004, respeitados os termos dos arts. 6º e 54 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, cabendo-lhe considerar em relação aos atos administrativos referidos no art. 1º: (Redação dada pelo Decreto nº 5.215, de 2004)~~

~~— I - a incidência da decadência prevista no art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999; e~~

~~— II - a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.~~

Art. 2º Cabe à CEI: (Redação dada pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

I - analisar os requerimentos, desde que formulados até 30 de novembro de 2004, e considerar em relação aos atos administrativos referidos no art. 1º os seguintes aspectos: (Redação dada pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

a) a incidência da decadência prevista no art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999; e (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

b) a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

II - encaminhar às Subcomissões Setoriais os pedidos de revisão para os fins relacionados às suas atribuições; (Redação dada pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

III - deliberar quanto ao reconhecimento da condição de anistiado ou, se julgar necessário, solicitar nova instrução mediante a requisição de processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

IV - encaminhar as suas conclusões, na forma do art. 4º; e (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

V - avocar, em qualquer caso, atribuições das Subcomissões Setoriais. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

§ 1º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de fato e de direito alegadas, facultando-se à CEI a requisição de informações, inclusive depoimentos pessoais, ou, ainda, elementos adicionais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido.

~~§ 2º Constatada a ocorrência da hipótese do inciso II do caput, será aberto ao requerente prazo de dez dias para aduzir as suas razões, relativas ao ato de anulação, e requerer a instrução probatória que entenda de direito.~~

~~§ 3º Serão arquivados os pedidos de revisão que não atendam aos requisitos estabelecidos neste Decreto.~~

§ 2º A observância do princípio do contraditório pressupõe que a notificação deve se dar com as garantias previstas no § 1º do art. 161 da Lei nº 8.112, de 1990. (Redação dada pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

§ 3º Quando for iniciado processo do qual possa resultar anulação de anistia, serão observados o procedimento e garantias de servidor, expressos nos arts. 148 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990. (Redação dada pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

§ 4º Serão arquivados os pedidos de revisão que não atendam aos requisitos estabelecidos neste Decreto. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

~~Art. 3º A CEI poderá requisitar processos e documentos e solicitar a manifestação dos respectivos órgãos, necessários à instrução da revisão.~~

Art. 3º A CEI e as Subcomissões Setoriais, cada qual no âmbito de suas atribuições, examinarão os processos originados com base na Lei nº 8.878, de 1994, pendentes de decisão final, desde que o requerimento do interessado que deu origem ao processo tenha sido feito no prazo de que trata o art. 5º do Decreto nº 1.153, de 8 de junho de 1994. (Redação dada pelo Decreto nº 5.954, de 2006).

~~Art. 4º As conclusões da CEI serão submetidas aos Ministros de Estado, conforme o vínculo funcional do servidor ou empregado, cabendo-lhes determinar as providências necessárias, quando couber, à readmissão do servidor ou empregado, no âmbito do respectivo Ministério ou entidades vinculadas.~~

Art. 4º As conclusões da CEI, quanto ao reconhecimento da condição de anistiado, serão submetidas ao Ministro de Estado do

Planejamento, Orçamento e Gestão. (Redação dada pelo Decreto nº 6.077, de 2007)

~~Parágrafo único. O retorno dos anistiados ao serviço estará condicionado ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.878, de 1994.~~

§ 1º Caberá à CEI decidir, em caráter terminativo, sobre a existência da motivação política referida no inciso III do art. 1º da Lei nº 8.878, de 1994, desde que devidamente caracterizada e comprovada, em cada caso, nos autos do respectivo processo. (Incluído pelo Decreto nº 6.335, de 2007).

§ 2º Das decisões de mérito da CEI referidas no § 1º não caberá reexame por qualquer autoridade, no âmbito do Poder Executivo. (Incluído pelo Decreto nº 6.335, de 2007).

§ 3º O retorno dos anistiados está condicionado ao disposto nos art. 2º e 3º da Lei nº 8.878, de 1994. (Incluído pelo Decreto nº 6.335, de 2007).

Art. 4º-A. No desempenho de suas atribuições, a CEI e as Subcomissões Setoriais deverão observar o disposto no art. 1º da Lei nº 8.878, de 1994, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações: (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

I - as exonerações e dispensas decorrentes de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoridade administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

II - as dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

III - as dispensas por justa causa; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

IV - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de órgãos ou entidades que tenham sido extintos, liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades: (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

a) tenham sido transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão ou entidade da administração pública federal; ou (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da administração pública federal; (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

V - as adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado; ou (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

VI - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de empregados de entidades que não integravam a administração pública federal. (Incluído pelo Decreto nº 5.954, de 2006)

Art. 5º O prazo para a conclusão dos trabalhos de revisão será de doze meses, podendo ser prorrogado em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante solicitação justificada da CEI.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA
Nelson Machado

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.6.2004

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008

Justificação

Acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 23.

.....

§ 4º
.....

III – cartões de pagamento, de débito e crédito.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Um dos aspectos mais eloquentes das eleições norte-americanas em curso é o uso intensivo que os candidatos fazem da internet para arrecadação de fundos. O contraste com as eleições brasileiras, nesse ponto, é completo. Nossos candidatos recorrem à internet para divulgar suas propostas e dialogar com os eleitores, raramente para pedir doações ou divulgar a relação de contribuições e doadores.

Diversas são as razões desse desinteresse de nossos candidatos por essa potencialidade da internet. Uma delas certamente localiza-se na relativa rigidez da legislação no que respeita aos mecanismos permitidos para a doação de recursos para candidatos.

Conforme a lei, doações podem ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais, transferência eletrônica de depósitos e depósitos em espécie previamente identificados. Cartões de crédito, o instrumento mais utilizado pelo eleitor norte-americano, não constam dessa relação.

O objetivo do presente projeto de lei é sanar essa omissão. Afinal, doações por meio de cartões de pagamento permitem a identificação do doador tão bem quanto o cheque, a transferência de depósitos e o depósito identificado. Não há razão para impedir o eleitor de contribuir com uso do seu cartão de crédito ou, até mesmo, utilizar para tanto, seu cartão em conta em algum posto de campanha de sua preferência.

Essas as razões por que solicito apoio para o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Texto compilado Mensagem de veto

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Disposições Gerais

Art. 23. A partir do registro dos comitês financeiros, pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas:

I – no caso de pessoa física, a dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição;

II – no caso em que o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido, na forma desta lei.

§ 2º Toda doação a candidato específico ou a partido deverá fazer-se mediante recibo, em formulário impresso, segundo modelo constante do Anexo.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

~~§ 4º Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais.~~

§ 4º As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22 desta lei por meio de: (Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006)

I – cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos; (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

II – depósitos em espécie devidamente identificados até o limite fixado no inciso I do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

§ 5º Ficam vedadas quaisquer doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2008

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho compreendido entre as localidades de Ibiraiaras e Nova Araçá, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias, subitem Ligações, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte trecho rodoviário:

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição km	BR
	Ibiraiaras - Nova Araçá	RS	47	-	-

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A rodovia RS-126 é responsável pela ligação entre a região Norte/Nordeste do Rio Grande do Sul e a capital e o sul do Estado. A construção da estrada teve início em 1990, mas, desde então, passados dezoito anos, foi executado apenas um trecho de menos de dez quilômetros de extensão.

Diariamente, circulam na rodovia inúmeros caminhões que transportam milhares de toneladas de produtos agrícolas, tais como milho, soja e batata inglesa. Devido ao mau estado de conservação da RS-126 e à conseqüente precariedade das condições do tráfego, o

transporte na região está seriamente comprometido, o que se reflete negativamente sobre o desenvolvimento de municípios que dependem da rodovia para o escoamento da sua produção.

A inclusão do trecho que liga Ibiraiaras, São Jorge, Guabiju e Nova Araçá no Plano Nacional de Viação vai conferir à rodovia maior importância como vetor de expansão da malha viária e de desenvolvimento regional, além de favorecer a conclusão das obras de construção e pavimentação da rodovia, bem como a sua manutenção.

A par das localidades citadas, a conclusão da rodovia beneficiará diversos outros pequenos municípios situados em sua área de influência, possibilitando a melhoria da qualidade de vida de milhares de habitantes da região.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral, Siseria Nacional de Viação.
2. Sistema Rodoviário Nacional:
 - 2.1. conceituação;
 - 2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.
3. Sistema Ferroviário Nacional:
 - 3.1 conceituação;
 - 3.2 nomenclatura e relação descritiva das ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação.
4. Sistema Portuário Nacional:
 - 4.1 conceituação;
 - 4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.
5. Sistema Hidroviário Nacional:
 - 5.1 conceituação;
 - 5.2 relação descritiva das vias navegáveis interiores do Plano Nacional de Viação.
6. Sistema Aeroviário Nacional:
 - 6.1 conceituação;

6.2 relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação.

7 - Sistema Nacional dos Transportes Urbanos (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1 - Conceituação (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.0 - O Sistema Nacional dos Transportes Urbanos compreende o conjunto dos sistemas metropolitanos e sistemas municipais nas demais áreas urbanas, vinculados à execução das políticas nacionais dos transportes e do desenvolvimento urbano. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.1 - Os sistemas metropolitanos e municipais compreendem: (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

a) a infra-estrutura viária expressa e as de articulação com os sistemas viários federal, estadual e municipal; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

b) os sistemas de transportes públicos sobre trilhos (metrô, ferrovia de subúrbio e outros), sobre pneus, hidroviários e de pedestres, operados nas áreas urbanas; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

c) as conexões intermodais de transportes, tais como estacionamentos, terminais e outras; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

d) estrutura operacional abrangendo o conjunto de atividades e meios estatais de administração, regulamentação, controle e fiscalização que atuam diretamente no modo de transportes, nas conexões intermodais e nas infra-estruturas viárias e que possibilitam o seu uso adequado. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.2 - Os sistemas metropolitanos e municipais se conjugam com as infra-estruturas e estruturas operacionais dos demais sistemas viários localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.3 - Não se incluem nos sistemas metropolitanos e municipais, pertencentes ao Sistema Nacional dos Transportes Urbanos, as infra-estruturas e respectivas estruturas operacionais dos demais sistemas nacionais de viação, localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

§ 1º Os sistemas mencionados nas seções 2, 3, 4, 5 e 6, citadas englobam as respectivas redes construídas e previstas.

§ 2º As localidades intermediárias constantes das redes previstas que figuram nas relações descritivas constantes das seções 2.2 e 3.2 citadas, não constituem pontos obrigatórios de passagem, mas figuram apenas como indicação geral da diretriz das vias consideradas, sendo o seu traçado definitivo fixado pelo Poder Executivo, após estudos técnicos e econômicos.

§ 3º Os órgãos federais das diferentes modalidades de transporte deverão elaborar as respectivas cartas geográficas em escala conveniente, que permita distinguir e identificar facilmente as diretrizes viárias com seus pontos de passagem, assim como os portos e aeródromos, conforme as relações descritivas do Plano Nacional de Viação de que trata esta lei.

Art 2º O objetivo essencial do Plano Nacional de Viação é permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-militar.

Art 3º O Plano Nacional de Viação será implementado no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Orçamentos Plurianuais de Investimento, instituídos pelo Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, modificado pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro 1969, e Lei Complementar nº 9, de 11 de dezembro de 1970 obedecidos, especialmente os princípios e normas fundamentais seguintes, aplicáveis a todo o Sistema Nacional de Viação, e inclusive à navegação marítima, hidroviária e aérea:

a) a concepção de um sistema nacional de transportes unificado deverá ser a diretriz básica para os diversos planejamentos no Setor, visando sempre a uma coordenação racional entre os sistemas federal, estaduais e municipais, bem como entre todas as modalidades de transporte;

b) os planos diretores e os estudos de viabilidade técnico-econômica devem visar à seleção de alternativas mais eficientes, levando-se em conta possíveis combinações de duas ou mais modalidades de transporte devidamente coordenadas e o escalonamento de prioridades para a solução escolhida;

~~e) dar-se-á preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes, para, em etapas subsequentes, cuidar-se de sua expansão;~~

c) dar-se-á preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes.
(Redação dada pela Lei nº 6.630, de 16.4.1979)

d) a política tarifária será orientada no sentido de que o preço de cada serviço de transporte reflita seu custo econômico em regime de eficiência. Nestas condições, deverá ser assegurado o ressarcimento, nas parcelas cabíveis, das despesas de prestação de serviços ou de transportes antieconômicos que venham a ser solicitados pelos poderes públicos;

e) em consequência ao princípio anterior, será assegurada aos usuários a liberdade de escolha da modalidade de transporte que mais adequadamente atenda às suas necessidades;

f) a execução das obras referentes ao Sistema Nacional de Viação, especialmente as previstas no Plano Nacional de Viação, deverá ser realizada em função da existência prévia de estudos econômicos, que se ajustem às peculiaridades locais, que justifiquem sua prioridade e de projetos de engenharia final;

g) a aquisição de equipamentos ou execução de instalações especializadas serão precedidas de justificativa, mediante estudos técnicos e econômico-financeiros;

h) a adoção de quaisquer medidas organizacionais, técnicas ou técnico-econômicas no Setor, deverão compatibilizar e integrar os meios usados aos objetivos modais e intermodais dos transportes, considerado o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Evitar-se-á, sempre que possível, o emprego de métodos, processos, dispositivos, maquinarias ou materiais superados e que redundem em menor rentabilidade ou eficiência, face àquele desenvolvimento;

i) tanto os investimentos na infra-estrutura como a operação dos serviços de transportes reger-se-ão por critérios econômicos; ressalvam-se apenas, as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional, e as de caráter social, inadiáveis, definidas e justificadas como tais pelas autoridades competentes, vinculando-se, porém, sempre aos menores custos, e levadas em conta outras alternativas possíveis;

j) os recursos gerados no Setor Transportes serão destinados a financiar os investimentos na infra-estrutura e na operação dos serviços de transporte de interesse econômico. Os projetos e atividades destinados a atender as necessidades de Segurança Nacional e as de caráter social, inadiáveis, definidas como tais pelas autoridades competentes, serão financiados por recursos especiais consignados ao Ministério dos Transportes;

l) os investimentos em transportes destinados a incrementar o aproveitamento e desenvolvimento de novos recursos naturais serão considerados como parte integrante de projetos agrícolas, industriais e de colonização; sua execução será condicionada à análise dos benefícios e custos do projeto integrado e as respectivas características técnicas adequar-se-ão às necessidades daqueles projetos;

~~m) os investimentos em vias de transportes, portos e aeroportos, nas áreas metropolitanas e demais áreas urbanas, deverão ser coordenados por planos diretores e/ou projetos específicos e compatibilizados com os planos de desenvolvimento urbano, visando obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das zonas residenciais.~~

m) os sistemas metropolitanos e municipais dos transportes urbanos deverão ser organizados segundo planos diretores e projetos específicos, de forma a assegurar a coordenação entre seus componentes principais, a saber: o sistema viário, transportes públicos, portos e aeroportos, tráfego e elementos de conjugação visando a sua maior eficiência, assim como a compatibilização com os demais sistemas de viação e com os planos de desenvolvimento urbano, de forma a obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão, sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das habitações. (Redação dada pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

Art 4º As rodovias ou trechos de rodovia, já construídos e constantes do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, e alterações posteriores e que não constem do Plano Nacional de Viação aprovado por esta lei, passam automaticamente para a jurisdição da Unidade da Federação em que se localizem.

Art 5º Poderão ser considerados como complementando e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter Complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.

Art 6º As vias de transporte, portos e aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação ficam, sejam quais forem os regimes de concessão e de propriedade a que pertençam, subordinadas às especificações e normas técnicas aprovadas pelo Governo Federal.

Art 7º Os recursos provenientes do Orçamento Geral da União e de Fundos específicos, destinados ao Setor Transportes, não poderão ser empregados em vias, portos e aeródromos que não constem de programas ou planos, oficiais, anuais ou plurianuais, enquadrados nos respectivos sistemas de viação, obedecidos os demais dispositivos legais concernentes.

Art 8º Os recursos que tenham sido destinados para atendimento das obras constantes do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei número 4.592, de 29 de dezembro de 1964 serão transferidos automaticamente para a execução das mesmas obras consideradas no Plano de que trata esta lei, independentemente de qualquer formalidade.

Art 9º O Plano Nacional de Viação será, em princípio, revisto de cinco em cinco anos.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias da vigência desta Lei, o Conselho Nacional de Transportes estabelecerá a sistemática do planejamento e implantação do Plano Nacional de Viação obedecidos os princípios e normas fundamentais, enumerados no artigo 3º.

Art 10. Os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios elaborarão e reverão os seus Planos Viários com a finalidade de obter-se adequada articulação e compatibilidade entre seus sistemas viários e destes com os sistemas federais de Viação.

§ 1º O atendimento ao disposto neste artigo, no que se refere a planos e sistemas rodoviários, é condição essencial à entrega, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), das parcelas cabíveis àquelas Unidades Administrativas, do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, somente sendo lícito aos Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarem recursos oriundos daquele imposto nos seus Sistemas Rodoviários, quando estes se harmonizem e se integrem entre si e com o Sistema Rodoviário Federal.

§ 2º Para atendimento ao disposto na legislação em vigor, especialmente no artigo 21, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estabelecerá a sistemática de verificação da compatibilidade e adequação, do planejamento e implementação dos Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, ao Plano Nacional de Viação.

§ 3º A sistemática de que trata o parágrafo anterior estabelecerá a forma e os prazos em que serão prestadas as informações necessárias à verificação mencionada e proverá normas organizacionais, de planejamento, de execução e de estatística, como orientação para os setores rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo a obter seu funcionamento harmônico e efetivamente integrado num sistema rodoviário de âmbito nacional.

Art 11. Os Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, serão elaborados e implementados dentro de Sistemática semelhante à do Plano Nacional de Viação e deverão, no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação desse Plano, ser submetidos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que os apreciará, encaminhando-os ao Conselho Nacional de Transportes.

Art 12. Após cento e oitenta dias da publicação dos Planos Rodoviários Estaduais, os Municípios deverão apresentar seus planos rodoviários aos órgãos competentes dos Estados em que se situam.

§ 1º Os órgãos rodoviários estaduais aprovarão os Planos Rodoviários Municipais, dando imediata ciência ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

§ 2º Desde que não haja incompatibilidade com os Planos Rodoviários Municipais, Estaduais e o Plano Nacional de Viação, poderão ser elaborados Planos Rodoviários Vicinais Intermunicipais pelos órgãos rodoviários estaduais, de comum acordo com os Municípios interessados.

§ 3º Basicamente, a competência executiva e político-administrativa das rodovias vicinais intermunicipais, não consideradas rodovias estaduais, caberá aos respectivos municípios em que se situarem.

Art 13. O caput do artigo 12 e seu parágrafo 4º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação, mantidas as alterações introduzidas nos demais parágrafos desse artigo, pelo art. 5º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967:

"Art. 12. Os Estados e o Distrito Federal somente receberão as suas quotas do Fundo Rodoviário Nacional após demonstrarem perante o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a destinação e aplicação daqueles recursos, de acordo com a legislação vigente.

§ 4º A inobservância dos prazos a que se referem os parágrafos anteriores, salvo se prorrogados por motivo de força maior, a critério do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, determinará retenção automática das quotas a serem distribuídas".

Art 14. O item I e o parágrafo 4º, do artigo 14, do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"Art. 14.

I - No máximo dez por cento em rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas.

.....

§ 4º As rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas poderão ter sua jurisdição ou conservação a cargo dos órgãos rodoviários estaduais ou municipais, concernentes".

Art 15. O artigo 21, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21. Os recursos previstos no artigo anterior, a serem distribuídos trimestralmente pelo DNER, serão integralmente aplicados pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, na execução dos planos rodoviários estaduais, municipais ou territoriais, os quais deverão se articular e compatibilizar com as diretrizes deste Decreto-lei e do Plano Nacional de Viação, de modo a obter-se um sistema rodoviário integrado de âmbito nacional".

Art 16. Os parágrafos 1º e 2º, do artigo 21, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os Estados, Territórios e Distrito Federal deverão submeter suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados de atividades ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de acordo com as normas e padrões que este órgão estipular.

§ 2º Os Municípios submeterão suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados à aprovação das autoridades estaduais respectivas, na forma que estas determinarem, atendidas, dentro do possível, a homogeneidade com as normas e padrões mencionados no parágrafo anterior".

Art 17. A alínea h , do artigo 4º, do Decreto-lei nº 799, de 28 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

h) manifestar-se sobre os Planos Rodoviários que os Estados, Territórios e Distrito Federal lhe submeterem, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem".

Art 18. O artigo 1º do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, modificado pelo Decreto-lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas:

I - BR-230 (Transamazônica) - Trecho: Estreito - Altamira - Itaítuba - Humaitá, na extensão aproximada de 2.300 km;

II - BR-425 - Trecho: Abunã - Guajara-Mirim, na extensão aproximada de 130 km;

III - BR-364 - Trecho: Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul - Japiim, na extensão aproximada de 1.000 km;

IV - BR-317 - Trecho: Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasiléia - Assis Brasil, na extensão aproximada de 880 km;

V - BR-230 (Transamazônica) - Trecho Humaitá-Lábrea, na extensão aproximada de 230 km;

VI - BR-319 - Trecho: Manaus-Humaitá-Porto Velho, na extensão aproximada de 760 km; (Vide Lei nº 6.337, de 4.6.1976)

VII - BR-174 - Trecho: Manaus-Caracará-Boa Vista-Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970 km;

VIII - BR-401 - Trecho: Boa Vista-Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140 km;

IX - BR-364 - Trecho: Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400 km;

X - BR-163 - Trecho: Cuiabá-Cachimbo-Santarém - Alenquer-Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300 km;

XI - BR-156 - Trecho: Macapá-Oiapoque, na extensão aproximada de 680 km; (Vide Decreto Lei nº 1.868, de 30.3.1981)

XII - BR-080 - Trecho: Rio Araguaia-Cachimbo-Jacareacanga - Careiro, na extensão aproximada de 1.800 km;

XIII - BR-010/226/153 - Trecho: Porto Franco-Paralelo 13 (no Estado de Goiás), na extensão aproximada de 900 km;

XIV - BR-010/230 - Trecho: Guamá-Carolina, na extensão aproximada de 600 km;

XV - BR-070 - Trecho: Rio-Araguaia-Cuiabá, na extensão aproximada de 470 km;

XVI - BR-307 - Trecho: Cruzeiro do Sul-Benjamin Constante-Içana-Cucui (Fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-411) e Caxias (BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750 km;

XVII - BR-210 - Trecho: Macapá-Caracará-Içana-Mitu (Fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450 km;

XVIII - BR-158 - Trecho: São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças, na extensão aproximada de 630 km.

Parágrafo único. Os pontos de passagem e as extensões dos trechos planejados serão fixados definitivamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, após os estudos técnicos e topográficos finais".

Art 19. Enquanto não for estabelecida nova sistemática preconizada no artigo 10 e seus parágrafos desta lei, assim como no artigo 21 e seus parágrafos, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, modificados pelo artigo 16 da presente lei, continuarão em vigor as disposições da legislação que trata do assunto.

Art 20. A classificação dos portos e aeródromos será feita pelo Poder Executivo, segundo os critérios que avaliem e escalonem a sua importância econômica em função das regiões, áreas ou atividades servidas pelos mesmos, ressalvados os interesses da Segurança Nacional.

§ 1º Dentro de cento e vinte dias da vigência desta lei, o Conselho Nacional de Transportes apresentará Projeto, dispondo sobre a classificação dos portos marítimos, fluviais e lacustres, que integrem o Sistema Portuário Nacional.

§ 2º Os nomes dos aeródromos e aeroportos existentes só poderão ser modificados quando houver necessidade técnica dessa alteração.

Art 21. É mantido o Plano Aeroviário Nacional de que trata o Decreto-lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967, observada sua compatibilidade com as disposições desta lei e atendidas as demais definições do Código Brasileiro do Ar (Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966).

Art 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 4.540, de 10 de dezembro de 1964; 4.592, de 29 de dezembro de 1964 e 4.906, de 17 de dezembro de 1965, e os Decretos-leis nºs 143, de 2 de fevereiro de 1967 e 514, de 31 de março de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

J. Araripe Macêdo

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 12.9.1973

[Download para anexo](#)

Alterações	
ÍTEMS	ATO DE ALTERAÇÃO
Item 1.2 - O Sistema Nacional de Viação	Lei nº 6.261, de 14.11.1975
Item 2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal	Lei nº 11.314, de 2006 Lei nº 11.297, de 2006 Lei nº 11.122, de 31.6.2005 Lei nº 11.003, de 16.12.2004 Lei nº 10.960, de 7.10.2004 Lei nº 10.789, de 28.11.2003 Lei nº 10.739, de 24.9.2003 Lei nº 10.606, de 19.12.2002 Lei nº 10.540, de 1º.10.2002 Lei nº 10.031, de 20.10.2000 Lei nº 10.030, de 20.10.2000 Lei nº 9.830, de 2.9.1999 Lei nº 9.078, de 11.7.1995 Lei nº 7.581, de 24.12.1986 Lei nº 7.003, de 24.6.1982 Lei nº 6.976, de 14.12.1981 Lei nº 6.933, de 13.7.1980 Lei nº 6.776, de 30.4.1980 Lei nº 6.648, de 16.5.1979

	<u>Lei nº 6.555, de 22.8.1978</u> <u>Lei nº 6.504, de 13.12.1977</u> <u>Lei nº 6.408, de 21.3.1977</u> <u>Lei nº 11.475, de 2007</u> <u>Lei nº 11.482, de 2007</u> <u>Lei nº 11.729, de 2008</u> <u>Lei nº 11.731, de 2008</u> <u>Lei nº 11.772, de 2008</u>
Item 3.2.2 - Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação	<u>Lei nº 11.297, de 2006</u> <u>Lei nº 10.680, de 23.5.2003</u> <u>Lei nº 9.060, de 14.6.1995</u> <u>Lei nº 7.436, de 20.12.1985</u> <u>Lei nº 6.574, de 30.9.1978</u> <u>Lei nº 6.346, de 6.7.1976</u> <u>(Vide Medida Provisória nº 427, de 2008)</u> <u>Lei nº 11.772, de 2008</u>
Item 4.2 - Relação Descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do P. N.V.	<u>Lei nº 11.297, de 2006</u> <u>Lei nº 9.852, de 27.10.1999</u> <u>Lei nº 6.671, de 4.7.1979</u> <u>Lei nº 6.630, de 16.4.1979</u> <u>(Vide Medida Provisória nº 369, de 2007)</u> <u>Lei nº 11.518, de 2007</u> <u>Lei nº 11.550, de 2007</u> <u>(Vide Medida Provisória nº 427, de 2008)</u> <u>Lei nº 11.701, de 2008</u> <u>Lei nº 11.772, de 2008</u>
Item 5.2.1 - Relação Descritiva das Hidrovias do Plano Nacional de Viação	<u>Lei nº 6.630, de 16.4.1979</u>

2.2.2 - RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO*	
				BR	km
RODOVIAS RADIAIS					
010	Brasília-Paraná-Carolina-Porto Franco-Guamá-Belém ...	DF-GO-MA-PA	1.901	-	-
020	Brasília-Posse-Barreiras-Picos-Fortaleza	DF-GO-BA-PI-CE	1.882	-	-
030	Brasília-Montalvão-Carinhonha (porto fluvial do S. Francisco)-Brumado-Ubaitaba-Campinho	DF-GO-MG-BA	915	-	-
040	Brasília-Três Marias-Belo Horizonte-Barbacena-Juiz de Fora-Três Rios-Rio de Janeiro (praça Mauá)	DF-GO-MG-RJ-GB	1.172	-	-
050	Brasília-Cristalina-Uberlândia-Uberaba-Ribeirão Preto-Campinas-São Paulo-Santos	DF-GO-MG-SP	1.051	040	106
060	Brasília-Anápolis-Goiânia-Rio Verde-Jataí-Campo Grande-Fronteira com o Paraguai	DF-GO-MT	1.281	-	-
070	Brasília-Jaraguá-Aragarças-Cuiabá-Cáceres— Fronteira com a Bolívia	DF-GO-MT	1.286	-	-
080	Brasília-Uruaçu-Cachimbo-Jacareucanga-Canumã-Manaus..	DF-GO-MT-PA-AM	2.227	-	-
RODOVIAS LONGITUDINAIS					
101	Touros-Natal-João Pessoa-Recife-Maceió-Aracaju-Feira de Santana-Itabuna-São Mateus-Vitória-Campos-Niterói-Rio-Mangaratiba-Angra dos Reis-Caragatatuba-Santos-Iguape-Antonina-Joinville-Itajaí-Florianópolis-Tubarão-Osório-São José do Norte-Rio Grande	RN-PB-PE-AL-SE-BA-ES-RJ-GB-SP-PR-SC-RS	4.517	-	-
104	Macau-Pedro Avelino-Lajes-Cerro Corá-Ligação-Santa Cruz -Campina Grande-Caruaru-Maceió	RN-PB-PE-AL	522	-	-

110	Arzila Branca-Mossoró-Augusto Severo-Patos-Monteiro-Cruzeiro do Nordeste-Petrolândia-Paulo Afonso-Ribeira do Pombal-Alagoinhas-Entronc. c/BR-324	RN-PB-RN-PB-PE-PB-PE-AL-PA	1.965	-	-
116	Fortaleza-Russas-Jaguaripe-Silqueiro-Canudos-Feira de Santana-Vitória da Conquista-Teófilo Otoni-Muriae Leopoldina-Além Paraíba-Teresópolis-Entronc. c/BR-493-Entronc. c/BR-040-Rio de Janeiro-Barra Mansa-Lorena-São Paulo-Registro-Curitiba-Lages-Porto Alegre-Pelotas-Jaguarão	CE-PB-CE-PE-BA-MG-RJ-GB-RJ-SP-PR-SC-RS- ..	4.468	-	-
120	Araçuaí-Capelinha-Guanhães-Itabira-Nova Era-São Domingos do Prata-Ponte Nova-Ubã-Cataguazes-Leopoldina-Providência-Volta Grande-Bom Jardim-Forno	MG-RJ	897	-	-
122	Chorózinho (BR-116)-Solonópole-Iguatú-Juazeiro do Norte-Petrolina-Juazeiro-Urandi-Montes Claros	CE-PE-BA-MG	2.554	-	-
135	São Luís-Peritoró-Pastos Bons-Bertolínia-Bom Jesus-Corrente-Cristalândia-Barreiras-Correntina-Montalvão-Januária-Montes Claros-Curvelo-Cordisburgo-Belo Horizonte	MA-PI-BA-MG	2.446	-	-
146	Patos de Minas-Araxá-Poços de Caldas-Bragança Paulista	MG-SP	611	-	-
153	Marabá-Araguaína-Gurupi-Ceres-Goiânia-Itumbiara-Prata-Frutal-São José do Rio Preto-Ourinhos-Irati-União da Vitória-Porto União-Brechim-Passo Fundo-Solidade-Cachoeira do Sul-Bagé-Aceguá	PA-GO-MG-SP-PR-SC-RS, ..	3.555	-	-
154	Itumbiara-Ituiutaba-Campina Verde-Nhandeara-Entronc. c/BR-153	GO-MG-SP	433	-	-
156	Macapá-Calçoene-Oiapoque-Fronteira c/Guiana Francesa	AP	684	-	-
158	Altamira-São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças-Araguaças-Jatáí-Paranaíba-Três Lagoas-Panorama-Dracena-Presidente Venceslau-Porto Marcondes-Paranavai-Campo Mourão-Laranjeiras do Sul-Campo Ere-Itai-Cruz Alta-Santa Maria-Rosário do Sul-Santa na do Livramento	PA-MT-GO-MT-SP-PR-SC-RS	3.670	080	115
163	São Miguel D'Oeste-Barracão-Guaíra-Forte Morumbi-Dourados-Rio Brilhante-Campo Grande-Rondonópolis-Cuiabá-Porto Artur-Cachimbo-Santarém-Alenquer-Obidos-Tirios-Fronteira c/Suriname	SC-PR-MT-PA	3.966	060	67
174	Cáceres-Mato Grosso-Vilhena-Canumã-Manaus-Caracará-Boa Vista-Fronteira c/Venezuela	MT-RO-AM-RR	2.860	080	108

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
RODOVIAS TRANSVERSAIS					
210	Macapá-Caracará-Içana-Fronteira c/Colômbia	AP-AM	2.323	-	-
222	Fortaleza-Piripiri-Itapecuru Mirim-Santa Inês - Açailândia-Marabá-Entronc. c/BR-158	CE-PI-MA-PA	1.431	135	40
226	Natal-Santa Cruz-Currais Novos-Augusto Severo-Pau dos Ferros-Jaguaripe-Crateús-Teresina- Presidente Dutra-Grajaú-Porto Franco-Entronc. c/BR-153	RN-CE-PI-MA-GO	1.487	-	-
230	Cabedelo-João Pessoa-Campina Grande-Patos-Cajazei- ras-Lavras da Mangabeira-Picos-Floriano - Pastos - Bons- Balsas-Carolina-Estrelito-Marabá-Jatobá-Altai- mira-Itaituba-Jacareacanga-Humaitá-Lábrea-Benjamin Constant	PB-CE-PI-MA-PA-AM ...	4.918	101 110 135	8 17 52
232	Recife (Praça Rio Branco)-Arcoverde-Salgueiro-Par- namirim	PE	565	101	8
235	Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Juazeiro-Petrolina-Remanso- Caracol-Bom Jesus-Alto Paranaíba-Araguacema-Cachimbo.	SE-BA-PE-BA-PI-MA-GO-PA	2.220	101	19
242	São Roque-Scabra-Ibotirama-Barreiras-Paraná-São Felix- do Araguaia-Vale do Xingu-Porto Artur (BR-163).....	BA-GO-MT	2.049	020 101	90 5
251	Ilhéus-Pontal-Buerarema-Camacan-Salinas-Montes Cla- ros-Unai-Brasília-Ceres-Xavantina-Cuiabá	BA-MG-GO-DF-GO-MT	2.098	116 122	30 34
259	João Neiva (BR-101)-Governador Valadares-Guanhães-Ser- ro-Gouveia-Curvelo-Felixlândia (BR-040)	ES-MG	605	116	5
262	Vitória-Realiza-Belo Horizonte-Araxá-Uberaba-Frutal - Icém-Três Lagoas-Campo Grande-Aquidauana-Porto, Espe- rança-Corumbá	ES-MG-SP-MT	2.253	101 153 158	15 49 28
265	Muriá-Barbacena-São João Del Rei-Lavras-Boa Esperança- Carmo do Rio Claro-São Sebastião do Paraíso-Bebe- douro-São José do Rio Preto	MG-SP	849	040	16
267	Leopoldina-Juiz de Fora-Caxambu-Poços de Caldas-Arara- quara-Lins-Presidente Venceslau-Rio Brilhante-Porto Murinho	MG-SP-MT	1.835	040 060 116 163	23 14 7 44

272	São Paulo-Sorocaba-Ibaiti-Campo Mourão-Goiá Erê-Guaíra	SP-PR	833	-	-
277	Paranaguá-Curitiba-Irati-Relógio-Laranjeiras do Sul-Cascavel-Foz do Iguaçu	PR	730	165	11
280	São Francisco do Sul-Joinville-Porto União-São Lourenço do Oeste-Barracão-Dionísio Cerqueira	SC-PR-SC	580	101	7
282	Florianópolis-Lages-Joaçaba-São Miguel d'Oeste ...	SC	650	101	14
283	Campos Novos (BR-282)-Capinzal-Concórdia-Seara-Chapicó-São Carlos-Palmito-Mondai-Itapiranga (fronteira com a Argentina)	SC	251		
285	Araranguá-Jacinto Machado-Timbé-Bom Jesus-Vacaria-Passo Fundo-Santo Ângelo-São Borja	SC-RS	738		
290	Osório-Porto Alegre-São Gabriel-Alegrete-Uruguaiana	RS	721	116 158	17 49
293	Pelotas-Bagé-Santana do Livramento-Quaraí-Uruguaiana	RS	536	116 158	6 35
RODOVIAS DIAGONAIS					
304	Boqueirão do Cesário-Aracati-Mossoró-Lajes-Natal ..	CE-RN	416	101 226	20 16
307	Taumaturgo-Porto Valter-Cruzeiro do Sul-Benjamin Constant-Içana-Fronteira c/Venezuela	AC-AM	1.500	-	-
316	Belém-Capanema-Peritoró-Teresina-Picos-Parnamirim-Cabrobó-Floresta-Petrolândia-Palmeira dos Índios-Maceió	PA-MA-PI-PE-AL	2.032	101 104 135 153 230	22 46 26 125 95
317	Lábrea-Bom do Acre-Rio Branco-Xapuri-Brasília-Asis Brasil	AM-AC	879	-	-
319	Manaus-Cafeiro-Humaitá-Porto Velho	AM-RO	866	-	-

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
324	Balsas (BR-230) - Ribeiro Gonçalves-São Raimundo Nonato (BR-020)-Remanso (BR-235)-Jacobina-Feira de Santana-Salvador	MA-PI-BA	1.045	-	-
330	Balsas-Bom Jesus-Xique Xique-Seabra-Jequié-Ubaitaba ..	MA-PI-BA	994	-	-
342	Carinhanha-Espinosa-Salinas-Araquari-Teófilo Otoni-Linhares	BA-MG-ES	837	101	29
343	Luis Correia-Piripiri-Teresina-Floriano-Ertolinia ..	PI	747	226 230 316	39 12 76
349	Aracaju-Entronc. c/Br-101-Itapicuru-Olindina-Mundo Novo-Seabra-Bom Jesus da Lapa-Santa Maria da Vitória-Correntina-Posse (BR-020)	SE-BA-GO	1.035	-	-
352	Goiânia-Ipameri-Patos de Minas-Abatec-Pitangui-Parade Minas	GO-MG	610	-	-
354	Cristalina-Patos de Minas-Formiga-Lavras-Cruzilha-Caxambu-Vidinha-Engenheiro Passos	GO-MG-RJ	895	-	-
356	Belo Horizonte-Muriá-Campos-São João da Barra	MG-RJ	456	140	30
359	Mineiros-Coxim-Corumbá	GO-MT	628	-	-
361	Patos-Piancó-São José do Belmonte-Entronc. c/BR-232 ..	PE-PE	230	-	-
363	Baía de Santo Antônio (Porto)-Alto da Bandeira	FN	9	-	-
364	Limeira-Matão-Frutal-Campina Verde-São Simão-Jataí-Rondonópolis-Cuiabá-Vilhena-Porto Velho-Abunã-Rio Branco-Sena Madureira-Feijó-Tarauacá-Cruzeiro do Sul-Japiim-Fronteira c/Peru	SP-MG-GO-MT-RO-AC	4.195	070 153 163 174 262 267	92 26 238 140 8 44
365	Montes Claros-Pirapora-Patos de Minas-Patrocínio-Uberlândia-Ituiutaba-São Simão	MG	874	-	-
367	Santa Cruz Cabralia-Coroa Vermelha-Porto Seguro - Araquai-Diamantina-Gouveia	BA-MG	695	-	-
369	Oliveira-Campo Belo-Boa Esperança-Campos Gerais- Alfenas-Serrania-Caconde-Pirassununga-Ourinhos- Londrina-Jandaia do Sul-Campo Mourão-Cascavel	MG-SP-PR	1.161	153 267 272	10 32 45
373	Limeira-Itapetininga-Apiai-Ponta Grossa-Três Pinheiros-Francisco Beltrão-Barracão	SP-PR	898	163 272 277	5 10 99
374	Presidente Venceslau-Ourinhos-Avaré-Boituva-São Paulo ..	SP	600	050 153 267 369	10 15 10 28

376	Dourados-Paranavaí-Maringá-Apucarana - Ponta Grossa-São Luís do Purunã-Curitiba-Garua (BR-101)	MT-PR	849	163 277 369	12 56 18
377	Carazinho-Santa Bárbara-Cruz Alta-Santiago - Alegrete-Quaraí	RS	489	285 290	48 33
381	São Mateus-Nova Venécia-Barra de São Francisco - Mante- na-Central de Minas-Divino das Laranjeiras-Governador Valadares-Ipatinga-Belo Horizonte-Betim-Pouso Alegre- Bragança Paulista-São Paulo	MG-SP	980	-	-
383	Conselheiro Lafaiete-São João Del Rei - Camamu - Vidi- nha-Itajubá-Campos do Jordão-Pindamonhangaba - Ubatuba	MG-SP	543	267 354 356	9 23 10
386	São Miguel d'Oeste-Iraí-Carazinho-Soledade-Porto Ale- gre	SC-RS	484	116	16
392	Rio Grande (Porto)-Pelotas-Santa Maria-Tupanciretã - Santo Ângelo-Fronteira c/Argentina	RS	627	-	-
393	Cachoeiro de Itapemirim-Itaperuna-Além Paraíba - Três Rios-Volta Redonda-Entronc. c/BR-116	ES-RJ-MG-RJ	420	040	12
LIGAÇÕES					
401	Boa Vista-Fronteira c/Guiana	RR	140	-	-
402	Entronc. c/BR-135-Paraníba (BR-343)-Granja-Itapipoca- Unirim (BR-222)	MA-PI-CE	467	-	-
403	Acaraú-Sobral (BR-222)-Crato (BR-226)	CE	267	-	-
404	Piripiri-Crato-Novo Oriente-Catarina-Iguatu-Icó ...	PI-CE	481	343	18

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
405	Mossoró-Jucuri-Mulungu-Apodi-Itau-São Francisco do O- este-Pau dos Ferros-Rafael Fernandes-José da Penha- Uirauna-Antenor Navarro-Marizópolis (BR-230)	RN-PB	245	-	-
406	Macau-Jandaíra-João Câmara-Natal	RN	187	-	-
407	Piripiri-São Miguel do Tapuio-Pimenteiras-Bocaina- Pi- cos-Petrolina-Juazeiro-Rui Barbosa-Iramaia- Contenda Suguarana (BR-030)-Anagé (BR-116)	PI-PE-BA	1.251	-	-
408	Campina Grande-Recife	PB-PE	137	-	-
409	Feijó-Santa Rosa	AC	152	-	-
410	Ribeira do Pombal-Tucano	BA	32	-	-
411	Entronc. c/BR-307-Elvira	AM	256	-	-
412	Farinha-Sumé-Monteiro	PB	144	-	-
413	Entronc. c/BR-307-Caxias (Estirão do Equador)	AM	140	-	-
414	Porangatú-Niquelândia-Anápolis	GO	339	-	-
415	Ilheus-Itabuna-Vitória da Conquista	BA	238	-	-
417	Afuá-Anajás-Ponta de Pedras	PA (Ilha de Marajó)	240	-	-
418	Caravelas-Manuque-Carlos Chagas-Teófilo Otoni	BA-MG	289	342	29
419	Rio Verde de Mato Grosso-Aquidauana-Jardim	MT	304	267	14
420	Pojuca (BR-110)-Santo Amaro-São Roque-Nazaré-Lage-Mutui- pe-Jequiriça-Ubaíra-Santa Inês-Itaquara-Jaguaguara-En- tronc. c/BR-116	BA	236	-	-
422	Arquemes-Alto Candelas-Guajará Mirim	RO	282	-	-
422	Natobal-Tucuruí	PA	125	230	15
423	Caruaru-Garanhuns-Paulo Afonso-Juazeiro	PE-AL-BA	535	-	-
424	Arco Verde-Garanhuns-Maceió	PE-AL	148	101 316	11 13
425	Abunã-Guajará Mirim	RO	128	-	-
426	Entronc. c/BR-230-Santana dos Garrotes-Princesa Isabel- Entronc. c/BR-232	PB-PE	142	-	-
427	Currais Novos-Pombal	RN-PB	189	-	-
428	Cabrobó (BR-116)-Petrolina	PE	180	-	-
429	Vila Pandônia (BR-364)-Costa Marques (Rio Guaporé)	RO	299	-	-
430	Barreiras-Santana-Bom Jesus da Lapa-Caetité	BA	499	-	-
451	Bocaiuva (BR-135)-Governador Valadares	MG	315	259	15
452	Rio Verde-Itumbiara-Tupaciguara-Uberlândia-Araxá	GO-MG	500	153 365	6 32
453	Itaqui-Santiago-Santa Maria	RS	304	-	-
454	Porto Esperança-Forte Coimbra (Fronteira c/Bolívia) ..	MT	50	-	-
456	Phandecera-São José do Rio Preto-Matão	SP	213	-	-
457	Cristalina-Goiânia	GO	175	-	-
458	Conselheiro Pena-Tarumirim-Itapú-Entronc. c/BR-381 ..	MG	137	381	6
459	Pocos de Caldas-Lorena (BR-116)-Mambucaba (BR-101) ..	MG-SP-RJ	333	-	-
460	Cambuquira-Lambari-São Lourenço	MG	76	267	7
461	Ituiutaba-Gurinhata-Iturama	MG	114	-	-
462	Patrocínio-Perdizes-Entronc. c/BR-262	MG	84	-	-
463	Dourados-Ponta Porã	MT	123	-	-
464	Ituiutaba-Prata-Uberaba-Entronc. c/BR-146	MG	300	-	-
465	Garganta Viúva Graça (BR-116)-Santa Cruz (BR-101)	MG	39	-	-
466	Apucarana-Ivaipora-Pitanga-Guarapuava-União da Vitória- Porto União	PR-SC	319	-	-
467	Porto Mendes-Toledo-Cascavel	PR	112	-	-

466	Palmeira das Missões (BR-158)-Três Passos (fronteira com a Argentina)	RS	78	-	-
469	Pôrto Meira-Foz do Iguaçu-Parque Nacional	PR	30	-	-
470	Navegantes-Itajaí-Blumenau-Curitiba-Campos Novos-Lagoa Vermelha-Nova Prata-Montenegro (BR-386)	SC-RS	521	-	-
471	Soledade-Santa Cruz do Sul-Encruzilhada do Sul-Canguçu-Peletas-Chuí	RS	668	153	40
				392	56
472	São Borja-Itaqui-Uruguaiana-Barra do Quaraí	RS	245	-	-
473	Aceguá-Herval-Entronc. c/BR-471	RS	200	-	-
474	Aimorés-Ipanema-Caratinga	MG	117	-	-
475	Lages-Tubarão	SC	211	-	-
476	Apiá-Curitiba-Lapa-São Mateus-Pôrto União	SP-PR-SC	410	373	32
477	Canoinhas-Papanduva-Blumenau	SC	178	470	20
478	Lineira-Sorocaba-Registro-Cananéia	SP	324	-	-
479	Januária-Arinos-Brasília	MG-GO-DF	424	-	-
480	Pato Branco-Entronc. c/BR-280-São Lourenço do Oeste-Xanxerê-Chapetô-Erechim	PR-SC-RS	188	-	-
481	Cruz Alta-Aroio do Tigre-Sobradinho-Candelária-Santa Cruz do Sul	RS	173	-	-
482	Safrá (BR-101)-Cachoeiro de Itapemirim-Jerônimo Monteiro-Guaçu-Carangola-Fervedouro (BR-116)-Viçosa-Piranga-Conselheiro Lafaiete (BR-040 e BR-383)	ES-MG	299	-	-

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
483	Itumbiara-Paxanãba	GO-MT	304	164	10
484	Colatina-Itaguaçu-Afonso Cláudio-Guaçu-São José do Calçado-Bom Jesus do Itabapoana-Itaperuna	ES-RJ	273	393	25
485	Entronc. c/BR-116-Parque Nacional das Agulhas Negras-Vale dos Lirios-Garganta do Registro (BR-354)	RJ-MG	35	-	-
486	Itajaí-Brusque-Vidal Ramos-Bom Retiro (BR-282)	SC	150	-	-
487	Pôrto Felicidade (BR-163)-Pontal do Tigre-Campo Mourão-Ponta Grossa	MT-PR	615	158	29
488	Entronc. c/BR-116-Santuário Nacional de Aparecida ...	SP	1	-	-
489	Prado-Entronc. c/BR-101	BA	35	-	-
490	Campo Alegre (BR-050)-Ipameri-Caldas Novas-Morrinhos (BR-153)	GO	142	-	-
491	São Sebastião do Paraíso (BR-265)-Monte Santo de Minas-Arceburgo-Guaçu-Alfenas-Varginha-Entronc. c/BR-381	MG	240	-	-
492	Morro do Côco (BR-101)-Cardoso Moreira (BR-356)-São Fidelis-Cordeiro-Nova Friburgo-Bonsucesso-Sobradinho (BR-116)-Posse (BR-040)-Pedro do Rio (BR-040)-Avelar-Massambará (BR-393)	RJ	367	-	-
493	Manilha (BR-101)-Magé-Entronc. c/BR-040	RJ	63	-	-
494	Entronc. c/BR-262-Divinópolis-São João Del Rei-Andrelandia-Volta Redonda-Angra dos Reis	MG-RJ	370	-	-
495	Teresópolis-Itaipava (BR-040)	RJ	40	-	-
496	Pirapora-Corinto	MG	130	-	-
497	Uberlândia-Campina Verde-Iturama-Pôrto Alencastro-Entronc. c/BR-158	MG-MT	321	-	-
498	Monte Pascoal-Entronc. c/BR-101	BA	12	-	-
499	Entronc. c/BR-040-Cabangu	MG	15	-	-
TOTAL			115.005	-	1.061
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			111.944	-	-

* A extensão superposta, quando ocorre, consta apenas na rodovia de maior numeração.

(À Comissão de Infra-Estrutura –
decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2008

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea **h**, com a seguinte redação:

“Art. 8º
.....
II –
.....

h) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, por aposentado ou pensionista cujo provento ou pensão mensal seja inferior a seis salários mínimos, relativos a medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que comprovados por receita médica e nota fiscal.
..... (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A permissão para dedução de que trata esta lei só produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º

Justificação

O projeto que ora se coloca à apreciação e aperfeiçoamento nas Casas do Congresso Nacional

tem como objetivo corrigir uma grande incoerência da legislação do imposto de renda e, ao mesmo tempo, fazer justiça aos aposentados e pensionistas de baixa renda.

Com efeito, as normas em vigor permitem o abatimento de despesas com medicamentos, desde que aplicados em regime de hospitalização. Ora, a tendência moderna é a de reduzir ao máximo a internação hospitalar, liberando o paciente para tratamento em sua própria residência, com custos menores e com o conforto proporcionado pela proximidade de seus familiares. Os próprios planos de saúde estão estimulando seus clientes a adotar essa modalidade, proporcionando assistência médica e fornecendo equipamentos em domicílio.

Entretanto, ao deixar o hospital, ou antes de nele ingressar, o paciente deve suportar o custo dos medicamentos de forma integral: normalmente os planos de saúde recusam-se a cobrir tal custo e ele não pode ser abatido da base de cálculo do imposto de renda.

O problema torna-se mais grave entre a população de baixa renda e, pior ainda, entre os aposentados e pensionistas, normalmente já ostentando idade madura, numa fase da vida em que é usual a ocorrência de males degenerativos cujo tratamento exige medicação constante e de alto custo.

Como início da correção desse problema, propõe-se com esse projeto alcançar, numa primeira etapa, justamente os aposentados e pensionistas com renda até seis salários mínimos, os quais são, reconhecidamente, os que têm mais urgência de amparo da lei. Considerando a faixa de isenção normal, assim como a faixa de isenção para o aposentado maior de sessenta e cinco anos, já existentes, a perda de receita com a aprovação do projeto será mínima.

Entretanto, grandes serão a significação social e a melhoria do padrão de saúde dos idosos aposentados.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Mensagem de veto

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

~~b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);~~

~~c) à quantia de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) por dependente;~~

~~b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.998,00 (um mil, noventa e oito reais); (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002) (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004)~~

~~b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, até o limite anual individual de R\$ 2.198,00 (dois mil, cento e noventa e oito reais), relativamente: (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)~~

~~b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes efetuados a estabelecimentos de ensino, até o limite anual individual de R\$ 2.373,84 (dois mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos), relativamente: (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

~~1. à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);~~

~~2. ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);~~

~~3. ao ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);~~

~~4. à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);~~

~~5. à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005)~~

~~e) à quantia de R\$ 1.272,00 (um mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002)~~
~~e) à quantia de R\$ 1.404,00 (mil, quatrocentos e quatro reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)~~
~~e) à quantia de R\$ 1.516,32 (mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
~~1. (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
~~2. (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
~~3. (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
~~4. (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001)

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

5. (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) à quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

1. R\$ 1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 1.655,88 (mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

~~f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;~~

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Seção II

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Decreto Legislativo com força de Emenda Constitucional

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Seção II DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(Às comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2008**Institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas – FFMPME.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas – FFMPME, de natureza contábil, destinado à concessão de financiamentos às sociedades empresárias, sociedades simples e empresários que se enquadrem nas seguintes definições:

a) microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem nos limites fixados no art. 3º, **caput** e incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

b) empresário, pessoa jurídica ou pessoa a ela equiparada que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), observadas o disposto no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º Constituem recursos do FFMPME:

I – recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe forem consignadas no orçamento anual, inclusive aqueles decorrentes da emissão de títulos da dívida pública;

II – encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos ao amparo desta lei;

III – ações de sociedade de economia mista federal excedentes ao necessário para manutenção de seu controle pela União ou outros direitos com valor patrimonial;

IV – transferência de bens móveis e imóveis, que poderão ser alienados na forma da legislação pertinente;

V – rendimentos de aplicações financeiras à sua conta;

VI – receitas patrimoniais;

VII – outras receitas.

Art. 3º A União poderá contratar instituição financeira federal para atuar como agente operador do FFMPME, a qual fará jus à remuneração pelos serviços prestados.

Art. 4º As disponibilidades de caixa do FFMPME serão mantidas em depósito na conta única do Tesouro Nacional.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No mundo inteiro, as micro, pequenas e médias empresas são as principais responsáveis pela criação de empregos, bem como têm importante papel na sustentação da demanda agregada, na introdução de inovações mercadológicas e na geração de renda. O Brasil não difere dos demais países. É amplamente reconhecida por todos nós a necessidade de oferecer a essas empresas melhores condições para que operem e prosperem, contribuindo para o bem-estar da população.

A Lei do Supersimples (Lei Complementar nº 123, de 2006) representou um passo crucial em favor da dinamização desse importante setor da economia brasileira, simplificando as regras tributárias a que estão submetidas as microempresas e as empresas de pequeno porte.

Também merece menção a instituição, pelo atual Governo, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado por meio da Lei nº 11.110, de 2005. O Plano Plurianual para 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 2008), por exemplo, prevê que a quantidade de operações e o volume de crédito concedido sob esse programa mais do que dobrarão no quadriênio em questão. Coerentemente com esse objetivo, a Lei Orçamentária para 2008 (Lei nº 11.647 de 2008) destina R\$ 12,7 bilhões para essa finalidade.

Ainda no âmbito do Orçamento para 2008, há o Programa de Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que conta com dotação autorizada de R\$ 49,8 bilhões. Somemos a isso as várias linhas de crédito mantidas pelas instituições financeiras públicas federais e estará mais do que demonstrado o compromisso do Presidente da República com a causa da micro, pequenas e médias empresas.

No entanto, entendemos que resta dar maior racionalidade à programação financeira do Governo Federal. Para isso, propomos a criação de rubrica contábil específica para reunir o conjunto de recursos públicos hoje destinados ao apoio ao setor em tela. Por esse motivo, proponho criar a unidade orçamentária “Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas”, cuja disponibilidade financeira poderá, inclusive, na forma do art. 3º, alavancar os empréstimos concedidos pelos bancos públicos federais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que vem enfrentando dificuldades para ampliar as suas linhas de crédito, como noticiado pela grande imprensa (**vide** a reportagem “Fim do dinheiro barato para o BNDES. E agora?”, publicada no jornal **Valor Econômico** em 11 de janeiro de 2008).

Quanto ao limite de R\$ 60 milhões para a caracterização das médias empresas, baseamo-nos nos estudos do BNDES, que, por meio da Carta-Circular nº 64, de 2002, definiu como grandes empresas aquelas cuja receita operacional bruta anual ou anualizada supere esse valor.

Por fim, em relação ao requisito contido no art. 165, § 9º, da Constituição Federal de que lei complementar discipline a “instituição e funcionamento de

fundos”, cabe esclarecer que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu que a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foi recepcionada para esse efeito (**vide**, por exemplo, a decisão exarada na Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.726/DF).

À luz do exposto, conto com o apoio dos meus Pares para o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

Legislação citada

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Mensagem de veto

Vide LCP nº 127, de 2007

Vide texto compilado

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005.Conversão da MPv nº 226, de 2004

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.Mensagem de veto

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008.Vide Lei nº 11.733, de 2008

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CARTA-CIRCULAR Nº 64/2002

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2002

Ass.: Porte das empresas

O Superintendente da Área de Relacionamento com Instituições Financeiras, no uso de suas atribuições, COMUNICA aos AGENTES FINANCEIROS e ARRENDADORAS que os valores utilizados para a classificação de porte das empresas passam a ser aplicados também para as operações com garantia de risco por conta do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**Texto compilado****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

*(À Comissão de Assuntos Econômicos –
decisão terminativa.)*

PROJETO LEI DO SENADO Nº 377, DE 2008**Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Guarabira, no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Para exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias ao funcionamento da instituição de ensino;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento do estabelecimento de ensino;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º O Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira tem por finalidade formar e qualificar profissionais, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Situado no Estado da Paraíba em uma zona de transição entre o Agreste e o Brejo, o Município de Guarabira ocupa uma área de 149,5 km², onde residem 51.713 habitantes, dos quais 44.334 na zona urbana e 7.379 na área rural.

Guarabira é uma cidade-pólo de grande prestígio e influência na Microrregião de mesmo nome que inclui outras treze cidades.

Embora o comércio seja a base da economia local, o impulso apresentado nos últimos anos pelo setor industrial tem beneficiado sobremaneira o município. Seu distrito industrial conta com indústrias de móveis, de cerâmica e pré-moldados, de confecções, de ração animal, de vinagre, aguardente e torrefação de café. Na agricultura, destacam-se a cultura da cana de açúcar

e de açafrão e, na pecuária, predomina a criação de gado bovino e caprino.

O setor educacional de Guarabira, apesar de diversificado, com escolas de ensino fundamental, médio e superior, públicas e privadas, não tem potencial para atender à demanda dos jovens concluintes do ensino médio e dos adultos que buscam, principalmente, qualificação profissional que os capacite a ingressar no mercado de trabalho.

Felizmente, o Brasil despertou para a importância do ensino profissionalizante em seus diversos níveis enquanto estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável. Sob essa ótica, observa-se hoje um processo de valorização dos cursos técnicos e tecnológicos, tanto por parte da sociedade em geral, como do poder público, que tem-se empenhado em ampliar a rede pública responsável pela oferta dessas modalidades de educação.

Portanto, entendemos que nossa proposta de criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira é meritória, na medida em que poderá contribuir para o amadurecimento econômico da região, e é oportuna, visto que se assenta em preocupações semelhantes àquelas que norteiam as políticas atuais do Ministério da Educação para o setor.

Além disso, lembramos que, nesta Casa, os projetos de lei autorizativa encontram amparo no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu que uma lei autorizativa não é passível de arguição de inconstitucionalidade, tendo como efeito jurídico sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Nessas circunstâncias, solicitamos o apoio dos senhores para a aprovação da medida.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Cícero Lucena**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 378, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

Altera a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à estrutura institucional da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

§ 4º Com o objetivo de promover a integração das ações de apoio financeiro aos projetos de infra-estrutura e de serviços públicos e aos empreendimentos produtivos, o Conselho Deliberativo estabelecerá as normas para a criação, a organização e o funcionamento do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais, que terá caráter consultivo.

§ 5º O Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais será presidido pelo Superintendente da Sudam e integrado por representantes da administração superior do Banco da Amazônia S.A., do Banco do Brasil S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Caixa Econômica Federal. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A minha expectativa é de que a aplicação dos recursos do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) e do FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia) possa ser mais bem orientada com a criação do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais. O resultado almejado seria a realização de investimentos estruturantes e a promoção de bens públicos que possam representar para a Amazônia a conquista dos seguintes objetivos:

I – apoio à atração e implantação de empreendimentos industriais de grande relevância para o desenvolvimento regional, que tenham impacto na viabilidade de outros investimentos, promovam a melhoria da competitividade dos negócios em sua área de atuação e permitam o desenvolvimento de atividades produtivas novas e a expansão daquelas já existentes;

II – implantação de bens públicos mediante a atuação da Administração Pública, nos diversos níveis de governo, em esforço conjunto com entidades representativas das forças sociais, produtivas, científicas e políticas da região;

III – estímulo à criação e preservação de bens públicos que possam aumentar a produtividade regional, incentivar o aproveitamento das potencialidades regionais e tornar efetivas as vocações e vantagens comparativas regionais;

IV – apoio aos arranjos produtivos locais e à adoção de inovações tecnológicas que ajudem a elevar a agregação de valor à produção e aumentem a competitividade das empresas e dos negócios; e

V – melhoria da produtividade dos fatores econômicos, em especial da força de trabalho, e implantação de investimentos estruturantes nas áreas de infra-estrutura econômica e social e de serviços públicos básicos.

A atenuação das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento exige, do conjunto de órgãos e entidades com atuação na Amazônia, a aglutinação de seus recursos institucionais, técnicos e financeiros na difícil empreitada de atrair e apoiar a implantação de empreendimentos que possam estabelecer novos paradigmas de competitividade da economia regional, com a criação de novas oportunidades de negócio e com a instalação de novas empresas.

Cabe esclarecer que a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, que trata da recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), prevê a criação e o funcionamento de Comitê com idêntica missão institucional. Ou seja, estamos propondo dotar a Sudam com uma sistemática de atuação já prevista na legislação relativa à promoção do desenvolvimento do Nordeste, a cargo da Sudene.

Esse é o espírito do projeto de lei que ora apresentamos e para o qual solicito o apoio de meus Pares.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Cícero Lucena**.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 54, DE 2008

Altera o art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para prever a concessão de 30 dias de repouso remunerado à senadora gestante, em caso de natimorto ou de abortamento, e de 5 dias ao senador cujo cônjuge ou companheira se encontre na referida situação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43.

§ 4º A licença à gestante, a licença ao adotante, a licença-paternidade e as hipóteses previstas nos §§ 8º e 9º, todas remuneradas, equivalem à licença por motivo de saúde de que trata o art. 56, II, da Constituição Federal.

§ 8º No caso de natimorto ou de abortamento atestado por médico oficial, a senadora terá direito a trinta dias de repouso.

§ 9º Será concedida licença de cinco dias ao senador cujo cônjuge ou companheira se enquadre na situação prevista no § 8º." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de Resolução nº 23, de 2006, de autoria da Senadora Patrícia Sabóia, aprovado no mesmo ano por esta Casa, representou grande conquista aos membros do Senado Federal, visto que lhes conferiu os direitos à licença à gestante, ao adotante e paternidade, por meio da alteração do art. 43 do Regimento Interno.

O projeto em tela, por sua vez, visa a conferir, com base no art. 56, II, da Constituição Federal, o direito à licença remunerada também em caso de natimorto ou de abortamento espontâneo atestado por médico oficial, por se tratarem de situações que demandam a recuperação física e psicológica do casal para o retorno ao trabalho.

Dessa forma, propomos, para o caso, a concessão de trinta dias de repouso remunerado à senadora gestante, e de cinco dias ao senador cujo cônjuge ou companheira se enquadre nessa situação. Os prazos de licença ora fixados são semelhantes aos previstos para os servidores públicos federais, nos termos do art. 207, §§ 3º e 4º, da Lei nº 8.112, de 1990.

Diante da relevância do projeto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 56. Não perderá o mandato o deputado ou senador:

II – licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

.....

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.

Art. 207. Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 43. Para os efeitos do disposto no art. 55, III, da Constituição, o senador poderá:

I – quando, por motivo de doença, se encontrar impossibilitado de comparecer às sessões do Senado, requerer licença, instruída com laudo de inspeção de saúde (Const., art. 56, II);

II – solicitar licença para tratar de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa (Const., art. 56, II).

§ 1º (Revogado.)

§ 2º (Revogado.)

§ 3º É permitido ao senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida, salvo se, em virtude dela, haja sido convocado Suplente, quando a desistência somente poderá ocorrer uma vez decorrido prazo superior a cento e vinte dias.

§ 4º A licença à gestante, a licença ao adotante e a licença-paternidade, todas remuneradas, equivalem à licença por motivo de saúde de que trata o art. 56, II, da Constituição Federal.

§ 5º Será concedida à senadora gestante licença de cento e vinte dias, nos termos dos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, ambos da Constituição Federal.

§ 6º A licença à adotante, concedida à senadora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, será:

I – de cento e vinte dias, se a criança tiver até um ano de idade;

II – de sessenta dias, se a criança tiver mais de um ano de idade;

III – de trinta dias, se a criança tiver mais de quatro anos e até oito anos de idade.

§ 7º Será concedida licença-paternidade ou licença ao adotante de cinco dias ao senador, respectivamente, pelo nascimento ou adoção de filho, nos termos dos arts. 7º, XIX, e 39, § 3º, e 10, § 1º, este último constante do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, todos da Constituição Federal. (NR)

.....

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 2006
(PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2006)

Acrescenta §§ ao art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as licenças à gestante, ao adotante e paternidade.

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 54, de 2008**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, **a**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.162, DE 2008

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado, requeiro tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2008, por versarem, ambos, sobre o mesmo tema.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.163, de 2008

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.164, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2006, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, em virtude de se tratar de matéria que afeta diretamente a vida social das famílias cujo integrante participe de CPI ou CPMI como testemunha.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.165, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação no período de 7 a 12 de outubro de 2008, por ocasião da XII Reunião Ordinária da Comissão de Infra-estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul, e da realização do Seminário de Integração Energética na cidade de Caracas, Venezuela.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 7 a 12 de outubro.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.166, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nº 141, de 2003 e nº 322, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **José Maranhão**.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senhor Presidente da República adotou, em 6 de outubro de 2008, e publicou na mesma data, a **Medida Provisória nº 442, de 2008**, que “Dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	Antonio Carlos Júnior (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto De Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Osmar Dias	Patrícia Saboya
------------	-----------------

* PSOL

José Nery

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique E. Alves (PMDB)	Vinícius Carvalho (PTdoB)
Maurício Rands (PT)	Edinho Bez (PMDB)
Mário Negromonte (PP)	Beto Faro (PT)
Luciano Castro (PR)	Benedito de Lira (PP)

Jovair Arantes (PTB)

Hugo Leal (PSC)

José Carlos Araújo (PR)

Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Antonio C. Magalhães Neto (DEM)	Moreira Mendes (PPS)
Arnaldo Jardim (PPS)	Bruno Rodrigues (PSDB)
Bruno Araújo (PSDB)	José Carlos Aleluia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Fábio Faria (PMN)	Ana Arraes (PSB)
Márcio França (PSB)	Vieira da Cunha (PDT)

*PHS

Felipe Bornier

Miguel Martini

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 6-10-2008-Ed. Extra
- Designação da Comissão: 8-10-2008(SF)
- Instalação da Comissão:
- Emendas: até 12-10-2008 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 6-10-2008 a 19-10-2008(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 19-10-2008
- Prazo na CD: de 20-10-2008 a 2-11-2008 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 2-11-2008
- Prazo no SF: de 3-11-2008 a 16-11-2008 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 16-11-2008
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 17-11-2008 a 19-11-2008 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 20-11-2008 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 4-12-2008

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.039, DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na origem), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recí-

proco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 208, de 2008; cuja ementa está acima epigrafada.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

A proposição em exame, materializada por troca de notas, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 13 de agosto de 2008, tendo sido encaminhada ao Senado na mesma data.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 997, de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 379, de 29 de novembro de 2007, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual se destaca que “o presente Acordo tem como objetivo o reconhecimento recíproco de carteiras e licenças de habilitação para conduzir veículos, em vigor e expedidas pelas autoridades competentes da outra Parte”.

II – Análise

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal.

A República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha pretendem reconhecer “reciprocamente as carteiras de habilitação nacionais expedidas pelas autoridades dos Estados às pessoas com residência legal nesses Estados” (parágrafo 1º da Nota do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim).

Na nota do Estado brasileiro, à qual assentiu o Reino da Espanha, é assinalado que, em ambos os Estados, as normas e a sinalização de trânsito seguem o disposto na Convenção de Viena sobre Trânsito. Viário, de 8 de novembro de 1968, incorporada a nosso direito interno pelo Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981. Sendo assim, as classes de carteiras e licenças de habilitação, bem como as formalidades para sua obtenção são, na essência, homologáveis.

Os parágrafos 2º e 3º, também da Nota brasileira, visam a autorizar que o titular de carteira ou licença de habilitação de uma Parte possa conduzir temporariamente, por até cento e oitenta dias, veículos motorizados no território do outro Estado, desde que preencha o requisito da idade mínima prevista na

legislação nacional deste. Após esse prazo, o titular do documento poderá obter equivalência de sua carteira, no Estado em que vier a fixar residência, com base no Anexo I, em que consta, para esse fim, uma tabela de equivalências.

No caso de troca da carteira ou permissão, deverão ser cumpridas as formalidades administrativas previstas nas normas internas dos Estados Partes. Além disso, o controle ou a renovação da habilitação serão realizados de acordo com as exigências do Estado em que seu titular fixou residência.

Fundadas, dúvidas sobre a autenticidade da carteira ou licença poderão ser dirimidas mediante requerimento comprovação de sua autenticidade a ser dirigido ao Estado emissor do documento (parágrafo 6º). Nesse ponto, cumpre registrar que, haverá intercâmbio dos modelos de carteiras e licenças entre as Partes e qualquer modificação deverá ser encaminhada a outra parte, com antecedência mínima de trinta dias (parágrafo 11).

O Acordo não se aplicará a carteiras ou licenças que resultem de troca em um terceiro Estado. Quanto à duração do Acordo, esta é indefinida, sendo admitida denúncia mediante notificação escrita por via diplomática, que produzirá efeitos noventa dias após a notificação.

Como se observa, a aplicação do Acordo não prescinde de formalidades para a homologação das carteiras de habilitação. Assim, a nosso sentir, este instrumento internacional não fere as disposições legais e administrativas brasileiras voltadas para a segurança no trânsito.

Além disso, lembramos que a Permissão Internacional para Dirigir, prevista na já citada Convenção de Viena sobre Trânsito Viário (art. 41), tem sua validade expirada na mesma data do documento nacional, de maneira que, em muitos casos, não atende satisfatoriamente aos interesses de migrantes que venham a fixar residência nos países.

Nesse mesmo sentido, vale ressaltar que, dado o crescente fluxo migratório entre as fronteiras estatais, ainda que muitos países aceitem documentos nacionais de habilitação expedidos em outros países, convém que os Estados se empenhem em formalizar e facilitar a convalidação de carteira ou licenças estrangeiras, sobretudo em se tratando de nacionais de Estados, a exemplo de Brasil e Espanha, signatários da referida Convenção de Viena sobre Trânsito Viário.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PD5 Nº 202, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/10/2008. OS SENHORES(A) SENADORES(A):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR CÉSAR BORGES	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAM BORGES
PAULO DUQUE	5 - VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>Presidente</i>	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR) <i>RELATOR</i>
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)	3 - MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR (Liberado)	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PRAIA

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

.....

DECRETO Nº 86.714,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981.

Promulga a Convenção sobre Trânsito Viário.

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 35, de 2008-CN (nº 1.349-Seses-TCU – Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.029, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada nas obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha, entre as cidades de Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins, no Estado do Tocantins – PT nº 20.607.0379.5932.0017 (TC nº 007.059/2007-7).

Aviso nº 36, de 2008-CN (nº 1.385-Seses-TCU – Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.080, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento a cargo da Secex – AM, de várias deliberações do TCU acerca das obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Amazonas – Boca do Acre – Divisa AM/AC (trecho localizado entre o km 416 e o km 516 – (TC nº 005.26112004-2).

Aviso nº 37, de 2008-CN (nº 1.415-Seses-TCU – Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.111, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2007, nas obras integrantes do projeto de Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Vargas – Repar/Petrobrás – PT nº 25.753.0288.3161.0041 (TC nº 015.638/2007-4).

Aviso nº 38, de 2008-CN (nº 1.417-Seses-TCU – Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.162, de 2008 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada, na execução das obras e serviços de engenharia de construção do novo terminal de passageiros, do sistema viário, edificações, ampliação do pátio de aeronaves do novo Aeroporto de Macapá/AP – PT nº 26.781.9999.9999.9999 – (TC nº 008.884/2006-0).

Aviso nº 39, de 2008-CN (nº 1.455-Seses-TCU – Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.169, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao exame do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008, dos órgãos que menciona – (TC nº 014.165/2008-8).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os expedientes que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício do Presidente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 124/2008 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 8 de outubro de 2008

Assunto: Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, de autoria de Vossa Excelência, que “Institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a administração pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92; do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Projeto de Lei do Senado Nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Desmanche, *que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera seu parágrafo único, passando para o § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda os arts. 126A e 126 B.*

Parecer sob nº 785, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Relator Senador Adelmir Santana, favorável ao projeto e à Emenda nº 1 de plenário, nos termos da Emenda nº 4 da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, substitutiva, que

oferece, pela rejeição, e da Emendas nºs 2 e 3, de plenário.

Votação da Emenda nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça, substitutiva, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovado o Substitutivo, ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele oferecidas.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação para o segundo turno, nos termos do art. 143, alínea e, do Regimento Comum.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar procedimentos relativos à baixa veicular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável deverá requerer a baixa do registro, no prazo de sessenta dias e na forma estabelecida pelo Contran, sendo vedada a remontagem de veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

§ 1º A obrigação de que trata este artigo é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem o proprietário em caráter definitivo;

§ 2º O Contran definirá os procedimentos para declaração de irrecuperabilidade veicular, inclusive nos casos decorrentes de desgaste natural.

§ 3º A baixa do veículo deverá ocorrer independentemente do pagamento de impostos, taxas e multas, que serão lançados de acordo com a ocorrência do fato gerador, observados os dados cadastrais pertinentes ao contribuinte.

§ 4º Estando o veículo pendente de licenciamento por um período de pelo menos cinco anos, a baixa do registro do veículo poderá ocorrer por iniciativa do órgão executivo

de trânsito, assegurado ao proprietário o prazo de sessenta dias, contados da notificação, para a regularização do veículo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 8:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, *que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 358, do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta.

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 15:**

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), *que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas.

O Substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o substitutivo dado como definitivamente adotado:

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000
(Nº 885, de 1995, na Casa de origem)**

Estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidades de sustento da família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei trata das diretrizes gerais para instituição de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidades de sustento da família.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidades de sustento da família.

Parágrafo único. O programa de que trata o caput destina-se a garantir projetos habitacionais que favoreçam mulheres com renda familiar mensal de até 3 (três) salários-mínimos, únicas responsáveis pelo sustento de família monoparental.

Art. 3º O programa de que trata esta Lei deverá operar dentro das modalidades dos programas habitacionais financiados pelo Governo Federal, obedecendo às seguintes especificidades:

I – estabelecimento de cota mínima anual de atendimento a mulheres com renda familiar mensal de até 3 (três) salários-mínimos e com filhos de até 14 (catorze) anos;

II – prioridade de atendimento para as famílias residentes em áreas consideradas de risco;

III – adoção de processo simplificado de inscrição e de tomada de crédito.

Art. 4º O programa deverá ser implementado mediante ações integradas e em parceria com estados e municípios.

§ 1º Cabe ao Poder Executivo fixar normas e definir formas de apoio técnico, gerencial e creditício do programa.

§ 2º O programa deverá beneficiar comunidades carentes previamente identificadas.

§ 3º A participação de estados e municípios estará condicionada à garantia de contrapartida, na forma estabelecida nas normas do programa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 17:**

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, *que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da Programação Monetária Trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão sem apresentação de emendas.

O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o substitutivo dado como definitivamente adotado:

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“Art. 6º-A. Para discutir as diretrizes, implementação e decisões tomadas a respeito da política monetária no trimestre anterior, o Presidente do Banco Central do Brasil deverá comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Parágrafo único. As audiências de que trata o **caput** ocorrerão na primeira quinzena de abril, julho, outubro e fevereiro, ou em data acordada entre a Comissão e o Presidente do Banco Central do Brasil.”

Art. 2º A Lei nº 9.069, de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-B:

“Art. 6º-B. O Presidente do Banco Central do Brasil enviará à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, ao final de cada trimestre, o relatório de inflação, instituído pelo art. 5º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, e as atas da reunião do Comitê de Política Monetária, após cada reunião.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º São revogados os arts. 3º, 4º, 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me.

Quero parabenizar V. Exª pelo estrito cumprimento do Regimento. Parabenizo V. Exª. Nós estávamos, quando V. Exª presidiu a Casa durante algum tempo, já habituados a começar às 16h, ou seja, tendo condições de nos programarmos para estar aqui às 16h para o início da Ordem do Dia. Quero dizer, então, que, de qualquer maneira, não haverá prejuízo ao Presidente Tasso Jereissati, porque o tema que ele vem abordar é um tema de extrema importância – até conversávamos ainda há pouco. Podemos deixar para após a Ordem do Dia, que é uma votação rápida, para discutir o assunto aqui depois de ouvir o Senador Tasso, que é uma das pessoas, é um dos Senadores que fala com mais propriedade por conhecimento e experiência sobre o referido assunto, o qual realmente nos preocupa muito. Por isso, entendendo a ansiedade dos nossos companheiros. Mas, tomando conhecimento da Ordem do Dia, que será muito rápida, nós ficamos até muito satisfeitos com a decisão de V. Exª. E esperamos que, amanhã, comece às 16h, e que V. Exª passe ao nosso

Presidente, Garibaldi, a lembrança de que a Ordem do Dia, regimentalmente, deverá começar às 16h.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a. Serei o primeiro a ter interesse em ouvir o eminente Senador Tasso Jereissati, que é uma das mais destacadas autoridades políticas sobre economia, assunto que o Brasil precisa tanto ouvir e sobre ele refletir. Contarei, certamente, com a colaboração dos amigos, como o Senador Mário Couto e o Senador Flexa Ribeiro no entendimento da decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 21:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), *que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.167, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o reexame do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional), pela Comissão de Infra-Estrutura.

Justificação

Aguarda inclusão na pauta da Comissão de Infra-Estrutura – CI parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18/2000 (PL nº 1.176/1995, na Câmara dos Deputados), de autoria do Poder Executivo, que “estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências”, e propõe a base legal necessária para a implementação da descentralização das rodovias, após entendimentos entre o Governo Federal e os governos de vários Estados da Federação.

Dada a natureza da matéria objeto do PLC nº 24/05, é recomendável que o projeto seja reexaminado pela CI visando aferir a sua adequação às novas diretrizes aplicáveis ao Sistema Federal de Viação (SFV) e ao conjunto dos Sistemas de Viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá** – Senador **Gim Argello**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o Requerimento de reexame da matéria pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta a reexame na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 32:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), *que institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

Não tendo sido oferecidas emendas à matéria perante a Mesa, discussão do projeto em turno único.

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

(Nº 1.791/1999, na Casa de origem)

Institui o Dia Nacional dos Surdos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 33:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), *que institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

Não tendo sido oferecidas emendas à matéria perante a Mesa, discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

(Nº 3.986/2004, na Casa de origem)

Institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Vaqueiro, a ser comemorado no dia 29 de agosto, anualmente.

Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 39:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e

– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agora a Presidência passa à votação do nome de autoridades, pedindo a devida atenção às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

A Presidência faz um apelo às Sr^{as} e Srs. Senadores que estejam nos gabinetes para que venham votar.

A matéria exige **quorum** qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 987, DE 2008

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 987, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, sobre a Mensagem nº 175, de 2008 (nº 672/2008, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA*.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência volta a fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, que venham ao plenário votar a matéria que exige **quorum** qualificado.

Solicito às Lideranças que orientem suas Bancadas para que venham ao Plenário votar a matéria.

A Presidência volta a fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estejam nos gabinetes que venham ao plenário votar a matéria que exige **quorum** qualificado.

Senador Mário Couto, a Presidência precisa de 41 votos para proceder ao resultado. V. Ex^a deseja fazer uso da palavra pela ordem? Temos um tempo, seguramente cinco minutos, para aguardar a chegada de senadores ao plenário.

O **quorum** mínimo é de 41 senadores presentes, com votação em painel.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, tem a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião, para que não fique em dúvida o meu comportamento, de ainda há pouco, eu quero dizer a V. Ex^a – mesmo porque não pude falar no microfone, falei fora do microfone – que temos de ter uma postura única nesta Casa. Acho que os Senadores que presidem as sessões desta Casa devem ter uma postura única, porque, senão, Presidente, vamos ter decisões de Presidentes de uma maneira em relação ao art. 3º ou art. 4º do Regimento, por exemplo, e, no outro dia, outro Presidente vai tomar uma atitude diferente em relação aos mesmos artigos do Regimento.

Então, se o Regimento da Casa diz que o Presidente pode recorrer ao Plenário, a atitude do Presidente Geraldo Mesquita, ontem, foi natural e normal. O Regimento permite que o Presidente possa recorrer ao Plenário em quaisquer das suas decisões – eu acho que a maioria dos Regimentos e também o Regimento desta Casa devem dizer alguma coisa em relação a isso –, porque senão o Senador Geraldo Mesquita não teria procedido como ontem.

Tinha um orador falando, exatamente no horário de liderança. Vários Senadores gostariam de apartear-lo e solicitaram isso ao Presidente, que disse, igualzinho a V. Ex^a: que iria obedecer ao Regimento. Sendo, então, questionado por mais Senadores, ele recorreu ao Plenário, dizendo: “– Bom, então, quero recorrer ao Plenário”. Recorreu ao Plenário, que, então, deu condições ao Presidente para que liberasse os Senadores para fazer questionamento ao Senador que falava pela liderança.

Hoje, a postura de V. Ex^a foi completamente diferente.

A única coisa que quero deixar claro – e por isso mantenho meu protesto – é que não pode haver duas formas de ação por parte dos Presidentes. Tem de haver apenas uma forma de ação por parte dos Presidentes. A obediência ao Regimento tem de ser única para todos os Senadores que presidem esta Casa. Senão, vamos ficar aqui sem entender mais nada, sem poder mais fazer questionamento nenhum.

Por isso exatamente que, diante de um tema de alta importância para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, Senador Tasso Jereissati, eu acho que o Congresso Nacional já deveria ter tido o alerta em relação aos acontecimentos que estão aí no mundo. O próprio Presidente da República, Senador Tasso, já deveria ter dito ao Senado: “– Olha, eu quero uma reunião com os Líderes, tanto do Senado como da Câmara, do Congresso Nacional, enfim, para analisarmos a situação mundial que está afetando o nosso País”. Ora, não está! Dizer que não está é brincadeira! Com o dólar a R\$2,50!? Dizer que não está é brincadeira!

Essa é a nossa preocupação. Se fosse um tema qualquer, não estaria hoje o Senador Mário Couto fazendo todos esses questionamentos. Mas o tema é de alta importância para a Nação e o orador que fazia seus questionamentos na tribuna tem conhecimento do tema, tem experiência prática e poderia, ali, como estava fazendo, nos dar uma aula e deixar a população brasileira toda com a consciência de que o País hoje atravessa uma grave crise em função de uma crise mundial. Por isso é que nós todos queríamos também dialogar com o orador para que ele pudesse cada vez mais mostrar à Nação brasileira o perigo que corre hoje, mas que o Presidente da República passa para a Nação que está tudo normal. É esse o meu questionamento. O tema é de alta importância, o tema é de alta importância para a Nação e nós não podemos perder a oportunidade de um Tasso Jereissati, na tribuna, mostrando ao Brasil como esta crise está afetando e poderá afetar muito mais o nosso País. Só isso, nada mais que isso.

Agradeço a V. Ex^a por, pelo menos, permitir ao nosso brilhante orador que volte à tribuna, para que a gente possa fazer os questionamentos necessários e deixar a população brasileira sabendo dos acontecimentos reais que estão aí batendo em nossa porta.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, fique certo V. Ex^a que os melhores tempos que o Senado Federal viveu foram os tempos em que o Regimento foi guia e foi devidamente obedecido.

Nada mais fiz, como membro da Mesa, respeitando e tendo no Senador Tasso Jereissati uma referência, tanto de vida pública, como de conteúdo no assunto tratado, do que defender, com a compreensão dele e de todos, o Regimento; porque o inciso XII, alínea c, do Regimento Interno é muito claro sobre o que eu apliquei, e não há amparo em outra atitude a não ser na que eu apliquei do ponto de vista regimental. É a compreensão que peço.

Senador Flávio Arns e Senador Suplicy, faço um apelo: ainda temos a necessidade de mais cinco Senadores em plenário para votar a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto os colegas estão vindo votar, eu só gostaria de destacar para o Brasil que está acontecendo em Curitiba, nesses dias, o VI Congresso Brasileiro de Queimaduras, promovido pela Sociedade Brasileira de Queimaduras. Lá em Curitiba estão reunidos profissionais do Brasil, da Europa, das Américas, inclusive com a participação da Federação Latino-Americana de Queimaduras.

Quero destacar que cerca de um milhão de brasileiros necessitam anualmente do atendimento nessa área de queimaduras. Vários projetos estão em tramitação.

ção, como o próprio projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, que trata da comercialização do álcool; há também outros projetos muito destacados nesse congresso brasileiro, como é o relacionado à instalação do Banco de Pele.

Além disso, há também a questão dos aeroportos; ou seja, cada aeroporto deveria ter nas suas proximidades um hospital especializado para o atendimento de queimados para a eventualidade de um acidente. No Estado do Paraná, por exemplo, cuja população é de 10 milhões de habitantes, haveria necessidade de quatro hospitais para queimados, em função desse dispositivo para os aeroportos, e só existem dois.

Então existe um grande desafio para o Brasil em relação a essa área.

Quero destacar, inclusive, que aqui, no Senado, na Comissão de Assuntos Sociais, já está aprovado um requerimento para se discutir uma política pública nacional para a área de queimaduras.

Então eu quero, em primeiro lugar, parabenizar os participantes do Congresso Brasileiro de Queimaduras, que se realiza em Curitiba, e colocarmo-nos à disposição da sociedade brasileira e dizer desse empenho que o Senado Federal tem de debater o assunto, de trazer as autoridades e de colocar linhas norteadoras a favor de um bom atendimento na área de queimados.

Sr. Presidente, nesse sentido, eu gostaria de entregar um pronunciamento para que fosse considerado como lido e constasse nos Anais da Casa em referência a esse evento que está acontecendo no Município de Curitiba. Peço a aprovação de V. Ex^a para tanto.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS:

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: A comunidade médica atuante na área de queimaduras está reunida desde o dia de ontem em Curitiba, no Estado do Paraná, para a realização do 6º Congresso Brasileiro de Queimaduras.

O evento, promovido pela Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ), reúne profissionais e estudantes para apresentação e discussão de técnicas no atendimento do paciente queimado. Até o dia 10 de outubro, os participantes estarão envolvidos em debates, workshops, palestras, mesas redondas e demais discussões, inclusive com a presença de conferencistas estrangeiros, vindos dos Estados Unidos, Argentina e Suécia, além de representantes da FELAQ (Federação Latino-Americana de Queimaduras).

Enaltecendo a Sociedade Brasileira de Queimaduras pela realização do 6º Congresso Nacional,

dedico este pronunciamento a todos os profissionais que atuam no tratamento de queimados em nosso país e, principalmente, na busca para que esta área seja cada vez mais reconhecida e valorizada em termos de políticas públicas de prevenção e de atendimento aos pacientes que sofrem queimaduras.

Os dados divulgados pela SBQ apontam que mais de 1 milhão de acidentes de queimaduras acontecem todo ano no Brasil. Por isso, medidas que possam prevenir os acidentes são fundamentais, mesmo porque o investimento em prevenção é sempre a melhor alternativa para evitar a ocorrência de qualquer doença ou condição.

Uma iniciativa neste sentido que envolve o Congresso Nacional é o Projeto de Lei do Senado Nº 190/2006, de autoria do nobre Senador Antônio Carlos Valadares, cuja tramitação ocorre atualmente na Câmara dos Deputados, sob o número 692/2007. A proposta restringe a venda de álcool para consumo doméstico e atribui à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) o controle e a fiscalização sanitária do produto.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal também exige a comercialização do produto em forma de gel, além de outras restrições, como: embalagem resistente a impacto, quantidade máxima de 500g, proibição da venda de álcool ao consumidor destinado a testes laboratoriais e proibição de uso de símbolos ou figuras que tornem o produto atrativo para crianças.

São medidas práticas que têm por objetivo evitar acidentes causados pelo uso inadequado do álcool etílico na forma líquida, principalmente as queimaduras e a ingestão do produto, minimizando o sofrimento causado pelas lesões e seqüelas, além de evitar as mortes provocadas por estes acidentes.

Outro desafio para a área é a necessidade de se preparar os aeroportos brasileiros para o atendimento das vítimas de acidentes e catástrofes. Uma alternativa proposta pelos especialistas por ser totalmente viável e garantir a sobrevivência das vítimas devido ao pronto-atendimento é a de que os grupamentos do Corpo de Bombeiros presentes nos aeroportos possuam uma equipe especializada no atendimento de queimados. A presença destes especialistas garantiria a vida de vítimas que precisam receber cuidados imediatos, antes mesmo de serem levadas aos hospitais. Trata-se de uma medida simples que significaria um avanço significativo no tratamento destes pacientes.

Além dos avanços na legislação, outros caminhos também precisam ser buscados, como no âmbito da ampliação dos centros de atendimento a queimados no País.

Exemplo desta necessidade pode ser observado no Paraná. Até o ano passado, o Hospital Evangélico de

Curitiba era o único no Estado apto a atender vítimas de queimaduras. Gostaria aqui de ressaltar a importância do Hospital Evangélico nesta área, por ser uma referência para o Brasil em termos de qualidade no atendimento. Desde o mês de agosto deste ano, o Paraná conta também com o Centro de Tratamento de Queimados do Hospital Universitário de Londrina, que está prestando atendimento especializado a adultos e crianças de Londrina e região, vítimas de queimaduras de primeiro a terceiro graus, que antes eram levadas para Curitiba.

Por se tratar de um serviço de alta complexidade, o número de hospitais credenciados para o atendimento a queimados deve levar em conta a população de cada estado. No caso do Paraná, seriam necessários 4 centros de atendimentos para o atendimento à população, hoje estimada em 10 milhões de habitantes. Ou seja, ainda temos a carência de 2 centros de atendimentos especializados em queimaduras no Estado.

Antes de concluir este pronunciamento, gostaria, sobretudo, de propor a esta Casa um olhar ainda mais atencioso a esta área, seja em termos de aprimoramento das leis que tragam avanços para a prevenção, seja na busca pela ampliação de centros especializados no atendimento das vítimas de queimaduras e, principalmente, na valorização desta área em termos de saúde pública.

Estamos em época de elaboração do Orçamento para o próximo ano. Melhor momento não há para demonstrarmos que esta área é prioridade do que agora, quando podemos comprovar esta valorização com a destinação de recursos para o atendimento às vítimas de queimaduras em nosso País.

Parabenizando os organizadores do 6º Congresso Brasileiro de Queimaduras registro a expectativa de que o encontro traga novas oportunidades para o aprimoramento científico, político e social deste segmento em nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. A solicitação de V. Ex^a será atendida de acordo com o Regimento Interno.

Faço mais um apelo aos Srs. Líderes que convoquem suas bancadas. A Presidência dará mais cinco minutos. Não chegando os Senadores, a sessão cairá em termos de **quorum** de votação e devolveremos a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Agripino tinha pedido a palavra anteriormente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para colaborar com V. Ex^a, Sr. Presidente, e solicitar aos companheiros do Democratas que compareçam ao plenário. Estamos com 38 presenças e faltam três para garantir o cumprimento do

acordo, que é a votação das autoridades e, em seguida, votarmos uma pauta previamente combinada.

Solicito, portanto, aos companheiros de partido que venham ao plenário para completar o **quorum** e garantir o cumprimento do acordo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, depois, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Da mesma forma, reitero aos Senadores do PT que venham ao Plenário para completar o quórum, Sr. Presidente.

Eu gostaria também de informar que, desde a manhã desta quarta-feira, as delegacias de polícia no Estado de São Paulo voltaram a funcionar normalmente. Os policiais civis suspenderam a greve por 48 horas para um entendimento com o Governo José Serra. Desde 16 de setembro, as delegacias estavam apenas atendendo os casos de emergência, como prisão em flagrante e remoção de cadáver.

A Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo informa que as negociações entre o Governo e os policiais civis começaram a andar novamente nesta terça-feira. Após a proposta apresentada pelo Governo, os policiais elaboraram uma contraproposta com seis pontos principais. Dois já foram aceitos pelo Governo, quais sejam, a aposentadoria especial, cujo projeto deve ser encaminhado à Assembléia Legislativa, e a extinção das 4ª e 5ª classes da Polícia Civil.

Um dos entraves está na proposta de aumento linear de 6,2%, apresentada pelo Governo, enquanto os policiais reivindicam 15%. Além disso, também demandam que seja criada uma diferença salarial de no máximo 20% entre um e outro nível da carreira de policial civil.

Cabe ressaltar que inicialmente os policiais reivindicavam um reajuste de 60%, pois eles alegam ter tido uma perda salarial de 96% entre abril de 1995 e julho de 2008. Após uma reunião do TRT de São Paulo, a reivindicação passou a ser de uma escala de reajustes que comece a vigorar já a partir deste ano, com 15%, seguido de 12% para 2009 e 12% em 2010.

É importante que essas negociações cheguem a um bom termo. Hoje um policial civil solicitou que essas conversas sejam conduzidas por representantes de todas as categorias da Polícia Civil do Estado de São Paulo e não apenas pelos delegados.

Acho muito importante que o Governo de São Paulo promova um entendimento com todas as categorias de trabalhadores da Polícia Civil. O exemplo dado pelos delegados pode também ser seguido pelas demais categorias da Polícia Civil, pois a segurança é um assunto muito sério e não se pode permitir que mágoas decor-

rentes de uma negociação que não deu bons resultados afetem a política da segurança do Estado. De outra maneira, se prosseguir o desentendimento, os que vão acabar se aproveitando disso são aqueles que estão à margem da lei, que estariam aproveitando o movimento de paralisação para realizar ações que contrariam os objetivos de segurança em meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Flexa Ribeiro, já há quórum. Peço que V.

Ex^a colabore com a Mesa para que possamos já votar e, no próximo item de pauta, V. Ex^a falará pela ordem, pois haverá tempo suficiente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu sou colaborador de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Passa-se ao resultado da votação.

(*Procede-se à apuração*)

PARECER Nº 987, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

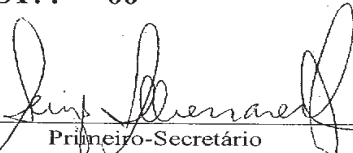
Sr. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	8/10/2008 16:27:44
Data Sessão:	8/10/2008	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	8/10/2008 16:43:20

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	Votou				
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou				
PSDB	PB	CICERO LUCENA	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou				
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou				

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 30
 Votos NÃO : 11 Total : 41
 Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 8/10/2008 16:43:22

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 30 Srs. Senadores; e NÃO, 11.

Não houve abstenção.

Total: 41 votos.

Aprovada a matéria.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

PARECER Nº 1.028, DE 2008

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.028, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, sobre a Mensagem nº 172, de 2008 (nº 626/2008, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor César Costa Alves de Mattos para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.*

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Flexa Ribeiro tem a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no sentido de colaborar com a Presidência, eu gostaria de solicitar que os Senadores da base do Governo viessem ao plenário votar, porque os Senadores de oposição estão em maioria aqui. O apelo foi feito pelo Democratas, pelo PSDB, para que a nossa Bancada viesse, e chegaram agora a Senadora Lúcia Vânia, o Senador João Tenório. Então, é preciso que haja também a boa vontade do Governo de colocar a sua Bancada, a sua base no plenário.

Além disso, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a, que é regimentalista, uma informação, fazer uma questão de ordem. Qual o tempo regimental entre a abertura do painel de uma votação até a apuração desse painel?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não há definição regimental, Senador Flexa Ribeiro. Então, fica pela interpretação da Mesa. A Mesa, em regra, dá de 15 a 30 minutos nessa situação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, vamos ficar 24 horas esperando que os Senadores do Governo peguem um avião, retornem a Brasília e venham dar a sua colaboração na aprovação dos indicados pelo Governo?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Regimentalmente não há tempo, mas, no item anterior, eu já havia dado uma tolerância de mais cinco minutos para encerrar a matéria, e a sessão cairia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma tolerância de cinco após quantos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Após 15 minutos, mais ou menos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, são 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em torno de 20 minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP)

– Agradeço a V. Ex^a.

A Presidência faz um apelo; nós temos necessidade de 41 votos dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria participar à Mesa uma questão e, por achar que ela é muito séria, eu gostaria que V. Ex^a, juntamente com o Senador Garibaldi Alves Filho, pudessem nos dar o retorno dessa questão. Ontem, eu estive em contato com o Senador José Agripino e, obviamente, o DEM está fazendo a composição com o Grupo de Proteção Parlamentar aos Aposentados deste País.

Sr. Presidente, o que nós decidimos em reunião antes das eleições com o Senador Paulo Paim, com o Senador Geraldo Mesquita Júnior e com outros Senadores? Decidimos que, a partir do dia 7 – e hoje já é dia 8 –, nós íamos formar um grupo de Senadores que respeitam a situação dos aposentados deste País, uma situação de penúria e de miséria, para que nós pudéssemos pressionar – digo pressionar entre aspas, Presidente – a Câmara Federal, através do seu Presidente, porque nós já falamos com ele, isso não é novidade, para que ele pudesse colocar em pauta o projeto do Senador Paulo Paim com referência àquilo, principalmente, que se disse do reajuste do salário mínimo, para que seja proporcional ao reajuste dos aposentados, e outros projetos que lá estão, para que sejam colocados em pauta.

Caso isso não venha acontecer, como não aconteceu até hoje, nós, na próxima semana, todo esse grupo de Senadores, não vamos mais votar nenhum projeto

que entre em pauta nessas sessões da semana que vem. Nem o Proer. Nem o Proer do Presidente Lula.

Nós queremos deixar muito claro este questionamento aqui. Nós temos o apoio do nosso Partido, nós temos o apoio do DEM, nós temos o apoio já de vários Senadores, de mais de 16 Senadores, que concordam em fazer isto aqui. Vai ser um exemplo para o Brasil e para o mundo. Para o Brasil e para o mundo! Porque as autoridades vão, a partir desse momento, saber respeitar aqueles que prestaram serviço, com tanta dignidade, a este País.

Na próxima semana estará aberta, então, a guerra – entre aspas –, para que o Presidente da República

possa olhar com carinho a situação dos aposentados deste País. Nenhuma matéria será votada se a Câmara Federal não der uma luz em relação aos projetos que estão lá engavetados – engavetados! – na gaveta do Sr. Presidente da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrada a votação.

Passa-se ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER N° 1.028, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. CÉSAR COSTA ALVES DE MATTOS, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 8/10/2008

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 8/10/2008 16:44:00
Encerramento: 8/10/2008 16:49:48

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Primeiro-Secretário

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 33
Votos NÃO : 10
Votos ABST. : 01

Total : 44

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 33 Senadores; NÃO, 10.

Houve uma abstenção.

Total: 44 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República e será consignada em ata a intenção de voto do eminente Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Quero registrar que o meu voto seria SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência faz um apelo aos Srs. Senadores no sentido de encerrarmos logo a Ordem do Dia, já que temos poucos itens para votar, a fim de devolver a palavra ao eminente Senador Tasso Jereissati.

Item extrapauta:

PARECER Nº 1.029, DE 2008

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.029, de 2008, da Comissão de Assun-

tos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko, sobre a Mensagem nº 181, de 2008 (nº 683/2008, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Eliseu Martins para, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos, exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.*

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 1.029, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ELISEU MARTINS, PARA, EM COMPLEMENTAÇÃO, EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 8/10/2008

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 8/10/2008 16:50:43
Encerramento: 8/10/2008 16:52:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO DUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Primeiro-Secretário			
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO FAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 35
Votos NÃO : 07
Votos ABST. : 00
Total: 42

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 35 Senadores; NÃO, 7.

Não houve abstenção.

Total: 42 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 178, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 178, de 2008 (nº 675/2008, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria.*

Sobre a Mesa parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.040, DE 2008 – CRE

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome da Sra. *Ana Cândida Perez* obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de registrar o meu voto “sim” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Será consignado em ata o voto de V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para V. Ex^a me informar a ordem de minha inscrição. Como vou falar logo após a Ordem do Dia, gostaria de saber a minha posição na lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Valter Pereira, segundo acordo que a Presidência havia feito em plenário com o Senador Tasso Jereissati, S. Ex^a seria o primeiro a falar após a Ordem do Dia.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu, então, falaria em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Ótimo, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer referência a uma audiência pública que nós tivemos hoje na Comissão de Agricultura, com a presença dos Ministros Reinhold Stephanes e do Ministro Minc, do Meio Ambiente.

Foi uma audiência muito importante, porque nós tivemos, por parte do Ministro Reinhold Stephanes, uma posição clara em relação ao zoneamento que está sendo feito para o plantio de cana-de-açúcar, principalmente no que se refere à Amazônia.

Ficou claro que o Brasil tem toda capacidade e potencial para plantar, se quiser, 65 milhões de hectares de cana sem precisar usar o bioma amazônico. De outro lado, o Brasil tem um crescimento projetado de cinco milhões de hectares. Então, temos folga para avançar sem precisar destruir. Aliás, o que ficou hoje pactuado na Comissão de Agricultura é que há possibilidade de proteger mais o meio ambiente produzindo

mais. E para proteger é preciso produzir mais mesmo, porque, com tecnologia, pode-se produzir sem agressão ao meio ambiente.

Na audiência, o Ministro Minc se mostrou favorável, inclusive, à proposta que tenho feito para que nós possamos resolver, de uma vez por todas, o problema da reserva legal no País, permitindo que se some a área de preservação permanente à área de reserva legal para constituir o percentual para cada região – no Sul, por exemplo, 20%; na Amazônia, 80%.

De modo, Sr. Presidente, que foi uma audiência proveitosa. Agora basta concretizar aquilo que foi acertado hoje na Comissão de Agricultura.

Queria fazer essa comunicação pela importância dos temas tratados na Comissão de Agricultura na manhã de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

A Presidência, mais uma vez, apela aos Srs. Senadores para que colaborem com o ritmo de votação. Temos mais uma matéria cuja votação será nominal e mais quatro com votações simbólicas antes de retomarmos o debate de plenário.

Senador Flexa Ribeiro, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a e peço a devida colaboração com a Mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também quero fazer referência à audiência mencionada pelo nobre Senador Osmar que se realizou na Comissão de Agricultura com os Ministros Reinhold Stephanes e Carlos Minc.

S. Ex^a fez uma referência à Amazônia, que sempre é colocada como uma região que tem de ter um

tratamento diferenciado para pior. Quero dizer que nós, da Amazônia, defendemos a preservação, mas defendemos também o desenvolvimento. Não podemos aceitar certas regras que não têm lógica; queremos regras lógicas.

A reunião foi muito boa. O Ministro Carlos Minc, Senador Tião Viana, que preside a sessão, colocou em prática a primeira PPP do Governo Lula. Sabe qual foi? A regra dele: penalizar, preservar e produzir. A primeira PPP do Governo Lula foi colocada pelo Ministro Minc: penalizar, preservar e produzir.

Quero dizer, então, que continuo defendendo, como V. Ex^a, que é amazônica, que se olhe a Amazônia tendo em mente a manutenção da floresta. Não precisamos derrubar uma única árvore mais na Amazônia. Uma única árvore! Desmatamento zero! Mas vamos usar as áreas já alteradas segundo o zoneamento econômico-ecológico. É com isso que o Ministro uma hora diz que concorda, outra hora diz que segue a lei.

Todos nós seguimos a lei. Agora, a lei precisa ser corrigida, precisa ser alterada, e ela só será alterada com o apoio da base do Governo. Eu tenho um projeto, que tramita há quatro anos, que faz exatamente o que o Ministro lá defendeu, Senador Osmar Dias, que foi aprovado aqui por unanimidade, mas está lá na gaveta na Câmara Federal, por ordem do Governo Federal. Não aprovam porque o Governo não quer.

Então, que o Ministro deixe o discurso e vá para a prática: mande aprovar a correção da lei que ele defendeu hoje na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 178, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. ANA CÂNDIDA PEREZ, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 8/10/2008Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 8/10/2008 16:53:32
Encerramento: 8/10/2008 16:58:59

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

[Assinatura]

Primeiro-Secretário

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 44
 Votos NÃO : 02
 Votos ABST. : 00

Total : 46

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 44 Senadores; Não, 2.

Não houve abstenção.

Total: 46 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a atenção do Plenário pois apreciaremos agora o último item de votação nominal.

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 179, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 179, de 2008 (nº 676/2008, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.*

Sobre a Mesa parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.041, DE 2008-CRE

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. *Luiz Felipe de Seixas Corrêa* obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar a presença, na galeria do nosso Senado, nesta sessão, de três lideranças indígenas da etnia Waimiri Atroari. Eles estão acompanhados por duas pessoas importantes da região amazônica, indigenistas, um

servidor e liderança importante da luta em defesa dos povos indígenas, o Porfírio de Carvalho, e a SRA. Ana Lange. Eles estão aqui conosco assistindo à sessão.

Quero dizer que o povo Waimiri Atroari vive entre o norte do Estado do Amazonas e o sul do Estado de Roraima. Vive em suas terras há mais de vinte anos. Suas terras estão demarcadas, resistem a toda a pressão, à violência, mas vivem muito bem. Hoje há 1.285 índios da etnia Waimiri Atroari.

Essa etnia é muito conhecida na região amazônica, muito conhecida no Brasil e honra-me muito tê-los aqui, assistindo à nossa sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vou encerrar a votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para encaminhar a votação.

Eu gostaria de fazer um comentário rápido sobre o indicado, o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Trata-se de uma das melhores figuras do Itamaraty, ex-Embaixador na Alemanha, na Espanha e agora indicado para o Vaticano. É um diplomata de carreira que reputo completo, um homem de raro senso de equilíbrio, com completo conhecimento das questões internacionais que envolvem o nosso País e que está absolutamente preparado para ser Embaixador do Brasil no Vaticano, para tratar das questões do Brasil junto à Santa Sé e estabelecer a interface da Igreja brasileira com a Igreja do mundo, por intermédio do Vaticano.

Eu quero, com isso, manifestar a minha opinião, que é a opinião do meu Partido, sobre o acerto da indicação do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa para ocupar o importante cargo de Embaixador do Brasil no Vaticano.

O segundo fato, Sr. Presidente, e gostaria de sua atenção: está sobre a mesa o Projeto de Lei da Câmara nº 129 de 2008, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho de Justiça Federal e que revoga a Lei nº 8.472. Se V. Ex^a estiver de acordo e puder consultar os demais Líderes, o Democratas está de acordo em que esta matéria, que está em regime de urgência, seja apreciada na sessão de hoje, após o cumprimento da pauta estabelecida por acordo.

Nós estamos, em nome do nosso Partido, de acordo em que o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008, que trata de composição de competência do

Conselho da Justiça Federal, seja apreciada na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Se não houver restrição dos Srs. Líderes, a matéria

será incorporada, em seguida, à Ordem do Dia, como último item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 179, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO ESTADO DA CIDADE DO VATICANO


Num.Sessão: 1
Data Sessão: 8/10/2008

Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 8/10/2008 16:59:40
Encerramento: 8/10/2008 17:03:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Votos NÃO : 03 Total : 50
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 46

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 46 Srs. Senadores; NÃO, 3.

Houve uma abstenção.

Total de votos: 50.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passamos às matérias apenas simbólicas, de fácil encaminhamento.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (nº 5.800/2005, na Casa de origem), que altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, *que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.*

Parecer sob nº 624, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante à Mesa.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação as Emendas nº 1 e nº 2, da CAS.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

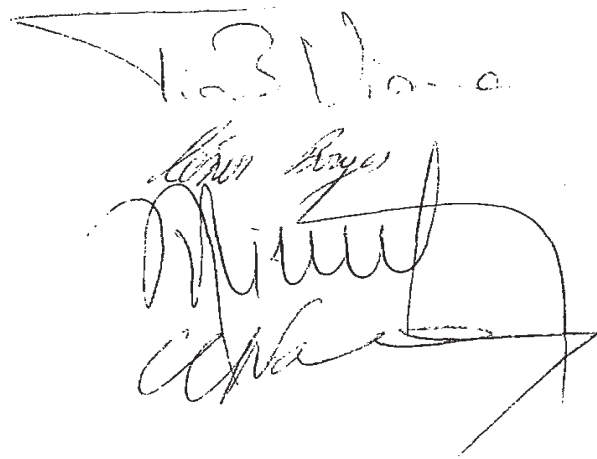
PARECER Nº 1.042, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (nº 5.800, de 2005, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (nº 5.800, de 2007, na Casa de origem), que altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.042, DE 2008

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (nº 5.800, de 2005, na Casa de origem).

Altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 – CAS)

Dê-se a ementa do Projeto a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre as Certificações de Boas Práticas para os produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária.”

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 – CAS)

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º Os prazos para renovação das Certificações de Boas Práticas dos produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, que constam dos subitens dos itens 1.4; 2.4; 4.3; 6.4; 7.2 e 7.3, tabela do Anexo II da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, ficam alterados para 2 (dois) anos.

§ 1º Para fins de renovação das certificações referidas no **caput**, nos anos em que não esteja prevista inspeção, os estabelecimentos deverão realizar auto-inspeção, conforme regulamento, submetendo o relatório à autoridade sanitária nacional, mantido o recolhimento anual das taxas respectivas.

§ 2º O certificado concedido com base neste artigo poderá ser cancelado a qualquer momento, caso seja comprovado pela autoridade sanitária competente o não cumprimento das boas práticas.”

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 2008**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (nº 5.800/2005, na Casa de origem), que altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento de dispensa de publicação de redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, aprovado anteriormente.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.043, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto Resolução nº 31, de 2007

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de outubro de 2008.

ANEXO AO PARECER Nº 1.043, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução nº 31, de 2007.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2008**Institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o “Prêmio Senado Federal de História do Brasil”.

§ 1º O prêmio será conferido, anualmente, a autores de obras que enfatizem aspectos políticos da História do Brasil e que, regularmente inscritos, tenham sido classificados nos 3 (três) primeiros lugares.

§ 2º Será franqueado o acesso ao Arquivo Histórico do Senado Federal àqueles concorrentes interessados em utilizá-lo como fonte de pesquisa.

§ 3º O assessoramento às atividades desse Prêmio incumbirá:

I – à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, cabendo-lhe as funções de organização e apoio;

II – à Consultoria Legislativa e à Secretaria de Arquivo do Senado Federal, cabendo-lhes as funções de consultoria e assessoramento técnico.

§ 4º A premiação para cada edição será estabelecida em regulamento próprio.

Art. 2º As edições anuais do “Prêmio Senado Federal de História do Brasil” obedecerão aos seguintes prazos:

I – o edital e o regulamento serão divulgados com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da premiação;

II – o recebimento das obras se dará até 60 (sessenta) dias antes da premiação;

III – a premiação será conferida em Sessão Especial do Senado Federal no mês de maio de cada ano, de forma a coincidir com a celebração da data de instalação do Senado brasileiro.

Art. 3º A Comissão Julgadora dos trabalhos inscritos será constituída por Ato da Mesa do Senado Federal e composta por historiadores de reconhecida relevância acadêmica, indicados por entidades representativas da produção historiográfica brasileira.

Parágrafo único. A Comissão Julgadora será presidida por Senador designado pela Mesa do Senado Federal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

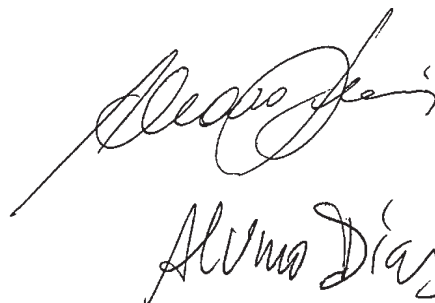
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.169, DE 2008**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento de dispensa de publicação da redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passamos ao item que o Senador José Agripino solicita, como Líder do DEM.

Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 129, de 2008.

REQUERIMENTO Nº 1.170, DE 2008**REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008-CCJ**

Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 228, inciso IV, do Regimento Interno do


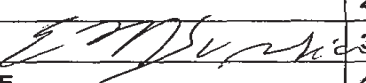
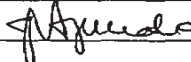
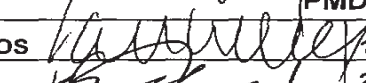
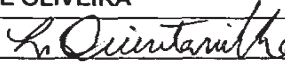
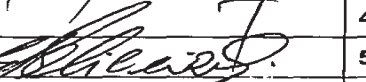
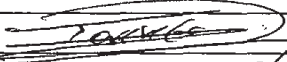
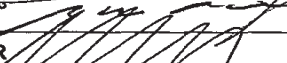
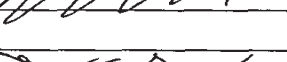

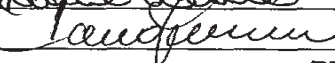
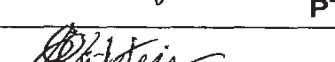
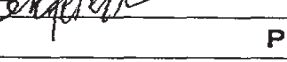
Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008. –

Senador **Marco Maciel**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: ^{Requerimento de URGÊNCIA ao} PLC Nº 129 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE	
	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPPLYC 	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³ 
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA 
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2. MAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA 	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRÓ
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA 	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2008

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008 (nº 284 /2007, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, *que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, revoga a Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências.*

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador César Borges.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.044, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008, (nº 284/2007, na Casa de Origem) de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, revoga a Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o PLC nº 129, de 2008, de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, revoga a Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências.

A proposição pretende regulamentar o art. 105, parágrafo único, II, da Constituição Federal, que atribui ao Conselho de Justiça Federal competência para

exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

O artigo 2º do projeto mantém a atual formação do Conselho – Presidente, Vice-Presidente e três Ministros do STJ, além dos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais – e o exercício da Presidência do Conselho pelo Presidente do STJ. A proposição, na forma da redação aprovada pela Câmara dos Deputados, não concede o direito de voto ao Presidente do Conselho e confere aos Presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE, direito a assento no Conselho da Justiça Federal, sem direito a voto.

É mantido o mandato de dois anos dos Conselheiros, mas passa a ser expressamente vedada a recondução, bem como a investidura daqueles que, por norma constitucional, legal ou regimental, permanecem por menos de seis meses na função, exceto os Presidentes do STJ e dos Tribunais Regionais Federais. A presença mínima exigida nas reuniões ordinárias mensais e extraordinárias do Conselho aumenta de cinco para sete Conselheiros.

Consoante o art. 3º, as atividades de administração judiciária e as que necessitem coordenação central e padronização, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, serão organizadas em forma de sistema, cujo órgão central será o Conselho da Justiça Federal.

Entre as inovações do PLC está a substituição da Coordenadoria Geral pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, órgão de fiscalização, controle e orientação normativa da Justiça Federal, com as seguintes competências, entre outras (art. 6º):

a) exercício da supervisão técnica e controle da execução das deliberações do Conselho da Justiça Federal;

b) realização de inspeção e correição sobre os TRF;

c) promoção, sem prejuízo da atuação do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), de sindicâncias, inspeções e correições para apurar reclamações, representações e denúncias relativas aos magistrados de segundo grau,

submetendo tais procedimentos ao Plenário para deliberação;

d) submissão ao Conselho da Justiça Federal de provimentos destinados a disciplinar condutas a serem adotadas pelos órgãos judiciários da Justiça Federal.

Conforme o art. 4º, integrarão o referido Conselho, além da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários, que deverá promover ao menos uma atividade anual nas sedes dos Tribunais Regionais Federais (art. 8º, § 2º); e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, integrada pelo Corregedor-Geral e por dois Juízes Federais por região, com competência para apreciar os incidentes de uniformização de interpretação de Lei Federal, previstos na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 (art. 9º).

Nos termos do art. 5º, o Conselho da Justiça Federal passa a ter competência para avocar processos administrativos em curso; julgar processos administrativos disciplinares relativos a membros dos Tribunais Regionais Federais, imputando as penalidades cabíveis; representar ao Ministério Público para a promoção de eventuais ações judiciais contra magistrados, inclusive com vistas à propositura de ação civil para a decretação de perda de cargo ou cassação de aposentadoria; e zelar pelo cumprimento das decisões do CNJ, no âmbito da Justiça Federal.

Na justificação, depreende-se que o projeto visa a fortalecer a Justiça Federal, garantindo a manutenção de sua unidade, bem como a facilitar a correção dos atos administrativos em desacordo com a uniformidade institucional.

A proposição foi aprovada na forma de substitutivo pela Câmara dos Deputados e enviada a esta Casa em 26 de agosto corrente. Encaminhada a esta Comissão, não recebeu emendas.

II – Análise

No que respeita à conformação jurídica e constitucional, o PLC nº 129, de 2008, não merece reparos. Tem por fundamento o art. 105, parágrafo único, II, da

Constituição, com redação dada pela EC nº 45, de 2004, que prevê a edição de lei regulamentadora do exercício da supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal pelo Conselho da Justiça Federal.

A iniciativa foi exercida com base no art. 96, II, **d**, da Constituição Federal, que atribui aos Tribunais Superiores competência para propor ao Legislativo respectivo a alteração da organização judiciária.

Com relação à juridicidade, certifico que o projeto não contraria princípio ou norma jurídica. A técnica legislativa está em conformidade com as normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e suas alterações.

Quanto ao mérito, entendo que o projeto aprimora os mecanismos de publicidade, controle e responsabilização das atividades administrativas e orçamentárias da Justiça Federal, sem afetar a independência dos magistrados. Como bem acentua o STJ, autor da proposição, sua aprovação garantirá a eficácia da reforma do Poder Judiciário no que se refere ao Conselho da Justiça Federal, que será amplamente fortalecido em sua missão de promover a integração da Justiça Federal.

Vejo como salutar a posição adotada pela Câmara dos Deputados, no sentido de alterar o projeto original para restringir a competência do Conselho da Justiça Federal e da Corregedoria-Geral à apreciação de processos administrativos disciplinares de membros dos Tribunais Regionais Federais (arts. 5º IX, e 6º, IV, do PLC). Afinal, a correição dos juízes federais de primeiro grau já é exercida pelos Tribunais, nos termos do art. 96, I, **b**, da Constituição Federal e dos respectivos Regimentos Internos, como o do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que trata da matéria no art. 24, I.

III – Voto

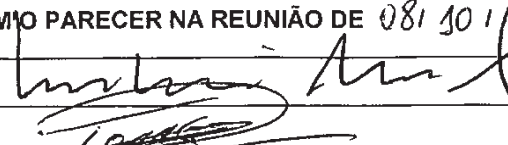

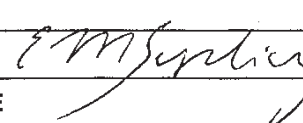
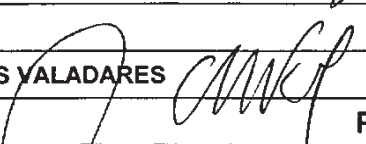
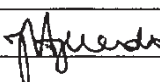
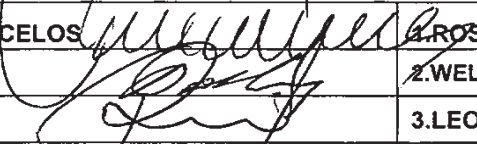

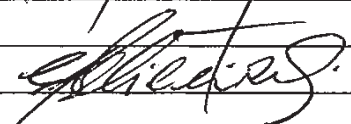
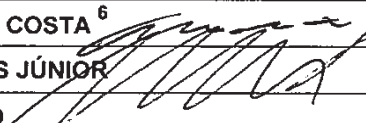
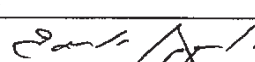

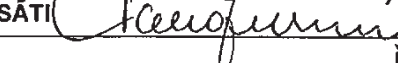
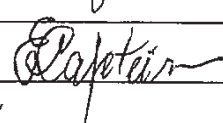
Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 129 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  <i>Sen. Demóstenes Torres</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY 	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³ 
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMA? QUINTANILHA 
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>(Relator)</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶ 	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA 	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 96. Compete privativamente:
I – aos tribunais:

.....
b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e o dos juizes que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....
d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

.....
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – a Escola Nacional de Formação e aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II – o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto
Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI Nº 8.472, DE 14 DE OUTUBRO DE 1992

Dispõe sobre a composição e a competência do Conselho de Justiça Federal.

.....
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O parecer é favorável.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2008
(Nº 284 DE 2007, naquela Casa)

Dispõe sobre a composição e a competência do conselho da Justiça Federal, revoga a lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribunal de Justiça, com atuação em todo o território nacional, a quem cabe a supervisão orçamentária e administrativa da justiça Federal de primeiro grau, como órgão central do sistema, conforme estabelecido no inciso II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

Da Composição e do Funcionamento

Art. 2º O Conselho da Justiça Federal será integrado:

I – pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça;

II – por 3 (três) Ministros, eleitos entre os integrantes do Superior Tribunal de Justiça, juntamente com seus suplentes;

III – pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, que serão substituídos em suas faltas ou impedimentos pelos respectivos Vice-Presidentes.

§ 1º Terão direito a assento no Conselho da Justiça Federal, sem direito a voto, os Presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE, que indicarão os seus suplentes.

§ 2º A Presidência do Conselho da Justiça Federal será exercida pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

§ 3º Os Conselheiros terão mandato de 2(dois) anos, vedada a investidura daqueles que, por mandamento constitucional, legal ou regimental, permanecem por menos de 6 (seis) meses na função.

§ 4º Não se aplica a regra do § 3º deste artigo aos Presidentes do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais.

§ 5º É vedada a recondução de Conselheiros.

§ 6º A Corregedoria-Geral da Justiça Federal será dirigida pelo mais antigo dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça que integrar o Conselho da Justiça Federal, à exceção do Presidente e do Vice-Presidente.

§ 7º O Corregedor-Geral será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelos demais Conselheiros Ministros do Superior Tribunal de Justiça, respeitada a ordem de antiguidade.

§ 8º O Conselho da Justiça Federal reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, durante o ano judiciário, e, extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação de seu Presidente, exigida, em ambos os casos, a presença mínima de 7 (sete) Conselheiros.

§ 9º As decisões do Conselho da Justiça Federal serão tomadas pelo voto da maioria entre os presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto proferido pelo Presidente.

Art. 3º As atividades de administração judiciária, relativas a recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e Informática, além de outras que necessitem coordenação central e padronização, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, serão organizadas em forma de sistema, cujo órgão central será o Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Considerar-se-ão integrados ao sistema de que trata o **caput** deste artigo os serviços atualmente responsáveis pelas atividades ali descritas, pelo que se sujeitarão à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema.

Art. 4º Integrarão a estrutura institucional do Conselho da Justiça Federal a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 5º Ao Conselho da Justiça Federal compete:

I – examinar e encaminhar ao Superior Tribunal de Justiça:

a) proposta de criação ou extinção de cargos e fixação de vencimentos e vantagens dos juizes e servidores da Justiça Federal de primeiro e segundo grau;

b) proposta de criação ou extinção de Tribunais Regionais Federais e de alteração do número de seus membros;

II – aprovar sugestões de alteração da legislação relativa às matérias de competência da Justiça Federal;

III – expedir normas relacionadas ao sistema de administração judiciária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, constante do art. 3º desta Lei;

IV – apreciar, de ofício, ou a requerimento de magistrado federal, as decisões administrativas dos Tribunais Regionais Federais que contrariarem a le-

gislação vigente e as normas editadas com base no inciso II do **caput** deste artigo;

V – homologar, na forma regimental, como condição de eficácia, as decisões dos Tribunais Regionais Federais que implicarem aumento de despesas;

VI – aprovar as propostas orçamentárias e os pedidos de créditos adicionais do Conselho da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais e da Justiça Federal de primeiro grau;

VII – prover, por concurso público, os cargos necessários à sua administração, ressalvados os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

VIII – avocar processos administrativos em curso;

IX – julgar processos administrativos disciplinares relativos a membros dos Tribunais Regionais Federais, imputando, quando for o caso, as penalidades cabíveis, assegurados a ampla defesa e o contraditório;

X – representar ao Ministério Público para a promoção das ações judiciais cabíveis contra magistrados, inclusive com vistas na propositura de ação civil para a decretação de perda de cargo ou de cassação de aposentadoria;

XI – decidir, em grau de recurso, as matérias relacionadas aos direitos e deveres dos servidores de sua Secretaria e dos juízes, quando a esses for aplicada sanção em processo disciplinar decidido pelo Tribunal Regional Federal;

XII – zelar pelo cumprimento das decisões do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito da Justiça Federal.

Parágrafo único. O Conselho da Justiça Federal possui poder correicional e as suas decisões terão caráter vinculante, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Art. 6º À Corregedoria-Geral da Justiça Federal, órgão de fiscalização, controle e orientação normativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, compete:

I – exercer a supervisão técnica e o controle da execução das deliberações do Conselho da Justiça Federal;

II – encaminhar ao conhecimento dos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais propostas de ações relativas aos sistemas que integram a Justiça Federal e submetê-las à aprovação do Conselho da Justiça Federal;

III – realizar inspeção e correição permanentes ou periódicas, ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, sobre os Tribunais Regionais Federais,

conforme o Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal;

IV – promover sindicâncias, inspeções e correições

para apurar reclamações, representações e denúncias fundamentadas de qualquer interessado, relativas aos magistrados de segundo grau, submetendo ao Plenário para deliberação;

V – submeter ao Conselho da Justiça Federal provimentos destinados a disciplinar condutas a serem adotadas pelos órgãos judiciários da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Parágrafo único. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal deverá valer-se do apoio das unidades administrativas do Conselho da Justiça Federal.

Art. 7º Ao Corregedor-Geral da Justiça Federal compete:

I – apresentar ao Conselho da Justiça Federal relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria-Geral durante o ano judiciário;

II – presidir o Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal;

III – presidir a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;

IV – coordenar a Comissão Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais;

V – dirigir o Centro de Estudos Judiciários;

VI – expedir instruções e outros atos normativos para o funcionamento dos serviços da Corregedoria-Geral da Justiça Federal;

VII – indicar ao Presidente do Conselho da Justiça Federal, para fins de designação, nomeação ou exoneração, os ocupantes de função comissionada ou cargo em comissão, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça Federal;

VIII – relativamente às matérias de sua competência:

a) executar e fazer executar as deliberações do Conselho da Justiça Federal;

b) dirigir-se às autoridades judiciárias e administrativas, assinando as respectivas correspondências.

§ 1º As sindicâncias, inspeções e correições serão realizadas sem prejuízo da atuação disciplinar e correicional do Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º O Corregedor-Geral da Justiça Federal poderá requisitar até 2 (dois) magistrados, observada a quinta parte mais antiga, bem como servidores, para atuarem em auxílio de sua atividade pelo período máximo de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez pelo mesmo período, sem prejuízo de direitos e vantagens inerentes ao exercício de seus cargos e empregos de origem.

Art. 8º Ao Centro de Estudos Judiciários compete:

I – realizar e fomentar estudos, pesquisas, serviços editoriais e de informação, com vistas na modernização da Justiça Federal;

II – planejar, coordenar e executar atividades de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, em articulação com as escolas de magistratura dos Tribunais Regionais Federais, segundo normas a serem editadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;

III – elaborar e encaminhar à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para os Juízes Federais.

§ 1º É vedada a realização de qualquer atividade pelo Centro de Estudos Judiciários relativa a tema estranho à competência da Justiça Federal, conforme o art. 109 da Constituição Federal.

§ 2º É obrigatória a realização de pelo menos uma atividade anual do Centro de Estudos Judiciários nas sedes dos Tribunais Regionais Federais.

§ 3º Os gastos anuais com as atividades-fim do Centro de Estudos Judiciários serão vinculados à área de pesquisa em, no mínimo, 40% (quarenta por cento), conforme prioridades constantes de Plano Plurianual a ser aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 4º Integrará a estrutura administrativa do Centro de Estudos Judiciários o Conselho das Escolas da Magistratura Federal, presidido pelo ministro diretor do Centro e composto pelos diretores das Escolas da Magistratura dos Tribunais Regionais Federais e pelo Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Art. 9º À Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais compete apreciar os incidentes de uniformização de interpretação de Lei Federal, previstos na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

§ 1º Compõem a Turma Nacional de Uniformização:

I – o Corregedor-Geral da Justiça Federal;

II – 2 (dois) Juízes Federais por região, escolhidos pelo respectivo Tribunal Regional Federal dentre os titulares em exercício em Juizados Especiais Federais.

§ 2º O funcionamento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais será disciplinado por regimento próprio, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. É revogada a Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o Requerimento de Licença nº 1.165, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Casagrande, enquanto o orador dirige-se à tribuna.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para justificar a minha posição com relação à Mensagem 265, 267... – na verdade, as mensagens 172, 178 e 181. Apesar de o voto ser secreto, minha posição foi favorável às votações dessas mensagens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será consignada em Ata a intenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 9:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe

sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para es-*

tabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de*

16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

18

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substituto da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso*

em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da*

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças

Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE)* (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

44

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

45

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

46

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

47

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

48

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

49

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

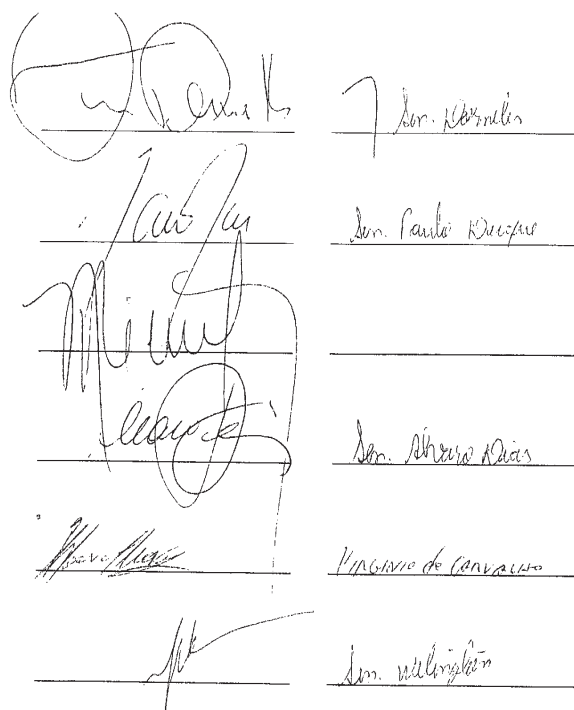
REQUERIMENTO Nº 1.171, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia (6 de novembro) de 2008, destinada a homenagear os 10 anos de atuação da Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE.

Justificação

Em novembro do ano em curso o CONAJE – Confederação Nacional dos Jovens Empresários completa 10 anos de atuação na fomentação do empreendedorismo, apoiando, orientando e capacitando os jovens empreendedores, proporcionando representatividade e relacionamento. Por apoio da Associação dos Jovens Empresários de Goiânia – AJE-GO, estamos solicitando esta importante homenagem a uma confederação que tem prestado relevantes serviços ao País.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.



Handwritten signatures of senators on a document, including names like Sen. Perillo, Sen. Paulo Rufino, Sen. Álvaro Dias, and Sen. Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.172, DE 2008

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.173, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor ao Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira” pelo transcurso do seu 215º aniversário que ocorrerá em 12-10-2008.

Justificação

Considerado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, o Círio de Nazaré é uma das maiores e mais belas procissões católicas do Brasil e do mundo. Reúne mais de dois milhões de romeiros numa caminhada de fé, transformando as ruas de Belém em um mar de gente, num espetáculo grandioso em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré.

O Círio de Nazaré é considerado pela própria população como o 2º natal do paraense, envolve diversas manifestações de fé e religiosidade, além de impulsionar a economia do estado, através do milhares de turistas que chegam a Belém.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o eminente Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, obrigado pela deferência.

Acredito que o assunto que estávamos tratando quando houve a interrupção do debate aqui colocado em função do Regimento da Casa para a votação da Ordem do Dia é de extrema oportunidade.

O mundo vive um dos seus momentos talvez mais graves de economia desde a famosa crise de 29, quando houve a queda da Bolsa americana. Todos os países, todos os governos do mundo começaram a se preocupar e a tomar medidas drásticas. Os bancos centrais começaram a se reunir em função do perigo que corre a estabilidade da economia mundial.

Para a nossa perplexidade, o Governo brasileiro, já há algum tempo, vem tratando em tom de deboche, em tom de brincadeira e, às vezes, na base da bravata a crise econômica internacional, afirmando, por diversas vezes, de maneira até jocosa, que o Brasil não tem nada a ver com essa crise, que o Brasil não será atingido por essa crise e que isso é crise do Bush, que eles não vão permitir que essa crise venha para cá, levando na brincadeira, etc., etc.

No entanto, da semana passada para cá, essa crise deixou de ser uma ameaça e tornou-se uma realidade. A crise chegou ao Brasil, e chegou de uma maneira violentíssima, de maneira que tivemos aqui uma verdadeira maxi, Senador Eliseu Resende – V. Exª, que foi Ministro da Fazenda, entende dessa questão profundamente. O dólar foi valorizado ao redor de 40% na última semana. As consequências de um acontecimento como esse para a economia brasileira como um todo são gravíssimas e imprevisíveis. Ao mesmo tempo, a Bolsa de Valores despencou, o que pode ser considerado para alguns até como apenas um efeito de um mundo especulativo e que não tem nada a ver com a economia real.

Mas é preciso lembrar que a Bolsa atingiu o nível de 39 mil pontos, quando já chegou a 48 mil pontos. Quem falasse que a Bolsa iria atingir 37 mil pontos há 15 dias seria chamado de louco ou seria considerado alguém que previa uma catástrofe.

Na Bolsa, a catástrofe já está acontecendo! No câmbio, a desvalorização é muito maior do que já imaginou o maior dos pessimistas! E as consequências ainda não chegaram.

E o mais grave de tudo, Senador Delcídio, é que o crédito secou. Não existe mais crédito, não existe mais dinheiro para ser emprestado, nem pelos bancos, nem há mais dinheiro para ser captado pela maioria dos bancos, e já se desenha com isso a possibilidade de uma crise financeira grave.

Mas o que mais me preocupa e o que me trouxe a esta tribuna hoje, antes até da Ordem do Dia, sem fazer o discurso, que me parece deveria ser mais elaborado e até escrito, diante da gravidade do momento que estamos vivendo, é a posição do Governo Federal, especificamente do Senhor Presidente da República.

No momento em que o Presidente da República vai à televisão e diz que não existe crise no Brasil, estimula e incita a população ao consumo e às compras, parece-me chegar às raias da irresponsabilidade a sua tentativa de manter uma fantasia em cima de um mundo real que é completamente diferente.

É preciso, Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, falar ao Presidente da República que o seu papel é importante neste momento, que o

que está acontecendo na política econômica brasileira hoje não é para brincadeira. Ele mesmo disse que os americanos brincaram com a economia e agora estão vendo as conseqüências. O que estamos vendo é o Presidente da República agora brincando com a economia, e o pior, brincando em cima de uma crise econômica séria, que pode levar o País até a ter – e não estou dizendo que é provável ou que não é provável – um crescimento econômico pífio nos próximos anos.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Já lhe passo a palavra, Senador.

E falo crescimento pífio porque eu queria alertar: a receita já despencou para o ano que vem, não tem mais saída, com a crise econômica, com o secamento do crédito – literalmente secamento do crédito. Há poucos minutos falava com um colega nosso aqui, que é empresário, vive de exportação, e perguntei como estava o crédito. E ele disse que zerou. Não existe mais crédito no Brasil, Senador Jarbas! Não existe crédito! Então, é uma situação inédita. Nos últimos anos, nem nas piores crises aconteceu isso. Aconteceu de crédito escasso, aconteceu de juros altos, mas zerado, como está o crédito hoje, é inédito neste País. Isso é gravíssimo.

Com esse crédito zerado, com o motor da economia parado, não existe maneira de que a receita do Governo Federal, no próximo ano, não venha a despencar literalmente, Senador José Agripino, o que implicaria em que o Presidente da República já estivesse reunido com seus Ministros. Eu não diria nem Ministros: reunido com o Senado Federal, reunido com a Câmara Federal para discutir uma série de medidas para se precaver diante do que possa acontecer, porque existem ferramentas para que nós venhamos a nos precaver.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Já dou um aparte, só quero concluir.

E o Governo sabe o que está acontecendo, porque está mandando para cá, mandou para a Câmara dos Deputados um Proer, exatamente um Proer piorado, mandou o que estou chamando de Proer do Lula. O Proer do Lula que está chegando é pior do que o Proer do Fernando Henrique. Nós deveríamos, simplesmente, se houvesse o mínimo de humildade diante dos fatos, recuperar o Proer do Fernando Henrique e fazer igual, e não mandar um Proer, Senador José Agripino, que é pior – e V. Ex^a já sabe porque ele é pior. No Proer do Fernando Henrique, eram claros e transparentes os recursos para os bancos, que teriam que sair do mer-

cado. O banco que necessitasse de ajuda do Governo Federal para sobreviver teria que sair do mercado, e o banqueiro seria punido, não podendo mais ser banqueiro. Agora não, agora é um Proer de carta branca. O banco continua, o banqueiro continua, não se sabe a que banco vai dar, e isso também não é admissível porque estamos fazendo um Proer envergonhado e disfarçado, atrás de um discurso de euforia que não cabe mais.

Eu passaria, então, a palavra ao Senador Alvaro Dias para o aparte.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a tem autoridade política e por isso motiva esta Casa a debater este assunto, que é da maior importância para o futuro do País. Começo mostrando uma das grandes contradições do atual Governo. V. Ex^a acabou por abordar o Proer do Lula. Veja, Senador Tasso Jereissati: aqui está a ADIN do PT contra o Proer, assinada pelo advogado José Antonio Dias Toffoli, atual Ministro da AGU, em 10/11/1995, contra o Proer do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, o Governo Lula é obrigado a adotar mecanismo assemelhado e, como disse V. Ex^a, com características técnicas de inferioridade em relação àquele; copiam mal, não sabem copiar, mas revelam a grande contradição. Este Governo tem que agradecer à Oposição atual, porque estamos aqui dispostos a aprovar as medidas que o Presidente encaminhar ao Congresso para enfrentamento desta crise, porque é também nossa responsabilidade salvar o País de uma hecatombe financeira que abala a Europa e, evidentemente, há de nos abalar também, já que não somos superiores a países do Primeiro Mundo. Para o Presidente Lula, nosso País seria superior. Debocharam da crise, mandaram perguntar ao Bush, e não ao nosso Governo. Quando se falou em pacote, também debocharam, dizendo que quem precisa de pacote – não de pacote, mas de pacotão – é o governo norte-americano, e não o brasileiro e que, aqui, pacote é coisa do passado. No entanto, está aí o pacote, mal editado, editado às pressas, sem consulta a especialistas, que deveriam ser consultados, mas estamos aqui para aprovar aquilo que, eventualmente, possa significar enfrentamento eficiente, num momento de turbulência da economia mundial. Senador Tasso Jereissati, o que nos preocupa é ver o baixo nível do Governo, com raras exceções. Esse assunto é tratado no estilo da mediocridade. V. Ex^a fez referência a um pronunciamento do Presidente da República que me assustou hoje, pela manhã, no *Bom Dia, Brasil*, em que utilizou expressões chulas: “a porca torce o rabo”, “a gente tava comendo o pão que o diabo amassou e, agora que a gente tava comendo um pãozinho com manteiga...”, “o FMI não dá palpite.”

Enfim, não creio que uma crise desse porte, dessa dimensão, dessa profundidade – que alguns consideram crise sistêmica, que está apenas começando –, possa significar para o Presidente da República algo para chacota em palanque eleitoral. Não dá para entender isso, Sr. Senador Tasso Jereissati. Por isso, V. Ex^a tem nosso apoio nessa manifestação que faz da tribuna do Senado Federal.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Alvaro dias, V. Ex^a tem toda razão. Estamos aqui. O momento é muito grave para que fiquemos discutindo, tendo alguma visão política ou revisando o passado, mas o ideal era que o Presidente, o Governo tivesse um mínimo de humildade, pegasse o Proer, que deu certo, que foi feito com a maior competência, e o reeditasse, em vez de disfarçar com a confecção de um Proer malfeito, perigoso, de maneira encabulada e disfarçada.

Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Meu caro Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a, com sua competência habitual, já disse praticamente tudo o que este Plenário teria para dizer sobre a grave crise econômica que assola o mundo.

V. Ex^a, por exemplo, falou da crise de 1929, nos Estados Unidos, que foi muito grave para aquele país, no final da década de 20. A de hoje é muito mais séria, porque a economia está globalizada. Então, no momento em que a crise eclodiu nos Estados Unidos, ela foi transposta para todo o mundo. E, aqui, ela foi tratada com irreverência, o que V. Ex^a já disse várias vezes, referendo agora pelo nobre Senador Alvaro Dias.

A primeira declaração do Presidente foi dizer à mídia que procurasse o Presidente Bush, porque essa crise não chegaria aqui. Depois, se V. Ex^a se lembra, lá, na ONU, há 10 ou 15 dias, Sua Excelência disse que ela não atravessaria o Atlântico. A crise já atravessou todos os oceanos. Bravatas que têm levado tanto o grande empresário, quanto o médio, o pequeno, o simples investidor, a pessoa física, ao desespero.

V. Ex^a, por exemplo, falou na Bovespa. A Bolsa de Valores de São Paulo, Sr. Presidente, Sr. Senador Tasso, perdeu nessa crise, de agosto para cá, o que ganhou no ano de 2007, que foi um ano de ouro para o Brasil, para o Presidente da República, que não enfrentou nenhuma crise, como lembrou há pouco o Senador Marco Maciel. Enquanto o anterior enfrentou três grandes crises. Então, nossa preocupação não é torcer para “o quanto pior, melhor”. Para enfrentar o Governo Lula, só uma grande crise. Ninguém tem essa irresponsabilidade aqui, porque a oposição não lutou contra Plano Real, de lutar contra Lei de Responsabilidade Fiscal, de lutar contra Proer. Qual a diferença do

Proer do Lula para o Proer do FHC? É que o de Lula, primeiramente, foi feito “às caladas da noite”, e está lá na Câmara dos Deputados. É um Proer que visa, fundamentalmente, à compra das carteiras de crédito de bancos pequenos. Não existe hoje mais essa linguagem de bancos pequenos. Existem bancos sadios e quebrados, solventes e insolventes. É difícil também identificar qual o banco que é pequeno, médio e grande, porque fica ao bel-prazer do Banco Central e do Governo, dar dinheiro a quem quiser.

É por isso que essa medida provisória, tem que ser analisada, quando for votada no plenário do Senado. V. Ex^a falou da maxidesvalorização, que já existe, o Real foi a moeda mais desvalorizada em relação a todas outras de países emergentes. Perdeu 35% desde final de agosto para hoje, dia 8 de outubro. V. Ex^a falou de crédito. Hoje, há um jornal – se não estou enganado, **O Globo** – que diz que o crédito para pessoa física – que hoje ele, o presidente Lula incentiva o consumo – já caiu 40%. Está na página 13 ou 14 do jornal carioca. O crédito e os prazos para compra de carros, o que foi muito incentivado pelo Governo, têm sido mudados semanalmente. Então, como é que essa crise não atingiu o Brasil?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E os juros.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – E juros.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O valor dos juros.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Mudam semanalmente prazos e juros. Então, como isso não atingiu o Brasil? O Brasil está atolado na crise. A Europa toda está atolada na crise, como a Ásia, países como o Japão e Alemanha estão inseridas neste cenário. E como seria diferente no Brasil?! Primeiro, há sempre que se recordar de que o Presidente da República encontrou os pressupostos da economia nos eixos. Vencemos o processo de combate à inflação. Isso não foi apenas uma luta do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi uma luta de todos, do Congresso Nacional, do povo brasileiro. Nenhum povo no mundo inteiro venceria o processo inflacionário se não fosse uma luta conjunta. A classe média pagou tributo muito alto para poder vencer esse processo inflacionário. Lula recebeu um País com processo inflacionário debelado, com moeda forte – o País não tinha nem moeda, a gente passou a ter moeda forte, que é o Real –, com uma Lei de Responsabilidade Fiscal determinando limites desde o Presidente da República, ao prefeito do menor Município do País. Responsabilidade para não ter comportamento perdulário de gastar mais do que arrecada. Temos um Presidente da

República que, hoje, não tem o menor cuidado de, ao falar como sindicalista, lá de São Paulo, para tranquilizar o País. Ninguém está pedindo aqui para tranquilizar os grandes banqueiros, os grandes empresários. Deve-se tranquilizar o País, aquele que tem dinheiro na poupança. Hoje mesmo, se V. Ex^a abrir os jornais, todos os Governos estão determinando uma garantia aos correntistas: 50 mil euros em toda a Europa, em todos os países que integram a União Européia. Para quê? Para não ocorrer a corrida aos bancos. Assim, se o Presidente trata de forma irreverente, procura o Bush, se a Ministra que está sendo preparada para ser sua sucessora, diz que é uma gripe pequeninha, então este País não está sendo levado a sério, e a gente pode pagar – e quando digo a gente, falo do povo brasileiro, do Congresso Nacional, das instituições, do setor produtivo do Brasil, de todos nós – um tributo muito grande pela irresponsabilidade e bravata de um Presidente da República que não está sabendo se comportar à altura que o momento exige. V. Ex^a foi para a tribuna numa hora extraordinária. V. Ex^a, é um homem sério, correto, é uma pessoa reconhecidamente honesta e um empresário que está preocupado com esse quadro nacional, que está se degenerando. Por que Lula não convocou o Congresso, a Câmara e o Senado? Por que Lula não se desarmou e chamou todos os Governadores, para ouvir todas as pessoas sobre essa grave crise, e optou pela ridicularização dos Estados Unidos, por dizer que a crise não atravessa o Atlântico, quando já atravessou o mundo inteiro? É importante esse pronunciamento de V. Ex^a porque ele toca fundo. Não tenho dúvida de que V. Ex^a vai receber apartes de outros Senadores, porque a preocupação é generalizada. Agora, a preocupação não é só com os bancos, mas com o pequeno poupador, aquele que, com muito sacrifício, escolheu poupança, fundos de pensão e fundos previdenciários para resguardar suas economias e que está preocupado, porque ouve o Presidente dizer uma coisa que está em total e completo descompasso com a realidade mundial.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos, por sua intervenção sempre tão precisa e profunda.

Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Tasso Jereissati, inicialmente, quero parabenizar V. Ex^a por este momento e agradecer em nome da Nação, porque V. Ex^a está chamando a atenção para um fato grave. É lógico, Senador, que há crise que não se pode esconder. Esta é uma. Por mais que o Presidente Lula tente esconder a crise, ele não vai conseguir esconder, pelos números óbvios que estão aí. Quando o dólar sai de 1,35 ou 1,40 para 2,50, não é uma crise? Há crise

que não dá para esconder. V. Ex^a, com esse espírito nacionalista de um Senador que se preocupa com sua Nação, que se preocupa com o povo brasileiro, vem a esta tribuna, hoje à tarde, e, com sua sabedoria, com seu conhecimento de causa, mostra à Nação brasileira a preocupação deste Senado, por intermédio da sua pessoa. O Presidente Lula tem muita sorte, Senador. É verdade. É verdade. O Presidente Lula conta com a Oposição neste Senado, no momento em que a Oposição vai à tribuna, representada por V. Ex^a, e diz: “Nos convoque, Presidente! Estamos preocupados, Presidente, com a crise, com o País”. É um Presidente de sorte. É pena que ele não saiba usar essa sorte! V. Ex^a acaba de colocar nosso Partido à disposição do Presidente para discutir a crise. É lógico, Senador, que não estamos torcendo para a crise aumentar. Neste momento em que V. Ex^a vai à tribuna, não é crítica o que V. Ex^a está fazendo. Não entenda o Governo como crítica. V. Ex^a está fazendo um alerta real à Nação brasileira. V. Ex^a está colocando seu Partido à disposição, neste Senado, para discutir a crise que V. Ex^a tão bem apontou. E V. Ex^a provou com números: o crédito, o dólar. Enfim, Senador, quero parabenizá-lo pela postura de cidadão brasileiro que está, neste momento, preocupado com uma crise que afeta frontalmente nosso País. Já estamos na crise. É preciso agora correr, porque ela é rápida. Senador, ela é rápida. Calcule que, há quatro ou cinco dias, o dólar ainda custava pouco mais de R\$1,00 e, agora, já custa R\$2,50. Olha a rapidez da crise! Amanhã, a quanto vai amanhecer? Na segunda-feira, em quanto estará o dólar? E aí é insustentável! É preciso correr, mas correr mesmo, com as decisões. Essas decisões têm de ser tomadas em conjunto com a representação do País, com os Senadores, com os Governadores, com os Deputados Federais. É preciso tomar uma decisão conjunta, para, mais tarde, não se responsabilizar apenas o Governo. É isso que V. Ex^a está pedindo para o Governo! V. Ex^a quer evitar a responsabilidade de um só, de um Presidente. Vou repetir que é muito nobre escutar, numa tarde desta – é muita nobreza –, um Senador dizer: “Nós estamos à sua disposição para ajudar, Presidente”. Isso é muita nobreza, para não culpar, mais tarde, a pessoa só do Presidente ou o Governo do Presidente Lula. V. Ex^a está de parabéns pela postura que assumiu nesta tarde! Todo o País, todos os brasileiros devem ter observado o que observei nesta tarde. Parabéns, Senador!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. Muito importantes são essas suas observações, e eu queria destacar uma frase que V. Ex^a disse, que hoje é mais importante do que nunca: é preciso pressa, é preciso que a sociedade brasileira tenha a convicção e esteja unida

ao redor de um problema grave como esse. É preciso pressa, porque a crise tem a ver com o momento. A cada momento em que se demora, fazendo bravatas e não agindo, a crise piora cada vez mais, e as conseqüências serão piores.

Senador José Agripino, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, eu gostaria de me inscrever também, por favor.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Tasso, quero cumprimentar, inicialmente, V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e pela profundidade da análise que faz. Abordamos, ontem, essa questão. Eu, inclusive, disse que essa questão é fulcral. Estamos vivendo um *tsunami* na economia mundial, que nos está atingindo em cheio, e os próximos dias vão mostrar as conseqüências. As eleições estavam, de certa forma, encobrendo o debate congressional em torno desse assunto. O primeiro turno passou, estamos aqui e estamos cuidando, com responsabilidade, de tratar, com profundidade e com responsabilidade, de um assunto com o qual o Governo vem brincando. Fiquei pasmo ao ouvir, de noite, na televisão, o discurso de Sua Excelência, o Presidente Lula, num evento da Petrobras, dirigindo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) uma espécie de insulto ou gracejo, falando da crise como se fosse uma coisa com a qual não tivéssemos muito a ver, até buscando um bode expiatório. Enquanto os Presidentes dos países da União Européia se reúnem, enquanto os Presidentes dos Bancos Centrais da União Européia se reúnem, enquanto os países do Oriente, Japão e Coréia, procuram, pela reunião, encontrar caminho de saída para uma crise que é mundial, não podemos tratar desse assunto com gracejos. Uma coisa que me preocupa sobremaneira é que a equipe econômica do Governo brasileiro apresenta uma dicotomia que identifiquei muito claramente: a linha do Ministro Meirelles, do Banco Central, e a linha do Ministro Mantega, da Fazenda. Digo a V. Ex^a, com toda honestidade: sou muito mais a opinião do Ministro Meirelles. Queira Deus que ele pegue as rédeas da condução da crise que nos está atingindo, porque nele eu confio, nos outros, não! Ele tem competência pessoal e preparo para tomar as providências que se impõem no momento. Senador Tasso, estamos vivendo uma hecatombe. O dólar, em 1º de agosto, estava a R\$1,55; hoje, chegou a R\$2,50; em dois meses, foi de R\$1,55 para R\$2,50. Ah, e daí? E daí que o preço do pão explode, o preço do DVD explode, e falta tudo. A Semp Toshiba parou de entregar seus produtos por que não sabe por quanto irá vendê-los. Procure V. Ex^a, hoje, fazer reserva em qualquer hotel nos Estados Unidos para ver o que acontecerá? Nenhuma agência vai

fazer reserva, porque os hotéis ou elas, as agências, não vão pagar por antecipação pela flutuação do dólar. Esse é apenas um detalhe, esse é um detalhe. A variação do dólar é decorrente do quê? Da crise. O que está acontecendo? O rombo no exterior, decorrente do *subprime*, obriga aqueles que tenham o rombo a vendarem ativos em países emergentes: vão à Bovespa e vendem em reais as ações que têm; não transferem para a matriz dinheiro em real, mas o transferem em dólar. A pressão sobre o dólar fez com que o dólar subisse. É real demais, com a Bovespa em queda; é dólar de menos, fazendo com que o dólar suba todo o dia a percentuais absolutamente inimagináveis. Com isso, com a cotação do dólar sem controle, não há ACC para promover exportação, e há o pior dos mundos: inflação importada. Daqui a pouco, vêm mais taxas de juros, e para pagar com o quê? Serão mais taxas de juros para o Governo brasileiro pagar todos os meses, aumentando sua dívida interna. Qual é a saída? Não há outra que não seja poupança, racionalização de gasto público. O Governo não deu uma palavra sobre racionalização de gasto, não tomou uma providência sequer por decreto, ou não-decreto, para a contenção de despesa. O Governo está tratando a crise como se ela fosse uma eventualidade que está vindo daquele camarada chamado Bush e com a qual não temos muito a ver. Somos uma Nação inserida na economia globalizada e temos de agir com responsabilidade. Ao cumprimentar V. Ex^a, repito o que disse ontem: o momento é gravíssimo! Estamos vivendo uma enchente no plano da iliquidez internacional, no plano da perspectiva de inflação, e é hora de nos unirmos. A crítica é feita, mas, de minha parte, há disposição para o diálogo patriótico em torno de soluções para a crise. Ainda que o remédio seja amargo, o meu Partido o toma desde já.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Agripino. V. Ex^a, como nós, faz sua crítica, com toda serenidade, com toda racionalidade que caracteriza sua atuação nesta Casa, mas também diz estar disposto a discutir, disposto a cooperar, no que for necessário, para a solução da crise. O que reclama V. Ex^a – como nós – é tratar com seriedade e com verdade a crise que aí se apresenta.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Tasso Jereissati, o Governo vinha negligenciando, até praticamente o final da semana passada, uma crise que nós todos já vínhamos imaginando que traria problema para o Brasil. Hoje, com a globalização dos mercados, é impossível que não soframos não só no mercado de **commodities**, mas também no mercado

financeiro, que é o mais importante. O ano passado foi o último ano em que fomos exportadores de poupança, ou seja, tínhamos superávit nas contas correntes. Houve uma inversão: hoje, somos deficitários em conta corrente e importadores de poupança. Ou seja, parte do financiamento necessário para os investimentos no País é, hoje, financiada pelo exterior. Portanto, seremos afetados de qualquer maneira pela crise. Não há como fugir dela! Como V. Ex^a falou, o financiamento secou. Secou por quê? No mercado interno, há o receio de emprestar numa situação de crise; e o dinheiro externo não chega, não vai chegar. Então, estamos numa situação extremamente delicada. Nosso crescimento, no ano que vem, será muito menor; a arrecadação tende a crescer em patamares inferiores ao possível crescimento da despesa; vamos agravar as contas públicas. Então, a situação é, realmente, de muita preocupação. O Governo vinha negligenciando. Não só o Presidente Lula vinha brincando com a crise, como também o Ministro Mantega, que dizia que “o problema é só de preço de **commodities**, não vai nos afetar”. Ainda bem que existe o Ministro Meireles, porque foi ele quem alertou a todos! Ele conseguiu acordar tanto o Presidente da República quanto o Ministro da Fazenda em relação à gravidade da situação e, portanto, vem tomando medidas, no Banco Central, para tentar atenuar a crise no curto prazo. Acontece que o Ministro também tem poderes limitados. O Banco Central nem o Governo têm como blindar o Brasil da crise. Não vamos conseguir ser blindados. Então, o que o Governo tem de fazer? Responsabilidade fiscal ao máximo e corte de gasto público. Deve passar a ser austero, a focar o déficit nominal zero. Vamos apertar os cintos, porque, no ano que vem, caso o Governo não tome essas providências, haverá o agravamento das contas fiscais, juros altos, e aí voltará a vontade de aumentar tributos, de aumentar carga tributária. A situação, para o ano que vem, será bastante delicada. E o Governo vinha negligenciando isso até o momento. É preciso responsabilidade. E nós, aqui, temos de cobrar ponto por ponto. E, toda vez que houver medidas que aumentem despesas, temos o dever, a obrigação de discutir, de breca quando for o caso. Deixaremos passar quando for altamente justificável. Esse é nosso dever! Não podemos deixar passar mais nada aqui que aumente despesa. Essa é nossa responsabilidade. Se o Governo não age assim, temos de tentar mudar isso. O Congresso – particularmente, o Senado – tem de partir para a vanguarda dessa posição no sentido de precaver a situação do País em relação ao que pode vir no ano que vem. A crise não chegará este ano ainda de forma mais forte, mas, para o ano que vem, vejo um cenário extremamente negativo. Portanto, temos

a obrigação de tomarmos a frente. E, a partir de agora, quando vierem medidas provisórias com aumento de gastos, projetos com aumento de gastos, temos de brecá-los, temos de tomar posição dura e continuar alertando o Governo que a crise é muito maior do que ele pensa.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior, pelo alerta em relação à posição sobre qualquer iniciativa quanto ao aumento de custos. Lembro a V. Ex^a que, a continuar assim, teremos de ficar alertas, porque pode vir a tentação de aumentar a carga tributária pelo caminho.

Ouç o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, ouvirei o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Jefferson Praia.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Tasso Jereissati, também estou aqui à sua espera.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Também ouvirei V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Eu lhe agradeço.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a vem à tribuna hoje com a responsabilidade, com a experiência e com a competência que V. Ex^a tem como Governador pelo Estado do Ceará por três mandatos, como Senador da República e como grande empresário que é. Então, V. Ex^a traz, hoje, ao debate do Senado Federal a questão da crise financeira, à qual, lamentavelmente – todos temos de lamentá-la, como brasileiros –, não estaremos imunes, diferentemente do que continua apregoando o Presidente Lula. Lembrei-me do que disse o Senador Alvaro Dias, ao mostrar a Adin que o atual Procurador-Geral da República protocolou no Supremo Tribunal Federal contra o Proer do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quero ver a posição que ele tomará hoje em relação ao Proer do Lula. Mas, mais do que isso, o PT, na Câmara Federal, instalou uma CPI do Proer. Uma CPI do Proer na Câmara Federal! O Presidente Lula, Senador Tasso Jereissati, tem a sorte de, na Oposição, haver pessoas que têm compromisso com o Brasil, como V. Ex^a e como todos os Senadores da oposição. Nós, o PSDB, o DEM, os Senadores que não se alinham com o Governo, estamos à disposição – como V. Ex^a disse – para contribuir. Vamos aprovar, sim, porque sabemos que essas medidas são amargas, mas necessárias, lamentavelmente. E queira Deus que consigamos ultrapassar essa crise com o menor abalo possível da economia brasileira, sem desemprego, sem crise no sistema financeiro, para que não possamos vir a amargar lá na frente uma situação que nenhum

de nós quer para o Brasil! Eu me lembrava, Senador Tasso Jereissati, do conto “**A Cigarra e a Formiga**”, de La Fontaine. O Presidente Lula passou esses cinco anos e dez meses do seu primeiro mandato e do seu segundo mandato como a cigarra do conto de La Fontaine, só cantando, apregoando as maravilhas, achando que a gripe, a pneumonia dos Estados Unidos seria apenas um resfriado aqui no Brasil, achando que lá era um **tsunami** e que aqui seria uma marola. Não se preparou para as dificuldades. Ele teve a felicidade de, ao longo desses quase seis anos, não ter enfrentado nenhuma crise internacional. Navegou em mar de almirante e voou em céu de brigadeiro nesses anos todos e, hoje, lamentavelmente, vê-se à frente de uma crise e tem de ter competência para vencê-la. Mas, diferentemente do aconteceu nos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que ele teve de administrar oito crises e em que o PT era contrário a tudo – foi contrário à Lei de Responsabilidade Fiscal, à CPMF, ao Fundef, ao Proer, ou seja, a tudo! –, nós votamos a favor, porque estamos aqui não como oposição ao Brasil; somos situação em relação ao País e queremos um Brasil crescendo. E quero dizer a V. Ex^a que ele tem na Oposição aqui as formigas do conto La Fontaine, para que, agora, no inverno que ele vai ter de vencer, ele conte com nosso apoio. Daremos esse apoio, comandados por V. Ex^a, pela experiência de V. Ex^a, que traz esse assunto, que seria objeto de um pronunciamento meu no dia de hoje. Tenho aqui notícias do **Correio Braziliense** que dizem o seguinte: “Crítico ferrenho do socorro a bancos, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do programa Proer, o Presidente Lula não resistiu aos abalos da crise internacional no País e criou seu próprio Proer ao assinar, na noite de segunda-feira, a Medida Provisória nº 442”. Senador Tasso Jereissati, olhe a gravidade desse Proer do Lula! Bush e Lula ou Lula e Bush, eu ainda não identifiquei qual é o pior dos dois. Olhe a gravidade! V. Ex^a já atentou para o fato de que o Proer do Lula é muito pior do que o Proer do Fernando Henrique, o qual eles não aprovaram, pelas condições que não são cobradas do sistema financeiro. Mas olhe o que diz a notícia do **Correio Braziliense**: “O Proer de Lula permite, ainda, que os bancos socorridos pelo Banco Central possam ter dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e tenham os nomes inscritos no Cadastro de Inadimplentes da União (Cadin)”. No Programa de FHC, isso era vedado. Senador Tasso Jereissati, o Presidente Lula está colocando em risco o dinheiro do trabalhador, da poupança do trabalhador, que é o FGTS. Isso pode virar pó de um dia para outro. Não é possível que isso seja aceito no Proer do Lula. Senador Tasso Jereissati, a Bolsa,

que, no seu pico, já atingiu quase 70 mil pontos, hoje está a 38 mil pontos, ou seja, o patrimônio das empresas brasileiras reduziu em 50%. O dólar, hoje, atingiu R\$2,50, e o Banco Central, pela primeira vez, em cinco anos, teve de comprar à vista US\$1,3 bilhão, para que o dólar pudesse recuar ao patamar de R\$2,30, que foi o quanto fechou hoje. Tirou isso da tal da reserva milagrosa, com a qual diziam que iam criar o fundo soberano de US\$200 bilhões. Se essa crise – Deus queira que não aconteça! – realmente atingir o Brasil, esse montante de US\$200 milhões não dará para uma semana. Os Estados Unidos já aplicaram US\$1 trilhão. A Europa está aplicando também lá centenas de bilhões de dólares, e estamos aqui achando que, com US\$200 bilhões, estaremos protegidos. O Presidente continua apregoando que a economia brasileira está consolidada. Então, Senador Tasso Jereissati, espero que o Presidente Lula esteja ouvindo-o ou que pelo menos seus auxiliares, seus assessores levem a ele sua fala, para que ele reconheça a gravidade da situação. Que ele venha ao Congresso Nacional e diga à Nação brasileira a situação que o Brasil pode vir a viver! E Deus queira que não venha! Mas que não induza as pessoas, como V. Ex^a aqui alertou, a continuarem gastando, a continuarem comprando, porque, no final, essas carteiras que o Proer do Lula quer transferir dos bancos para o Tesouro nada valerão, porque esses compromissos não serão resgatados. Parabéns a V. Ex^a! Parabéns ao Brasil, que tem uma Oposição hoje solidária ao Governo! O Governo está em crise? O Brasil está em crise? Nós estamos com o Brasil. Nós vamos votar, sim, as medidas amargas, mas necessárias, para que a Nação brasileira sofra o mínimo possível essa crise financeira que, lamentavelmente, no mundo de hoje, é globalizada. Não estamos imunes a ela.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado pelo seu importante aparte, Senador Flexa, mais uma vez enriquecendo com sua participação esse debate.

Tem o aparte o Senador Azeredo, por favor. Em seguida, eu o concederei ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tasso, é natural e é até uma obrigação do Governo tentar tranquilizar a população; o que não é natural é tentar tirar proveito político e, na verdade, menosprezar a crise, como tem acontecido. O Proer do Lula terá a acolhida nossa, vamos analisá-lo com cuidado, para que realmente possa ser uma reação a um risco que já está aí. O deboche, o menosprezo, que já foram mencionados aqui, é que não podem prevalecer. Realmente, espanta que esse assunto não esteja ainda no dia-a-dia, porque ele é, realmente, muito grave. Estávamos todos mergulhados numa campanha

eleitoral, que continua em apenas algumas dezenas de cidades, mas é fundamental que essa discussão se faça. Quero lembrar algumas coisas, por exemplo, em relação à Bolsa. Parece que as pessoas esquecem os milhares de acionistas que têm ações no Fundo de Garantia, naquele fundo com ações da Vale, no fundo com ações da Petrobras. Não é gente rica, são pessoas comuns, são cidadãos comuns, que pegaram parte do seu dinheiro do Fundo de Garantia e aplicaram no fundo lastreado em ações. Portanto, não é correto ficar tratando a Bolsa como se fosse uma questão só de especuladores. Ela é de empresas, de empresários, de brasileiros, de pessoas que acreditam no sistema econômico brasileiro. Assim também quero lembrar que, nesse Governo, há algumas pessoas – felizmente, não são todas – com perfil autoritário, com perfil arrogante. Essas pessoas precisam se mirar um pouco mais em outros exemplos. Também mantenho minha confiança no Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – pude falar isso aqui ontem da tribuna.

Esses outros membros do Governo deveriam, exatamente, ter mais responsabilidade, mais humildade, mais prudência, para poder enfrentar uma crise como esta. Não é aceitável que o Governo continue fazendo a instrumentalização partidária, sindical, ideológica que está fazendo. O resultado é esse. Quando o Governo fica permeado de pessoas que estão apenas com o viés ideológico, que estão com uma experiência de sindicato, não a experiência do dia-a-dia da Administração Pública, acabamos tendo esta visão deturpada do que é o mundo globalizado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Azeredo, por sua participação.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Tasso Jereissati, é louvável a preocupação de V. Ex^a com respeito à crise tão grave nos Estados Unidos, em outros países do mundo e ainda mantida aqui sob condições as que podemos perceber. V. Ex^a sabe que o Brasil vive um bom momento. Nós temos, neste ano de 2008, um crescimento bastante significativo da economia, superior a 5% ao ano, um crescimento recorde do nível de emprego formal, a continuidade de políticas que vêm diminuindo a desigualdade desde 2003, ano a ano, e que promovem a erradicação da pobreza, mas a crise mundial é de tal ordem, que todos nós precisamos estar extremamente atentos. V. Ex^a menciona que gostaria que o Ministro da Fazenda e o Ministro Presidente do Banco Central comparecessem ao Congresso Nacional. Avalio que V. Ex^a, se não soube, pode então ficar sabendo que, ainda hoje, pela manhã, o Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles esteve no Congresso

Nacional e dialogou com os Líderes da Câmara dos Deputados sobre os temas que V. Ex^a está aqui levantando e procurando esclarecer. Mais do que isso, ainda há pouco, conversei com o Ministro Guido Mantega, que estava ao lado do Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central. Mencionei que V. Ex^a aqui formulava críticas e que, inclusive, demandava – o que considero extremamente justo – que houvesse o diálogo conosco, Senadores. Informei que, na última terça-feira, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, inúmeros Senadores disseram que gostariam que, dada a gravidade do problema, os Ministros estivessem aqui conosco. Quero lhe informar, Senador Tasso Jereissati, que o Ministro Guido Mantega, da Fazenda, ao lado do Ministro e Presidente Henrique Meirelles, pediu que informasse a V. Ex^a e aos Senadores que eles se dispõem a vir aqui sim e que desejam fazê-lo. Apenas, como já está anunciado e é normal nesta época do ano, ambas as autoridades necessitam comparecer à reunião do Fundo Monetário Internacional, ocasião que o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, como é presentemente o Presidente do G-20, que envolve as autoridades econômicas dos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, União Européia, Austrália, China, Índia, Brasil, Argentina, México, Rússia, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Turquia, como Presidente em rodízio – a cada tempo assume a Presidência do grupo um dos Ministros da Fazenda de cada um desses países –, está aproveitando, para convocar os Ministros da Fazenda desses vinte países para uma reunião de extrema importância, que se dará neste final de semana, em Washington. Ademais, informou-me que ambos voltarão de segunda-feira para terça-feira e que, a partir de então, em consenso conosco, na próxima semana – acho que terça-feira não seria o dia mais adequado, porque estarão chegando –, na quarta-feira ou na quinta-feira, ou na terça-feira, que é o dia normal da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, estarão dispostos a vir aqui, para dialogar. Gostaria de transmitir a V. Ex^a que, como eu estava estranhando a observação de V. Ex^a relativamente ao Proer do Lula, conversei com o Ministro Guido Mantega, porque não era esse o meu entendimento. Ele confirmou e pediu que eu esclarecesse a V. Ex^a e a todos que a Medida Provisória nº 442, de 6 de outubro de 2008, refere-se, sobretudo, às operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão de Letras de Arrendamento Mercantil – LAM. Trata-se, Senador Tasso Jereissati, de tipicamente facilitar operações de redesconto, que são operações normais. V. Ex^a, que estudou macroeconomia, sabe perfeitamente que as operações de redesconto cons-

tituem uma das maneiras que o Banco Central tem de prover liquidez na economia. Ele ressaltou, conforme está aqui na Medida nº 442, que essas operações são realizadas de maneira igual para toda e qualquer instituição financeira que porventura se utilize da operação de redesconto. Se recordarmos, digamos, os livros de macroeconomia – vamos citar o de Paul Samuelson, **Macroeconomia**; poderíamos citar qualquer outro –, ali está a explicação. V. Ex^a conhece, não apenas como um estudioso de economia – é uma pessoa que conhece muito bem as operações, como empresário e por sua convivência com empresários –, que a operação de redesconto se dá da seguinte forma: uma empresa que, digamos, faz uma venda, vamos supor, de automóveis ou algo assim, por um prazo que seja de um ano, de dois anos, de 36 meses ou algo assim e que tem o compromisso de quem comprou de que o automóvel será pago – por exemplo, em 36 meses – pode ir ao banco e descontar, digamos, uma chamada duplicata. E o banco pode, junto ao Banco Central, fazer o redesconto. E isso é feito mediante ônus para a empresa, em primeiro lugar, e, depois, para o banco em relação ao Banco Central. E não haverá nesse procedimento qualquer situação de favor para uma instituição em relação à outra. É um procedimento normal. Portanto, esclarece o Ministro Guido Mantega – ele terá oportunidade de esclarecer, ainda mais, acentuadamente, mas pediu que informasse a todos – que se trata de um instrumento importante para resolver um problema de liquidez que está ocorrendo, que é diferente do assim chamado problema de solvência que atingiu algumas instituições, como o Banco Nacional e outros, ao tempo do Governo Fernando Henrique Cardoso, e que as autoridades monetárias precisaram resolver. Portanto, agora, é um problema de natureza diferente e menos grave, ainda que V. Ex^a tenha mencionado que há um problema bastante sério de liquidez. É verdade; eu reconheço – e podemos ler na imprensa – que há, de fato, problemas dessa natureza. Ainda ontem, ou de ontem para hoje, eu li a entrevista, por exemplo, do empresário Lawrence Pih, que mencionava que as instituições que normalmente proviam recursos para a importação de petróleo estavam agora com menor disponibilidade para isso e justamente para enfrentar esse tipo de problema que as medidas foram anunciadas. Enfim, o Presidente Tião Viana me chama a atenção – estou inscrito e gostaria até de ter o tempo, aqui é só o aparte. Mas, enfim, Senador Tasso Jereissati, eu quero, portanto, tranquilizar todos aqueles que estão nos assistindo, primeiro: a situação da economia brasileira, felizmente até agora, ainda é bastante positiva e bem melhor do que a de outros, e a disposição das autoridades econômicas, sobretudo do Ministro Guido

Mantega – o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo esteve ontem aqui, também discutindo, em debate, e expôs, perante a Comissão Mista de Orçamento, toda a questão relativa a corte etc., e nós Senadores pudemos estar lá, os que desejassem. E hoje o Presidente do Banco Central esteve no Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Suplicy, V. Ex^a está apartando há mais de dez minutos. Eu peço a colaboração com os demais Senadores.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, a última frase, para reiterar, faço questão de que V. Ex^a esteja presente quando da vinda do Ministro Guido Mantega com o Presidente Henrique Meirelles, provavelmente na primeira reunião, na terça-feira próxima. Certamente o Presidente Aloizio Mercadante, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos dirá, em comum acordo com V. Ex^a, qual o melhor dia para a vinda das autoridades monetárias. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Tião, desculpe-me o abuso, mas acho que o tema levou a isso. Ainda têm algumas pessoas que estão querendo se pronunciar. Eu acho importante, mas eu queria responder ao Senador Suplicy primeiro.

Quanto ao descaso pela gravidade da crise, eu não o ouvi do Ministro Mantega – na verdade, eu ouvi quando ele disse que, no Brasil, existia apenas uma marola, não um *tsunami*. Ouvi do Presidente Lula, repetidas vezes, piadas, brincadeiras, gozações; até ontem de noite, inclusive, incentivando o consumo, o que acho grave, porque pode levar a uma percepção errada do momento que estamos vivendo, principalmente por parte do cidadão que não é dado aos problemas do dia-a-dia da economia, levando a um endividamento que não é possível ser feito e levando a economia para uma crise.

Quanto à questão do Proer do Lula, na hora em que eu chamei de Proer do Lula, V. Ex^a estava sentado ao meu lado e ao lado do Senador Tião Viana e eu percebi claramente o seu incômodo. Afinal de contas, V. Ex^a foi um dos maiores críticos, ao lado do Senador Mercadante, que, infelizmente, não está aqui hoje, e de outras grandes figuras do Governo do PT, ao Proer do Presidente Fernando Henrique. Foram críticos até ontem. Até quinze dias atrás, eram críticos do Proer do Presidente Fernando Henrique. Críticos violentos: fizeram CPIs, pediram investigações. Então, quando eu falei Proer do Lula, imediatamente, eu percebi o seu incômodo e o seu desconforto em relação à situação que viveria no momento de ter de, agora, defender o Proer. Eu percebi isso claramente.

Volto a dizer o seguinte: tem as mesmas características do Proer, na minha opinião. Evidentemente, estamos para discutir e para ajudar.

Mas era mais fácil pegar o Proer do Fernando Henrique e reeditá-lo, com alguns ajustes, do que fazer, na calada da noite e às pressas, um novo Proer disfarçado, como o chamei, e um pouco encabulado. Por quê? Se fosse um mero movimento de redesconto, Senador Suplicy, que, além de profundo conhecedor de macroeconomia, foi meu professor de macroeconomia, se fosse uma mera questão de redesconto, não precisava de uma medida provisória para passar no Congresso. Isso é uma operação corriqueira do Banco Central com os bancos, o redesconto, quase que corriqueira. Quando mandam uma medida provisória, é porque altera a essência, chamando de redesconto o que chamo de Proer do Lula, altera a essência daquele redesconto corriqueiro. Mudam os limites, as características das garantias a serem dadas pelos bancos para resolver – inclusive isso está escrito – um problema de liquidez e problema de liquidez que pode se tornar, no decorrer da crise, um problema de solvência.

É muito acertada a posição do Governo quando corre e tenta resolver o problema, primeiro, de liquidez antes que esse problema, se não for corrigido agora, se não for socorrido por recursos do Governo, se torne problema de solvência. No momento, transformou-se a essência, a natureza do redesconto; por causa disso, a medida provisória, dando características de limite e de garantia completamente diferentes, de maneira que o Banco Central possa socorrer aqueles bancos que eventualmente venham sofrer do problema de liquidez.

Evidentemente, terça-feira estaremos aqui para discutir, e a minha reclamação não é que os Ministros só não venham, é que o Presidente Lula ainda não tenha chamado as lideranças nacionais para uma conversa séria sobre o assunto e fique se perdendo em bravatas na televisão – é essa a nossa reclamação –, o que é sério.

Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Tasso Jereissati, o discurso de V. Ex^a, como foi aqui salientado, é extremamente oportuno, porque V. Ex^a chama a atenção para a forma como o Governo vem administrando uma crise de grandes proporções, bem maior do que as crises que enfrentou o Governo Fernando Henrique Cardoso. Aliás, é bom lembrar, durante os oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós só tivemos dois anos, 1996 e o ano 2000, foram os únicos dois anos que nós não tivemos crises e crises resultantes de seqüelas no exterior. Mesmo no ano de 1995, que foi o primeiro ano do real, é bom

lembrar, que houve a chamada crise mexicana que forçou o então Presidente Clinton a depositar US\$50 bilhões no Banco Central mexicano, e nós aqui convivemos com os ataques especulativos contra o real, sem falar – como V. Ex^a salientou – o comportamento da Oposição, que bloqueava todas as medidas que o Governo tomava, tempestivamente, para consolidar o Plano Real, que é hoje reconhecidamente o mais bem-sucedido programa de estabilidade econômica que o País conheceu, quer no Império, quer na República. É bom lembrar, por exemplo, a desindexação da economia. Precisamos quase um ano e meio para conseguir aprová-la aqui no Congresso Nacional, porque havia um bloqueio da Oposição, havia um bloqueio do PT. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal não foi diferente. Muitas dificuldades tivemos que enfrentar, e sem contar, se quisermos recuar um pouco mais, para aprovar o plano social de emergência, que, aliás, resultou de uma emenda constitucional de revisão. Aliás, se não estou equivocado, a primeira emenda constitucional de revisão, que também consumiu muito tempo para que nós conseguíssemos converter em realidade. Devo também mencionar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, estadista que é, tinha uma visão de futuro. Ele se antecipava às crises. Não fora isso, eu não seria capaz de imaginar o que poderia ter acontecido nas sucessivas dificuldades que nós enfrentamos, sobretudo as dificuldades que nós tínhamos para aprovar as medidas no Congresso Nacional. Então eu acho que neste momento cabe fazer um cotejo entre o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e o atual Governo. Enquanto o primeiro administrou adequadamente vicissitudes internacionais e problemas nacionais, o atual parece querer não ver ou não enxergar a extensão da crise com a qual nós nos defrontamos. Isso é que nos causa preocupação, como V. Ex^a alertou e outros oradores que apartearam o discurso de V. Ex^a, que se dá num momento tão, como disse, oportuno. Devo dizer também a V. Ex^a que é importante que, neste momento, como aqui também foi à saciedade lembrado, nós possamos dizer que essa nossa postura não significa uma obstrução a qualquer providência por parte do Governo. O que houve no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a nossa disponibilidade, como aqui foi salientado por V. Ex^a e por outros oradores que o apartearam, é no sentido de trazer também a nossa contribuição à solução da crise, que avança em nosso País, sem que nós vejamos providências compatíveis com a extensão da crise. Oxalá que o discurso de V. Ex^a esteja sendo ouvido pelo Planalto, e quem sabe, a partir daí, surjam providências compatíveis com a extensão da crise que vive o mundo, sobretudo em

função de suas reverberações no Brasil. A crise já extrapolou, há muito tempo, os limites da América do Norte, migrou para a Europa, a esta altura já alcançou a Ásia, e a tendência, como já acontece em nosso País, é que também venha pervadir no nosso continente, de modo especial na chamada América do Sul, na América Meridional. Por isso encerro a minha intervenção, cumprimentando V. Ex^a, esperando que o seu discurso seja devidamente ouvido, entendido e que, a partir daí, surjam providências compatíveis com o que, a meu ver, é essencial para que o País não venha a ter problemas mais graves na administração desse fenômeno, que exige toda a atenção do Governo e toda a união dos entes públicos. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. A sua vasta experiência e conhecimento da vida pública brasileira são fundamentais em um momento como este.

Ouvirei o Senador João Tenório e, em seguida o Senador Jefferson Praia, e a Senadora Rosalba Ciarlini, tentando seguir a ordem que percebi aqui da tribuna. Também ouvirei os Senadores Antonio Carlos Valadares e Mão Santa.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Tasso Jereissati, o seu pronunciamento da tribuna traz uma preocupação a mais para todos nós Senadores: ele é feito por V. Ex^a, uma pessoa que tem uma formação intelectual densa, que tem uma experiência pública completa, de Governador de Estado a Senador da República, e é sobretudo um homem que tem vivência e convivência com a economia real. Então, essa situação da qual V. Ex^a detém de conhecimento amplo traz um pouco mais de preocupação para todos nós, porque ela confere ao seu pronunciamento a certeza, de nosso lado, de que ela procede e tem consistência. V. Ex^a chama a atenção, em algum momento em seu pronunciamento, para uma questão que penso será o ponto fulcral de como será atingida a nossa economia real: será o contingenciamento, eu diria, o constrangimento – para ser mais leve – do fluxo de crédito que vai acontecer não só internamente, no Brasil, como, sobretudo, nas linhas internacionais, que são aquelas que irrigam parte expressiva da nossa economia, que é aquela que vive de exportação e de importação. Uma parte muito importante. Convém lembrar outro detalhe aqui – acho que vale à pena ser lembrado que o Brasil é um país que trabalha com uma poupança muito pequena; não podemos nos dar ao luxo de imaginar que é possível mobilizar este País, movimentar este País e fazer sobretudo investimentos que se fazem necessários, com base exclusivamente na poupança interna brasileira, porque ela é, seguramente, muito pequena. Precisamos desesperadamente de linhas de crédito

importantes, lá de fora, para que possamos não só financiar o desenvolvimento econômico de um modo mais amplo, como, sobretudo e principalmente, eu diria, fazer com que os investimentos aconteçam de uma maneira normal. Então, esses dois pontos que V. Ex^a colocou me parece que criam uma dificuldade, criam uma percepção mais difícil ainda para nós outros da situação em que se encontra o País. Convém lembrar um detalhe também, Senador, que acho é importante. Uma parte expressiva – não sei o tamanho dela, mas é, seguramente, uma parte expressiva – desse saldo cambial que o Brasil detém hoje foi criada de uma maneira, eu diria, induzida, quase artificial. Quando se faz saldo cambial baseado em saldo da balança comercial, esse é nosso. É como uma empresa que tem um lucro operacional – ele fica dentro da empresa. Entretanto, uma parte expressiva – não sei o tamanho, repito – dessa quantidade de recursos que o Brasil passou a dispor e agora está fugindo de maneira muito evidente veio pela diferença brutal de taxa de juros que o Brasil passou a aplicar em relação à totalidade dos outros países do mundo. Então, ele veio para cá no momento em que era conveniente e seguro, porque dizem os entendidos que dinheiro é como vento, só entra em lugar de que possa sair; tem de haver uma janela aberta por onde ele possa entrar e sair. Então, o Brasil viveu o melhor dos momentos: a balança comercial gerando um saldo comercial satisfatório; o país tinha a maior taxa de juros, se comparada com o resto do mundo, e remunerava de maneira totalmente diferenciada o capital estrangeiro, o que fez com que essa migração viesse para cá e com que uma parte expressiva desses 206 bilhões viessem para cá não de uma maneira natural, espontânea, que pertencesse de fato ao País, à sociedade, mas vinha exatamente pela via artificiosa da diferença de taxa de juros que o País passou a pagar. Então, o fato de ser essa denúncia feita por V. Ex^a me traz uma preocupação maior exatamente pelo conhecimento que V. Ex^a tem de todas as áreas envolvidas nessa crise. Imaginar que o Brasil vai passar disso despercebido, como têm dito algumas autoridades, sobretudo o Presidente da República, eu diria que é uma leviandade muito grande, porque, na verdade, nós já estamos vivendo essa crise e vamos intensificá-la, infelizmente. Nós gostaríamos de estar longe, bem longe da crise, mas infelizmente não é isso que vai acontecer. O Senador Antonio Carlos Júnior levantou um ponto que considero importante, de que devemos ter atenção para não contribuirmos, de maneira nenhuma, para o aumento dos gastos públicos. Essa opinião, Senador, acho que é comum a quase todos os Senadores desta Casa, mas nós não temos agido de uma maneira firme e coerente em relação a

isso. Uma parte expressiva desse aumento de gastos públicos... Acho importantíssimo, porque, se ele não tivesse existido, Senador, não teriam sido necessárias taxas de juros tão diferenciadas do resto do mundo. Concorro plenamente. Mas uma boa e grande parte desse aumento de gastos públicos foi, de certa maneira, consolidada e confirmada por nós outros, aqui no Senado. Então, acho que essa sugestão de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Júnior, deve ser, agora, levada em consideração. Seria uma atitude fundamentalista nossa: qualquer coisa que venha para cá, no sentido de gerar, qualquer que seja, um aumento de gasto público, ele deve ser vetado e deve ser visto pelo Congresso, sobretudo pelo Senado Federal, como uma agressão aos interesses maiores do País. Senador Tasso Jereissati, parabéns pelo pronunciamento e quero dizer, mais uma vez, que, por ser feito por V. Ex^a, me deixou um pouco mais preocupado que antes.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador João Tenório, ao mesmo tempo em que V. Ex^a diz isso, eu retribuo dizendo que conheço também o seu trabalho na vida privada. Sei que V. Ex^a é um homem da famosa economia real, um dos líderes da empresa – digo empresa, incluindo a indústria e a agricultura – no Nordeste brasileiro.

Ao dar este testemunho, V. Ex^a sinaliza claramente que nós realmente não estamos fazendo retórica aqui, nós estamos falando de maneira muito cooperativa, no sentido de alertar este País.

Ouçó o Senador Jefferson Praia e, em seguida, a Senadora Rosalba.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Tasso Jereissati, serei breve. Como V. Ex^a disse, o que nós queremos é ajudar. Percebemos o quanto as condições econômicas do Brasil estão boas, mas, diante dessa crise na maior economia mundial, que tem braços em todas as economias, e diante da situação por que já passamos, dizer que nós não seremos afetados é não enxergar o que já está na nossa frente. V. Ex^a mesmo disse que o dólar, hoje, já chegou a R\$2,50. Estamos experimentando uma maxidesvalorização do real, o que tem impacto direto na nossa economia, particularmente nas importações, e, conseqüentemente, daqui a um tempo, no emprego. Isso pode virar uma bola-de-neve. Eu acredito que nós devamos ter cautela. O Presidente, com a sua maneira de se comunicar, de forma muito popular, às vezes faz um discurso em que coloca as coisas de tal forma que parece que essa crise não tem nada a ver conosco, como se nós estivéssemos totalmente blindados, coisa que nós não estamos. A crise que está aí, na maior economia do mundo, não sabemos o tamanho dela e pode se tornar uma crise mundial e nós estaremos no meio desse furacão, sim.

Temos, portanto, de ver o que vamos fazer. V. Ex^a já conseguiu, com a abordagem desse tema na tarde hoje, algo proveitoso: como disse o Senador Suplicy, a presença dos dois Ministros Mantega e Meirelles para discutirmos e debatermos como o Brasil vai enfrentar este momento difícil que já começa a acontecer.

Não podemos dizer que não teremos nada a ver com isso, mas também não podemos fazer alarde em torno da crise, sob pena de ela se tornar ainda maior. Entendo que as autoridades, principalmente aquelas que estão na posição do Mantega e do Henrique Meirelles, têm de ter muita prudência, têm de fazer colocações com cautela, porque qualquer opinião que o mercado perceba como não-adequada pode ter um resultado devastador: como V. Ex^a sabe, a coisa funciona com efeito dominó. Portanto, parabéns a V. Ex^a. Vamos enfrentar esse furacão que está vindo, cujos primeiros ventos já atingem a nossa economia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado por seu aparte sensato, muito equilibrado. Tenha certeza de que o nosso objetivo é esse de alertar e não, em momento nenhum, criar algum tipo de pânico ou de receio acima daquilo que a realidade exige.

Senadora Rosalba, ouço V. Ex^a.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Quero parabenizar V. Ex^a, pela oportunidade do discurso, trazendo sua experiência e conhecimento.. Estamos aqui realmente preocupados. Há meses, em informações de jornal ou em notícias de uma maneira geral, quando alguém falava na possibilidade de uma crise, vinha alguém do Governo rebater, chamar de alarmista, dando a impressão, apesar de não citar nomes, de que a Oposição ao Governo estava sonhando com a crise. Meu Deus do Céu, isso pode caber na cabeça de alguém? Sonhar com a crise? Nunca, porque ela prejudica o Brasil de uma maneira geral, prejudica todos os Estados, as mais diversas atividades econômicas. O que se via, na verdade, eram pessoas sensatas, conhecedoras da realidade mundial, diante do que estava acontecendo lá fora, chamando a atenção para a necessidade da adoção de medidas preventivas. Não conheço tanto de economia, mas posso dizer que, na economia da vida, como todas as donas-de-casa, sou doutora; toda dona-de-casa é uma economista naturalmente. Em medicina, é preciso prevenir, a medida mais acertada é fazer prevenção. Isso se aplica na Economia também. No entanto, o que se percebeu foi a ausência de medidas que pudessem prevenir a ocorrência dessa epidemia, que já se alastrou pela Europa e está entrando sorrateiramente em nosso País, já está chegando, está dando prejuízo. Agora, nós estamos vendo o Governo correr para tomar precauções para evitar o mal maior; estamos vendo o dólar subindo e

os reflexos disso nas exportações; enfim, uma série de questões que vão acontecendo. Ressalto a maturidade desta Casa, seu equilíbrio, porque estamos todos aqui, independentemente de cores partidárias, dizendo ao Presidente e a sua equipe que queremos contribuir. Nós não estamos aqui, de forma nenhuma, para aplaudir a crise, nós lamentamos que o nosso Brasil esteja passando por essa dificuldade. Parabéns a V. Ex^a por suas palavras, por suas colocações. Parabéns, igualmente, ao Senador Agripino, ao Senador Maciel e ao Senador Suplicy, que também trouxeram algumas providências importantes. Acho que, se o senhor não estivesse levantando essas questões, nós não iríamos saber, nós não iríamos tomar conhecimento. É estranho que ainda não tenham sido chamadas as grandes lideranças para debater em busca de soluções. O que todos nós queremos aqui é exatamente contribuir. O Brasil é dos brasileiros, e nós não queremos, de forma nenhuma, ver esse problema ser tratado como algo que atinge apenas aqueles que aplicam na Bolsa. O Senador Eduardo Azeredo disse aqui muito bem que muitos trabalhadores da classe média também fizeram aplicações confiando na estabilidade, confiando que realmente iam ter um rendimento maior. Tudo isso nos preocupa, principalmente quando levamos em conta que já temos juros altíssimos, que já temos uma carga tributária altíssima e que isso termina refletindo no bolso de todos os brasileiros e de todos os trabalhadores. Ficam aqui os nossos parabéns, o nosso aplauso a V. Ex^a por suas colocações, assim como a todos os que participam do debate aqui e que se colocam à disposição do Presidente para ajudar o Brasil. O que nós queremos é ajudar, porque o Brasil é de todos nós. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, a Presidência prorroga a sessão por mais trinta minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado e mais uma vez peço desculpas, Sr. Presidente

Senadora Rosalba, muito obrigado. Nas mais diversas circunstâncias, sua palavra é sempre muito equilibrada, muito sensata e muito objetiva. V. Ex^a contribuiu muito para esta discussão.

Concedo um aparte ao Senador Valadares. Em seguida, o Senador Mão Santa. Depois, parece-me que quer falar o Senador Demóstenes.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Tasso Jereissati, no início desta sessão, tive oportunidade de ler um discurso enfocando essa crise avassaladora originária de problemas hipotecários nos Estados Unidos. Tive ocasião de recomendar ao Governo que se acautelasse quanto à proteção

dos mais fracos, daqueles que, diante de uma possível corrosão da nossa moeda e do recrudescimento da inflação, tendem a sofrer as conseqüências muito mais intensamente do que aqueles que têm a proteção da riqueza, do poder econômico. V. Ex^a, em boa hora, assume a tribuna para abordar determinados aspectos que devem ser debatidos, como, por exemplo, a crise de crédito que já se avoluma em nosso País. A falta de crédito significa redução nos investimentos, significa redução da produção e, conseqüentemente, menor geração de emprego ou, então, perda de postos de trabalho. Por isso o Governo não está atuando, a meu ver, na linha daqueles que acham que a nossa economia vive um momento de pânico. Porque, se isto se espalhar, ou seja, que a nossa economia está realmente em debacle ou sofrendo um ataque especulativo de âmbito internacional, geraria um descrédito generalizado, e os investidores, que já estão se afastando por motivos especulativos, criados não aqui dentro, mas lá fora, iriam afastar outros que, por acreditarem nas possibilidades do nosso País, deixariam de continuar investindo no Brasil. Por isso, o Governo, a meu ver, está rejeitando isso. O próprio Presidente da República, como a Ministra Dilma Rousseff e os Ministros da área econômica estão dizendo que o Governo, no momento, recusa-se a baixar um pacote econômico, de vez que isso poderia gerar, do ponto de vista psicológico, uma situação de descrédito no nosso País. E sabemos o que os pacotes representaram no passado, na nossa economia, em vários governos. Por essa razão é que vejo que, pontualmente, o Governo está tomando medidas acertadas. O próprio jornal *Valor Econômico* destaca numa das suas páginas: “Boas medidas para conter os efeitos da crise externa”. E quais são essas medidas apontadas e elogiadas pelo jornal? Para tentar aliviar o empoçamento da liquidez, o Governo mexeu nos compulsórios, ou seja, reduzindo aquela obrigatoriedade dos bancos de depositarem no Banco Central um determinado percentual dos seus recursos. Também o Governo criou duas novas linhas de redesconto com prazos e condições mais flexíveis que terão, como colateral, a carteira de crédito dos bancos. E, por outro lado, determinou que as reservas internacionais – que são grandes no nosso País, já ultrapassam US\$200 bilhões – sejam utilizadas para financiar a exportação, porque a elevação do câmbio e a valorização do dólar frente ao real melhoraram muito a situação para a exportação, teoricamente. Entretanto, não há financiamento, a primeira vista, para as nossas exportações, diante do recolhimento, da retração dos bancos, que estão, com muita cautela, com muito cuidado, analisando quais serão as repercussões sobre o sistema bancário. Nobre Senador Tasso Jereissati,

admiro V. Ex^a, primeiro, pelo conhecimento que tem de economia – e não é de agora, já como Governador V. Ex^a chegou a ser convidado para ser Ministro da Fazenda, numa prova evidente de que o Brasil reconhece que V. Ex^a é um homem capaz inclusive de comandar a nossa economia. Isso aconteceu no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – No Governo Sarney.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Perdão; no Governo Sarney. Então, é uma prova mais do que evidente de que V. Ex^a é a pessoa mais adequada para falar sobre esse assunto. Mas eu quero me referir ao Proer. Por que nasceu o Proer? Devido aos escândalos do Banco Nacional, do Banco Econômico e do Bamerindus, se eu não me engano. Os bancos fraudaram as suas carteiras de crédito e, em função dessa fraude que foi descoberta, nasceu aqui uma CPI – fui o autor do requerimento de sua criação –, que, embora depois tenha sido derrubada pelo Supremo – e o Governo realmente trabalhou nessa linha de derrubar a CPI –, não era contra o Governo, mas contra os bancos. Quando nós entramos, naquela época, com o pedido de criação da CPI não foi para derrubar o Governo Fernando Henrique Cardoso, que nada tinha a ver com aquela fraude descoberta pelo próprio Banco Central. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: V. Ex^a se refere a um tal do Proer do Governo Lula. Não existe isso. Mas houve realmente um Proer para resolver a crise sistêmica que se abateu sobre o Brasil no Governo Fernando Henrique Cardoso, em face de irregularidades cometidas pelos bancos. Agora, neste momento, pelo que sabemos, não há nenhuma irregularidade. Nós sabemos disso. Não é esse o motivo que justifica a preocupação do Governo de baixar uma medida provisória para resolver a questão dos pequenos bancos, do financiamento rural, do Fundo de Marinha Mercante – 10 bilhões serão investidos no setor pelo próprio Governo, para prevenir a indústria naval de uma crise, como a que está acontecendo no panorama econômico internacional. De sorte que não podemos comparar. São duas situações completamente diferentes. Na época de Fernando Henrique Cardoso, o sistema financeiro nacional foi sacudido por corrupção ocorrida em bancos. Agora, não. Não está havendo fraude, não está havendo denúncia de corrupção e de facilitação nos bancos, como houve nos Estados Unidos, onde pessoas que não podiam comprar uma casa de US\$1 mil compraram casa de US\$ 200 mil, sem nenhum tostão no bolso. O que houve? Houve uma fraude do sistema financeiro americano contra a própria sociedade – e a sociedade americana está pagando caro por isso –, que repercutiu em

todo o mundo, inclusive aqui no Brasil. Então, Senador Tasso Jereissati, concordo com muita coisa que V. Ex^a disse, mas não concordo com essa equiparação entre o Proer de Fernando Henrique Cardoso e as medidas de contenção do impacto da crise que estão sendo adotadas pelo Governo do Presidente Lula. Mas, de qualquer forma, em muitos pontos, V. Ex^a tem razão, por exemplo: deve-se estar preocupado, deve-se levar a sério esta crise, não se deve brincar com ela, porque nós fazemos parte do mundo globalizado, e o Brasil não é uma estrela solitária.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Valadares, por quem tenho grande admiração. Acho natural que todos aqueles que votaram e criticaram tanto o Proer comecem a justificar por que razão votarão no Proer do Lula. Faz parte.

Senador Mão Santa e, em seguida, Senador Demóstenes, que faço questão de ouvir. Estou tentando seguir a nossa ordem, mas a sua interpelação é fundamental para que eu possa abrilhantar meu currículo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tasso, quero cumprimentá-lo, mas eu lembraria aqui, nesta crise, Franklin Delano Roosevelt, quatro vezes presidente. Ele enfrentou uma recessão. Nós nascemos na época da guerra – você é um pouquinho mais novo –, mas eu nasci. E houve ainda outra na primeira guerra. Mas vamos ficar nessa. Ele disse: toda pessoa que vejo é superior a mim em algum aspecto e eu procuro aprender. Então, quero dizer que V. Ex^a é superior a todos nesse assunto. V. Ex^a é um economista brilhante, administrador, tanto como empresário – e sou seu vizinho, passei minha meia vida no Ceará, tenho essa admiração –, quanto como administrador político exitoso. Mas, Tasso Jereissati, eu queria dizer que crise sempre teve. Abraham Lincoln enfrentou a dele e disse: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado” – é um grande ensinamento. O nosso amigo ali, Rui Barbosa, enfrentou a dele. Todos os governos se fortalecem ou enfraquecem de acordo com o momento econômico. Mas nós temos que ensinar essa gente, e lamentamos aqui: primeiro, onde está o nosso Mercadante para o debate qualificado? Não está aqui. O debate qualificado é a nossa função; nós somos pais da pátria. Então, o Tasso traz essas preocupações justas, reais. A Líder do Governo, pelo menos para falar sobre economia doméstica, de professor, deveria estar aqui. A Rosalba falou, mas não estou vendo ninguém, só o Suplicy ali, querendo... Mas eu quero, primeiro, parabenizar o Governo do Fernando Henrique Cardoso. Nós vivemos a zorra que era este País, quando foram equilibradas aquelas contas, ninguém sabia quem devia. Basta lembrar, neste momento aquela ARO: estariam todos os Prefeitos derrotados,

tirando a Antecipação da Receita Orçamentária. Então, para mim, só um homem na economia é comparável a V. Ex^a: Malan. Este merece um busto lá no Ministério, porque eu o acompanhei. Sofri. Não sou do lado dele, não. Se V. Ex^a algum dia encontrá-lo, diga, porque nós vimos a responsabilidade fiscal. Mas eu queria ler algo aqui, que é nosso. São essas preocupações. É aqui: política, notícia. Fala que a aprovação do Presidente é de 80% e tal. Mas diz o seguinte – quero ler aqui: “O Governo [...]”. O Governo. São duas coisas distintas: a simpatia, a empatia pelo Presidente, o Lula, que está aí nos corações, que ninguém vai negar. Dizem que ele elegeu até poste. Isso eu não vou negar também. Agora, atentai bem, Demóstenes: o Governo é outra coisa. Isso aqui é notícia de agora. Lula atinge esse percentual e lá diz: “O Governo [...]”. Estou falando do Governo, não é Lula, não, é a equipe, é o que nos interessa: “O Governo, por sua vez, atingiu sua melhor avaliação desde a posse, com 69%”. Atentai bem agora: “Na série histórica do Ibope, a avaliação só perde para o Governo do ex-Presidente e atual Senador José Sarney (PMDB – AP), que registrou aprovação de 72% em setembro de 1986”. Quer dizer, o Governo do Presidente Sarney teve... Quem não se lembra dos fiscais, do Funaro? Está aqui o Ibope lembrando. E olhem o que a economia turbulenta fez com o nosso estimado, querido estadista que fez a transição democrática, Presidente Sarney. Então, V. Ex^a está dando o melhor presente para o Governo de Luiz Inácio: essa advertência. Eu nasci no tempo da guerra, e todo mundo sabe que o Brasil é endividado desde quando veio D. João VI, e quem pagou foi a Inglaterra. Com a Segunda Guerra, eles se lascaram lá, e nós passamos a ser endividados dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, qualquer leigo sabe, qualquer pessoa sabe, são 25% da economia do mundo; é ¼. Nós estamos ligados, depois da última guerra mundial, a eles. Estamos sofrendo. Meus parabéns pelas preocupações, essa é nossa função. E V. Ex^a engrandece o Senado, advertindo o Governo. Agora, é uma lástima não ter ninguém aqui do Governo para aprender como estou aprendendo com V. Ex^a!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, V. Ex^a não tem nada a aprender comigo. Todos nós temos muito a aprender com V. Ex^a. Eu aprendo sempre muito com sua sabedoria proverbial aqui em todos os momentos. Mas o conheço muito bem, V. Ex^a não tem nada a aprender comigo, não. Tem muito a ensinar.

Senador Demóstenes Torres, tem o aparte e, depois, o nosso querido Senador Francisco Dornelles para encerrar.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a faz um pronunciamento de primeira linha, de primeira grandeza, chamando à responsabilidade, chamando às falas o Presidente da República. Isso é importante. O Presidente, talvez esperando a eleição de São Paulo – onde ele vai perder, naturalmente –, faz cara de paisagem e usa linguagem de horóscopo. Não é verdade? Linguagem de felicidade em meio à quebra geral do mundo, quando devíamos estar alertando a população brasileira sobre os grandes e inevitáveis riscos de que o Brasil não tem como fugir. Hoje, por exemplo, o dólar chegou a R\$2,50. Para voltar ao patamar de R\$2,20, o Banco Central teve que queimar, em compra de dólares à vista, US\$1,6 bilhão. Então, não é fácil. Agora, o que me encabulou foi o que disse o Senador Eduardo Suplicy: que o Ministro Mantega disse a ele que o novo Proer, o pacote que veio através de medida provisória, trata de redesconto. Então, se o Ministro disse isso, o Presidente o enganou, porque o art. 1º dá ao Presidente do Banco Central o direito de socorrer bancos, especialmente os pequenos, que estão em uma situação difícil, inclusive com redesconto, mas não exclusivamente com redesconto. Então, o Ministro ou está esclarecendo mal os Parlamentares, ou o Presidente da República não deu conhecimento ao Ministro do que efetivamente enviou por meio de medida provisória. Inclusive, pode salvar alguns bancos do mensalão, sem problema algum. Pode acudir com recursos, pagar inclusive os favores feitos. Não há problema! Agora, é preciso que o Governo reconheça que tem mesmo de salvar os bancos, porque, salvando os bancos, salva os correntistas, salva aqueles que têm depósitos nos bancos, como fizeram os Estados Unidos, como fez a Inglaterra hoje, como estão fazendo todos os bancos centrais mundo afora. Tem de ter a consciência tranqüila, plena e alertar a população, em vez de ficar mandando a população fazer compras. Quem vai entrar em uma ciranda como essa? Em alguns lugares já há corrida aos bancos – não no Brasil, felizmente, graças a Deus – para retirar dinheiro na boca do caixa. Então, estamos vivendo uma crise mundial seriíssima. Não podemos deixar o segundo turno em São Paulo tirar a lucidez do Presidente da República. O pronunciamento do Presidente da República ontem foi, perdoem-me, uma piada. Dizer aos brasileiros: “Olhem, não vamos deixar chegar aqui essa ‘crisezinha’ do Bush”, e hoje telefonar para o Bush! E o Bush disse: “Fique calmo, Lula, porque, dentro de 14 dias, os efeitos chegarão aí. Nós vamos conseguir controlar”. Não vamos entrar nessa! O Presidente da República tem que se reunir com o Congresso Nacional, com os Presidentes das duas Casas, com os Líderes da oposição, com os Lí-

deres do Governo, e nós temos que lutar para manter a estabilidade no Brasil, porque a crise é péssima para todo mundo. A crise não é péssima só para o Governo, não. Nós temos responsabilidades, nós queremos exercer essas responsabilidades. Agora, a verdade não pode ficar maquiada. Por que estamos escondendo a verdade da população? Por que o Governo, especialmente, não assume que é uma crise? É claro que o Governo não pode ser alarmista; é claro que o Governo tem que ser otimista. E o Governo tem até tomado medidas adequadas na mão de um homem que sabe o que faz, que é Henrique Meirelles. Então, Senador, V. Ex^a, que é um homem de juízo, que é um homem de oposição, mas, acima de tudo, é um brasileiro de muitas responsabilidades e de um passado e presente grandiosos, faz um alerta que nós todos temos que ouvir. Não adianta ficarmos aqui a dizer: “A crise não existe”. Ora, a previsão de crescimento do mundo já foi reduzida para 3%. Então, não é algo corriqueiro, não é uma banalidade. Não estamos aqui discutindo e torcendo para o Brasil e o Governo afundarem, não. Queremos é exatamente o contrário, queremos um Brasil próspero, queremos o Plano Real bom, vigendo, tranqüilo. Ou será que o Presidente, por conta da eleição, por conta do segundo turno em São Paulo, vai deixar a economia afundar e vai ficar com o ônus de ter colocado no lodo o Plano Real, que é a maior garantia de estabilidade que tem o brasileiro hoje? Parabéns a V. Ex^a, Senador Tasso!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Demóstenes, que, como sempre, traz informações e contribuições valiosas para este debate.

Senador Dornelles, tem o aparte V. Ex^a.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Tasso Jereissati, quero cumprimentar V. Ex^a pela brilhante exposição feita na tarde de hoje no Senado, a qual é totalmente compatível com sua história, com sua tradição e com sua competência. Eu queria fazer alguns comentários sobre alguns pontos que foram levantados durante sua exposição. Em primeiro lugar, trato da preocupação com o problema cambial, com o fato de a paridade dólar/real ter atingido hoje o nível de R\$2,30 ou de R\$2,40, ou seja, ter flutuado. Senador, considero que a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas de inflação e o câmbio flutuante foram heranças da maior importância que o atual Governo recebeu do governo anterior. Santo câmbio flutuante! Se esse câmbio não flutuasse, já haveria hoje uma crise financeira das maiores proporções no Estado brasileiro. É o câmbio flutuante e a autonomia do Banco Central que têm impedido que exista crise cambial no Brasil. Se eu tivesse de fazer alguma crítica, eu a faria em relação

à intervenção do Banco Central. Eu deixaria o câmbio flutuar, eu não teria a preocupação de segurar a paridade real/dólar. O câmbio flutuante traz problemas empresariais. É importante administrá-lo com competência, seja quando existe desvalorização do real, que faz com que o dólar chegue a R\$2,30 ou a R\$2,40, como hoje, seja quando existe valorização do real, que leva o dólar a R\$1,50. Existem problemas diferentes, mas existem problemas. Desse modo, o câmbio flutuante é um instrumento que está impedindo uma crise de maiores proporções no Brasil. Em segundo lugar, se V. Ex^a me permite ainda, digo que a crise que o mundo conhece hoje é, sobretudo, uma crise de confiança, que tem de ser eliminada e administrada por meio de posições do Banco Central e do Governo em garantir liquidez do sistema financeiro. E, sem entrar no mérito, se algumas decisões do Banco Central vieram no tempo correto, acho que as medidas tomadas pelo Banco Central são bastante coerentes no sentido de criar liquidez e de trazer confiança ao sistema financeiro. A primeira delas – é uma que é importante – foi aquela que reduziu o compulsório dos grandes bancos, para que eles pudessem adquirir ativos de bancos menores, de bancos médios. Posteriormente, verificaram-se algumas dificuldades operacionais que havia nessa medida, e o Banco Central, então, estabeleceu um sistema de redesconto, que precisa ser operacionalizado com competência, porque, se for burocratizado, realmente não vai resolver o problema. Sr. Senador, eu iria até um pouco mais longe e faria aqui uma sugestão ao Banco Central, para que zerasse o compulsório dos pequenos e dos médios bancos, a fim de dar liquidez, para que eles não ficassem na dependência dos grandes bancos nem ficassem dependendo também da burocracia do Banco Central. Eu ainda iria um pouco avante e proporia uma redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), ou seja, voltaria aos níveis que existiam no início do ano, antes daquele aumento, para reduzir o custo das operações de crédito. Diriam: o Governo vai perder receita? Mas o Orçamento está indicando que o Governo está com grande receita e, no momento em que – a terceira alternativa – ele perdesse algo do IOF, ele poderia ganhar por meio da redução da taxa de juros. Os argumentos que levaram o Banco Central a aumentar a taxa de juros, hoje, são os mesmos que aconselham uma redução da taxa de juros. Por que houve aumento da taxa de juros? Para evitar uma pressão inflacionária. Hoje, essa inflação está contida, e os números mostram que, com a queda do preço das *commodities*, não há pressão inflacionária. Desse modo, reduzir a demanda não pode ser a preocupação. Portanto, quero dizer que entendo, Sr. Presidente – e cumprimento V. Ex^a –,

que o Banco Central atuou com bastante objetividade, quando injetou liquidez no sistema. Eu avançaria um pouco mais, zerando o compulsório dos médios e dos pequenos bancos, reduzindo as alíquotas do IOF ao nível que existia anteriormente. Em termos orçamentários, a receita do Orçamento está subestimada. Não haveria nenhum problema nessa redução de perda de receita do IOF. E, pelos mesmos fundamentos que justificaram o aumento da taxa de juros, eu ainda ou seria estabelecer uma redução dessas taxas. Senador, agradeço-lhe muito a paciência em me escutar, mas eu não queria deixar de cumprimentá-lo e de fazer essas considerações.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Dornelles, sempre aprendo quando ouço V. Ex^a. Por isso, ouço-o com a maior atenção.

Também concordamos que essas iniciativas são boas, oportunas. O que acho incoerente são as ponderações, que podem ser melhoradas. E V. Ex^a já manifestou algumas melhorias que podem ser feitas.

Há incoerência entre o discurso e a conclamação ao consumo com as medidas, o que não é bom, porque pode não causar à população a necessária consciência de que existe uma crise – não precisa haver pânico, mas existe uma crise – e de que ela precisa ser tratada.

De novo, digo que a essência do que chamo de Proer do Lula parece mais com a do Proer do Bush do que com a do Proer do Fernando Henrique Cardoso.

Senador João Pedro, com muita honra, concedo-lhe o aparte.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Tasso Jereissati, ouvi pelo rádio o início do pronunciamento de V. Ex^a, que reflete sobre providências e chama a atenção do Governo para o fato. Aqui, já estou há uns 40 minutos e ouvi vários apartes. V. Ex^a é empresário, é Senador, é ex-Governador, é dirigente nacional de um Partido de Oposição. Então, é importante a reflexão, o chamamento. Quero refletir, primeiro, sobre alguns discursos que tentam desqualificar as providências de um Chefe de Estado. Pode-se discordar das medidas, e V. Ex^a mesmo está chamando a atenção para a medida provisória. Na segunda-feira, o Governo reuniu seu conselho político com o Presidente, com toda a equipe econômica, com os Presidentes dos Partidos da base aliada. Foi uma reunião profunda. Providências são tomadas, há responsabilidades. Quero dizer que a postura do Presidente Lula está correta. Há uma medida que virá para o Congresso e que pode, perfeitamente, ser melhorada, ser ampliada. Mas, com muita franqueza, quero dizer para V. Ex^a que há um simbolismo na tribuna: há momentos em que a Oposição, pela maneira como fala, deixa

transparecer que tem de haver crise aqui, para ver se quebra a força do Lula. Estou falando isso com muita franqueza. A crise é ruim para o assalariado, para a maioria do povo brasileiro, e ela chega. Hoje, qualquer cidadão sabe da economia internacional. A crise vai chegar, e temos de tomar providências no sentido de enfrentá-la, até porque nossa economia, nesses últimos dez anos, deu passos importantes. É o PIB? É o PIB nosso, mas é o melhor PIB dos últimos anos. É o número de carteiras assinadas? É um número significativo. Enfim, estamos vivendo um grande momento da nossa economia, e isso não tem de ser bom para o Presidente Lula; tem de ser bom para a Nação. Então, preocupa-me a tentativa de desqualificar a postura, as providências do Governo. Eu gostaria que V. Ex^a refletisse sobre isso como economista. Essa crise me chama a atenção, porque houve a crise dos anos 70; houve providências, que passaram pelo Consenso de Washington, nos anos 80. Nesses últimos dois anos, a crise está vindo, a crise imobiliária; agora, vem a do sistema financeiro. Isso tudo vem sinalizando a chegada da crise nesses últimos anos. Não é uma coisa de agora. Então, a crise é muito mais profunda, vem lá de trás, no meu acompanhamento, na minha leitura. É por isso que falo das providências dos anos 80. Não sei se as providências dos anos 80 foram corretas e se isso não é consequência das providências que passam pelo Consenso de Washington – digo disso que estamos sofrendo agora. Há outro aspecto nessa crise: acho que o mundo vai pactuar por conta da crise dos Estados Unidos e da Europa. Agora, a crise está espalhada, e vamos ter de pactuar uma nova gestão, principalmente do sistema financeiro de centros tão importantes como a Inglaterra e os Estados Unidos. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Vou conceder o aparte ao Senador Casagrande, e a gente encerra.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – É um aparte rápido. Senador Tasso, obrigado pela oportunidade. Quero só fazer alguns registros. De fato, o Governo não pode ignorar a crise – e acho que não a está ignorando – nem pode ser alarmista. O Governo pode, sim, demonstrar com mais veemência as medidas tomadas, para que a população também fique atenta à crise, para não parecer que a população está totalmente protegida de uma crise tão vasta, de tamanha dimensão, como é essa crise que atingiu o coração do capitalismo mundial. Ontem, eu me pronunciei da

tribuna do Senado sobre a necessidade de haver sempre um Estado forte, para que a gente possa regular o mercado financeiro. No passado, defendeu-se muito que deveríamos ter uma posição muito liberal, que o mercado poderia se auto-regular. Está claro, mais uma vez, que o debate que se faz entre os dois candidatos americanos é o debate da regulação do mercado financeiro. Ontem, acompanhei parte do debate, e isso estava presente de forma clara no debate entre os dois candidatos. O Governo tomou medidas importantes, como a liberação de compulsório e como o incentivo à exportação. Hoje, entrou no mercado, vendendo dólares, sem necessidade e sem o compromisso da recompra. Nossa reserva de moeda estrangeira é para isso mesmo, para que o Brasil possa ter tranquilidade e segurança em uma hora de dificuldade como esta, para que passemos para a sociedade brasileira e para a sociedade internacional nossos fundamentos macroeconômicos: estabilidade e confiança na nossa economia. Não creio – o Senador Demóstenes Torres disse isso aqui – que haja uma interferência, na disputa do segundo turno, com relação às posições do Governo. O eleitor está vendo, Senador, que essa crise o Brasil tem de administrar, mas que não foi causada pelo Brasil. É a grande crise que o Governo do Presidente Lula enfrenta, na verdade, e a enfrenta com menos problemas, talvez com um pouco mais de facilidade, porque, de fato, há uma grande reserva, uma grande quantidade de capital em nosso País. E há uma confiança política importante da sociedade, o que facilita o enfrentamento da crise. Então, a população sabe diferenciar, com muita clareza, a ação do Governo e a responsabilidade do Governo. Governos passados também sofreram esse tipo de acusação ou de insinuação. Na própria reeleição de Fernando Henrique Cardoso, este tema foi colocado: a não-tomada de medidas na área econômica para facilitar a reeleição. Mas devemos avaliar isso com muita frieza e compreender que temos necessidade das ações internas que o Governo está tomando. Concorro que o Governo deva ser um pouco mais incisivo, para pedir também um pouco mais de atenção da população brasileira para a ação que devemos fazer. Haverá uma reunião importante no sábado, na sede do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o G20. O Ministro Guido Mantega preside esse grupo. Será uma reunião com os Ministros da Fazenda desses 20 países. Uma ação internacional, uma articulação internacional, uma ação coletiva para que possamos ganhar de novo confiança é fundamental, porque, nesse ambiente de desconfiança, há gente ganhando. Parte dos especuladores ganha com isso, porque ganha com o dólar, ganha com as ações. Então, há gente ganhando, e quem está ganhando quer

manter essa crise por mais tempo. Assim, é necessária uma ação coletiva, para que possamos ter credibilidade. O Brasil deve ser um dos grandes articuladores dessa ação global em torno do retorno da confiança na economia mundial. Hoje, não há problemas no mundo na área econômica que façam com que essa crise possa perdurar por muito tempo. Como disse o Senador Francisco Dornelles, a crise é de confiança, e a ação coletiva pode fazer retornar a confiança do mercado. Obrigado, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Casildo Maldaner, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Serei breve, até porque V. Ex^a já está aí há horas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Casagrande, eu gostaria de responder a V. Ex^a, se me permitir, porque eu gostaria de esclarecer algumas coisas que V. Ex^a expôs e que acho importantes.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a já está há horas na tribuna, mas não vou deixar passar a oportunidade, mesmo que de maneira breve. Quero cumprimentá-lo, sem dúvida alguma. Gostei imensamente da exposição do Senador Dornelles e, inclusive, da preocupação do Senador Casagrande. V. Ex^a levantou um tema de que o Brasil inteiro está participando, pois está todo mundo acompanhando essa questão. E V. Ex^a tem competência e dá credibilidade. A tese do Senador Dornelles é a de se retirar o compulsório dos bancos menores, para se facilitar a apresentação de créditos. O Senador Casagrande levantou a questão da confiança do mundo. Se cai a confiança, todo mundo corre atrás de se restabelecer a confiança, e tem de haver mecanismos para isso, com os pés no chão, sem dúvida alguma. Eu, talvez, fizesse uma ponderação aos Bancos Centrais do mundo. Quando se fazem empréstimos para empresa ou para pessoa física, geralmente se faz uma radiografia, pedem-se garantias, para verificar se pode ou não pode ser concedido o empréstimo, ou seja, leva-se certo tempo para se proceder ao empréstimo, e isso é normal nos investimentos. Mas será que, às vezes, os Bancos Centrais não carecem de mecanismos para avaliar algumas *commodities*? Há uma corrida para as pessoas investirem, mas será que, às vezes, não existem bolhas inflacionárias em alguns bens, em algumas *commodities*? São bolhas inflacionárias, e todo o mundo diz: “Olha, é bom, é bom, é bom”. Às vezes, há até recursos do Fundo de Garantia, e, estimuladas pelo próprio Governo, as pessoas correm como uma manada. E, dali a pouco, a coisa sobe: “Ai, meu Deus do céu!”. É como está acontecendo agora. Quer dizer, isso é perigoso. Eu acho que deve haver controle, Senador Tasso Jereissati, para, quem sabe,

dessa crise se tirarem algumas coisas, para se corrigir tudo isso. Os Bancos Centrais do mundo, como o dos Estados Unidos, os da Europa ou o nosso, sei lá, têm mecanismos para não deixar as pessoas jurídicas ou as pessoas físicas a correr: “Não, isso é bom, está dando. Olha, meu vizinho falou, falou...”. As pessoas correm e aplicam, e há bolhas inflacionárias nesse sentido. Aí não há mecanismo para controlar o povo e para aconselhá-lo: “Até isso pode; dali em diante, não. Espera aí, vamos ter cuidado”. Quer dizer, deve haver alguma coisa que informe melhor a coletividade, as pessoas. Eu acho que isso é fundamental, mas quero, antes de tudo, falar sobre essa reflexão que V. Ex^a faz, que nós todos, no Brasil, estamos acompanhando. É importantíssimo esse debate para o qual V. Ex^a chama o Brasil no dia de hoje, para nós – quem apóia e quem não apóia, enfim, todos nós – sermos responsáveis por essa questão tão fundamental.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Casildo, por sua participação.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia, de fazer algumas ponderações, principalmente sobre os apartes do Senador João Pedro e do Senador Casagrande.

Senador João Pedro, a meu ver, é uma injustiça fantástica que V. Ex^a faz neste momento ao acusar a Oposição de querer, de alguma maneira, aumentar a crise ou com ela contribuir. V. Ex^a, com certeza, não estava nesta Casa, mas, em todas as crises do Governo Fernando Henrique, o Partido de V. Ex^a se opôs a todas as iniciativas no sentido de tentar, em emergência, resolver as crises que aconteciam, semelhantes a essa, um pouco melhores ou um pouco piores do que essa.

Além de se opor radicalmente não votando, foram feitos discursos extremamente agressivos por vários membros do seu Partido, quando foi apresentado aqui, por exemplo, o Proer – que agora eu chamo de Proer do Lula –, que tem uma finalidade base. Não há outra saída; poderia até não ser a ideal, mas não há outra saída, senão socorrer os bancos por falta de liquidez. E o Governo Fernando Henrique e o Ministro Malan foram acusados de terem vendido o Brasil a bancos internacionais, de terem vendidos aos bancos, de serem corruptos, pediram CPIs etc. Tudo isso para denegrir, com uma mancha que existe até hoje, colocada pelo Partido de V. Ex^a, o Proer como uma ação corrupta para ajudar os bancos, feita por pessoas vendidas aos bancos.

V. Ex^a ouviu, aqui, dezenas de apartes dados por Parlamentares de oposição. No entanto, V. Ex^a não ouviu uma fala sequer no sentido de que nós não estamos colaborando. Queremos colaborar e vamos votar as

medidas do Governo. Todas as manifestações foram nesse sentido, até dizendo que elas eram acertadas. Acusações daquele nível sequer passaram pela cabeça de alguma pessoa. Portanto, a postura nossa em relação à crise é oposta à postura que o Partido de V. Ex^a assumiu quando tivemos crises. Vamos continuar querendo colaborar. Agora, Senador, não somos nós, não sou eu o culpado pelo dólar ter chegado à casa dos R\$2,50. Não sou eu, nem o Senador Júnior, nem o Senador Demóstenes, nem ninguém da oposição, responsável pelo dólar ter chegado a R\$2,50, ou pela crise estar aí, ou pelo crédito que se esgotou.

É uma crise internacional que, por sua vez, quando houve abundância internacional, foi também responsável pela abundância aqui no Brasil. V. Ex^a tocou aí no Consenso de Washington, do qual não sou defensor ou fã de carteirinha, mas o foi o responsável pela prosperidade internacional inédita nos últimos cem anos, e que trouxe a prosperidade para o Brasil agora também. O Brasil, como V. Ex^a sabe, depende fundamentalmente de poupança externa, porque nós não temos poupança, e essa poupança externa veio para o crescimento brasileiro, em função do excesso de liquidez que havia lá fora.

O que eu peço é que deixem de brincar com o que é sério quando é ruim. O que peço é que tenham um pouquinho de humildade. Quando havia a abundância – e a abundância externa é que nos ajudou – não se reconhecia a participação do sucesso da economia lá fora, e, quando vem a crise, tudo depende da economia lá de fora. Vamos continuar querendo contribuir, mas levem a sério! Presidente Lula, leve a sério! Dezenas de declarações dadas pelo Presidente Lula não fui eu quem as inventou – estão aí, na televisão. Se quiserem, eu mando o *video tape* para V. Ex^a com todas essas declarações, levando na brincadeira, levando na gozação, menosprezando, chacota, desprezo. Não fui eu quem fez, e sequer havia comentado sobre elas. Refiro-me a essas declarações porque, hoje, ele manda a população comprar. É absurdo! Ele passou dos limites da brincadeira. Porque, se manda a população comprar em um momento como esse, um homem que tem a liderança que V. Ex^a sabe, que tem a popularidade que V. Ex^a sabe, pode induzir a população e a economia como um todo a graves erros que terão consequências futuras.

É isso que estamos colocando.

Portanto, não acredite e não transmita, eu lhe peço, o verdadeiro tamanho da crise, ou que estamos inventando um crise ou queremos piorar uma crise que não existe. Ela está nos jornais; está em todos os lugares. Se pudéssemos e quiséssemos, teríamos muitas maneiras de fazê-las hoje. Sabemos que existem pro-

blemas de liquidez em vários setores. Poderíamos estar aqui, como foi feito no passado, denunciando que o Governo está querendo beneficiar esse ou aquele, mas não acredito que haja isso, nem vou dizer que haja isso. Acho que o Governo tem, sim, que ajudar os bancos. A liquidez dos bancos é fundamental, senão vai ocorrer uma crise sistêmica. Não tenho dúvida disso.

Queria falar – infelizmente o Senador Casagrande não está aqui – que há também um grande equívoco em relação a regulação, aliás, assunto sobre o qual tenho me debatido muito nesta Casa. Quando houve o processo de privatização, nós, mais do que ninguém, defendemos as agências reguladoras. Quem as menosprezou, e por todo custo tentou enfraquecê-las – aí sou crítico ferrenho desse Governo –, deixando todos os serviços, inclusive os aeronáuticos, sem agências reguladoras fortes e independentes, porque começaram a diminuir agências reguladoras, fazendo meras nomeações políticas, no sentido de complementar esse ou aquele pleito de determinado partido, sem dar às agências o seu devido valor, é que nós, realmente, desregulamentamos o País. Hoje, infelizmente, o País está desregulamentado, pela total falta de respeito com que o Governo tem tratado as agências reguladoras.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, apenas para retificar a informação que eu havia dado a V. Ex^a de que o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, recebeu Líderes da Oposição na Câmara dos Deputados, quero aqui dizer que ele os recebeu no gabinete dele, no Banco Central. Portanto, eu havia dito que teria sido aqui, mas foi lá. Faço esta retificação para dizer que, de fato, o Governo quer manter o diálogo, inclusive com a oposição. Reitero que o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, e o Ministro Guido Mantega, pelas palavras do próprio Ministro Guido Mantega, desejam vir, sim, dialogar com V. Ex^a e com os demais Senadores, na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, terça-feira próxima saberemos a data precisa, inclusive em consenso dos Senadores, ainda mais nesse período, às vésperas do segundo turno, mas certamente de comum acordo. V. Ex^a sabe que alguns Senadores, como o Senador Garibaldi Alves, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Aloizio Mercadante se dirigiram a Lisboa em missão parlamentar, mas estarão aqui no início da próxima semana. Certamente, o diálogo entre os Senadores, o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda, ocorrerá proximamente. Era isso que eu queria precisar a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Saúdo essa disposição, que considero mais do que oportuna.

E, mais uma vez, nós, da oposição, diante do que está acontecendo, estamos abertos ao diálogo, no sentido de contribuir para que essa crise tenha as menores consequências possíveis.

Presidente, desculpe-me incomodar, mas acho que, no final, o Governo já estava testando o meu preparo físico e não mais querendo discutir.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Temos ainda cinco oradores inscritos: dois pela Liderança; os Senadores Renato Casagrande e Demóstenes Torres, além da inscrição dos Senadores João Pedro, Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy.

Proponho aos nobres Senadores o tempo máximo 10 minutos para que todos possam fazer uso da palavra.

Todos estão de acordo? (Pausa.)

Prorrogo a sessão por mais 60 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Renato Casagrande, como Líder.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente quero pedir desculpas ao Senador Tasso Jereissati por haver me ausentado alguns instantes. Depois conversarei pessoalmente com S. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE. Fora do microfone.) – Será um prazer, Senador.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, o meu pronunciamento tem a ver com o processo eleitoral, do qual participaram mais de 128 milhões de eleitores em todo o País nesse último cinco de outubro – se V. Ex^a quiser marcar os cinco minutos, pode ficar à vontade – para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em nosso País. Em 29 cidades com mais de 200 mil eleitores do nosso País em que não houve um vencedor, teremos agora, no último domingo de outubro, o segundo turno das eleições.

O meu Partido, Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro, conseguiu resultados expressivos nessa eleição. Conseguimos eleger em torno de 310, 311 prefeitos – o número ainda será apurado. Mas na eleição de 2004, elegemos 174 e, nessa eleição, algo

em torno de 310. Tivemos um crescimento de cerca de 80% na eleição de prefeitos. Conseguimos eleger em torno de 3 mil vereadores. São mil vereadores a mais do que da última eleição.

Então, o Partido conseguiu um desempenho muito importante. Tivemos quase seis milhões de votos para prefeito. O Partido, além disso, elegeu o prefeito de João Pessoa, na Paraíba, Ricardo Coutinho; o prefeito de Boa Vista, Iradilson; estamos presentes, na disputa, em mais três capitais, uma delas é Manaus, a cidade de V. Ex^a, que aliás apóia o nosso candidato a prefeito Serafim Corrêa. Estamos presentes na capital mineira, em Belo Horizonte, com Márcio Lacerda; estamos também em Macapá, com Camilo Capiberibe.

São prefeituras de capitais que o Partido disputa no segundo turno, podendo aumentar ainda mais a participação do nosso Partido. Ficamos alegres porque isso demonstra claramente que temos a possibilidade de cada vez mais nos consolidarmos como uma legenda partidária, uma instituição partidária que, além de participar do processo eleitoral, representa a vontade da população e leva mensagens de interesse da sociedade brasileira.

Acho que um partido precisa ser uma instituição, que não só tenha o direito, a obrigação, a possibilidade de lançar candidatos nos pleitos eleitorais, mas que também tenha a condição e a oportunidade de estarem presentes na vida da sociedade, no dia-a-dia da sociedade independentemente do processo eleitoral.

Acho que o nosso Partido tem tido essa possibilidade e essa oportunidade. E as nossas presenças no Parlamento, no Poder Executivo têm que ter o objetivo de catalisar a nossa participação na sociedade brasileira, como força e como instrumento de melhoria da qualidade de vida e de busca de uma igualdade maior ou de diminuição de desigualdade entre as pessoas, dando oportunidades iguais a todas as pessoas. Acho que esse é o objetivo nosso, não só do PSB, mas também de outros partidos que tratam a política com seriedade e que querem, de fato, que as nossas instituições possam representar a vontade da população.

Mas, Sr. Presidente, além de destacar a grandiosidade da eleição, a eleição no Brasil é um fenômeno magnífico, porque temos resultados, em quase todos os municípios, duas horas depois. O Tribunal Superior Eleitoral, a Justiça Eleitoral estão de parabéns, as instituições brasileiras estão de parabéns, porque o nosso sistema eleitoral é um sistema moderno, eficiente, rápido, não deixa dúvida com relação ao seu resultado. Então, temos que destacar esse grandioso fenômeno que é o processo eleitoral brasileiro, num País da dimensão do Brasil, com a quantidade de municípios

que temos, de vereadores, de prefeitos que temos, e o resultado ser publicado com tanta rapidez.

Temos que destacar o neodesempenho dos nossos Partidos,

Temos ainda um assunto que não podemos comemorar. Apesar de todo o feito, de todos os pontos positivos no processo eleitoral, nós ainda temos um desvio no nosso sistema partidário, político, eleitoral, que acaba fazendo com que nossos eleitos, em alguns casos, não representem de fato a vontade da população.

A eleição para prefeitos e vereadores, mais uma vez, demonstrou esses equívocos do nosso sistema. Temos ainda uma presença muito forte do poder financeiro nas campanhas, um custo muito elevado. Até mesmo para um candidato que não quer usar o poder econômico, as despesas de uma campanha no dia-a-dia são caras, caras de forma excessiva. O sistema de financiamento das nossas campanhas tem que ser alterado, não podemos continuar com valores que acabam inibindo pessoas de participarem do processo eleitoral. Esse é um ponto que fica ainda marcado como de fragilidade do nosso sistema. O debate da reforma política é necessário e fundamental para nós neste momento.

Temos outras questões que precisam ser observadas. Uma pesquisa divulgada e publicada às vésperas de eleição... Temos muitos institutos sérios, mas temos às vezes institutos que não têm o mesmo nível de seriedade e que, por algum equívoco ou erro na coleta de dados – esta depende do ser humano, da coleta de cada entrevistador do instituto de pesquisa – apresenta resultados que, publicados dois dias ou um dia antes da eleição, anima muito um candidato ou desanima muito outro candidato. Sinceramente, fiquei refletindo e não sei se é uma posição conservadora, mas acho que 15 dias antes das eleições não deveria haver publicação de pesquisa para que o eleitor pudesse tomar a sua decisão pela sua consciência, sem ter que ser induzido por um debate ou um discurso de um candidato muito empolgado, ou pela falta de ênfase de um candidato desanimado com o resultado de uma pesquisa.

Acho que este é um outro tema, um outro ponto. Nós temos que avançar com relação, ainda, à representatividade dos eleitos. Hoje mesmo veio uma matéria da ex-Senadora Heloísa Helena, que se elegeu vereadora do município de Maceió, em Alagoas, em torno de 30 mil votos. Ela carregou com cerca de 400 ou 500 votos. Agora, com a fidelidade partidária este é um problema menor, porque a pessoa que se elegeu não pode sair do Partido pelo qual essa pessoa ou essa liderança se elegeu, mas ainda é uma dis-

torção. Como é distorção, em alguns casos, a forma das alianças feitas pela eleição proporcional, ou seja, vota-se num candidato e se elege um outro candidato com um pensamento totalmente diferente, porque as alianças, em muitos casos, são feitas entre partidos que não têm necessariamente identidade ideológica e programática.

Eu, então, propus nesta Casa e na Casa ao lado, na Câmara dos Deputados, ao Presidente Garibaldi Alves Filho e ao Presidente Arlindo Chinaglia, que nós pudéssemos aproveitar este momento e discutir a reforma política. Propus antes do pleito, antes da eleição e propus porque o Governo mandou a sugestão para cá. E, antes da sugestão, levantei o tema da reforma política. Não é possível que nós não avancemos em algumas coisas, no sistema político eleitoral e partidário nosso.

A questão da reeleição é outro problema. Enfrentar um candidato que vai para a disputa eleitoral no cargo é uma desigualdade extrema.

Então, não podemos ficar esperando que, pelas dificuldades, pela falta de consenso, a gente não avance em alguns desses pontos.

Nós estamos, mais uma vez, aproveitando este momento pós-eleições, de primeiro turno para dizer que esta Casa deveria dar início à discussão, novamente, sobre a reforma política. Poderíamos compor uma comissão das duas Casas para que a gente não faça uma discussão isolada, separada, segmentada. Vamos fazer uma discussão da Câmara junto com o Senado, numa comissão única, para que a gente tire, se não pudermos abranger todos os temas, alguns temas que sejam prioritários para que nós possamos, de fato, fortalecer a democracia e fortalecer os partidos na nossa sociedade.

Sr. Presidente, para contribuir com a condução de V. Ex^a, era este o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, pela Liderança do Democratas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

“Eu liguei para ele para falar: Bush, o problema é o seguinte, meu filho, resolve a tua crise.”

Presidente Lula.

O Real se desvalorizou 35%, em menos de dois meses, em relação ao dólar. Perdemos no PIB US\$309 bilhões, em apenas dois meses. Grandes conglomerados industriais brasileiros, antes símbolo da nossa

pujança econômica, estão afundados na crise. A Bolsa de Valores encontra-se em processo acelerado de derretimento. A escassez de crédito já asfixia o consumidor final. O recuo dos investimentos externos é uma realidade incontestável, e vai haver comprometimento do crescimento econômico. O declínio da atividade produtiva significa que vem aí desemprego, queda de renda e ameaça de carestia. Para piorar o quadro, a recessão do primeiro mundo vai afetar as exportações, e os indicadores, infelizmente, apontam para o encolhimento do mercado interno e a volta da pressão inflacionária. Resumo da ópera: a crise está definitivamente instalada no Brasil, e não é de hoje.

É interessante observar que, há pelo menos um ano, o Governo Lula, com exceção do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, vem tratando a grave situação econômica com abusado desdém e inaceitável tom zombeteiro e até com alguma vulgaridade. O Presidente Lula a princípio duvidou da existência da crise e chegou a compará-la a uma CPI, que, a cada dia, tem um fato novo sem nenhuma materialização. O Presidente não cansou de dizer que a crise era do Presidente George W. Bush, e ele que a resolvesse. Por diversas vezes, ironizou a quebra financeira dos Estados Unidos, certo de que estava a assistir à queda do império americano. Chegou a sugerir o oferecimento de tecnologia brasileira para salvar bancos, em clara definição de espezinhar o Proer do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Em outra ocasião, ironizou que justamente as agências que avaliam o grau de investimento do Brasil estavam a caminho da bancarrota. A última foi a garantia de que a crise será um *tsunami* nos Estados Unidos e se cruzar o Atlântico, como o mesmo se referiu, chegará às praias desta gigantesca potência tropical como uma marolinha.

Já o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem-se comportado como um estróina na administração da maior ameaça à estabilidade nacional. O comandante da economia brasileira já se utilizou de expressões chulas, para qualificar a nossa situação diante da quebra-deira geral e cruzou a linha do bom-senso, ao confessar que, nas reuniões do Fundo Monetário Internacional, diverte-se com as agruras financeiras dos representantes do primeiro mundo. O Ministro Mantega, em recaída terceiro-mundista, simbolizou na cena a vingança dos colonizados. Que desprezível bobagem!

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula conseguiu adiar a admissão da crise econômica, até que se processasse o primeiro turno das eleições 2008. Imaginava que, ao escamotear a corrosão da chamada economia real, conseguiria extraordinário desempenho nas urnas. Fracassou o Presidente, mas não é isso que interessa.

O fato é que chegou a hora da verdade sobre a crise financeira global para o Palácio do Planalto, o Parlamento e o povo brasileiro. É razoável entender que um governo transmita otimismo, mas lhe é completamente defeso insistir com a mentira ou conduzir as ações de Estado a partir de chicanas e tergiversações.

O Governo Lula precisa entender que a solução da crise internacional que abala o Brasil vai demandar um esforço político enorme, e o foro adequado para realizá-lo é o Congresso Nacional. Não há ninguém nesta Casa interessado em investir no caos, para obter dividendo eleitoral ou em promover terra arrasada, para sangrar o Presidente e chegar bem em 2010. Ninguém terá ganho político, caso o Brasil desça ao fundo do poço. No Senado, especialmente, há convicção uniforme de que a estabilidade econômica é o maior patrimônio da democracia brasileira e deve ser defendido até o último homem, independentemente da natureza partidária.

Agora, a primeira condição para o início do diálogo é o Governo colocar a verdade ao seu lado e trazer para a mesa de negociação a sinceridade. Não adianta vir com esse argumento publicitário de que os fundamentos da economia brasileira são sólidos, que o País está blindado, que as extraordinárias reservas de US\$206 bilhões nos garante a vida eterna – até porque a reserva já é bem menor –, que a robustez do mercado interno compensará a queda das exportações; ou com a conjectura de botequim de que o agronegócio está fora da crise, porque o mundo tem de comer. Aqui no Senado, nós estamos escolados com esses sofismas.

Chegou a hora de o Governo detalhar a situação de risco do País e preparar a sociedade brasileira para o sacrifício, como estão a fazer os governos da União Européia. Até o momento, ao contrário, o próprio Presidente Lula tem aconselhado o brasileiro a não mudar de hábito, ou seja, a perseguir o consumismo, quando há previsão de juros em alta e de inflação ascendente. Não pretendo que as autoridades econômicas façam o papel de porta-voz do pânico, mas está a faltar, por exemplo, uma conversa responsável sobre a solvência do sistema bancário brasileiro. Banqueiro não quebra neste País. Quem quebra é o correntista quirografário, que perde todas as economias da noite para o dia.

Parece confortável, Sr. Presidente, o Ministro dizer que o Sistema Financeiro Nacional não será afetado, porque não há crise de liquidez; que nosso baronato das finanças é ético e não aposta no cassino global ou qualquer escusa esfarrapada. Se o Presidente Lula tiver de negociar o seu Proer, que o faça logo. Basta mirar no exemplo dos Estados Unidos, cuja hesitação acentuou o estrago. Observem, o Governo precisa

descer do pedestal, assumir a nossa verdadeira estatura e parar de ostentar o Brasil grande e imune à crise por conta das reservas plenas de petróleo – ainda a descobrir – e de etanol, além da seleção bananeira do Dunga.

A nossa situação é de inserção global, mas continua a ser periférica. A se considerar a cotação do dólar de ontem, os Estados Unidos e a Europa já disponibilizaram, para salvar o seu sistema financeiro, alguma coisa próxima de 80% do PIB brasileiro. O pior é que não resolveu o problema, porque o buraco é muito maior, e aqui querem nos fazer acreditar que estamos ao largo da crise. As autoridades brasileiras precisam renunciar à soberba. Isso não significa curvatura da espinha dorsal e submissão aos interesses internacionais, mesmo porque o Brasil tem histórica posição de independência ao menos de política externa e de dependência em relação à economia. A junção de humildade e pragmatismo fará muito bem à condução política da crise econômica que nos corrói.

Agora, é hora do desprendimento. Do lado da Oposição...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – ...o destino é utilizar das suas prerrogativas políticas de articulação e persuasão, para assegurar que a estabilidade econômica não vá para o ralo. Da parte do Governo, a palavra é responsabilidade – hoje, por exemplo, Sr. Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, havia um projeto, com urgência, por meio do qual o Governo queria criar 2,4 mil cargos, em um momento de crise como esse; então, sobrou juízo ao Congresso, que não enfrentou esta loucura, digamos assim, de querer aumentar as despesas e agravar a crise fiscal que se avizinha –, o que equivale a abandonar o tratamento minimalista e demagógico da crise, além de parar com a improvisação e a chalaça. Já vimos que foram desastrosas todas as iniciativas do passado preparadas para escamotear as crises internacionais que abateram o Brasil ou para justificar as surpresas de pacotes econômicos perdedores. O povo brasileiro soma 12 anos de inflação sob controle. Neste tempo, apesar das turbulências, passou a acreditar na força da sua moeda. Demorou, mas veio o crescimento da economia e todos aqueles indicadores do paraíso de que tanto o governo se ufana. Caso a atual crise venha solapar essas conquistas, o brasileiro vai justificadamente se sentir roubado. O Parlamento ajuda, agora a execução das políticas de salvamento da economia brasileira são próprias do Poder Executivo. E uma das primeiras providências é aplicação da responsabilidade fiscal.

O momento não é de esbanjamento, mas de economia para enfrentar a superação da crise. O controle do gasto público será um dos sinais positivos do governo no sentido de externar para o Brasil que o propósito de salvar a Nação da crise está acima da manutenção artificial da popularidade do Presidente da República.

As medidas tomadas por intermédio de medida provisória no sentido de ampliar o poder de atuação do Banco Central foram positivas e acenam para uma mudança de postura, especialmente por sinalizar que teremos na experiência, na capacidade e na seriedade do Presidente do Banco Central a gerência da crise. Naturalmente que o Presidente Lula é o comandante, no entanto hoje Henrique Meirelles é a única autoridade do primeiro escalão deste governo que tem tratado do problema com lucidez e comedimento.

Sr. Presidente, os grandes economistas do País e internacionais acolheram o desenvolvimento da crise financeira global para lembrar que o Brasil poderia estar mais protegido dos efeitos da quebraadeira caso tivesse feito o dever de casa completo. Os especialistas reconhecem os avanços macroeconômicos da Era Real, mas lembram do enorme déficit político causado pelo atraso nas alterações constitucionais. Perdemos inúmeras oportunidades de fazer a reforma tributária, aprovamos um puxado no setor previdenciário e sempre adiamos a reforma política. São temas do maior interesse público e pertinentes tanto à boa governança quanto ao desempenho competitivo da economia. O Senado, Sr. Presidente, está pronto para completar o ciclo das reformas e encontrar a solução política cabível para a crise que abate o Brasil. Agora é com o governo. Repito, a palavra, meu filho, é sinceridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao nobre Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Jefferson Praia, meu companheiro do Estado do Amazonas, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o que me traz à tribuna é também registrar, com satisfação, o resultado eleitoral do Partido dos Trabalhadores no nosso Estado. Em algumas vitórias do PT, estivemos juntos, coligados, como no Município de São Gabriel da Cachoeira, onde o PDT formava uma coligação conosco, Senador Jefferson Praia.

Antes de refletir acerca do resultado eleitoral, quero dizer que fico impressionado com alguns discursos acerca da crise. Em vez de se contribuir verdadeiramente, há uma tentativa de desqualificar o Governo e o Presidente Lula. Algumas análises são tão super-

ficiais que parece que a crise surgiu aqui, no Brasil. São análises simplistas acerca da crise nos Estados Unidos, na pátria do capitalismo, na mãe do capitalismo, no berço do capitalismo. Esse é o exemplo. Não se ouve a crítica aos gestores de grandes instituições bancárias nos Estados Unidos e à irresponsabilidade de grupos que estão causando, em cadeia, toda essa crise. Alguns grupos do sistema financeiro norte-americano precisam ir para a cadeia, repito, ir para a cadeia, porque foi lá que surgiu isso, pelo desvio de recursos, por políticas irresponsáveis. A crise parece que começou no Brasil, parece que começou com o Presidente Lula! É impressionante!

Ouvi há pouco: “Ah, o pacote do Lula é para salvar os bancos dos mensaleiros”. Senador Jefferson Praia, cabe, numa hora tão grave, um discurso, no Senado da República, com esse patamar tão baixo? Mas é o Presidente Lula. Ele é o Presidente, e o povo sabe separar, e o povo sabe separar. Não pense que alguém vai dar lição do que é melhor. Ouvi agora uma pérola: “O único que se salva é o Presidente do Banco Central”. Ora, o Governo do Presidente Lula tem uma equipe, tem a presença dos presidentes de partidos da base aliada. Foi este Governo que gerou empregos; foi este Governo que tem o melhor PIB dos últimos dez anos do Brasil; foi este Governo que aqueceu a economia interna. E o Governo está tomando, sim, providências, tomando providências sérias, profundas, e evidentemente nós vamos sofrer com isso.

Agora, não se pode fazer uma análise como se a crise tivesse começado no Governo do Presidente Lula e que o Presidente Lula fosse o responsável pela crise. Acho que essa postura não ajuda um País que tem uma economia como a nossa a enfrentar a crise que é internacional.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, de um modo geral, na grande maioria dos Municípios do nosso Brasil, do nosso País, a eleição foi encerrada no dia cinco.

A eleição é um momento importante para consolidarmos, aprofundarmos a nossa democracia. São poucos os municípios que estão disputando, como capitais e algumas cidades médias, o segundo turno. A nossa capital, no meu Estado, faz o segundo turno. Quero, inclusive, chamar a atenção para os prefeitos das capitais, prefeitos eleitos com uma postura popular, como a recondução do Prefeito de Rio Branco, no Acre; a recondução do prefeito de Porto Velho; do prefeito da capital de Roraima. Espero que possamos decidir também na capital do Estado do Amazonas, onde também haverá segundo turno.

Quero registrar aqui a existência de um complicador político para o PT. Nós estamos fazendo um debate,

mas há um complicador político, ideológico, programático; ou seja, é o fato de nós apoiarmos o prefeito do PSB, o Serafim. Nós temos uma relação de muito tempo com o PSB, mas o PSB, nesta eleição, tem um vice que é do partido Democratas e tem o apoio do PSDB. Isso está fazendo com que os dirigentes do PT, a militância do PT discuta a questão em profundidade. O Diretório Municipal de Manaus decidirá sobre isso no sábado, numa reunião com seus dirigentes. Mas o PSDB e os Democratas, nessa discussão, se colocam como um grau de dificuldade muito grande para nós do PT. Mas vamos fazer o debate. Até sábado nós vamos discutir.

Quero, Sr. Presidente, lembrar, primeiro, que a eleição é uma conquista da sociedade brasileira. O nosso País, aos poucos, vem conquistando eleições democráticas. Parte do nosso povo, olhando um pouco para a história, não votava: as mulheres vieram a votar na década de 30 do século passado; a juventude de 16 anos veio a votar a partir de meados dos anos 80 do século passado. Enfim, o poder econômico, que já decidiu tantas eleições, hoje diminuiu sua participação. E devemos avançar na reforma política no sentido de coibir definitivamente o poder econômico, com o financiamento público de campanha. Precisamos caminhar para este patamar do financiamento público de campanha, porque o poder econômico ainda determina resultados no País.

E o PT, no meu Estado, Presidente, tem avançado. Tivemos uma eleição vitoriosa no Amazonas. Pela primeira vez elegemos seis prefeitos. Seis prefeitos! E prefeitos com uma história, um perfil social e político muito bonitos. Quero destacar aqui a vitória que tivemos numa coligação com o PSB, com o PDT, com o PP, com o PPS, no Município de São Gabriel da Cachoeira, que está na tríplice fronteira, Brasil–Venezuela–Colômbia. Foram eleitos o Pedro Garcia, uma liderança indígena, e o vice, do PV, o André, também uma liderança indígena. Temos uma prefeitura que, pelo voto, foi confiada a duas lideranças indígenas. Isso é novo para a nossa democracia. É resultado da democracia. Foi uma coligação ampla, mas que fez uma campanha modesta, caminhando. Foi uma dura campanha. Quero registrar a minha alegria pela militância e pela confiança do povo, da sociedade nas duas lideranças. São Gabriel da Cachoeira produziu um resultado diferente. São poucas as lideranças indígenas que conquistam espaço institucional em uma prefeitura, como aconteceu no Amazonas.

Barreirinha também teve uma liderança indígena que venceu a eleição: o Messias Saterê.

Quero destacar também a vitória em Urucurituba, do Edvaldo da Silva, do PT; em Amaturá, cidade lá do

Solimões, com João Braga; em São Paulo de Olivença, uma cidade importante, estratégica no Solimões, venceu o nosso companheiro do Partido, o Nato – tratamento carinhoso para o nome Raimundo Nonato; em Santo Antonio do Içá, o Antunes Bitar; e em São Gabriel, de que já falei. Foram seis prefeituras.

Quero por último falar de Itacoatiara, que é o segundo colégio eleitoral do Amazonas, uma cidade que tem 100 mil habitantes, 54 mil eleitores, e o PT ganhou a eleição. O PT, que estava só na eleição, foi para as ruas e fez discussões, seminários, reuniões. O prefeito eleito, Antônio Peixoto, é uma liderança dos movimentos sociais do meio rural, com dois mandatos de vereador. Um homem simples, mas de uma dignidade, de uma postura exemplar, fez com que Itacoatiara fizesse essa mudança, esse corte com os grupos políticos tradicionais do Município, e elegeu o Antônio Peixoto como prefeito.

É um desafio para o PT, mas confiamos nesses dirigentes do PT no Município, no Antônio Peixoto, no sentido de conduzir esse importante Município de Itacoatiara no Amazonas e fazer com que o PT consolide uma prática de governança, com qualidade, com compromisso, com mudanças estruturantes no Município.

Confiamos plenamente no Peixoto, que, com certeza, vai inaugurar uma gestão nova, evidentemente com setores da sociedade – o PT não vai governar sozinho. Mas é extremamente importante para nós, na nossa história de militância, fazermos um prefeito com a militância, com a vida política que tem o Peixoto, num Município tão importante como Itacoatiara.

Quero, por fim, Sr. Presidente, já abusando do tempo, também registrar os vice-prefeitos. Contribuímos com vitórias importantes, como no Município de Autazes, em Boca do Acre, Itapiranga, Carauari – onde elegemos vice-prefeita, a Antônia Suzi. O Antônio Cândido, vice-prefeito, um homem que também veio dos movimentos sociais, no Município de Jutai. Enfim, para finalizar, foi rico, foi importante esse resultado. O PT elegeu 43 vereadores também. Demos um salto importante na confiança do povo em compreender a proposta do PT, a proposta da coligação da qual o PT participou.

Quero finalizar dizendo que isso é histórico. Evidentemente, o resultado da eleição tem um conjunto, como, por exemplo, a postura da Justiça: o resultado para nós, partidos populares de esquerda, precisa ter a garantia de uma conduta da Justiça Eleitoral, do Ministério Público e da compreensão da sociedade em votar nas nossas propostas, nos nossos candidatos, em votar na conduta, na postura ética, na vida política dos nossos candidatos.

Eu quero registrar aqui esse resultado como uma marca histórica, como algo muito importante para a vida do PT. Evidentemente, isso aumenta a responsabilidade do PT: cada Vereador, cada Vice-Prefeito e cada Prefeito passa a ser uma referência ética, e nenhum deles pode frustrar esse voto ideológico, político, nas nossas lideranças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres colegas, vou procurar ser breve.

Antes de dar início ao discurso que preparei, gostaria de dizer ao Senador João Pedro que na região de São Gabriel e de Itacoatiara há muita gente do Sul. Maués é uma ilha que produz guaraná, é a capital do guaraná do Brasil. Lá vivem parentes nossos. De Maués a Itacoatiara, eu consegui carona – só se faz esse trajeto por água ou por ar, não há outra forma.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É verdade.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Para ir de Maués a Itacoatiara, eu consegui uma carona em um aviãozinho dos Correios. Levaram-me meio às escondidas porque não podem transportar, conseguiram me colocar em um aviãozinho, eu e minha senhora. Eu e Ivone visitamos primos lá em Maués.

Itacoatiara é uma cidade progressista, extraordinária. Em São Gabriel, nós tivemos numa missão do Senado na Legislatura passada. São Gabriel é um lugar extraordinário. Aliás, há índios em São Gabriel que fazem parte do Exército nacional, auxiliam na segurança nacional. Isso me chamou muito a atenção em São Gabriel.

São Gabriel é um lugar extraordinário, fica em uma das pontas de um triângulo formado por três países: Brasil, Venezuela e Colômbia.

Era esse o registro que queria fazer.

Sr. Presidente, nobres Colegas, o tema que está sendo colocado é a insegurança, a insegurança e a desconfiança. Isso está no mundo inteiro, e hoje esse tema foi levantado aqui. O Senador Tasso Jereissati trouxe teses, foi muito apartado. Outros Senadores falaram sobre o assunto também. Está todo mundo tratando desse tema. Hoje há uma intranquilidade generalizada: por parte do setor produtivo, por parte dos trabalhadores, por parte do setor empresarial, por parte de políticos e de governos. Está todo mundo naquela: “Como é que vai ser? Como é que não vai ser?

Como é que está se comportando?” Há insegurança, há desconfiança no mercado internacional.

Eu vou deixar, em leves pinceladas, algumas posições.

Precisamos reconquistar a confiança, isso é fundamental. Se todo mundo perde a confiança e corre, não há quem segure: é como uma manada descontrolada, não tem jeito.

A crise financeira internacional, que eclodiu no ano passado e tomou volume assustador nas últimas semanas, tem preocupado governantes e autoridades econômicas de todo o mundo. Apesar das operações de salvamento de instituições financeiras, deflagradas nos Estados Unidos e na União Européia, as bolsas de valores têm operado com súbitas oscilações e, no mercado, o clima é de indisfarçável apreensão.

Nessa conjuntura, nós, brasileiros, temos motivos históricos para nos precavermos.

É conhecido o ditado segundo o qual a corda arrebenta sempre no lado mais fraco, motivo por que os países periféricos sempre sofreram duramente as consequências dos desarranjos econômicos de uma economia globalizada.

Entretanto, Sr. Presidente, a crise em curso, desta vez, não nos apavora tanto, ainda que possa ocasionar desaceleração da nossa economia e requerer cuidados. Ao contrário do que ocorria no passado, o Brasil encontra-se melhor preparado para superar as turbulências internacionais – certamente, hoje o País está melhor preparado para enfrentar esse tipo de situação. As principais ameaças ao desempenho da economia brasileira são: a crise financeira, a inflação e a queda nos preços das **commodities**. Essas são as três principais ameaças.

Nossa economia dispõe de quatro grandes escudos para minimizar o impacto da crise: a previsibilidade da política econômica; as reservas internacionais – estranhávamos as compras que o Banco Central fazia, mas hoje as entendemos bem –, que estão em torno de US\$ 200 bilhões; os recursos naturais, com a pujança de um agronegócio moderno; e a entrada em cena de vinte milhões de novos consumidores, que saíram da classe C ou D e avançaram: é um fortalecimento do mercado interno, o que também serve como escudo.

É previdente afirmar que o Governo deve ficar mais atento no sentido de diminuir seus gastos – tem de cuidar também dessas coisas –, priorizando a queda das despesas com a manutenção da máquina pública, evitando, assim, entre outros inconvenientes, a necessidade de aumentar a taxa básica de juros, a Selic.

É preciso, também, atitudes de cautela do Governo e do Congresso Nacional na análise da proposta

orçamentária, com uma avaliação segura sobre quais áreas poderão ser afetadas pela crise financeira internacional, pois, não há dúvida, alguns investimentos públicos deverão sofrer retração. Em crise, é preciso diminuir os gastos!

Sr. Presidente e nobres colegas, o Brasil, de um certo modo, amadureceu e, sem dúvida, o nosso crescimento econômico está assentado em patamares mais sólidos.

Como todos, acompanho os desdobramentos da crise e percebo um Governo alerta e com meios para amenizar os efeitos desastrosos da crise. Na semana passada, reduziu os depósitos compulsórios e, agora, edita medida provisória que possibilitará que o Banco Central possa comprar carteiras de crédito de bancos menores, com dificuldade de liquidez.

Gostei, a propósito, da proposta do Senador Dornelles. S. Ex^a propôs que o Governo examinasse a possibilidade de zerar o compulsório para bancos menores e, com isso, disponibilizar mais recursos, mais créditos para os brasileiros. Achei simpática essa medida. Sem dúvida alguma, ela é interessante.

A equipe econômica também vendeu dólares no mercado futuro para amenizar a falta da moeda americana causada pelo momento de incerteza.

Assim, garantiu ao setor privado nacional ter como honrar seus compromissos comerciais externos – pelo menos em parte, não tudo, mas são mecanismos que têm de ser colocados e estão sendo colocados. Se nós pudermos fortalecer isso, melhor. Outra ação foi a de elevar as linhas de financiamento à agricultura e às exportações. Se não tiver como financiar as exportações, não tem jeito.

Alguns indicadores devem ser citados para mostrar como o Brasil reduziu sua vulnerabilidade e se tornou mais confiável para os investidores: a inflação caiu, no período de 1994 até agora, de 12,5% para 6,2%; os juros baixaram de 25% para 13,75%; as reservas aumentaram de US\$40 bilhões para algo em torno de US\$200 bilhões; e o risco-país, que demonstra o grau de confiança dos investidores, despencou de 2.400 pontos para 200 e poucos pontos. Esses são fundamentos importantes neste momento.

A diversificação dos parceiros comerciais é outro fator positivo para o Brasil no momento em que a economia norte-americana sofre desaceleração. Lembro que as exportações brasileiras para os Estados Unidos respondiam por 30% da pauta. Com a desaceleração americana, os 30% que vendíamos foram reduzidos a 15% do total. Quer dizer, nós vendíamos 30%, mas, hoje, somente 15%. Se fossem 30% ainda, iríamos sofrer um baque maior. Mesmo assim, com os 15%, a gente vai sentir. Se há uma desaceleração lá, nós

vamos sentir, mas será do que sentiríamos se esses 30% não tivessem sido reduzidos.

Nossa balança comercial foi fortalecida nas relações com América Latina, África e Ásia. Então, dos 30% que eram para lá, com os 15% dos Estados Unidos, desviamos nossas exportações para outros países, como Ásia, África, América Latina e assim por diante.

Enquanto a desconfiança contamina o mercado financeiro internacional, o Brasil é um mercado, de certo modo, ainda atraente para os investidores. E nós devemos assumir uma atitude de confiança e de união, para vencermos essa crise internacional que está nos afetando.

Se o Brasil parece não imune, mas preparado para suportar os efeitos da crise internacional de crédito, no médio e no longo prazo as perspectivas são melhores, desde que saibamos fazer as escolhas certas, senão não tem jeito. Nobre Presidente, nobres colegas, refiro-me ao potencial de recursos naturais e energéticos que o nosso País detém, agora substancialmente elevado graças às descobertas de petróleo na camada pré-sal. Quer queira quer não, isso ajuda a vender uma boa imagem, uma certa confiança e coisas nesse sentido.

As oportunidades brasileiras não param por aí, eu diria. Com a escassez de alimentos no mundo e com a procura de um combustível limpo, o Brasil tem duas grandes oportunidades de conquistar o mercado internacional. Estamos, portanto, diante de uma crise, mas também à frente de uma oportunidade ímpar na nossa história. Para rompermos essas barreiras que nos separam do mundo desenvolvido, precisamos formular e executar políticas públicas adequadas e eliminar os gargalos de uma infra-estrutura arcaica e precária. Precisamos ainda, para dar consistência duradoura ao nosso desenvolvimento, investir em educação e tecnologia, combater a corrupção e a burocracia, aprimorar o sistema tributário e dar continuidade às políticas de redução das desigualdades.

E aí, Sr. Presidente, eu diria que, se formos capazes de cumprir esses objetivos, o Brasil poderá efetivamente deixar de ser o eterno país do futuro.

Com essas considerações, Sr. Presidente, se levarmos a sério, com os pés no chão, tomando algumas providências que são possíveis e com esses acontecimentos – eu até disse isto, apartando o Senador Tasso Jereissati –, acho que os Bancos Centrais hoje precisam ter mecanismos para melhor radiografar e fiscalizar bolhas inflacionárias.

Dou exemplo de algumas **commodities**. Há uma corrida, em alguns setores, para comprar ações, e vai um, vai outro, vai todo mundo, vai como uma manada.

Dali um pouco cresce e cria uma bolha, inflaciona e, quando desce, aquilo é uma loucura, vem que ninguém segura. E, muitas vezes, são recursos motivados pelo próprio sistema, pelo próprio Governo, orientação de compra.

Acho que deveríamos ter mecanismos para equilibrar isso, orientar os investidores, orientar os brasileiros. Porque muitas pessoas, físicas inclusive, de poucos recursos, atraídas por motivações, por publicidade, acorrem para alguns setores de investimento que às vezes estão muito acima do valor real. Teríamos que ter uma medição, uma aferição melhor, para orientar. Porque, por exemplo, quando se toma um empréstimo, os Bancos Centrais possuem mecanismos para fiscalizar, para ver se a pessoa física ou jurídica tem garantias, o que ela oferece etc.

Nesse particular, eu acho que os Bancos Centrais – eu diria no mundo inteiro, não só aqui isso, mas também nos Estados Unidos, na Europa – têm que ter mecanismos para aferir melhor, para orientar se não se está exorbitando em alguns casos, em algumas *commodities* de investimento. Por exemplo, os fundos de investimentos. Hoje, pelo menos no Brasil, os fundos de previdência estão levando alguns bilhões de prejuízos. Alguns bilhões de prejuízo!

Quer dizer, tem que haver algumas coisas que aferissem melhor isso. Será que não estamos aplicando demais em alguns setores? Há uma propaganda enorme e as pessoas acorrem ali: vão, vão, vão. E, aí, aquela bolha, quando desce é uma loucura: arrebenta, como dizem, uma barragem e deságua tudo. Eu acho que esses mecanismos têm de ser adotados.

No mais, Sr. Presidente, nobres Colegas, eu agradeço pela atenção, peço escusas por ultrapassar o meu tempo. Eram algumas ponderações que eu não poderia deixar de trazer, uma reflexão para meditarmos, não só nós, aqui no Senado, no Congresso Nacional, pois o Brasil, em todos os setores, está meditando neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Senador Jefferson Praia, que preside a sessão do Senado Federal, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu não poderia deixar de vir à tribuna hoje para render uma homenagem ao povo do meu Estado do Pará. Faço isso todos os anos como promesseiro do Círio de Nazaré há mais de trinta anos e, estando no honroso cargo de Senador da República pelo Estado do Pará, não poderia deixar de prestar esta homenagem a nossa

Santa Padroeira e ao nosso povo, no instante da nossa maior festa religiosa – diria do mundo, não só do Brasil –, que é o Círio de Nazaré.

Eu lembro aqui, Senador Jefferson Praia, que, no ano passado, por esta época, ou melhor, pouco antes, no mês de setembro, nós trouxemos uma exposição do Círio de Nazaré com seus ícones: a corda, a berlinda, a Santa. A Santa milagrosa esteve sobre a Mesa Diretora do Senado Federal.

Essa exposição durou uma semana na Chapellaria, mostrando aos nossos irmãos de Brasília, que também fazem o Círio aqui, como uma devoção a Nossa Senhora, o Círio original, que acontece há 215 anos, sem interrupção, na capital do meu Estado, a cidade de Belém.

Vários outros círios, por vários Municípios do interior, ao longo do ano, também ocorrem, mas aquele ao qual quero aqui me referir para fazer esta homenagem é, sem sombra de dúvida, o Círio de N. Sr^a de Nazaré, de Belém do Pará, que vai ocorrer domingo – sempre ao segundo domingo do mês de outubro, que, neste ano, será dia 12.

O povo do meu Estado tem no Círio de Nazaré o mesmo simbolismo que os cristãos do mundo todo têm com o Natal, em que se festeja o nascimento de Cristo, ao ponto de, ao caminharem pelas ruas da nossa cidade ou mesmo dos Municípios, as pessoas se desejarem Feliz Círio, como se deseja Feliz Natal na época do nascimento de Jesus.

Então, Senador Jefferson Praia, quero aqui, como faço todos os anos, reverenciar essa devoção e agradecer a proteção da Virgem de Nazaré sobre todos os paraenses e sobre todos os brasileiros, mormente no momento em que o País vive, como aqui, hoje, a tarde toda, discutimos, uma crise que nos leva à reflexão. É uma crise financeira que começou nos Estados Unidos, atingiu a Europa e agora atinge o Brasil.

Mas nós temos que ter fé, temos que ter esperança. Crise representa também oportunidade, e é por isso que, neste momento, peço a Deus e a Nossa Senhora que possam iluminar o Presidente Lula, iluminar os seus Ministros, iluminar a todos nós, Congressistas, para que possamos enfrentar essas dificuldades e vencê-las. Para isso, nós estaremos aqui trabalhando.

Quero saudar o nosso Revm^o Arcebispo Dom Orani João Tempesta; o reitor do Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, Padre José Ramos; o coordenador do Círio, nosso companheiro José Ventura, e dizer, Senador Jefferson Praia, que aquela semente que foi plantada aqui, no Senado Federal, no ano passado, com a exposição que aqui foi feita, germinou. Nós propusemos fazê-la no Senado e, em seguida, nós propusemos à diretoria da festa, ao companheiro José Con-

rado, da Fiepa, e à Secretária de Turismo, Deputada Ann Pontes, que pudéssemos fazer, a cada ano, uma exposição como aquela que fizemos ano passado, em Brasília, em outros Estados da Federação brasileira levando a imagem, levando os ícones e apresentando a procissão a todos os brasileiros.

A Santa nos ajuda. As dificuldades são enormes, mas este ano, assim como fizemos no ano passado aqui, no Congresso Nacional, mais precisamente no Senado Federal, este ano repetimos em São Paulo, na sede da Fiesp, do dia primeiro ao dia cinco de setembro. Lá fizemos também uma exposição nos moldes da que foi feita aqui.

Quero aproveitar, Senador Jefferson Praia, para agradecer ao Presidente da Fiesp, o companheiro Paulo Skaf, que, gentilmente, acolheu-nos e acolheu a exposição e nos deu todo o apoio para que pudéssemos levar a imagem e a exposição do Círio a São Paulo.

Assim como aqui, lá, em São Paulo, também a exposição foi muito visitada, inclusive com um Círio em miniatura, com mais de três mil peças de miri-ti, feitas pelos artesãos de Abaetetuba, dando uma amostra, para aqueles que não conhecem, de como se desenrola a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Vamos falar de história.

Eu disse, há pouco, que esse é o 215º Círio, porque a devoção a Nossa Senhora de Nazaré teve início em Portugal. A imagem original da Virgem pertencia ao Mosteiro de Caulina, na Espanha, e teria saído da cidade de Nazaré, em Israel, no ano de 361, tendo sido esculpida por São José.

Em decorrência de uma batalha, a imagem foi levada para Portugal, onde, por muito tempo, ficou escondida no Pico de São Bartolomeu. Só em 1119 a imagem foi encontrada.

No Pará, foi o caboclo Plácido José de Souza quem encontrou, em 1700, às margens do igarapé Murutucu, onde hoje se encontra a Basílica Santuário, uma pequena imagem da Nossa Senhora de Nazaré. Isto é interessante, porque daí vem a fé que os paraenses devotam à sua padroeira. Após o achado, Plácido teria levado a imagem para a sua choupana e, no outro dia, ela não estaria mais lá. Correu ao local onde havia encontrado a santinha e lá estava a imagem. O fato teria se repetido várias vezes, e aí, no local do achado, Plácido construiu, então, uma pequena capela, que se tornou o Santuário de Nossa Senhora de Nazaré.

A festa do Círio de Nazaré, Sr. Presidente, impressiona não só por seu gigantismo, capaz de alavancar o turismo e de mudar o cotidiano dos moradores de

toda a região metropolitana, mas principalmente pela soberba demonstração de fé e pelo espírito de congregamento. Grande parte da população do interior, nesta época da festa do Círio, desloca-se, por vários meios de transporte, alguns até a pé, para Belém e ficam nas casas de família, dos seus familiares, para que possam acompanhar a procissão.

Estima-se que essa procissão acumula dois milhões de pessoas ao longo de seu trajeto. É, sem sombra de dúvida, o maior evento religioso, a maior procissão religiosa do mundo, porque ocorre em um único dia. Temos aqui a nossa padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, temos o dia de Nossa Senhora Aparecida, dia 12 de outubro também – coincidente agora com o dia do Círio, que é móvel –, mas que se desenvolve ao longo do ano todo. Assim estamos querendo fazer, o Padre Ramos, o Arcebispo Dom Orani: com que o Santuário de Nazaré possa, a exemplo do Santuário de Aparecida, ser visitado durante o ano inteiro por romeiros, para que possa aumentar cada vez mais a devoção a Nossa Senhora de Nazaré.

Se V. Ex^a ou alguma Senadora ou Senador quisesse ir hoje para Belém do Pará, não encontraria passagem de avião, porque todos os vôos, não só os normais, mas aqueles extras que são colocados pelas empresas – mais de oito em cada uma delas – estão totalmente lotados. O sistema hoteleiro de Belém está totalmente lotado. Ou você se programa com antecedência para poder acompanhar o Círio, ou não consegue ir de última hora, porque não haverá possibilidade de deslocamento nem de acomodação, a não ser em casas de amigos que possam recebê-lo.

Mas essa procissão é mais do que uma festa. Ali se transpira fé, devoção, religiosidade e crença no poder divino e na fraternidade universal. Por tudo isso, por sua grandiosidade, pelo poder de congregar tamanha multidão impregnada pela devoção à Virgem de Nazaré, não admira que o Círio tenha sido registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial.

Ora, ao encerrar este breve pronunciamento, digo que hoje o Círio não se resume apenas à procissão no domingo, que vai acontecer agora, dia 12, mas ele é precedido de vários eventos: deslocamento da imagem para Ananindeua, com uma carreata em procissão; depois, o deslocamento de Ananindeua até o Trapiche de Icoaraci, com uma procissão fluvial até a Escadinha do Cais do Porto. Em seguida, o deslocamento da imagem da Escadinha do Cais do Porto pelos motoqueiros, devotos de Nossa Senhora, levando a Santa até a Basílica, isso ao longo dos dias que

antecedem, a partir de sexta-feira. No Sábado à noite, Senador Jefferson Praia, há a procissão da transladação, que é o caminho inverso do Círio. A procissão que leva a imagem do santuário de Nazaré até a Catedral, no sábado à noite, para que, no domingo, pela manhã, então, por cinco quilômetros, no caminho inverso ao da transladação, seja realizada a procissão do Círio, que é, sem sombra de dúvida, o fechamento das festividades religiosas e que, como eu disse, coloca na rua dois milhões de devotos naquele instante.

Ao encerrar este pronunciamento – e o faço principalmente para meus amigos e minhas amigas do meu querido Estado do Pará –, quero desejar a todos vocês, a todos os paraenses um feliz Círio, um abençoado Círio. Que Nossa Senhora cubra todos nós, paraenses e brasileiros, com seu manto de glória; dê-nos saúde, dê-nos tranquilidade, dê-nos perseverança e, sobretudo, fé, para que possamos vencer as dificuldades e, ao vencê-las, possamos agradecer, todos os anos, acompanhando ou não a procissão, a ajuda e a benção que vêm de Deus e de Nossa Senhora.

Um feliz Círio a todos os paraenses!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Os Srs. Senadores Paulo Paim e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos registrar aqui nossa alegria com as duas Casas Legislativas. Hoje tivemos projetos de nossa autoria aprovados em ambas e, as matérias são de fundamental importância para nossa gente.

Aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado foi aprovada a PEC 24/03, relatada pelo senador Valter Pereira.

Ela veda qualquer bloqueio ou contingenciamento das dotações orçamentárias da Seguridade Social.

Nosso objetivo é diminuir os constantes prejuízos que as áreas da saúde, da previdência e da assistência social têm enfrentado.

Tivemos também a aprovação de uma audiência pública requerida pelo senador Romero Jucá para debatermos o PLS 58/03, de nossa autoria.

Segundo acordo que firmamos, a audiência será realizada no dia 29 deste mês, a primeira quarta-feira após o segundo turno das eleições.

E a votação da matéria já tem data e hora para acontecer: será no dia 5 de novembro, às 11 horas na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa matéria é de extrema importância, pois ela recupera o valor dos benefícios de aposentadorias e pensões em quantidades de salários mínimos.

As entidades presentes à reunião da CAS na manhã de hoje – Cobap, Mosap, Anfi e a Federação nacional dos Servidores Públicos-, comprometeram-se a trazer centenas de aposentados à Brasília nesse dia.

Todos queremos ver a aprovação dessa matéria.

Sr presidente, na Câmara dos Deputados também avançamos. A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o PL 3299/08, relatado pelo deputado Germano Bonow, e que extingue o fator previdenciário.

Agora, a matéria seguirá para a Comissão de Finanças e Tributação e esperamos que os deputados integrantes dessa comissão tenham o mesmo entendimento dos demais e de nós Senadores o de que o fator previdenciário é um assalto aos benefícios daqueles que já deram muito de suas vidas por este país.

Sr^{as} e Srs. Senadores, também vimos aprovado na Câmara o PL 6930/06 que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete).

A matéria estava na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público sob relatoria do deputado Roberto Santiago e agora seguirá para apreciação nas comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Sr Presidente, deixamos nosso agradecimento aos deputados e senadores que entenderam a abrangência dessas matérias e também a todos aqueles que têm acompanhado passo a passo o andamento das matérias aqui no Congresso Nacional.

Isso é fundamental. Como sempre dizemos: a pressão é sempre ouvida. Apenas assim conseguiremos conquistar nossos direitos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico feliz de poder dizer, daqui da tribuna do Senado, que a prefeitura de Boa Vista, capital do meu Estado, Roraima, recebeu do governo federal a Menção Honrosa pelo trabalho realizado na saúde bucal em 2007 pelos nossos competentes dentistas roraimenses.

O prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de odontologia foi ganho devido à ação efetiva de 74 dentistas em 33 consultórios odontológicos instalados nas unidades de saúde pública de Boa Vista. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregará pessoalmente o prêmio ao representante de nossos dentistas de Boa Vista no Palácio do Planalto, nesta quarta-feira, em cerimônia marcada para 17h.

O programa Brasil Sorridente foi lançado pelo Ministério da Saúde em 17 de março de 2004 para ampliar o acesso ao tratamento odontológico. Grande parte dos brasileiros não sabe que podem receber tratamento odontológico gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Prova disso é que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurados em 1998 indicam que, até aquele ano, 30 milhões de brasileiros nunca tinham ido ao dentista.

Só para termos idéia da terrível realidade que o brasileiro enfrenta quando se trata de saúde bucal: de acordo com o primeiro levantamento nacional de saúde bucal, concluído em março de 2004 pelo Ministério da Saúde, 13% dos adolescentes nunca foram ao dentista; 20% da população brasileira já perdeu todos os dentes; 45% dos brasileiros não têm acesso regular a escova de dente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso dar o devido reconhecimento à essa política de saúde bucal criada para oferecer o melhor serviço possível à população. Atualmente, em Boa Vista, os atendimentos são feitos nos centros de saúde dos bairros, no Centro Especializado de Odontologia (Mecejana), no Hospital da Criança Santo Antônio, em unidades móveis, no OdontoSesc e na Guarda Municipal.

Só o Centro Especializado de Odontologia de Boa Vista atende em média mil pessoas por mês em quatro consultórios. O local oferece à população cirurgias, endodontia, estomatologia, periodontia, odontopediatria e tem espaço para pacientes com necessidades especiais.

Além do atendimento básico, pelo programa Brasil Sorridente, a população de Roraima passou a ter acesso também a tratamentos especializados, como canal, doenças da gengiva, cirurgias odontológicas, câncer bucal em estágio mais avançado, endodontia e ortodontia.

Sr. Presidente, antes de finalizar o meu discurso, quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar todos os trabalhadores que prezam a saúde bucal dos brasileiros, lembrando que em outubro se comemora o dia da saúde bucal e o dia do cirurgião-dentista. A todos e todas, meus parabéns!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se dia 9 de outubro de 2008, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta)

Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal*,

reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art.*

12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor,

obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar,

de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

37

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, *concluindo*

favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

38

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

39

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

40

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Pedro Simon.

41

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).*

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2081 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 022433/94-5.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente do Senado Federal nº 458, de 1994, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **JOSÉ RIBAMAR DA SILVA**, Técnico Legislativo, Padrão 30, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 11 de setembro de 2006, **em caráter permanente**, sendo o diagnóstico confirmado em 28 de junho de 2006, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 08 de outubro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

42

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 42 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2082 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004537/91-2.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente do Senado Federal nº 480, de 1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **JOÃO ELIAS DE ARAÚJO**, Analista Legislativo, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 04 de julho de 2007, **em caráter permanente**, sendo o diagnóstico confirmado em 30 de março de 2007, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 08 de outubro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2083 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013833/08-1,

RESOLVE, fundamentado nos artigos 215 e 217, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão temporária a **KALLITA RAUANY AGUIAR ALMEIDA**, na condição de filha menor, no percentual de 50% (cinquenta por cento), e reservar uma cota de 50% (cinquenta por cento) inominada, dos proventos que percebia o ex-servidor **AMADEU ALMEIDA BARROS**, matrícula 11177, a partir da data do óbito, 17/08/2008.

Senado Federal, 08 de outubro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2084 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 012599/08-5,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC n.º 41, de 31/12/2003 c/c a Lei n.º 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a JOVINIANA BORGES MOTTA, na condição de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento) e pensão temporária a ALEXANDRE JURINEY ALVES DE CARVALHO, na condição de menor sob guarda, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), e reservar uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) inominada, dos proventos que percebia o ex-servidor DIONISIO MOTTA DA COSTA, matrícula 1240, a partir da data do óbito, 03/09/2008.

Senado Federal, 08 de outubro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(1,6)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Fernando Collor (PTB) ^(3,4)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



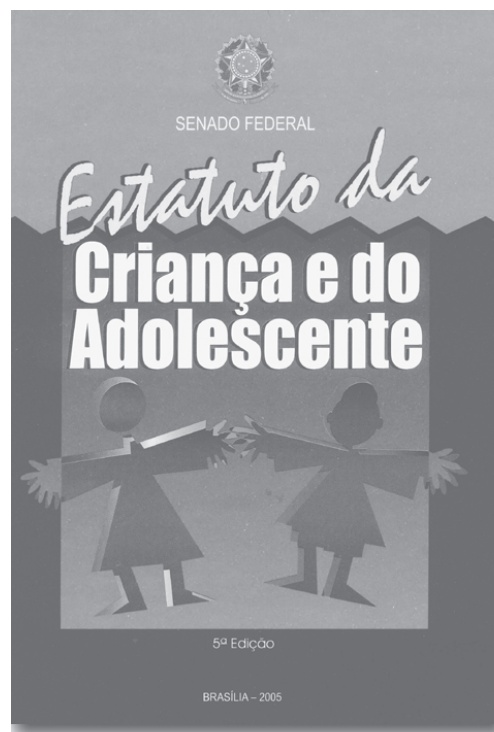
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 252 PÁGINAS